África do Sul
Angola
Argélia
Benim
Botswana
Burkina Faso
Burundi
Cabo Verde
Camarões
Comores
Chade
Congo, Rep. Dem.
Congo, República
Costa do Marfim
Djibouti
Egito
Eritreia
Etiópia
Gabão
Gana
Guiné
Guiné-Bissau
Guiné Equatorial
Gâmbia
Lesoto
Libéria
Líbia
Madagáscar
Malawi
Mali
Marrocos
Mauritânia
Maurícias
Moçambique
Namíbia
Nigéria
Niger
Quénia
República Centro-Africana
Ruanda
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa
Seychelles
Suazilândia
Sudão
Sudão do Sul
Tanzânia
Togo
Tunísia
Uganda
Zâmbia
Zimbabwe

Perspectivas Económicas em África 2013

TEMA ESPECIAL:

Transformação estrutural e recursos naturais

AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP

OECD DEVELOPMENT CENTRE

UNDP
Empowered lives.
Resilient nations.

United Nations Economic Commission for Africa

Perspectivas Económicas em África 2013

Transformação Estrutural e Recursos Naturais

AFRICAN DEVELOPMENT BANK

DEVELOPMENT CENTRE OF THE ORGANISATION
FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME

ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA

As opiniões expressas e os argumentos utilizados nesta publicação não refletem necessariamente a posição do grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, seu conselho de administração, ou os países que representam, a OCDE, o Centro de Desenvolvimento, o Programa de Desenvolvimento de Nações Unidas, a Comissão Económica de NU para África, a União Europeia, o Secretariado do Grupo de Estados de África, Caribe e Pacífico ou os estados membros de quaisquer das instituições anteriores.
Este documento e todo mapa que tenha sido incluído são sem prejuízo do estatuto de ou da soberania sobre qualquer território, da delimitação de fronteiras internacionais e do nome de todo território, cidade ou área.

ISBN 978-92-64-20055-5 (print)
ISBN 978-92-64-20056-2 (PDF)

DOI: http://dx.doi.org/10.1787/9789264200562-pt

Versão revista, Agosto 2013
Os detalhes das revisões estão disponíveis em:
http://www.oecd.org/about/publishing/Corrigendum_AEO-2013_PR.pdf

Créditos das fotos: Capa © Kotomiti Okuma, Serzh, Sarin Kunthong, Pierre-Yves Babelon, montego, Kondor83, Andrejs Zavadskis, Ammit Jack, Nata-Lia, gillmar, Shutterstock/Heidi Brand, Potapov Alexander, S. Tsuji, SeDmi, Anna Rassadnikova, xpixel, PHOTO FUN, alexyndr, Svitlana Kazachek, Timothy Hodgkinson, Alex Staroseltsev - Shutterstock.com

Corrigenda ao *Perspectivas Económicas em África* poderão ser encontrados online na página:
www.africaneconomicoutlook.org/po

© Banco Africano de Desenvolvimento, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Comissão Económica para África (2013).

O conteúdo desta publicação pode ser copiado, baixado ou imprimido para uso pessoal. Partes do conteúdo dela, bases de dados e produtos multimídia também podem ser utilizadas em documentos, apresentações, blogs, sites e materiais pedagógicos, após reconhecimento da BAfD, OCDE, PNUD, CEA como fonte e proprietária do copyright. As solicitações de permissão para uso público e comercial e os direitos de tradução devem ser enviadas a rights@oecd.org. A permissão para a reprodução parcial para uso público e comercial desta publicação pode ser obtida diretamente através do Copyright Clearance Center (CCC), *info@copyright.com*, ou do Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) *contact@cfcopies.com*.

Apresentação

No início do novo milénio, as *Perspectivas Económicas em África* (PEA) nasceram em resultado do reconhecimento de que este continente necessitava de uma ferramenta independente de alta qualidade destinada a decisores políticos, investidores, estudantes, jornalistas e académicos com vista a monitorar o desenvolvimento económico de África numa base contínua. Porque África é composta por muitos países diferentes, em rápida mudança, era necessário que tal ferramenta abarcasse o desempenho de curto prazo das economias nacionais no seu contexto regional e, dado que o desenvolvimento é multifacetado, reunisse as dimensões macroeconómica, estrutural e social. Ao longo dos anos, a parceria foi sendo alargada, integrando a Comissão Económica para África (CEA) das Nações Unidas e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), juntamente com os membros fundadores, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) e o Centro de Desenvolvimento da OCDE, apoiados pela Comissão Europeia e o Secretariado dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), como parceiros plenos das PEA. A cobertura passou de 22 para 53 países, restando apenas a Somália ainda por incluir.

Hoje, as PEA são o único relatório anual que monitora em detalhe o desempenho económico de 53 diferentes países do continente, usando um quadro analítico perfeitamente comparável. Tal só é possível pela combinação da experiência, do know-how e das redes das quatro instituições parceiras das PEA: as notas-país são produzidas por investigadores do BAfD, economistas e estatísticos nacionais, em colaboração com os peritos do Centro de Desenvolvimento da OCDE e os escritórios do PNUD e da CEA. Estas instituições recolhem dados e informações oriundos dos institutos nacionais de estatística, dos ministérios, dos investidores, dos actores da sociedade civil e parceiros estrangeiros, com vista a realizar uma análise detalhada dos desenvolvimentos recentes e produzir projecções macroeconómicas originais, para um período de dois anos.

Deste relatório, a décima segunda edição das PEA, consta a parte um, uma visão geral do desempenho e perspectivas de África e a parte dois, uma análise em profundidade de um tema especial de particular importância para o continente: Transformação Estrutural e Recursos Naturais. A parte três inclui resumos de duas páginas de notas de 53 países. O relatório inclui ainda um importante anexo estatístico que está disponível em Inglês, em Francês e, numa versão resumida, em Português.

As PEA integrais, incluindo notas desenvolvidas de países, podem ser acedidas gratuitamente no site comum dos parceiros PEA: www.africaneconomicoutlook.org/, bem como na OCDE iLibrary. Esta edição de 2013 apresenta duas grandes inovações: o site pode agora ser acedido facilmente a partir de smartphones e computadores tablets, e seis volumes regionais com notas-país completas estão disponíveis no site para a África Central, Oriental, Norte, Austral e Ocidental (em Inglês e Francês), e para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (em Português).

Editorial

A décima segunda edição do relatório *Perspectivas Económicas em África* coincide com o 50º aniversário da Organização de Unidade Africana, agora União Africana. Ao desenhar as perspectivas do desempenho económico do continente, ao analisar a diversidade das suas realizações e identificar os desafios a nível nacional, o relatório fornece uma análise actual dos recentes desenvolvimentos económicos que sustentam o progresso de África rumo à liberdade, à união e a uma vida melhor para os africanos.

Consideramos que, ao longo da última década, uma maior estabilidade, políticas macroeconómicas sólidas, melhoria dos termos de troca e frutuosas parcerias com as economias emergentes, permitiram aumentar o espaço da política económica dos decisores políticos africanos: as nações africanas são mais livres do que nunca para escolher os seus próprios caminhos de desenvolvimento. De facto, as perspectivas económicas do continente para 2013 e 2014 são bastante animadoras, confirmando a sua saudável resistência a choques internos e externos e o seu papel como polo de crescimento numa economia global em crise. Prevê-se que a economia africana registe um crescimento de 4.8% em 2013 e acelere para 5.3% em 2014. As principais fontes deste dinamismo residem na expansão da produção agrícola, no crescimento robusto dos serviços e no aumento da produção de petróleo e das actividades mineiras. Este padrão de base relativamente ampla de crescimento será impulsionado pelo aumento contínuo dos fluxos financeiros externos, e pelo ressurgimento da procura interna impulsionada pelo consumo e pelo investimento.

Infelizmente os progressos verificados no sentido da integração económica têm sido lentos. Existe uma clara visão de integração e ambiciosas iniciativas regionais estão no rumo certo, mas o ritmo de implementação com vista a desbloquear o enorme potencial do continente e a aproveitar o seu recente registo de elevado crescimento para acelerar o arranque económico, tem sido muito lento. Para competir com sucesso na economia global, África precisa ainda de mais pontes e estradas, procedimentos comerciais mais rápidos, maiores níveis de comércio e investimento transfronteiriço e - por último, mas não menos importante – de melhores instituições e burocracias especializadas na coordenação das políticas públicas.

Finalmente, embora o estável progresso económico das economias africanas tenha melhorado a vida de muitos africanos, esta edição das *Perspectivas Económicas em África* argumenta que não é suficiente: é agora o momento de acelerar o ritmo. Um desenvolvimento humano mais justo exige que os países africanos acelerem as suas transformações económicas, de modo a que se tornem mais competitivos e a criar um maior número de postos de trabalho remunerado. As riquezas naturais de África, incluindo a agricultura, podem ser a base para essa transformação, mas apenas, e só se, políticas adequadas forem postas em prática. Os países africanos precisam de investir constantemente em capacitação humana e física, gerir as receitas com sabedoria, fortalecer a gestão macroeconómica, incentivar as ligações intersectoriais, amenizar os riscos de *rent-seeking* e impulsionar o comércio.

Saudamos este relatório, que se baseia e resulta da complementaridade das competências das nossas instituições e das suas redes. É nosso desejo que seja útil no apoio a políticas e tomada de decisões entre os governos africanos e outros parceiros interessados.

Donald Kaberuka
Presidente,
Grupo do Banco
Africano
de Desenvolvimento,
Túnis

Angel Gurría
Secretário-Geral,
Organização
para a Cooperação
e Desenvolvimento
Económico, Paris

Helen Clark
Administradora,
Programa das Nações
Unidas para o
Desenvolvimento,
Nova Iorque

Carlos Lopes,
Secretário-Geral
Adjunto das NU
e Secretário Executivo
da Comissão Económica
para a África, Adis Abeba

Agradecimentos

O *Economic Outlook Africano* foi preparado por um consórcio de quatro equipes do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), do Centro de Desenvolvimento da OCDE, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Comissão Económica para África (ECA). O Outlook beneficiou da orientação geral de Mthuli Ncube (Economista-Chefe e Vice-Presidente, BAD), Mario Pezzini (diretor, Centro de Desenvolvimento da OCDE), Pedro Conceição (Economista-Chefe e Chefe da Unidade de Consultoria Estratégica, Bureau Regional para a África, UNDP) e Emmanuel Nnadozie (Diretor da Divisão de Política Macroeconômica, ECA). Willi Leibfritz foi o Coordenador.

A equipe do BAD foi liderada por Steve Kayizzi-Mugerwa, Charles Lufumpa, Abebe Shimeles e Beejaye Kokil. O gerenciador de tarefas do BAD foi Anthony Simpasa. Membros chave da equipe incluem Ahmed Moummi, Adeleke Salami, Anna von Wachenfelt e Laureline Pla. A equipe do Centro de Desenvolvimento da OCDE foi liderada por Henri-Bernard Solignac-Lecomte, enquanto a equipe do PNUD foi liderada por Angela Lusigi, e a equipe da ECA por Adam El Hiraika.

A primeira parte do Desempenho e Perspectivas da África foi elaborada por Willi Leibfritz, com base na previsão fornecida pelo Departamento de Estatística do BAD (Capítulo 1), Gregory De Paepe (Capítulo 2), Emmanuel Chinyama, Siope Ofa e Simon Mevel (Capítulo 3), Angela Lusigi (Capítulo 4), Gregory De Paepe, Bakary Traoré e Marie Ahamada (Capítulo 5). A parte dois da Transformação Estrutural e dos Recursos Naturais foi elaborada por Jan Rieländer com Margaret McMillan (IFPRI), com a contribuição crucial de James Robinson (Universidade de Harvard) e Abebe Shimeles, bem como San Bilal (ECDPM), Somali Cerise, Coumba Ngalani Doucoure, Lisa Kurbiel (UNICEF) e Laura Recuero-Virto. Caroline Helmreich e Bakary Traoré prestaram assistência de pesquisa muito capaz, bem como Mélanie Favrot, Estelle Plat e Pedro Sousa.

Em colaboração com os economistas das instituições parceiras e sob a orientação geral dos Diretores Regionais e Economistas líderes do BAD, todos os economistas de países do BAD contribuíram para as notas países. As notas foram elaboradas por: Kossi Robert Eguida (Argélia), Joel Muzima (Angola), El Hadji Fall e Daniel Ndoye (Benin), Rogers Dhliwayo e Penina Kariuki (Botswana), Richard-Antonin Doffonsou (Burkina Faso), Sibaye Joel Tokindang (Burundi), Aissatou Gueye e Facinet Sylla (Camarões), Heloisa Marone e Adalbert Nshimyumuremyi (Cabo Verde), Kalidou Diallo (República Centro-Africana), Claude N'Kodia (Chade), Philippe Trape (Comores), Nouridine Kane Dia (Congo , Rep.), Steve Gui-Diby, Seraphine Wakana e Léonce Yapo (Dem Congo. Rep.), Daniel Ndoye (Côte d'Ivoire), Audrey Vergnes (Djibouti), Charles Muthuthi e Jan Rieländer (Egipto), Ahmed Moummi (Guiné Equatorial), Adeleke Salami (Eritreia), Samuel Bwalya, Julianne Deitch e Admit Wondifr Zerihun (Etiópia), Pascal Yembiline (Gabão), Jamal Zayid (Gâmbia), Pa Lamin Beyai, Gregory De Paepe e Eline Okudzeto (Ghana), Idrissa Diagne e Olivier Manlan (Guiné), Toussaint Houeninvo e Luca Monge Roffarello (Guiné-Bissau), Walter Odero (Quénia), Edirisa Nseera (Lesotho), Patrick Hettinger (Libéria), Vincent Castel e Sahar Rad (Líbia), Jean Marie Vianey Dabire (Madagáscar), Peter Mwanakatwe (Malawi), Mamadou Diagne e Hamaciré Dicko (Mali), Alassane Diabate (Mauritânia), Martha Phiri (Maurícia), Fatima-Zohra Alaoui, Catherine Baumont-Keita e Bakary Traoré (Marrocos), Andre Almeida -Santos, Gregory De Paepe e Manuel Filipe (Moçambique), George J. Honde (Namíbia), Richard-Antonin Doffonsou e Souleymane Abdallah (Níger), John Kofi Baffoe e Colleen Zamba (Nigéria), Edward Batte Sennoga e Andrew Mold (Ruanda), Flavio Soares Da Gama (São Tomé e Príncipe), Khadidiatou Gassama e Toussaint Houeninvo (Senegal), Susan Mpande (Seychelles), Jamal Zayid (Serra Leoa), Wolassa Lawisso Kumo, Jean-Philippe Stijns e Nii Moi Thompson (África do Sul), Joseph Muvawala (Sudão do Sul), Suwareh Darbo e Kabbashi M. Suliman (Sudão), Albert Mafusire e Zuzana Brixiova (Suazilândia), Prosper Charle e Amarakoon Bandara (Tanzânia), Carpophore Ntagungira e Nicolas Kazadi (Togo), Mickaelle Chauvin, Laura Recuero-Virto, Hatem Salah e Emmanuele Santi (Tunísia), Vera-Kintu Oling e Alex Warren-Rodriguez (Uganda), Emmanuel Chinyama e Ndoli Kalumiya (Zâmbia), Mary Manneko Monyau e Damoni Kitabire (Zimbabwe). O trabalho das notas-países beneficiou das valiosas contribuições de consultores locais.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

O comitê de revisores das notas-países incluiu: Elizabeth Asiedu, Dawit Birhanu, Jeffrey R. Dayton-Johnson, Sylvain Dessy, Anne-Marie Gourjeon, Caroline Lambert, Noah Mutoti, Pierre Pestieau, Helmut Reisen, Jean-Michel Salmon, Lucia Wegner, e uma equipe de economistas do BAD composta por John C. Anyanwu, Yannis Arvanitis, Ousman Gajigo, Gilbert Galibaka, Daniel Zerfu Gurara, Basil Jones, Thierry Kangoye, Ralf Krüger, Ahmed Moummi, Emelly Mutambatsere, Guirane Samba Ndiaye, Peter Ondiege, Barfour Osei, Jacob Oduor, Richard Schiere, Anthony Simpasa, Thouraya Triki, Audrey Verdier-Chouchane e Nadège Désirée Yaméogo.

O quadro macroeconómico e a base de dados usados para produzir a previsão e anexo estatístico foi gerido por Beejaye Kokil e Koua Louis Kouakou no BAD. Contribuições estatísticas valiosas para atualizar o banco de dados e executar o modelo AEO foram fornecidas pela equipe de estatísticos do Departamento de Estatísticas do BAD.

O projeto também beneficiou da assistência prestada por Yvette Chanvoédou no Centro de Desenvolvimento da OCDE e Rhoda Bangurah, Josiane Koné, Abiana Nelson e Imen Rabai do Departamento de Pesquisas para o Desenvolvimento do BAD.

O relatório beneficiou de contribuições extremamente valiosas e comentários de um grande número de representantes governamentais africanos, operadores do sector privado, membros da sociedade civil, economistas de países e especialistas do sector dos departamentos de países e escritórios de terreno do BAD, especialistas da Comissão Europeia, bem como a Direcção de Cooperação para o Desenvolvimento, Clube do Sahel e da África Ocidental, a Iniciativa para o Investimento da NEPAD-OCDE, a Direcção da Ciência, Tecnologia e Indústria e do Departamento de Economia da OCDE.

A Parte dois de Transformação Estrutural e dos Recursos Naturais apoiou-se fortemente no conhecimento de especialistas internacionais reunidos em Paris a 23 de novembro de 2012: Sambit Bhattacharyya (Universidade de Sussex), Juana De Catheu (OCDE), David Doepel (The Doepel Group Pty Ltd), Peter Eigen (EITI), Masuma Farooki (Raw Materials Group), Louise Fox (Banco Mundial), James Greene (OCDE), Raphael Kaplinsky (The Open University), Louis Maréchal (Ministério francês dos Negócios Estrangeiros), Jörg Mayer (UNCTAD) , Alain Pénelon (COMIFAC), Claudine Sigam (UNCTAD), Benjamin Turok (Sul-Africano membro do Parlamento, ANC), Anthony Venables (Universidade de Oxford), Mauricio Villafuerte (FMI), Christian von Haldenwang (Instituto Alemão de Desenvolvimento), Pierre Jacquemot (IRIS) e Jane Korinek (OCDE). Além disso, Günther Nooke (Ministério Federal Alemão para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), Vijaya Ramachandran, Alan Gelb e Christian Meyer (todos em CGD), Malte Drobe (BGR), Bill Ascher (Claremont McKenna College), John Page (Brookings Institution), Martin Kelly e Ben Willacy (ambos da Wood Mackenzie) forneceram informações valiosas e dados.

Diana Klein dirigiu o processo editorial e supervisionou a produção da publicação em papel e eletrónica com Vanda Legrandgérard, Erik Cervin-Edin, Ly-Na Dollon, Elizabeth Nash e Louise Schets do Centro de Desenvolvimento da OCDE. Aida Buendía foi a responsável pelo layout e design do relatório. A dedicação da equipe de edição e tradução e revisão de leitura foi essencial para a produção a tempo deste relatório.

A generosa doação do Fundo Europeu de Desenvolvimento, gerida conjuntamente pela Comissão Europeia e pelo Secretariado Africano, das Caraíbas e do Pacífico, foi essencial para iniciar e manter o projeto. O apoio financeiro adicional da Bélgica, França, Irlanda, Portugal, Espanha e Suíça é reconhecido com gratidão.

A equipe AEO lembra com carinho seu PNUD colega Sebastian Levine (1969-2013), que contribuiu para as edições do Outlook 2012 e 2013.

This book has...

StatLinks

A service that delivers Excel® files from the printed page!

Look for the *StatLinks* at the bottom right-hand corner of the tables or graphs in this book. To download the matching Excel® spreadsheet, just type the link into your Internet browser, starting with the *http://dx.doi.org* prefix.

If you're reading the PDF e-book edition, and your PC is connected to the Internet, simply click on the link. You'll find *StatLinks* appearing in more OECD books.

Índice

Sumário executivo 10

Parte um: Situação macroeconómica e perspectivas futuras da Africa

Capítulo 1: Perspectivas macroeconómicas em África 17
Capítulo 2: Investimento estrangeiro, ajuda ao desenvolvimento, remessas e receitas fiscais em África 43
Capítulo 3: Políticas comerciais e integração regional em África 67
Capítulo 4: Desenvolvimento humano em África 75
Capítulo 5: Governação política e económica em África 93

Parte dois: Tema especial

Capítulo 6: Transformação estrutural e recursos naturais em África 115

Parte três: Notas países.....201

Notas completas dos países lusófonos disponível na página: www.africaneconomicoutlook.org

Angola
Cabo Verde
Guiné-Bissau
Moçambique
São Tomé e Príncipe

Sumário executivo

Perspectivas macroeconómicas

O PIB de África registou um crescimento de 6.6% em 2012, face a 3.5% em 2011. Esta aceleração foi em parte devida à recuperação considerável do PIB da Líbia, que em 2012 cresceu 96%, depois de uma forte contracção de 60% verificada em 2011, após a revolução. O crescimento real do PIB de África, excluídos os efeitos da Líbia, foi de 4.2%. Assim, a recuperação económica da Líbia acrescentou mais de 2 pontos percentuais ao crescimento registado em África em 2012.

A médio prazo, as perspectivas económicas de África permanecem favoráveis, apesar de alguns países enfrentarem desafios específicos e ventos contrários da economia global, em particular a crise da dívida na Europa e a incerteza orçamental nos Estados Unidos. As projecções apontam para uma melhoria gradual das condições económicas globais, para a estabilidade e consolidação macroeconómica juntamente com o ambiente de paz em países que ainda registam instabilidade política. Sob estas condições, prevê-se que a economia de África registe um crescimento de 4.8% em 2013, e acelere para 5.3% em 2014. Os principais motores do crescimento residirão na expansão da produção agrícola, no crescimento robusto dos serviços e no aumento da produção de petróleo e da actividade de mineração, principalmente em países ricos em recursos. Este padrão de base relativamente ampla de crescimento económico será impulsionado pelo ressurgimento da oferta e da procura interna, esta última impulsionada por um aumento no consumo e no investimento.

Para além disso, assumindo que os riscos nalgumas partes da região estão contidos, a África Ocidental deverá continuar a liderar o crescimento neste continente. Prevê-se, igualmente, que a África Central e a África Oriental alcancem um crescimento robusto. Na África Austral o crescimento permanecerá marcado pela lenta recuperação da África do Sul, a maior economia da região. No Norte da África, é provável que o ritmo lento da transição para a democracia continue a afectar as economias da região, apesar da forte recuperação registada na produção de petróleo da Líbia.

Em 2012, as autoridades monetárias de África tiveram de lidar com as pressões inflacionárias decorrentes dos preços mais altos dos alimentos e dos combustíveis e, em alguns países da África Oriental, da expansão rápida do crédito e da depreciação das taxas de câmbio. Assim, a inflacção média em África aumentou para 9.1%, contra 8.5% no ano anterior, com a inflacção do Sudão, a atingir o valor máximo de 36%. Portanto, tendo em vista os riscos inflaccionistas, as autoridades de vários países perseguiram um delicado equilíbrio entre o crescimento económico e o controlo da inflacção interna. Em alguns países, a política orçamental foi usada para estimular a procura, mitigando assim o impacto adverso da economia global. No entanto, os países com espaço orçamental limitado continuaram com as estratégias de consolidação orçamental para assegurar a sustentabilidade da dívida. Para 2013 e 2014, espera-se algum abrandamento das pressões inflaccionistas, principalmente devido aos preços relativamente estáveis do petróleo e dos bens alimentares.

O principal desafio de curto prazo para o continente reside na consolidação da estabilidade das condições macroeconómicas face a um ambiente económico mais voláctil. Além disso, instituições e regulamentos para a actividade do sector privado devem ser melhorados. A resolução dos problemas de infra-estruturas, aumentando o acesso a serviços públicos essenciais como a saúde, a educação e a segurança colocaria os países no caminho de um crescimento elevado e sustentável e, ao mesmo tempo, permitiria prestar atenção às preocupações decorrentes de uma elevada pobreza e às cada vez maiores desigualdades de rendimentos.

Fluxos financeiros externos

Os Fluxos financeiros externos dirigidos a África quadruplicaram desde 2001 e atingiram um recorde de crescimento em 2012. Após uma queda verificada em 2011, o investimento directo estrangeiro e em carteira recuperaram em 2012. Em 2012, os fluxos financeiros externos representaram em média 18%

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

do PIB em países de baixo rendimento, 11% do PIB em países de rendimento médio (países periféricos) e 4% em países de rendimento médio-alto. Do mesmo modo, as remessas dos emigrantes de África têm vindo a aumentar e continuaram a ser uma importante fonte de subsistência para muitos, durante os choques adversos, e uma tábua de salvação particularmente para os pobres.

Em contraste, metade dos países africanos ainda depende da ajuda como a maior fonte de financiamento externo para acorrer às suas necessidades de desenvolvimento. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento continua a ser um financiamento importante para os países de baixo rendimento (64% dos ingressos totais externos), enquanto os países periféricos confiam mais nas remessas (55% do total de fluxos financeiros) e os países de rendimento médio-alto dependerão, em grande parte, dos fluxos de investimento em certeira e do investimento directo estrangeiro (IDE), 47% e 29%, respectivamente). O investimento em carteira é uma oportunidade para fortalecer as infra-estruturas financeiras e a liquidez, mas representa também um risco de reversão súbita dos fluxos de capitais, como a que assistimos na África do Sul durante a crise financeira global.

Em 2013, o IDE para África, de acordo com as previsões, deverá permanecer estável, aumentando em mais de 10% em 2013, próximo dos níveis registados em 2008. A região da África Austral deverá ser o principal beneficiário dos fluxos de IDE, com os novos investimentos em prospecção de recursos esperados em Angola, Moçambique e África do Sul.

Políticas de comércio e integração regional

O volume das exportações de África destinadas aos seus parceiros comerciais emergentes continua a aumentar progressivamente, nomeadamente para a China, mas também para a Índia, o Brasil e outros. No entanto, por enquanto a Europa e os Estados Unidos continuam a ser os principais parceiros comerciais deste continente. África também está a procurar fortalecer a integração regional e reconhece a necessidade de acelerar a sua implementação. A integração regional permitirá enfrentar os desafios específicos relacionados com o pequeno tamanho de muitas economias africanas. Estes desafios incluem a forte concorrência nos mercados internacionais a par de um fraco poder de negociação nas negociações comerciais internacionais.

A fragmentação de África, caracterizada por muitas pequenas economias, também é outro dos desafios. Contudo, tal tem sido prejudicado pelas complexas relações institucionais e coordenação insuficiente a nível nacional e sub-regional, o que colectivamente mina o papel das comunidades de integração regional na promoção do comércio e crescimento económico. No entanto, a iniciativa da Zona de Comércio Livre Tripartida adoptada pelos Chefes de Estado e de Governo do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade da África Oriental (CAO) e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) pode servir como um modelo útil para uma nova abordagem da integração regional.

Desenvolvimento humano

Muitos países de África têm registado melhorias no desenvolvimento humano, medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano. No entanto, o progresso tem sido lento. A desigualdade de rendimentos está a aumentar e os indicadores de educação e saúde estão a deteriorar-se em algumas partes do continente. Como resultado, para além do ressurgimento de ciclos de conflito e de um acesso restrito ao financiamento e outros serviços, muitas pessoas permaneceram na pobreza, ficando privadas dos benefícios decorrentes do maior crescimento económico. Assim, os países africanos estão confrontados com o "desafio do desenvolvimento" - o de transformar os recursos naturais renováveis e não-renováveis em riqueza nacional - infra-estruturas, rendimentos compartilhados e capital humano.

O desenvolvimento humano, em combinação com o acesso ao financiamento de infra-estruturas, a informação e comunicação e as tecnologias, são importantes facilitadores da transformação estrutural

em África. Especificamente, a capacidade humana impulsiona a transformação estrutural, influenciando tanto a taxa de inovação como a adopção de novas tecnologias. Neste sentido, deverá ser dada maior atenção à melhoria da qualidade dos sistemas de educação e de cuidados de saúde e à promoção da criação de emprego, a fim de diminuir as desigualdades de rendimento.

Governação política e económica

Ao longo dos últimos anos, uma série de países têm registado progressos notáveis no que diz respeito à melhoria do quadro regulamentar do ambiente de negócios e ao fortalecimento das instituições democráticas. As eleições multipartidárias estão firmemente enraizadas em toda a África. No entanto, o progresso continua a ser lento, com alguns países ainda a enfrentar uma erosão das conquistas democráticas e um retorno aos ciclos de violência e instabilidade política. Por exemplo, os recentes acontecimentos políticos na República Centro Africana, Mali e Guiné-Bissau ilustram bem a fragilidade das democracias incipientes.

O aumento da incidência de actividades terroristas e do crime organizado surgiram como grandes ameaças à segurança nalgumas partes de África. Combinadas com persistentes conflitos transfronteiriços, essas ameaças formam bolsas de instabilidade em áreas remotas desprovidas do controlo do Governo e de supervisão. No Norte da África, os protestos populares continuaram em 2012 com os cidadãos a pressionarem novas e profundas reformas e políticas. Noutras partes de África, os protestos foram principalmente associados ao aumento do custo de vida e ao apelo por melhores emprego e condições sociais. A construção de instituições fortes, incluindo o relacionamento dos cidadãos com o Governo e a prestação de contas sobre a qualidade dos serviços e das políticas, também contribui para uma utilização mais eficaz dos recursos naturais com vista a um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Quanto à governação económica, têm sido feitos progressos em várias frentes, nomeadamente na melhoria das práticas reguladoras de negócios e na remoção de nós de estrangulamento no processo de registo de novas empresas. O Ruanda continuou a ser o principal reformador em África. Outros dezassete países africanos, principalmente de baixo rendimento, têm evidenciado melhorias significativas na redução das divergências (das assimetrias) com bons desempenhos em África. Apesar dessas conquistas, os países africanos continuam a ocupar os escalões mais baixos em comparação com outras regiões. Por exemplo, em alguns países, o ambiente de negócios deteriorou-se porque as medidas aplicadas adicionaram complexidade e custos no âmbito dos negócios.

Tema especial: Transformação estrutural e recursos naturais em África

As economias africanas enfrentam hoje o enorme desafio de criar oportunidades de emprego remunerado para milhões de pessoas e não apenas para sustentar o ritmo de crescimento, mas também para o tornar mais inclusivo. A transformação estrutural é fundamental para responder a este desafio e a abundante riqueza em recursos naturais em África pode fornecer a base necessária.

A transformação estrutural conduzirá ao surgimento de novas actividades mais produtivas e a mobilidade de recursos e de trabalho das actividades tradicionais para essas novas actividades, aumentando assim a produtividade global. Sem novas actividades, haverá pouco espaço para impulsionar a economia. Sem a mobilidade de recursos, os ganhos de produtividade não serão difundidos para o resto da economia. Invertendo a tendência anterior da década de 1990, a transformação estrutural em África tem sido positiva ao longo dos últimos 10 anos: a produtividade global aumentou e o trabalho transferiu-se para actividades mais produtivas. No entanto, o crescimento da produtividade foi muito lento e não criou empregos suficientes para fazer baixar a pobreza. Por outras palavras, o défice de crescimento inclusivo em África continua a ser grande e uma rápida transformação estrutural é fundamental para atenuar esta divergência.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Esta situação poderá beneficiar da necessidade de mão-de-obra pouco qualificada e da existência de um baixo rácio de capacitação da mesma. As manufacturas, ao invés dos serviços fornecem a base para empregos pouco qualificados. No entanto, em muitos países, as condições ainda não estão criadas. Neste sentido, África deve trabalhar os seus pontos fortes. O continente tem uma forte vantagem comparativa em recursos naturais, sob a forma de energia, minerais ou agrícolas. Estes podem ser os condutores de transformação estrutural através da ligação ao emprego, às receitas e ao investimento estrangeiro, desde que um adequado ambiente de negócios e sejam definidas políticas de apoio. Não há compensação inerente entre as indústrias baseadas em matérias-primas e em trabalho intensivo: os países com sectores de recursos naturais diversificados também apresentam uma produção mais diversificada.

Infelizmente, isto não foi reconhecido nas tentativas passadas de acelerar a industrialização em África. Muitas vezes, a importância dos processos de aprendizagem para a criação de capacidades produtivas foram ignoradas. Embora os recursos naturais tenham contribuído em menos de um terço para o crescimento de África durante a última década, há muito potencial inexplorado. A transformação agrícola em larga escala ainda está para acontecer e grande parte da riqueza natural do continente ainda está inexplorada. Esta situação está a mudar para melhor: com a expansão da exploração e da produção, África está a conseguir beneficiar mais dos seus recursos.

Fazer tudo certo requer políticas certas. Para este fim, as PEA 2013 desenvolvem uma abordagem com quatro níveis de aproveitamento de recursos naturais para a transformação estrutural.

1. O primeiro nível consiste em colocar em prática as condições adequadas para a transformação estrutural. Tal inclui itens básicos como infra-estruturas e educação para reforçar as competências, mas também mercados suficientemente grandes e competitivos. Os amplos sistemas fiscais e instituições responsáveis que compartilham o poder são igualmente essenciais.

2. Cumprir os requisitos específicos do sector primário para a transformação de combustíveis constitui o segundo nível. Todos os tipos de recursos precisam de um bom manuseamento da terra para prosperar. Os recursos, as competências específicas e a pesquisa são fundamentais para a transformação estrutural baseada em recursos naturais. Além disso, a agricultura precisa de oportunidades de transporte, de fertilizantes e de variedades de plantas mais resistentes. Os recursos extractivistas precisam de incentivos adequados para a exploração de infra-estruturas e muitas vezes específicos, especialmente energia.

3. O terceiro nível centra-se na optimização das receitas de recursos naturais e num investimento adequado. A propriedade estatal não tem, na generalidade, demonstrado ser superior à propriedade privada para a optimização de receitas provenientes dos recursos naturais. Tributar os rendimentos através da negociação e da legislação parece mais eficaz, mas muitos países africanos precisam de apoio para o fazer bem. O investimento das receitas dos recursos deve enfrentar os nós de estrangulamento para a transformação estrutural em geral e os específicos para o desenvolvimento dos sectores de recursos naturais (os primeiros dois níveis). Tal requer uma forte capacidade de gestão dos investimentos e um quadro de despesas estável, apoiados na transparência e controlo social. No entanto, é mais fácil falar do que fazer: muitos países no passado também falharam na administração das receitas de recursos. As lições devem ser tidas em conta. A exploração de recursos naturais também implica desafios ambientais que necessitam de uma gestão forte e perspicaz.

4. Finalmente, o quatro nível reside em promover a transformação estrutural com políticas activas, centradas no aumento da produtividade agrícola em articulação com o desenvolvimento das indústrias extractivas. A transformação agrícola tem sido a chave para muitas histórias de sucesso económico na Ásia, América Latina e Europa. África pode fazer muito para começar a sua própria revolução verde e melhorar a comercialização da agricultura. As indústrias extractivas, principalmente de mineração, fornecem mais oportunidades do que normalmente se pensa. As ligações através de uma cadeia de fornecimento têm um potencial de criação de emprego e de criação de novas capacidades que podem

ser a base para novas actividades numa grande variedade de sectores. O conjunto de ferramentas de política para os Governos inclui a coordenação de investimentos em formação, as infra-estruturas, a logística, a investigação, as políticas voltadas para atrair o IDE e a regulamentação local. As principais empresas internacionais têm um papel importante a desempenhar, especialmente, adaptando os seus contractos ao abastecimento local, e apoiando os fornecedores locais com vista a desenvolver as capacidades necessárias.

A riqueza natural de África possui um grande potencial para acelerar a transformação estrutural e promover um crescimento mais inclusivo. O desafio para os países africanos será adaptar as condições ao seu próprio contexto, focando-se nos sectores com potencial de empregos pouco qualificados para, assim, abrir novas oportunidades para um trabalho sustentável e para a criação de riqueza.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Parte um

Situação macroeconómica e perspectivas futuras da Africa

Capítulo 1

Perspectivas macroeconómicas em África

Este capítulo examina os recentes desenvolvimentos macroeconómicos em África e avança as previsões para 2013 e 2014, com base numa análise detalhada da situação e das projecções para cada país, tal como descrito na Parte três deste relatório. O capítulo aborda as condições da procura e da oferta que estão a afectar o crescimento africano. Descreve igualmente a trajectória dos preços das matérias-primas e a pressão inflacionária, bem como a forma como as políticas monetária e orçamental responderam aos desafios com que os países se defrontam.

Apesar das dificuldades da economia global, as perspectivas para África continuam animadoras. A base do crescimento continua a ser relativamente ampla, impulsionada principalmente pela produção petrolífera e mineira, pela agricultura, serviços e pela procura interna, o que mitiga os efeitos adversos da turbulência global. Em muitos países, porém, o crescimento manteve-se muito moderado, fruto de um fraco desempenho das exportações e das tensões políticas e sociais. Em média, e excluindo as distorções causadas pela evolução volátil do PIB na Líbia, o crescimento económico africano em 2012 registou uma taxa de 4.2%, sendo previsível que acelere para os 4.5% em 2013, atingindo 5.2% em 2014. Esta projecção é elaborada com base numa melhoria gradual das condições económicas globais.

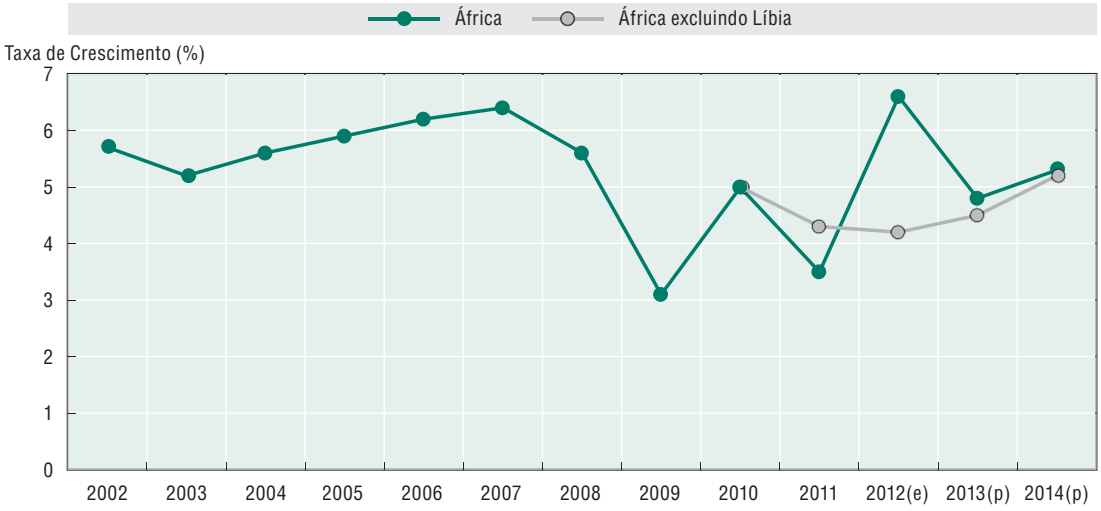
© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

A economia africana continua a demonstrar uma enorme resiliência face à turbulência económica global. A dinâmica de crescimento, no entanto, diminuiu, tanto nos países mais integrados nos mercados internacionais como naqueles onde se registou um agravamento das tensões políticas e sociais. Com uma recuperação gradual da economia global, o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) deverá chegar aos 4.8% em 2013 e aos 5.3% em 2014. Em 2012, o continente registou um crescimento maior (6.6%), mas tal ficou a dever-se à retoma da produção petrolífera na Líbia. Excluindo este país, o crescimento africano em 2012 ficou nos 4.2%, e as previsões apontam para uma subida em 2013 e 2014, quando deverá atingir, respectivamente, 4.5% e 5.2% (Figura 1.1).

Os países ricos em recursos naturais continuam a beneficiar dos preços relativamente elevados das matérias-primas, se bem que o abrandamento da procura global os tenha feito baixar. Em muitos países, as boas colheitas dinamizaram a produção agrícola e ajudaram a mitigar os efeitos adversos dos altos preços internacionais dos alimentos para o consumidor final. Já o regresso da Líbia à produção petrolífera fez aumentar significativamente as exportações de petróleo do continente.

As perspectivas não estão isentas de riscos, dada a fragilidade do ambiente internacional e a persistência de alguns problemas específicos dos países. Dois anos após as revoluções árabes, as tensões políticas e sociais persistem no Egipto, na Líbia e na Tunísia. Há uma retoma gradual da produção no Egipto e na Tunísia, e a produção petrolífera líbia está perto dos níveis anteriores à revolução, mas o desemprego continua muito elevado e a transição política é lenta e problemática. Alguns países no Norte de África e na África Ocidental foram igualmente afectados pelo conflito político e militar no Mali. Na África do Sul, o crescimento foi afectado pelo abrandamento económico global e pela agitação laboral.

Figura 1.1. **Crescimento económico em África**

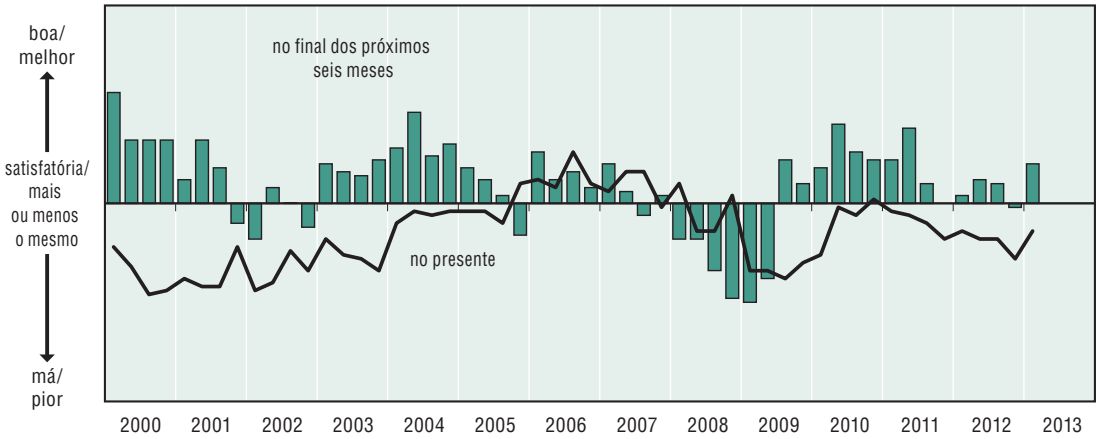


Nota: e: estimativas; p: projecções
Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932806904

A fraqueza do ambiente internacional afectou as economias africanas, se bem que se mantenham expectativas de curto-prazo favoráveis. A avaliação da situação económica feita por participantes africanos num inquérito internacional deteriorou-se em 2011 e 2012, mas no primeiro trimestre de 2013, pela primeira vez desde finais de 2010, tanto a avaliação da situação actual como as expectativas para os próximos seis meses melhoraram (Figura 1.2).

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Figura 1.2. **Avaliação da situação económica presente e expectativas para os próximos seis meses**



Fontes : Ifo Institute for Economic Research; Banco Africano de Desenvolvimento.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932806923

Uma das principais razões para a deterioração das condições económicas em 2011 e 2012 foi o enfraquecimento dos mercados de exportação dos países africanos, tanto nos países desenvolvidos como, se bem que em menor grau, nos países emergentes (Caixa 1.1). Se a importância do comércio do continente com os países emergentes aumentou, com uma crescente parcela do total das exportações africanas, os países desenvolvidos continuam a ser os mais importantes mercados de exportação. Em 2011, um terço das exportações de mercadorias africanas teve como destino a União Europeia (uma descida em relação aos 37% de 2006) e mais de 11% foram para os Estados Unidos (16% em 2006); as exportações para a China cresceram, alcançando cerca de 10% do total, quando em 2006 representavam cerca de 6%, enquanto os dados relativos à Índia apontam para um crescimento, passando de 4.5%, em 2006, para os 6% registados em 2011. A exposição às evoluções nas diversas regiões do mundo, convém salientar, varia muito no continente.

Os países do Norte de África – tal como outros, muito dependentes dos mercados europeus e com uma parcela relativamente alta de exportações no PIB – estão particularmente expostos à debilidade da economia europeia. Em 2011, os exportadores da Tunísia, da Líbia, do Botsuana, de Cabo Verde e das Seicheles despacharam 70% ou mais do total das exportações para a União Europeia. Na Argélia, Marrocos, Camarões, Gana, Maurícias, Moçambique e Serra Leoa, as quotas de exportação para a Europa situam-se entre os 50 e os 60%. Para muitos outros países africanos, a Europa continua a ser o principal destino das exportações, mesmo que essa parcela esteja em decréscimo. A África do Sul, que tem na União Europeia o seu maior parceiro comercial, sofreu os efeitos da crise na zona euro, com o volume de mercadorias exportadas para esta região a cair drasticamente na primeira metade de 2012. Se no primeiro semestre de 2011 este comércio deu um contributo positivo de 0.2% para o crescimento do PIB, já no período homólogo de 2012 a sua contribuição foi negativa, com -0.6%. Esta contracção explica, em boa parte, o fraco desempenho do crescimento sul-africano neste período (OCDE, 2012).

Para muitos outros países, porém, a China já é o principal mercado exportador (Rep. Democrática do Congo, República do Congo, Sudão, Angola, Mauritânia e Zâmbia), enquanto os Estados Unidos são o primeiro destino das exportações do Chade e do Lesoto. Na Guiné-Bissau, a esmagadora maioria das exportações (90%) dirige-se ao mercado indiano.

As Tabelas 1.4a e 1.4b ao final deste capítulo apresentam em detalhe as projecções macroeconómicas para África e para os agrupamentos regionais.

Caixa 1.1. **Lenta melhoria das condições económicas globais**[1]

À recuperação da economia mundial em 2010, após a severa recessão de 2009, sucederam dois anos de crescimento moderado. As principais razões para a persistente fraqueza da economia mundial foram o agravamento da crise na zona euro, o crescimento incipiente nas restantes maiores economias, nomeadamente os Estados Unidos e o Japão, e um crescimento moderado nos países emergentes como a China, a Índia e o Brasil. A permanência das medidas quantitativas de estímulo à economia nos Estados Unidos, na Europa e no Japão demonstram a dificuldade de regressar a um crescimento sustentado após a crise financeira. No entanto, diminuiu o risco de uma nova recessão na economia mundial, e alguns indicadores económicos relevantes indiciam alguma melhoria. Mas, em paralelo, crescem os receios de que o excesso de liquidez gerado pelos estímulos aplicados nos países desenvolvidos possa levar ao surgimento de novas bolhas no mercado de activos e à queda das taxas de câmbio, abaixo do valor de mercado. Esta situação, por seu turno, poderá levar a desvalorizações competitivas e à imposição de novas medidas de proteccionismo comercial. Esta edição das *Perspectivas Económicas em África* parte do pressuposto de que esses riscos podem ser evitados e de que o crescimento global e o comércio mundial irão acelerar gradualmente ao longo de 2013-2014. A nossa projecção para África assume que o crescimento da produção mundial em 2013 continuará modesto, em torno dos 3.5% (2.9% em 2012), e acelerará em 2014, para um valor superior a 4%. O crescimento do volume do comércio mundial deverá ser gradual, passando de cerca de 3%, em 2012, para valores entre os 4 e os 5% em 2013, e 6 a 7% em 2014. No entanto, estas projecções ainda ficam aquém dos níveis anteriores à crise. Entre 2004 e 2007, o crescimento anual da produção e do comércio mundial situou-se, respectivamente, em torno dos 5% e dos 9%. A recuperação gradual do comércio mundial deverá beneficiar os exportadores africanos.

A **zona euro** entrou em recessão em 2012, com um decréscimo do PIB de 0.4%. Os dois anos anteriores ficaram marcados por uma recuperação ténue e curta – depois do declínio de 4.3% de 2009, o PIB cresceu 1.9%, em 2010, e 1.5% em 2011. Para 2013, prevê-se a estagnação ou mesmo uma ligeira queda, e apenas em 2014 se deverá registar um crescimento na casa dos 1-1.5%. Só então, seis anos depois do início da recessão, o PIB voltará ao nível de 2008. A zona euro continua a debater-se com os fracos níveis de confiança, consequência das crises da dívida soberana e do sector bancário que persistem em diversos países. Esta situação, em conjunto com a aplicação de medidas de austeridade, encolhe a procura interna, ao mesmo tempo que a fraqueza do comércio global deprime a procura de exportações. A reduzida procura agregada dificulta ainda mais a já árdua tarefa de redução dos défices orçamentais. As economias altamente endividadas estão em simultâneo a tentar recuperar a competitividade pela via da diminuição salarial (desvalorização interna). Estas medidas, a longo-prazo, deverão ajudar ao crescimento, mas no curto-prazo provocam a diminuição da procura interna. Na zona euro, a Grécia tem a recessão mais profunda e longa. Em finais de 2013, o PIB grego estará mais de 25% abaixo do nível de 2007. A crise na Grécia afectou o sistema bancário cipriota, levando o país a ficar à beira da bancarrota. Nos outros países atingidos pela crise da dívida – Itália, Espanha e Portugal – 2012 foi ano de recessão, que deverá manter-se em 2013. Na Irlanda, país igualmente afectado pela crise, a saída da recessão foi mais célere e o país tem agora um crescimento moderado. Em 2012, o PIB alemão registou um crescimento próximo de 1%; já situação em França e a Grã-Bretanha ficou marcada pela estagnação ou mesmo pelo ligeiro declínio do produto. Nestes países, este período de crescimento reduzido deverá manter-se no primeiro semestre de 2013, com alguma aceleração no segundo semestre e em 2014.

A **economia norte-americana** recuperou gradualmente em 2012, alicerçada principalmente no consumo privado e na recuperação do mercado imobiliário. O crescimento, no entanto, foi afectado por diversos factores conjunturais, como a quebra na produção agrícola, provocada pela seca, e a passagem do furação Sandy. O fraco desempenho exportador e, no final do ano, o risco de um enorme aperto fiscal (o designado precipício orçamental) afectaram negativamente

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

a confiança empresarial. Se as consequências mais drásticas do precipício orçamental foram evitadas pelo acordo alcançado entre Democratas e Republicanos, o agravamento orçamental não deixa de ser substancial, pois as medidas de estímulo temporárias expiraram no início do mês de Março de 2013. São necessários mais compromissos entre os dois partidos políticos para a definição de uma via sustentável de médio-prazo para a consolidação orçamental, que não impliquem, a curto-prazo, restrições excessivas à procura agregada. Espera-se que que a recuperação se mantenha débil, com um crescimento do PIB a oscilar entre os 2 e os 2.5%, em 2013, e os 2.5-2.75% em 2014. A Reserva Federal continua a impulsionar a economia com a manutenção da taxa de juro em cerca de 0-0.25%e a aumentar a liquidez pela compra de obrigações do tesouro. A Reserva Federal anunciou a manutenção destas políticas até à melhoria substancial do mercado de trabalho.

No **Japão**, o primeiro semestre de 2012 foi marcado pelo aumento da procura agregada causado pelos custos da reconstrução subsequente ao terramoto e ao tsunami de Março de 2011. No entanto, após o abrandamento dos gastos com a reconstrução, a que se juntou a diminuição do comércio mundial, a recuperação estagnou. Prevê-se que o crescimento do PIB desça dos 2 pontos percentuais registados em 2012 para cerca de 1%, tanto em 2013 como em 2014. Espera-se que o Banco do Japão mantenha a política expansionista de incentivo ao crescimento económico.

Na **China**, o crescimento abrandou em 2012: dos 10.4%, de 2010, e dos 9.3% de 2011 para um valor abaixo dos 8 pontos percentuais. Esta desaceleração ficou a dever-se principalmente à diminuição das exportações e da procura interna, provocada pelas medidas governamentais de controlo das pressões inflacionárias. Mesmo com as actuais taxas de crescimento, porém, a economia chinesa contínua robusta, afastando receios de uma queda brusca. As previsões internacionais apontam para um crescimento situado entre os 8% e os 8.5% em 2013, mas em Março de 2013 o governo chinês definiu uma meta mais baixa de 7.5%, um valor em linha com os dados de 2012. No futuro, espera-se que o padrão da procura se altere, de uma produção intensiva em matérias-primas para o consumo e os serviços. Isto poderá conduzir à redução da procura global de matérias-primas, afectando assim negativamente os exportadores africanos. De forma similar, com a pressão para o aumento interno dos salários, as empresas chinesas podem optar por maior investimento na indústria transformadora no estrangeiro, o que poderá ajudar à diversificação das economias dos países africanos.

Em 2012, o crescimento da **Índia** desceu para cerca de 5% (quando tinha registado valores de 6.9%, em 2011, e 9.6% em 2010). O decréscimo foi atribuído a uma combinação entre a quebra do comércio mundial e a incerteza interna. Uma procura interna mais baixa e a depreciação da taxa de câmbio levaram à diminuição das importações e ao decréscimo do défice das contas correntes. No entanto, a elevada inflação e o alargamento do défice orçamental limitam a margem de manobra para a prossecução de políticas monetárias e orçamentais expansionistas. Prevê-se que a subida da produção agrícola e os efeitos positivos das recentes políticas estruturais, bem como a melhoria das condições externas, possa gerar um aumento do crescimento, que se deverá situar na casa dos 6.5-7%, em 2013 e 2014.

O crescimento na **América Latina** abrandou em 2012, chegando a um valor de aproximadamente 3%, em contraste com os 4.3% registados em 2011 e os 6% de 2010. O abrandamento foi causado pela fraqueza dos mercados exportadores, incluindo a China, bem como por condições específicas dos diversos países. A taxa média de crescimento da região deverá recuperar gradualmente, atingindo 3.5% em 2013 e os 4% em 2014, em consequência de desenvolvimentos no comércio global e da melhoria das debilidades internas. No Brasil, a maior economia da região, o crescimento contraiu-se ainda mais em 2012, para cerca de 1%, uma descida face aos valores registados em 2011 (2.7%) e 2010 (7.5%). A economia continua a ser afectada por incertezas políticas internas, pela fraqueza do ambiente global e pela perda de competitividade, pois os fluxos de capital geraram uma sobrevalorização da taxa de câmbio. Prevê-se que os fortes estímulos monetários e orçamentais, juntamente com reformas do lado da oferta, levem a um aumento gradual do crescimento para 3.5% e 4%, em 2013 e 2014 respectivamente.

O crescimento africano visto à lupa

As projecções apontam para que o crescimento africano se situe nos 4.8%, em 2013, atingindo 5.3 pontos percentuais em 2014; estes dados significam que o crescimento africano continuará abaixo da média registada nos três anos que antecederam a recessão global de 2009, de aproximadamente 6%. Mesmo assim, esta projecção é ligeiramente superior à estimativa de tendência de crescimento – 4.5% (Caixa 1.2) –, mas permanece abaixo dos níveis considerados suficientes para a redução da pobreza (7%). Com um aumento anual da população superior a 2%, a redução da pobreza requer um crescimento *per capita* sustentável de quase 5%. Para o período 2013-2014, prevê-se que a média do crescimento do rendimento *per capita* seja inferior a 3%. No entanto, a relação entre crescimento económico e pobreza é complexa, sendo igualmente relevantes elementos como a qualidade do crescimento e a distribuição dos rendimentos. Para além disso, a concentração exclusiva no crescimento do PIB e do PIB *per capita* negligencia os efeitos dos termos de troca. Quando um país tem termos de troca favoráveis, isto é, quando os preços das exportações sobem mais do que os das importações, o rendimento real disponível é maior do que aquele que é medido pelo PIB. Em contraste, quando um país tem termos de troca desfavoráveis, com os preços das importações maiores do que os das exportações, o rendimento real disponível é menor do que aquele que é medido pelo PIB. Nos últimos dez anos, o continente africano registou, em média, uma valorização dos termos de troca, consequência dos elevados preços das matérias-primas. Alguns países, todavia, sofreram uma depreciação significativa dos termos de troca. Com a inclusão dos efeitos dos termos de troca, os países africanos exportadores de petróleo alcançaram, em média, um crescimento superior a 7% nos últimos dez anos, o que – teoricamente – deveria ter sido suficiente para reduzir de forma significativa a pobreza (Caixa 1.3). Apesar de alguns destes países terem registado alguma melhoria nas condições de vida, a pobreza continuou elevada: os benefícios das altas taxas de crescimento não se propagaram a toda a população. Por outras palavras, o crescimento não foi inclusivo. O desafio que África enfrenta é não só alargar a tendência de crescimento a todo o continente, mas sobretudo conseguir que esse crescimento seja inclusivo.

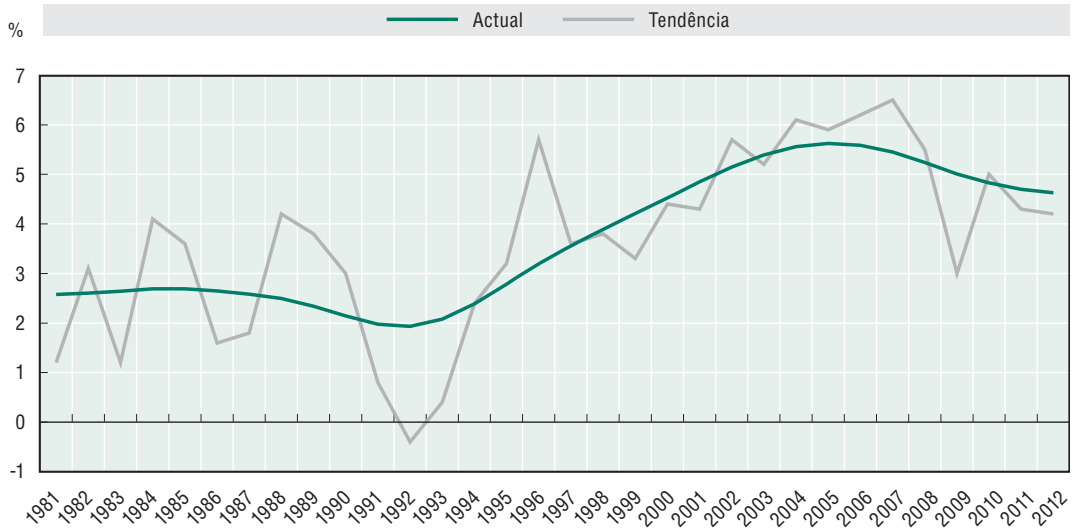
Caixa 1.2. **Factores subjacentes à tendência de crescimento em África**

Desde a década «perdida» de 1980 e do início dos anos 90, o desempenho económico africano melhorou significativamente e o continente iniciou um processo de recuperação do atraso. Entre 1996 e o ano 2000, a média do crescimento anual do PIB rondou os 5% e o PIB *per capita* aumentou anualmente uma média de 2.5%. Em consequência, em 2010 o rendimento *per capita* africano superou o nível de 1995 em 46 pontos percentuais. O *catching-up* das economias africanas foi generalizado, e não foram muitos os países que ficaram à margem deste processo. Os choques externos – a recente crise financeira global de 2008 ou acontecimentos políticos como a 'Primavera Árabe' de 2011 – afectaram negativamente a média de crescimento do continente. De forma a examinar mais detalhadamente os factores subjacentes ao desempenho do crescimento africano, é assim necessário calcular a tendência de crescimento eliminando os efeitos de curto-prazo do crescimento anual. Recorrendo ao filtro de Hodrick-Prescott, Leibfritz e Flaig (2013) sustentam que entre 1980 e o início da década de 1990 a tendência da taxa de crescimento africana foi de apenas 2.5%. De 1993 a 2006 houve um aumento regular da tendência da taxa de crescimento para cerca de 5.75% e, desde então, regista-se um ligeiro decréscimo, causado especialmente por valores relativamente baixos em 2009 e 2011. Em 2012, o valor estimado para a tendência da taxa de crescimento africana é de aproximadamente 4.5%. Esta tendência de crescimento foi calculada com recurso ao parâmetro de alisamento de 30. Assim, os 4.2% que regista o crescimento do PIB africano em 2012 – excluindo o efeito da Líbia – são ligeiramente menores do que a tendência de crescimento subjacente; a nossa projecção para 2013 equivale à tendência de crescimento, e excede-a ligeiramente em relação a 2014 (superior a 5%).

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

De acordo com estas estimativas, a tendência de crescimento na África do Sul, a maior economia do continente, foi ligeiramente superior a 1% até ao final do *apartheid*, em 1993. Os autores argumentam que o fim do *apartheid* teve um efeito positivo imediato no crescimento de cerca de um ponto percentual, aumentando a tendência de crescimento entre 1993 e 1994, de aproximadamente 1% para 2%. A tendência de crescimento subiu para 4% em 2005 mas decresceu a partir daí, registando um valor ligeiramente abaixo dos 3% em 2012. Neste ano, o crescimento do PIB foi menor do que a tendência de crescimento, mas espera-se que seja maior em 2014, o que sugere uma recuperação cíclica. No Egipto, a segunda maior economia africana, a tendência de crescimento em 2012 foi estimada em cerca de 4%, abaixo dos 5% de 2012. A revolução de 2011 e a presente incerteza política reduziram o crescimento para cerca de 2%, tanto em 2011 como em 2012 e (as projecções para isso apontam) 2013, o que representa apenas metade da tendência de crescimento subjacente. De qualquer modo, os recentes acontecimentos políticos dificultam muito a determinação da tendência de crescimento com algum grau de confiança. Na Nigéria, a terceira maior economia africana, estima-se que a actual tendência de crescimento se situe em torno dos 7%, um valor mais baixo relativamente aos 9% registados no início da década de 2000. As estimativas para 2013 e 2014 estão em linha com esta tendência.

Figura 1.3. **Tendência do crescimento em África (%)**



Nota: 2011 e 2012, excluindo a Líbia.
Fontes: Leibfritz and Flaig (2013).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932806942

Caixa 1.3. **Efeitos dos termos de troca**

No período compreendido entre 2002 e 2011, a média do crescimento do PIB real africano foi de 5.3%. Por comparação com os anos 90, verifica-se uma duplicação do crescimento, o que gerou uma avaliação muito mais optimista relativamente ao desenvolvimento económico do continente. Olhar para o crescimento do PIB real, porém, não permite analisar toda a realidade, particularmente quando os termos de troca, isto é, os preços das exportações vis-à-vis os das importações, sofrem alterações significativas, como sucedeu em muitos países africanos. Enquanto o PIB real mede a produção de bens e serviços de um país, o PIB ajustado por termos

de troca, também designado por "PIB ajustado", mede o poder de compra dessa produção, ou seja, o rendimento de que um país pode dispor. Na década de 2000, muitos países africanos não só beneficiaram de um maior crescimento do PIB mas também de valorizações dos termos de troca, consequência da subida dos preços das matérias-primas, que impulsionaram o crescimento do PIB ajustado para valores acima do crescimento do PIB. Em contraste, alguns países importadores de petróleo e alimentos sofreram a deterioração dos termos de troca, pois os preços das importações cresceram mais do que os das exportações, fazendo com que o crescimento do PIB ajustado fosse menor do que o crescimento do PIB. ´

As Figuras 1.4, 1.5 e 1.6 e a Tabela 1.1 mostram o crescimento do PIB real e do PIB ajustado aos termos de troca em todo o continente africano, nos países importadores e exportadores de petróleo. Revelam que, na maior parte dos anos, África conseguiu, em média, valorizações dos termos de troca, pelo que o crescimento do PIB ajustado foi maior do que o do PIB. Entre 2002 e 2011, em média, o efeito dos termos de troca foi de 0.9 pontos percentuais, fazendo elevar o crescimento do PIB ajustado para 6.2%, por comparação com um crescimento do PIB de 5.3%.

No entanto, o efeito dos termos de troca foi bastante volátil. Em 2009, quando a recessão global fez baixar consideravelmente os preços das matérias-primas petrolíferas e não petrolíferas, África sofreu uma pesada deterioração dos termos de troca. Em resultado, o PIB ajustado decresceu mais de 5%, enquanto o PIB ainda registou um crescimento positivo de cerca de 3%. Quando a economia global recuperou, em 2010, e os preços das matérias-primas voltaram à via ascendente, África registou grandes valorizações dos termos de troca e o PIB ajustado subiu acima dos 12%, mais do que duplicando a taxa de crescimento do PIB, de 5%. Em 2011, as valorizações dos termos de troca foram menores, pelo que as taxas de crescimento do PIB e do PIB ajustado foram muito similares (respectivamente 3.2% e 3.4%).

Entre 2002 e 2011, em média, tanto os países exportadores de petróleo como os importadores beneficiaram de valorizações dos termos de troca. Mas, como seria expectável, os exportadores de petróleo foram mais beneficiados do que os importadores. Nos países exportadores de petróleo, as valorizações dos termos de troca elevaram a média de crescimento do PIB ajustado para os 7.4%, ou seja, 1.5% acima do crescimento do PIB. Já nos importadores de petróleo, o efeito dos termos de troca foi igualmente positivo, mas apenas em 0.5%, elevando assim o PIB ajustado para os 5%, enquanto o crescimento do PIB se situou em 4.5%. Os efeitos dos termos de troca são muito voláteis, nos dois casos. Em 2009, os países exportadores de petróleo sofreram uma pesada deterioração dos termos de troca, fruto da queda nos preços do petróleo, o que gerou um declínio do PIB ajustado de quase 13%, enquanto o crescimento do PIB se manteve positivo (4.3%). Em contraste, os importadores de petróleo tiveram pequenas valorizações dos termos de troca, pois os preços das importações desceram mais do que os das exportações. Assim, o crescimento do PIB ajustado foi maior (2.4%) do que o crescimento do PIB (1.7%).

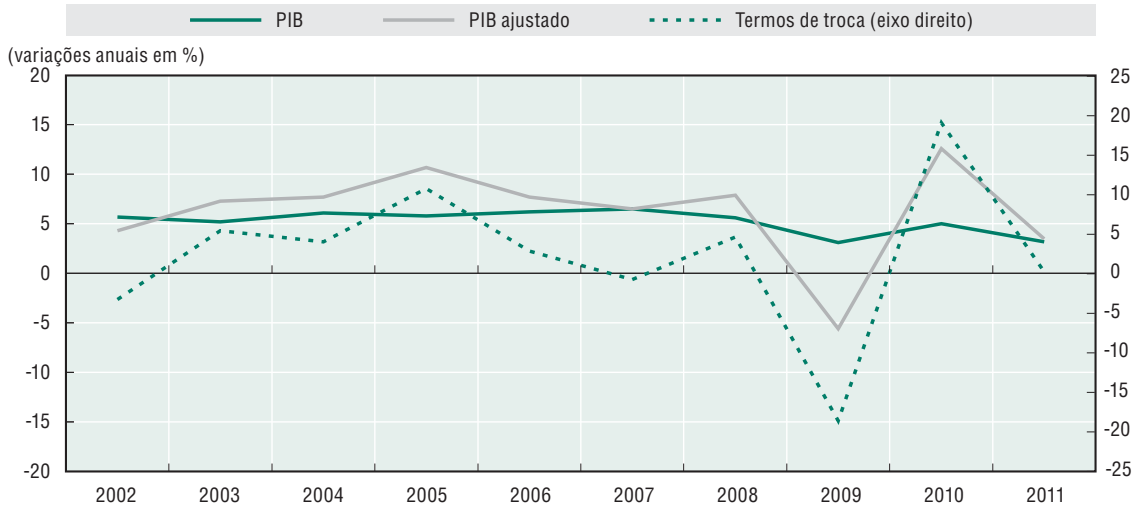
Os efeitos dos termos de troca diferem substancialmente de país para país. Alguns países ricos em recursos naturais conheceram valorizações particularmente significativas, enquanto países pobres em recursos sofreram a deterioração dos termos de troca. Estes resultados demonstram que nos últimos dez anos o continente africano, em média, conseguiu ganhos de termos de troca, o que fez com que o poder de compra subisse mais do que o sugerido pelo crescimento da produção. Em países onde se verificou uma distribuição alargada desta subida do poder de compra, o nível de vida melhorou mais do que o sugerido pelo crescimento do PIB *per capita*. No entanto, é também possível, e não improvável, que em muitos países ricos em recursos a subida dos preços das exportações (que gerou valorização dos termos de troca) tenha beneficiado sobretudo companhias petrolíferas e mineiras estrangeiras e/ou uma pequena elite económica e política, enquanto os cidadãos, de uma forma geral, tiveram poucos ou nenhuns benefícios dessa valorização.

As nossas conclusões sugerem que a análise da trajectória do crescimento africano deve ser alargada de forma a incluir as alterações nos termos de troca. Perante as valorizações dos termos

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

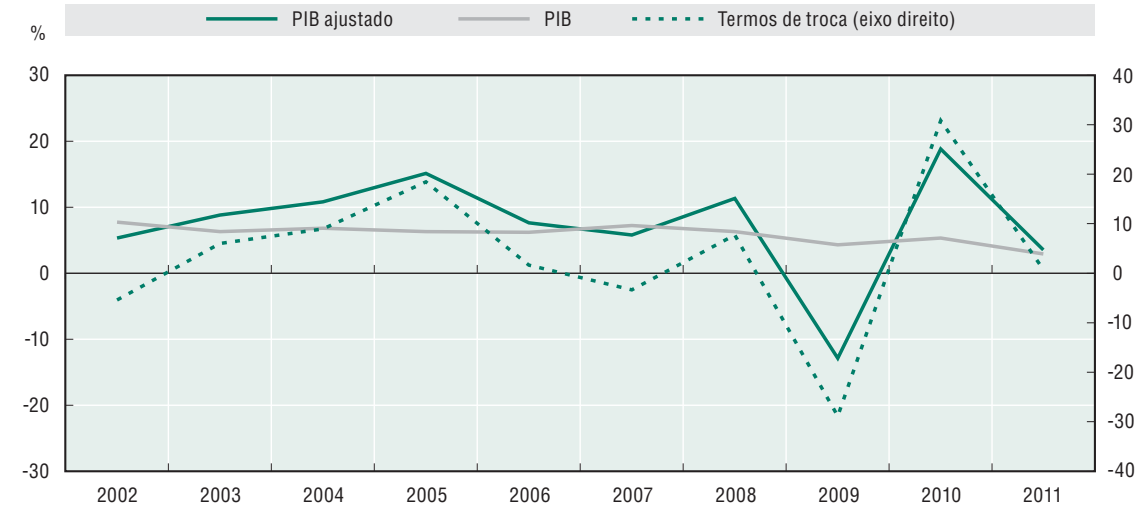
de troca do passado, muitos países africanos, nomeadamente aqueles com riquezas naturais, tiveram maior margem para desenvolverem as condições de vida das suas populações do que o que se poderia concluir pelo crescimento do produto. Se foram feitos alguns progressos ao nível da qualidade de vida, há uma imensa necessidade – e espaço – de tornar o crescimento mais inclusivo. Dada a volatilidade dos preços das matérias-primas e dos termos de troca, é necessário reforçar políticas que mitiguem os seus efeitos na economia (por exemplo, através da constituição de reservas). A diversificação da economia pela via do alargamento da pauta exportadora e a redução da dependência de importações de combustíveis e alimentos também aumentam a resiliência dos países face a mudanças abruptas dos preços das matérias-primas e a choques negativos de termos de troca. A longo prazo, permitem igualmente melhorar as condições para um crescimento sustentável.

Figura 1.4. **África: PIB real, termos de troca e PIB ajustado**



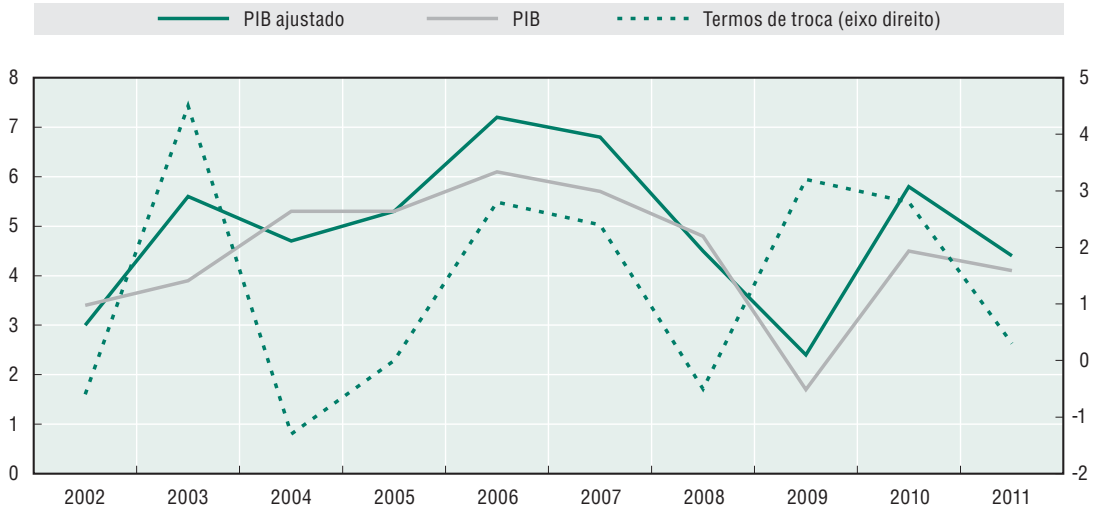
Fonte: Cálculos do autor.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932806961

Figura 1.5. **Países exportadores de petróleo: Crescimento do PIB, PIB ajustado e termos de troca em %**



Fonte: Cálculos do autor.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932806980

Figura 1.6. **Países importadores de petróleo: Crescimento do PIB, PIB ajustado e termos de troca em %**



Fonte: Cálculos do autor.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932806999

Tabela 1.1. **Crescimento médio anual do PIB e do PIB ajustado 2002-2011 (%)**

	PIB	PIB ajustado	Efeito dos termos de troca
África	5.3	6.2	+ 0.9
Países exportadores de petróleo	5.9	7.4	+ 1.5
Países importadores de petróleo	4.5	5	+ 0.5

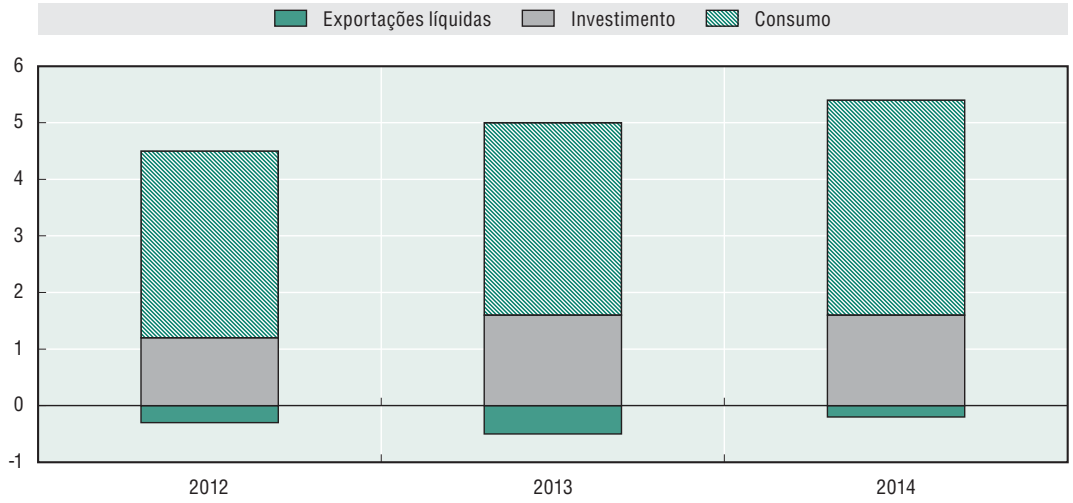
Fonte: Cálculos do autor.

O crescimento africano baseia-se na actividade interna, com exportações moderadas

A procura interna foi o principal motor da ***procura*** em muitos países africanos. No entanto, esta realidade não consegue ultrapassar completamente os efeitos adversos causados por uma procura global externa mais débil. A procura interna foi frequentemente impulsionada pelo consumo privado e pelo investimento, público e privado (Figuras 1.7 e 1.8). O consumo privado ancorou-se em ganhos mais elevados em sectores nacionais, um valor recorde de remessas e a expansão do crédito ao consumo. O investimento privado baseou-se muitas vezes na produção de crude e na mineração, com recurso a fluxos de investimento directo (para os Fluxos Financeiros em África, ver o Capítulo 2). A persistente fraqueza da economia global condicionou os volumes das exportações africanas e reduziu os preços de algumas matérias-primas, mas o nível global dos preços permaneceu, de forma geral, favorável para os exportadores africanos. Em algumas regiões e países, como no Norte de África, no Mali, na RD Congo e na Nigéria, o crescimento foi refreado por tensões políticas e/ou problemas de segurança.

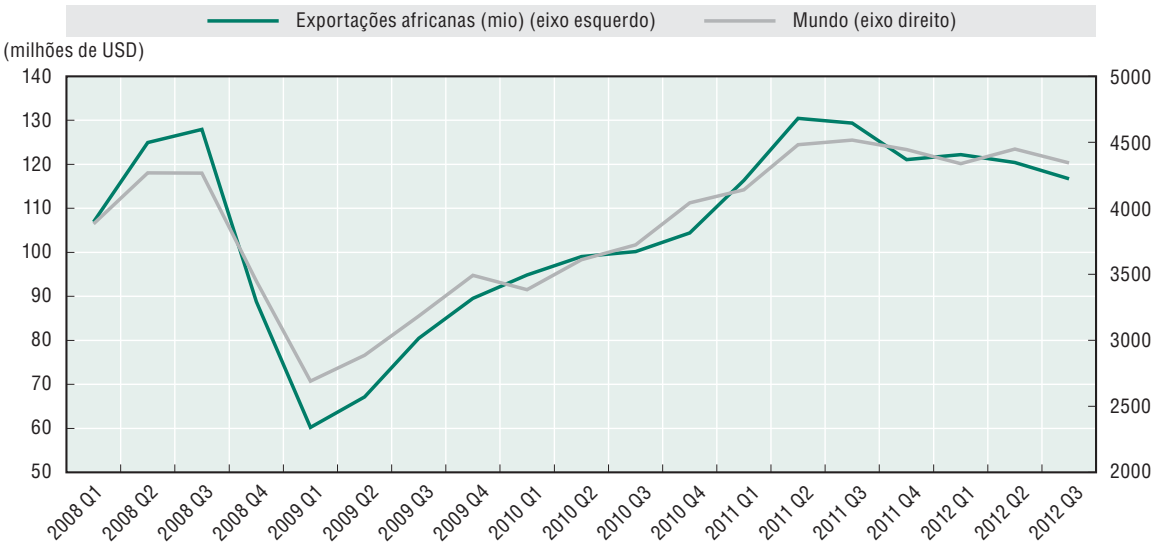
© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Figura 1.7. **Contribuição da procura para o crescimento do PIB africano (pontos percentuais)**



Nota: Excluindo a Líbia
Fonte: Estimativas do Banco Africano de Desenvolvimento
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807018

Figura 1.8. **Bens, valor das exportações (milhões de USD)**



Fonte: Direcção de Estatísticas Comerciais do FMI (DOTS)
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807037

Do lado da ***oferta***, os principais motores do crescimento foram, frequentemente, a ***agricultura*** e os serviços e, em alguns países ricos em recursos, o aumento da produção de petróleo e da actividade mineira. Apesar de muitos países africanos terem aplicado medidas de diversificação das suas economias, o progresso foi lento (ver a Parte 2 deste relatório, dedicada à transformação estrutural em África).

Do lado da oferta, os principais motores do crescimento foram, frequentemente, a agricultura e os serviços e, em alguns países ricos em recursos, o aumento da produção de petróleo e da actividade mineira. Apesar de muitos países africanos terem aplicado medidas de diversificação das suas economias, o progresso foi lento (ver a Parte 2 deste relatório, dedicada à transformação estrutural em África).

A ***agricultura*** continua a ser a maior fonte de emprego, com 60% da força de trabalho africana empregada neste sector. No entanto, a sua parcela no PIB é muito menor, representando uma média de 25%, um indicador do baixo nível de produtividade e de rendimento gerado. O tamanho do sector varia muito entre os países. No Burkina Faso, Burundi, Etiópia, Guiné Conakri, Guiné-Bissau, Malawi, Mali, Moçambique, Níger e Ruanda, 80 a 90% do total da força de trabalho concentra-se no sector agrícola. Em alguns destes países (Etiópia, Guiné-Bissau, Mali e Níger), a agricultura contribui com 40% ou mais para o PIB. Noutros, poucos (Libéria, República Centro-Africana e Serra Leoa), o sector agrícola contribui entre 50 e 70% para o PIB (representando entre 60 a 70% do emprego). Na África do Sul e nas Maurícias, porém, o sector agrícola dá emprego a menos de 10% da força de trabalho e representa menos de 5% do PIB.

Em 2012, a produção agrícola em muitos países africanos foi impulsionada por condições climatéricas favoráveis. Esta situação ajudou a reforçar a oferta alimentar para consumo interno e a mitigar o impacto da subida global dos preços dos alimentos. Ao aumentar os volumes de exportação de produtos agrícolas, como o algodão e o café, os agricultores puderam, parcialmente, compensar a quebra dos preços das exportações. A produção agrícola não foi, no entanto, igual por todo o continente e o sector continua a ser particularmente vulnerável a condições ambientais e climatéricas adversas, bem como aos choques da procura externa. Em 2012, as más condições climatéricas reduziram a produção agrícola em diversos países, como os Camarões, a Gâmbia e o Lesoto. O Malawi foi alvo de más condições climatéricas, que causaram a redução da produção de tabaco, o que, em conjunto com o colapso do preço desta mercadoria, a sua principal exportação, gerou uma grande escassez de moeda estrangeira. No Quénia, a crise económica na Europa fez diminuir a exportação de produtos hortícolas para o mercado europeu.

O **sector dos serviços** tornou-se um dos principais motores do crescimento em muitos países africanos. Serviços tradicionais, como os transportes, o comércio, o imobiliário e a administração pública continuaram a desempenhar um importante papel em 2012, mas com as novas tecnologias registam-se grandes desenvolvimentos na informação e nas telecomunicações, bem como nos serviços financeiros e no sector dos seguros. No Mali, porém, os serviços foram muito atingidos pelos acontecimentos políticos, com a ocupação da zona norte do país por grupos islâmicos, até que estes foram afastados por forças militares na ofensiva de Fevereiro-Março de 2013.

O turismo, outra importante fonte de emprego, continuou a desenvolver-se em diversos países, se bem que tenha retrocedido noutros. Cabo Verde, as Seicheles, a Gâmbia, o Quénia e o Uganda registaram números recorde de entrada de turistas. Nas Maurícias, o movimento turístico diminuiu e a crescente presença de turistas asiáticos e africanos não compensou totalmente o declínio de entrada de europeus. No Egipto e na Tunísia, o turismo recuperou da forte queda de 2011, mas continua abaixo dos níveis registados antes das revoluções.

O **sector mineiro e a exploração petrolífera** mantêm-se como principais motores do crescimento nos países ricos em recursos, como Angola ou o Gabão, e particularmente na Líbia, onde a produção e a exportação foram retomadas após a revolução. Já na Nigéria, o maior produtor de petróleo africano, o sector petrolífero estagnou, sendo o crescimento impulsionado pelo sector não petrolífero. No Chade, a produção petrolífera foi afectada por problemas técnicos, enquanto no Gana e nos Camarões as descobertas de novas jazidas sustentam o crescimento. O sector mineiro é igualmente um motor importante de crescimento em diversos países, muito dependentes deste sector, como o Congo, a RD Congo, a Namíbia e Moçambique. Na África do Sul, a agitação laboral no

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

sector lesou a produção e afectou o clima social em todo o país. No Botsuana, o sector diamantífero foi afectado pela quebra na procura global. Com as recentes descobertas de grandes reservas de gás na costa da Tanzânia e de Moçambique, existe um grande potencial para futuros fluxos de IDE. A África Oriental está a caminho de se transformar numa região rica em recursos naturais.

A indústria transformadora em África é relativamente pequena, com uma contribuição média de 10% no PIB. No entanto, o nível de industrialização é muito variável e depende, entre outros factores, do estádio de desenvolvimento e da disponibilidade de recursos naturais. Os países com níveis mais baixos de rendimento *per capita* e os que têm muitas riquezas naturais tendem a ter sectores transformadores muito reduzidos, frequentemente em torno, ou abaixo, dos 5% do PIB.

Com uma abundante força de trabalho jovem, grandes sectores agrícolas e vastos recursos naturais, África tem um enorme potencial para o desenvolvimento de indústrias transformadoras de mão-de-obra intensiva, nomeadamente em subsectores ligados à agricultura e às indústrias extractivas. No passado, este potencial não foi utilizado. A actividade transformadora é afectada por muitos constrangimentos inerentes a cada país, como estrangulamentos infra-estruturais, incluindo um sistema energético caro e pouco fiável, a ausência de mão-de-obra qualificada, burocracia, excessivos custos de investimento e constrangimentos na procura, causados por uma grande concorrência externa. Nos países ricos em recursos, os efeitos da chamada "doença holandesa" podem igualmente limitar o desenvolvimento da indústria transformadora. Considerou-se que, devido à baixa produtividade, os custos do trabalho unitário são frequentemente relativamente elevados. Em resultado destes constrangimentos, as empresas transformadoras continuaram a ser relativamente pequenas e a fornecer produtos de baixa qualidade aos mercados internos, garantindo por norma poucos empregos produtivos (ver o capítulo temático na Parte 2; BAfD et al., 2012; Banco Mundial, 2012; Clark, 2012).

É certo que existem exemplos positivos de empresas africanas dinâmicas que entram nos mercados internacionais e regionais, adoptando novas tecnologias e técnicas de *marketing*, incentivadas também pela liberalização do comércio regional. Por outro lado, dar respostas aos constrangimentos acima identificados poderia fazer da indústria transformadora um importante motor de crescimento e de criação de emprego em África. Com o aumento da pressão para a subida dos custos na China, as empresas transformadoras africanas poderiam beneficiar mais do investimento directo externo, aumentando a sua competitividade no mercado global.

No passado recente, a indústria não foi geralmente um motor do crescimento africano. A dimensão relativa do sector decaiu ligeiramente entre 2006 e 2011, em cerca de 1 ponto percentual (tanto em média ponderada como não ponderada). Em alguns países, o declínio foi mais acentuado; na África do Sul, a queda chegou a cerca de 4 pontos percentuais (de 17.5% para 13.4%) e no Gana ultrapassou os 3% (de mais de 10% para menos de 7%). No Lesoto, o sector encolheu cerca de 8 pontos percentuais (de 21% para cerca de 13% do PIB) e em Madagáscar 6 pontos (de 14.6% para 8.7%). O Zimbabué registou a maior quebra, de cerca de 13 pontos percentuais (de um valor acima dos 28% para cerca de 15%). Já outros países, como a Tunísia, a Tanzânia, o Uganda, o Burundi e Angola, registaram o aumento do peso da indústria transformadora no PIB.

De qualquer forma, em 2012 o sector transformador ajudou à dinamização do crescimento em diversos países. Na África do Sul, mesmo com uma procura mais fraca do mercado europeu, o sector automóvel registou um desempenho robusto, fruto do aumento da procura interna. Marrocos beneficiou de novos investimentos nas indústrias automóvel e aeronáutica. Na Etiópia, a produção industrial continuou a subir, com o apoio de políticas governamentais. O Níger e a República Centro-Africana registaram igualmente um forte crescimento na indústria transformadora relacionada com as indústrias extractivas e na República do Congo foram as empresas do sector agro-industrial que cresceram. Em contraste, na Tunísia e no Egipto o sector foi afectado pela quebra da procura na Europa e pela incerteza política.

A África Ocidental será a região com crescimento mais acelerado em 2013/2014

Em 2012, o continente registou dinâmicas de crescimento muito variáveis. Os países exportadores de petróleo alcançaram um crescimento do PIB significativamente mais alto do que os importadores, principalmente em consequência da retoma da produção na Líbia. É provável que o melhor desempenho dos exportadores de petróleo se mantenha em 2013 e 2014, mas o diferencial de crescimento em relação aos países importadores de petróleo está cada vez mais pequeno.

A ***Africa Ocidental*** deverá continuar com um crescimento rápido, com taxas de 6.7% em 2013 e 7.4% em 2014. É agora a região africana com crescimento mais acelerado. O crescimento na região é liderado pelos sectores do petróleo e da mineração, mas também pela agricultura e os serviços e, do lado da procura, pelo consumo e investimento. A Nigéria deverá continuar a crescer entre 6.7% e 7.3%, respectivamente, em 2013 e 2014. No Gana e na Costa do Marfim, a média de crescimento deverá subir em 2013/14, ultrapassando os 5%. Alguns países, como o Benim, Cabo Verde e a Guiné-Bissau, continuarão com crescimento mais moderado.

Com o retomar da produção e exportação de petróleo, o PIB da Líbia recuperou 96% em 2012, impulsionando o crescimento no ***Norte de África*** para os 9.5%, após a estagnação do PIB que a região tinha conhecido em 2011. A incerteza política e as difíceis condições económicas internacionais condicionam o crescimento egípcio, que deverá manter um nível moderado, com 2 pontos percentuais, acelerando para os 3.5% em 2014 (mantendo-se assim a níveis abaixo da pré-revolução). A economia tunisina, após um crescimento negativo de cerca de 2% em 2011, recuperou em 2012, subindo mais de 3%. Prevê-se que o crescimento económico se mantenha em redor dos 3.5% em 2013, com uma aceleração para 4.5% em 2014. Marrocos e a Mauritânia continuam a registar um crescimento sólido em 2013/2014, com taxas de crescimento de 6% e quase 5%, respectivamente. Na Argélia prevê-se que o crescimento acelere dos 2.5% de 2012 para valores superiores a 3% em 2013 e 4% em 2014.

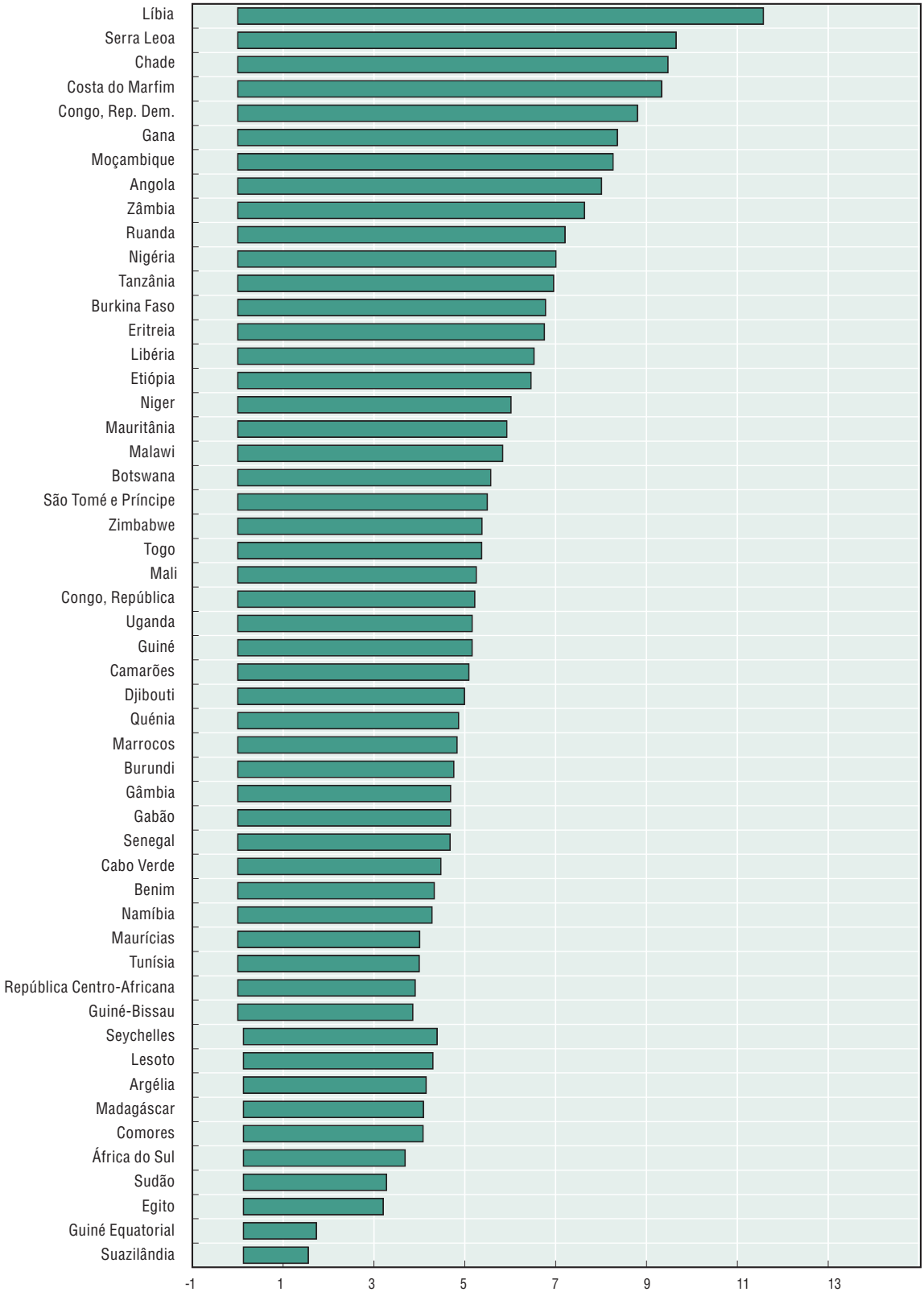
A maioria dos países da ***África Oriental***, como o Ruanda, a Tanzânia, a Etiópia e o Uganda, estão numa via sólida de crescimento, com valores compreendidos entre os 5% e os 7%, no período abrangido pela projecção. Partindo do pressuposto da inexistência de grande agitação pós-eleitoral no Quénia, o crescimento deverá chegar a 4.5% em 2013 e acelerar para um valor superior a 5% em 2014. No Sudão, a economia foi severamente afectada pela secessão do Sudão do Sul. Em 2012, o PIB contraiu e para 2013 apenas se prevê um crescimento moderado, com alguma aceleração em 2014.

O PIB deverá continuar a crescer na ***África Central***, registando valores de 5.7% em 2013 e de 5.4% em 2014; o Chade e a RD Congo deverão ficar acima desta média. No Chade, a produção petrolífera e a agricultura são os principais motores do crescimento. Na RD Congo, o sector da mineração, a agricultura e a construção estão a sustentar o crescimento; todavia, o crescimento sustentável exige estabilidade política, e os problemas de segurança na zona oriental do país afectaram consideravelmente a actividade económica nessa região.

Na ***África Austral***, é previsível que o PIB cresça aproximadamente 4% em 2013, subindo para 4.6% em 2014. Angola, Moçambique, a Zâmbia e o Botsuana deverão manter um crescimento florescente; o Malawi deverá emergir da crise económica de 2012 e regressar a um crescimento sólido. Em 2012, o crescimento económico da África do Sul foi muito afectado pelas greves no sector mineiro e pela recessão na zona euro. Com a melhoria da procura global e políticas macroeconómicas propícias, prevê-se uma recuperação gradual em 2013 e 2014. O Zimbabué continua a registar taxas de crescimento positivas superiores a 5%. No entanto, devido à crise económica e ao decréscimo dos níveis de produção até 2009, no final de 2014 o PIB real ainda deverá continuar a estar mais de um quarto abaixo dos valores de 2001. O crescimento da economia da Suazilândia continua a ser o mais baixo da região e do continente africano. A fraqueza económica é generalizada, cruzando os diversos sectores, se bem que melhores condições climatéricas possam impulsionar a agricultura. Após a crise orçamental, as medidas de austeridade ajudaram a melhorar a posição orçamental, mas deprimiram a procura de curto-prazo (Para o desempenho do crescimento das regiões africanas e de países seleccionados, ver a Tabela 1.2 e a Figura 1.9).

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Figura 1.9. **Crescimento do PIB por país, 2013/2014 (média anual em %)**



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807056

Tabela 1.2. **Crescimento por regiões e grupos de países (crescimento do PIB real %)**

	2011	2012 (e)	2013 (p)	2014 (p)
África	3.5	6.6	4.8	5.3
África Central	5.2	5.7	5.7	5.4
África Oriental	6.3	4.5	5.2	5.6
Norte de África	-0.1	9.5	3.9	4.3
África Austral	4.0	3.7	4.1	4.6
África Ocidental	6.8	6.6	6.7	7.4
Países exportadores de petróleo	2.8	8.7	5.2	5.6
Países importadores de petróleo	4.3	3.9	4.3	4.8
Rúbricas por memória:				
África excl. Líbia	4.3	4.2	4.5	5.2

Nota: (e) estimativas; (p) projecções.
Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento.

Mesmo com algum abrandamento, os preços das matérias-primas continuam favoráveis para os países ricos em recursos

Desde que iniciaram a recuperação dos mínimos registados na recessão global de 2009, os preços das matérias-primas têm-se caracterizado pela volatilidade, vulneráveis a factores macroeconómicos globais e a factores específicos de cada matéria-prima. Após alcançarem o pico em meados de 2011, os preços abrandaram, devido à fraqueza da economia global e ao aprofundamento da crise da dívida da zona euro. No entanto, a preços correntes, os preços das matérias-primas ainda se mantêm elevados, a um nível que sustenta o crescimento dos países ricos em recursos (Figuras 1.10 e 1.11).

O barril de **petróleo** registou um preço médio de 105 USD, um valor quase invariável face aos 104 de 2011. No entanto, este valor foi 70% mais alto do que o registado na recessão global de 2009 e 8% acima da média de 2008, antes da crise. No primeiro semestre de 2012 o preço caiu, em resultado das incertezas sobre as perspectivas globais, mas voltou a subir na sequência do embargo ao Irão e do conflito no Médio Oriente, o que afectou a oferta. Os preços estabilizaram com o aumento de produção da Arábia Saudita, numa tentativa de mitigar os efeitos adversos de preços elevados para a economia mundial. As perspectivas de uma recuperação muito tímida na economia global irão continuar a restringir a procura de petróleo, mas a persistência da tensão política no Médio Oriente, a incerteza e a volatilidade do mercado petrolífero deverão manter-se. A nossa projecção assume que, em 2013, o preço do petróleo permaneça nas imediações do nível de 2012 e que aumente entre 4 a 5% em 2014.

Este nível relativamente alto dos preços beneficia os países africanos exportadores de petróleo. Em 2010, África representou 13% da produção global de petróleo, sendo os maiores produtores a Nigéria, a Argélia, a Líbia e Angola. Outros países altamente dependentes do petróleo são o Chade, a Guiné Equatorial, o Congo, o Gabão e o Sudão do Sul, que detém 75% dos rendimentos petrolíferos que anteriormente pertenciam ao Sudão. No Egipto e nos Camarões, as exportações de petróleo representam cerca de metade do total das exportações de mercadorias. No Gana, a produção comercial de petróleo teve início em Dezembro de 2010; a descoberta de novas reservas do Uganda deverá aumentar a produção no futuro.

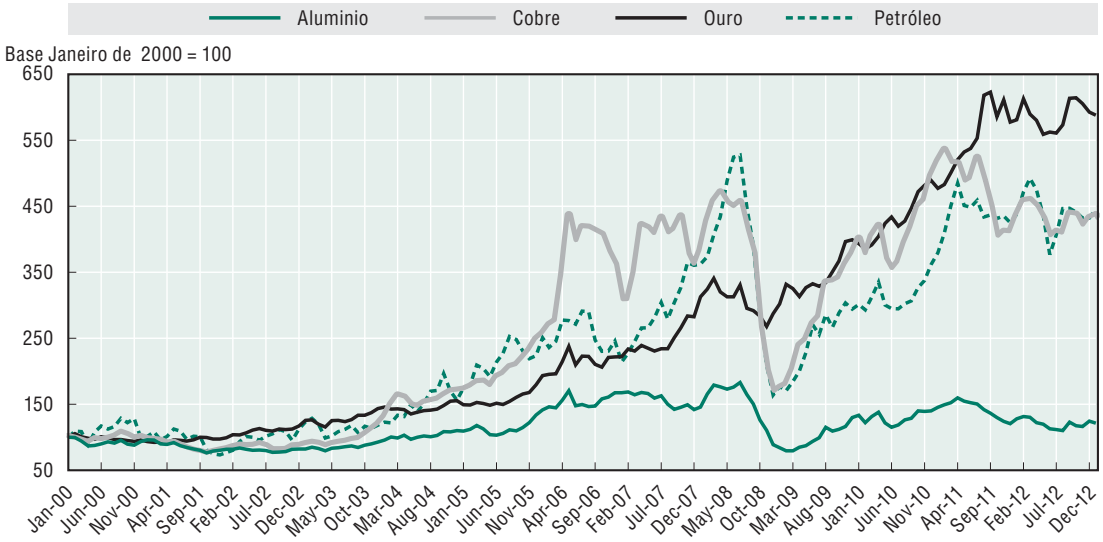
O ***preço do ouro*** continua igualmente volátil, reflectindo os receios face à crise da dívida na Europa e à inflação – uma vez que o ouro continua a utilizado como garantia. África produz quase um terço da produção global de ouro. A África do Sul é o maior produtor do continente, seguindo-se o Gana. Outros países africanos (Mali, Burkina Faso, Guiné, Costa do Marfim, Mauritânia, Níger, Senegal, Serra Leoa, Tanzânia e Zimbabué) também produzem e exportam ouro em quantidades consideráveis.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Os preços de ***outros metais*** também abrandaram mas ainda estão suficientemente elevados para contribuir para o crescimento económico e para as reservas em divisas dos países produtores. O preço do ***cobre*** desceu significativamente nos finais de 2011, mas recuperou no início de 2012, sustentado pelo crescimento da procura na China. No entanto, no final do ano, voltou a decrescer, fruto do abrandamento da procura chinesa. A Zâmbia é o maior produtor africano (e o sétimo mundial) e a economia do país depende em grande medida da mineração de cobre. A RD Congo e a África do Sul são também grandes produtores. Desta forma, a incerteza no mercado global de cobre tem implicações significativas no crescimento económico destes países.

O preço do ***alumínio*** continuou a cair até meados de 2012, antes de estabilizar. A África do Sul e Moçambique são os maiores produtores africanos, seguindo-se o Egipto, o Gana, a Nigéria e os Camarões.

Figura 1.10. **Preço do petróleo e do ouro (base: Janeiro de 2000)**



Fonte: Banco Mundial

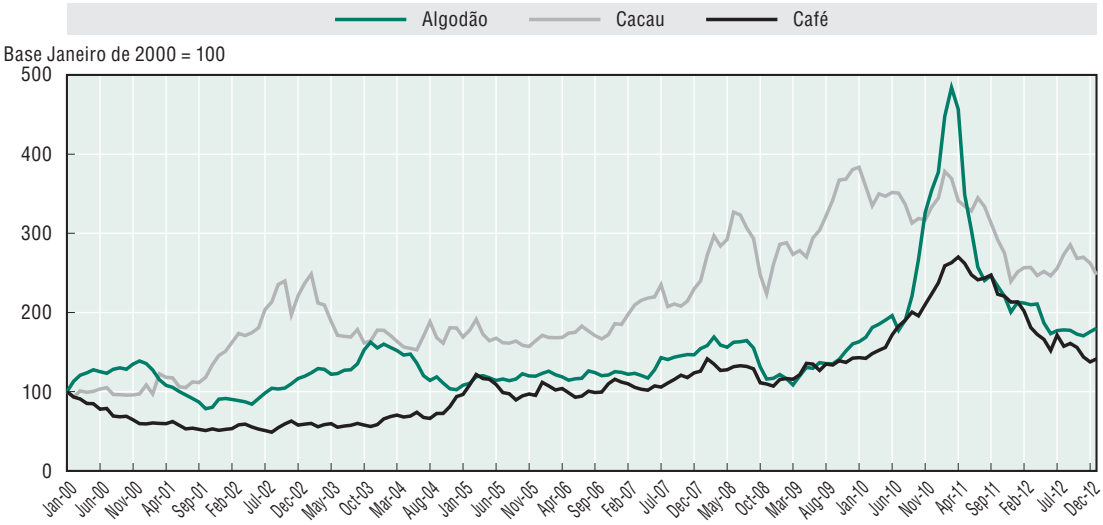
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807075

Os ***preços das exportações agrícolas*** abrandaram. Depois de uma forte subida em 2011, o preço do **algodão** voltou a cair em 2012, com a contracção da procura provocada pela alta dos preços. A China aumentou as importações para reforçar as reservas, pelo que os preços internacionais continuaram, mesmo assim, acima dos níveis de 2010. O Egipto é o principal produtor africano, representando cerca de 25% do mercado mundial. O algodão é igualmente uma importante matéria-prima em países como o Sudão, a Costa do Marfim, o Togo, o Zimbabué, o Mali, o Burkina Faso, o Chade e o Benim.

O ***preço do café*** caiu a pique em 2012, depois de ter atingido o máximo histórico em 2011. O declínio foi causado sobretudo pelas expectativas de crescimento da oferta proveniente do Brasil, o maior produtor mundial. Os produtores africanos de café compensaram parcialmente a queda dos preços pelo aumento dos volumes de exportação. A Etiópia, o maior produtor africano, aumentou os volumes de exportação em cerca de 20%, em 2012. O Quénia também aumentou o volume de exportações, enquanto na Costa do Marfim a produção e as exportações recuperaram da crise em 2011.

Após o pico de 2011, o preço do ***cacau*** desceu consideravelmente com a estabilização da situação política na Costa do Marfim, em paralelo com o aumento da oferta gerado pela melhoria das condições climatéricas naquele país e no Gana. No entanto, a crise da dívida soberana na Europa enfraqueceu a procura. Com a actual incerteza que paira sobre as condições da oferta e da procura, os preços continuam instáveis.

Figura 1.11. **Preços de exportação de produtos agrícolas (base: Janeiro de 2000)**

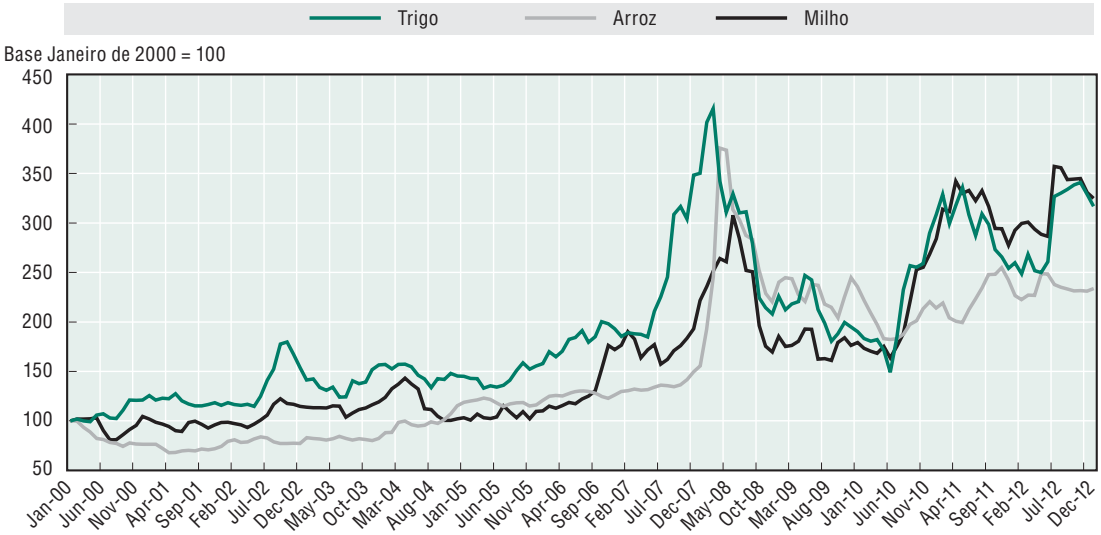


Fonte: Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807094

Após um declínio no segundo semestre de 2011, os ***preços das importações de produtos alimentares essenciais*** voltaram a subir em 2012, impulsionados pelas dificuldades na oferta provocadas pela seca nos Estados Unidos e por más condições meteorológicas noutras regiões do mundo (Figura 1.12). Em África, as condições climatéricas foram frequentemente favoráveis e impulsionaram a produção de alimentos. No entanto, perante a elevada dependência de importações alimentares, nomeadamente trigo e arroz, e a grande parcela que a alimentação representa no consumo privado, os consumidores africanos são muito vulneráveis às variações em alta dos preços dos alimentos. Para mitigar o impacto que os altos preços internacionais têm no consumidor, foram vários os governos africanos que reduziram os impostos sobre as importações alimentares ou aumentaram os subsídios.

Figura 1.12. **Preços de importação de alimentos essenciais (base: Janeiro de 2000)**



Fonte: Banco Mundial

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807113

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Menor pressão inflacionária e estabilização dos preços dos combustíveis e dos alimentos

Em 2012, a taxa de inflação média africana subiu para cerca de 9% (8.5% em 2011 e 7% em 2010). Prevê-se que a inflação diminua em 2013/2014, permanecendo mesmo assim acima dos 7%. A inflação mediana, que não é afectada pelos dados dos países com valores muito altos ou muito baixos, regrediu em 2012 (6.5%) e foi menor do que a inflação média e deverá descer gradualmente para 5.3%, em 2014 (Figura 1.13). O aumento das pressões inflacionárias em 2011/2012 ficou a dever-se principalmente à subida dos preços dos alimentos e dos combustíveis, que afectou seriamente os consumidores africanos, principalmente a população urbana pobre. Em vários países africanos, a inflação importada em 2012 foi exacerbada pela desvalorização cambial. Os preços dos alimentos e dos combustíveis abrandaram recentemente, mas permanecem em níveis elevados. A nossa projecção de uma pressão inflacionária moderada baseia-se no pressuposto de que os alimentos e os combustíveis não farão subir significativamente os preços no consumidor, no período abrangido. Mas existem riscos, uma vez que colheitas nacionais e internacionais fracas e conflitos políticos nos principais produtores de petróleo podem levar novamente ao aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis.

Em 2012, a inflação superou os 30% no Sudão e na Etiópia, enquanto noutros países variou entre os 10 e os 20% (Angola, Burundi, Eritreia, Tanzânia, Uganda, Malawi, Guiné, Nigéria e Serra Leoa). Em muitos países (Camarões, República Centro-Africana, Guiné Equatorial, República do Congo, Gabão, Mauritânia, Marrocos, Maurícias, Moçambique, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné-Bissau, Níger, Senegal e Togo) a inflação ficou abaixo dos 5%. Muitos dos países com taxas de inflação relativamente baixas são membros de uniões monetárias (União Económica e Monetária do Oeste Africano – UEMOA, ou Comunidade Económica e Monetária da África Central – CEMAC), com taxas de câmbio fixas ligadas ao euro, o que ajuda à contenção das pressões inflacionárias. No entanto, as características estruturais dos países, como o alto peso dos alimentos no consumo dos agregados familiares, a dependência petrolífera e os níveis pré-existentes de inflação, podem influenciar a vulnerabilidade dos países perante os choques dos preços das matérias-primas.

Figura 1.13. **Transacções correntes e saldo orçamental nos países exportadores de petróleo**

Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807132

Política monetária: o objectivo é controlar a inflação e estabilizar as taxas de câmbio

Em 2012, as autoridades monetárias africanas foram forçadas a enfrentar as pressões inflacionárias causadas pela subida dos preços dos alimentos e pela desvalorização cambial – e se esta ajudou a impulsionar as exportações, contribuiu para a inflação pela apreciação dos preços das importações. Simultaneamente, o aprofundamento da crise na Europa aumentou os riscos de uma nova recessão económica em África. As políticas monetárias seguidas variaram em função da avaliação e do equilíbrio desses riscos. No Norte de África, o Banco Central do Egipto (BCE) tem vindo a enfrentar pressões inflacionárias, uma taxa de câmbio em queda, a erosão da reserva de divisas e a fraqueza do cenário económico. A sua política caracteriza-se por um *trade-off* delicado entre o controlo da inflação e o estímulo da economia – as taxas de juro subiram, mas os rácios de capital dos bancos desceram. A Tunísia seguiu uma política monetária acomodatícia. O Banco Central tomou medidas adicionais para aumentar a liquidez do sector bancário. Com o aumento da inflação no segundo semestre de 2012, houve um aumento das taxas de juro, mas a taxa real continuou negativa devido à elevada inflação. Em Marrocos, a baixa inflação garantiu margem de manobra para a flexibilização da política monetária.

Na África Austral, o banco central sul-africano (SARB, na sigla inglesa) reduziu as taxas de juro, num estímulo adicional à economia, afectada pela fraqueza do cenário global e pela vaga grevista. As condições monetárias foram aliviadas pela desvalorização da taxa de câmbio, em resposta à desconfiança dos investidores. Devida à paridade cambial, os desenvolvimento sul-africanos em termos de política monetária e cambial afectaram igualmente os países vizinhos – Namíbia, Lesoto e Suazilândia – que são membros da Área Monetária Comum (AMC). O Botsuana, que não é membro da AMC, foi igualmente afectado, devido à importância das importações provenientes da África do Sul e do regime cambial de desvalorização deslizante. Se a taxa de câmbio real efectiva permaneceu estável, o pula depreciou-se consideravelmente em termos nominais relativamente às moedas dos países industrializados. Em Angola, a menor pressão da inflação e a estabilidade do câmbio permitiram ao Banco Central a redução da taxa de juro de referência, com o objectivo de estimular o crescimento do crédito.

Em determinados países, como a Nigéria e o Gana, as políticas monetárias foram restritivas, com o objectivo de reduzir a inflação. No Uganda e no Quénia, as taxas de juro subiram igualmente, num quadro de inflação mais alta, mas foram gradualmente reduzidas, acompanhando a descida da inflação. No Sudão, as dificuldades de entendimento com o Sudão do Sul relativamente às taxas de transporte do petróleo, na sequência da secessão, complicaram a política monetária. Ao crescimento do défice orçamental seguiu-se a subida da inflação, e a depreciação da taxa de câmbio. Neste difícil cenário, as políticas centraram-se na gestão das reservas e na ancoragem da taxa de câmbio, mas acabaram por ser confrontadas com as necessidades de financiamento do orçamento do Estado. No Malawi, a política de contracção foi a via para combater a inflação, e foram aplicadas medidas para limitar o financiamento monetário da dívida pública. Para além disso, e de forma a evitar o esvaziamento da reserva de divisas, abandonou-se a paridade cambial com o dólar norte-americano, o que gerou uma desvalorização de cerca de 50%. Na Etiópia, o Banco Central limitou o crescimento da oferta de moeda, o que ajudou a baixar a inflação ao longo de 2012. No entanto, como as taxas de juro nominais se mantiveram relativamente baixas (para promover o crescimento económico), as taxas de juro reais permaneceram negativas, o que afectou a liquidez do sector bancário.

As políticas monetárias da UEMOA (Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo) e da CEMAC (Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão, Guiné Equatorial e Chade) continuaram a pautar-se pela prudência, dando prioridade ao controlo da inflação, com paridade fixa ao euro. Os países da Comunidade da

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

África Oriental (EAC) – Quénia, Tanzânia, Uganda, Ruanda e Burundi – planeiam a criação de uma união monetária, com moeda única, até 2015. A adopção de uma moeda única nesta região terá benefícios, mas também acarreta custos, que devem ser devidamente tomados em consideração. Como os países deixarão de poder contar com a política monetária enquanto instrumento de estabilização, a política orçamental e a flexibilização do sector privado serão ainda mais importantes para a estabilidade macroeconómica (Mafusiere e Brixiova, 2012).

As políticas monetárias de muitos países africanos continuarão a ter que equilibrar o controlo da inflação com o apoio ao crescimento económico. Os países com inflação elevada e margem orçamental limitada não têm, basicamente, margem para políticas macroeconómicas expansionistas que compensem a recessão económica. Pelo contrário, em países onde a pressão inflacionista está contida, os bancos centrais podem ter oportunidade de maiores reduções da taxa de juro. De qualquer forma, para garantir que uma política de redução das taxas de juro se traduza numa redução dos custos de financiamento do sector privado, é necessário reforçar os mecanismos de transmissão entre as taxas de juro e as taxas de crédito, que ainda são fracos em muitos países africanos.

Política orçamental: acomodatícia ou restritiva em função do cenário económico e da margem orçamental dos países

Perante o risco de uma nova recessão económica provocada pelo decréscimo da procura global, vários países continuam a aplicar políticas orçamentais expansionistas; muitos outros, porém, seguem estratégias de consolidação orçamental para garantir a sustentabilidade da divida – o que é particularmente importante nos casos de risco de sobreendividamento (Tabela 1.3).

Em 2012, a Argélia aplicou políticas expansionistas, impulsionando o investimento público e os gastos correntes, em resposta às crescentes necessidades sociais. Também o Burkina Faso aumentou os gastos públicos, especialmente no apoio social aos refugiados do Mali. A República do Congo continuou a aplicar um programa ambicioso de investimento público, com o objectivo de redução das graves deficiências infra-estruturais. Nos Camarões, a política orçamental foi igualmente expansionista, com investimento público e subsídios aos alimentos e combustíveis. Já na África do Sul o orçamento procurou impulsionar o crescimento e o emprego. A Namíbia continuou a expansão orçamental no quadro do Programa de Emprego e Crescimento Económico (TIPEEG, na sigla inglesa). A política orçamental zambiana apoiou o crescimento pela reorientação da despesa governamental para o investimento em infra-estruturas. Do lado da receita, alargou a base tributária, reduziu os incentivos fiscais e introduziu novos impostos.

Em contraste, outros países tiveram pouca necessidade ou margem orçamental para a aplicação de uma política expansionista, pelo que restringiram a posição orçamental. No Egipto, o governo cortou os subsídios à energia e aumentou os impostos para fazer face ao crescente défice orçamental, tendo também anunciado novas medidas de austeridade. Com a agitação política, é incerta a real aplicabilidade destas medidas. O Gana aumentou os impostos, incluindo os aplicados às empresas e a taxação sobre as actividades de mineração. Também a Etiópia seguiu uma política orçamental prudente, reforçando a mobilização da procura interna mas mantendo em paralelo um crescimento da despesa em infra-estruturas físicas e sociais. O Botsuana conseguiu reduzir o défice orçamental, de um nível de dois dígitos, em 2010, para cerca de 1% em 2012. A consolidação orçamental foi alcançada pela via da recuperação económica, juntamente com a redução do lado da despesa e com a melhoria da colecta de impostos. O Ruanda procura a consolidação orçamental, dando prioridade à despesa pública e ao reforço da colecta fiscal. O Malawi, que conheceu uma grave deterioração da sua posição orçamental, reduziu a despesa, incluindo os subsídios e aumentou as receitas. No Zimbabué, a margem orçamental continua a ser muito limitada, forçando o governo a aplicar políticas restritivas.

Tabela 1.3 **Análise da sustentabilidade da dívida – Avaliação dos riscos de sobreendividamento**

Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado
Benim (Agosto 2011)	Angola (Março 2009)	Burundi (Julho 2010)
Camarões (Agosto 2009)	Burkina Faso (Março 2012)	Comores (2010)
Cabo Verde (Novembro 2009)	República Centro-Africana (Maio 2010)	Costa do Marfim (Junho 2011)
República do Congo (Julho 2011)	Chade (Agosto 2011)	Gâmbia (Dezembro 2011)
Etiópia (Maio 2010)	Gana (Maio 2011)	Guiné Conakri (Fevereiro 2012)
Quénia (Novembro 2011)	Guiné-Bissau (Novembro 2011)	São Tomé e Príncipe (Julho 2012)
Libéria (2010)	Lesoto (Março 2012)	Sudão (2012)
Moçambique (Maio 2012)	Malawi (Janeiro 2010)	
Nigéria (Janeiro 2011)	Mali (Novembro 2011)	
Senegal (Maio 2011)	Mauritânia (Fevereiro 2010)	
Tanzânia (Abril 2011)	Níger (Novembro 2011)	
Uganda (Maio 2012)	Ruanda (Maio 2011)	
Zâmbia (Novembro 2009)	Serra Leoa (Novembro 2010)	
	Togo (2011)	

Fonte: Relatório conjunto Banco Mundial-FMI Low Income Countries Debt Sustainability Analysis (LIC DSA). (Data da análise mais recente entre parêntesis).

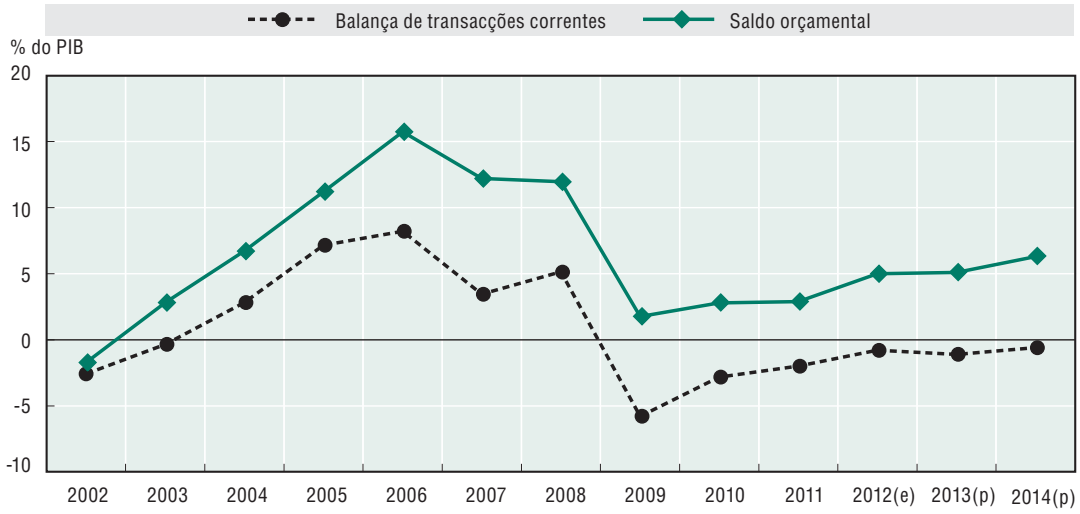
O défice das contas correntes aumentou ainda mais nos países importadores de petróleo

O aumento dos custos dos alimentos e da energia levou ao crescimento dos preços das importações a um ritmo mais elevado do que o das exportações, o que gerou a deterioração dos termos de troca e da balança de transacções correntes em muitos países africanos. Em 2012, o défice das contas correntes nos países importadores de petróleo aumentou para um valor acima dos 7% do PIB (valor esse que em 2006 se tinha aproximado dos 6%) e deverá, em média, manter-se inalterado em 2013/2014. Já os países exportadores de petróleo conheceram um crescimento do *superavit* em 2012, alcançando os 5% do PIB (o valor anterior era de cerca de 3%) e prevê-se que se mantenha com uma magnitude similar em 2013, subindo ainda mais, para lá dos 6%, em 2014. Na Líbia, onde a guerra civil provocou uma forte deterioração das contas correntes, a retoma da produção petrolífera impulsionou a posição do país, que registou um *superavit* na casa dos 25% do PIB

Como demonstrado nas Figuras 1.14 e 1.15, as contas correntes e os saldos orçamentais têm frequentemente uma evolução paralela. Nos países ricos em recursos, o aumento das receitas das exportações de matérias-primas melhoram o desempenho tanto da balança de transacções correntes como das receitas estatais e – desde que não se gastem todos os acréscimos das receitas – também do equilíbrio orçamental. Nos países exportadores de petróleo, tanto a balança de transacções correntes como o equilibro orçamental sofreram uma deterioração com a recessão global de 2009, mas desde então têm melhorado de forma sustentada. Pelo contrário, nos países importadores de petróleo a posição das contas correntes melhorou durante a recessão, com a ajuda da diminuição dos preços do petróleo, mas piorou novamente em 2011/2012, com a subida dos preços dos alimentos e da energia. Estes países estão presos num défice gémeo – em 2012 um défice na balança de transacções correntes superior a 7% do PIB e um défice orçamental de cerca de 5% – que se espera, todavia, que diminua lentamente em 2013/2014.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

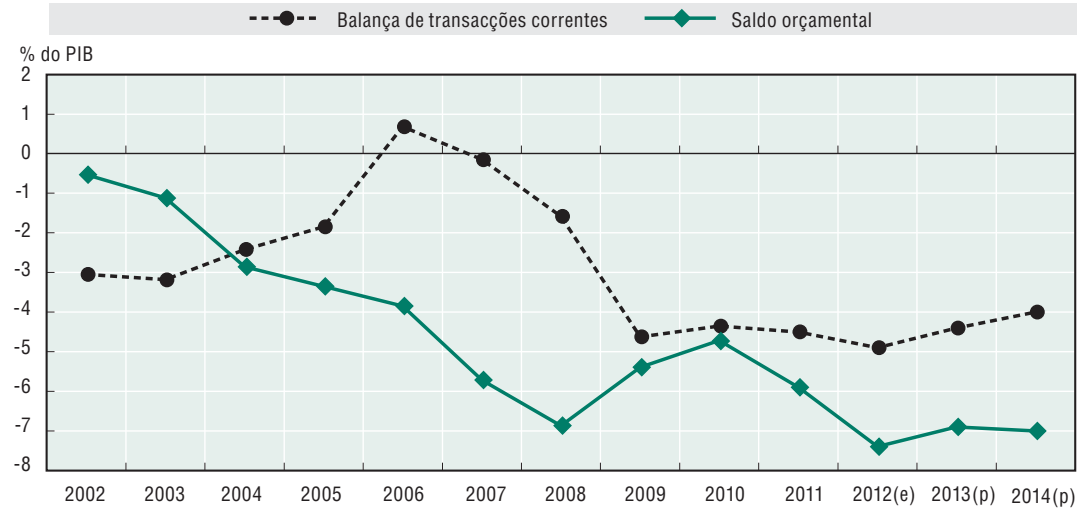
Figura 1.14. **Transacções correntes e saldos orçamentais nos países exportadores de petróleo**



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807151

Figura 1.15. **Transacções correntes e saldos orçamentais nos países importadores de petróleo**



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807170

Riscos e desafios políticos para as economias africanas

As perspectivas económicas africanas dependem de factores internos e externos, igualmente incertos. Um dos riscos de desaceleração é a contínua fraqueza da economia global. As principais vias de transmissão são a descida das receitas das exportações de matérias-primas, menores volumes de exportação de outros bens, o decréscimo do turismo, da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), dos fluxos de investimento directo externo (IDE) e das remessas dos trabalhadores migrantes. Segundo as estimativas, um declínio de 1 ponto percentual no PIB dos países da OCDE leva a uma queda de cerca de 0.5% no PIB africano e a um decréscimo de cerca de 10% nos ganhos das exportações do continente (BAfD, 2011). O comércio é o mais relevante canal de transmissão (BAfD et al., 2012). Na realidade, as exportações africanas já são muito afectadas pela recessão da economia global e o agravamento da crise da dívida na Europa pode atingi-las ainda mais. Até agora, a APD, o IDE e as remessas têm apoiado o crescimento africano, mas uma crise europeia prolongada e mais profunda pode rapidamente inverter estes fluxos financeiros.

Para além das incertezas externas, existem riscos internos de recessão ao continente. Dois anos depois das revoluções na Tunísia, no Egipto e na Líbia, a estabilidade política na região contínua débil e persistem as tensões sociais. No Mali, a situação política melhorou com a intervenção militar da França e das forças regionais da CEDEAO; no entanto, enquanto a segurança não for plenamente restaurada, as economias da região permanecerão vulneráveis. Após a secessão do Sudão do Sul, foi alcançado um acordo sobre questões importantes com o Sudão, mas ainda restam pontos de discórdia e a paz apenas será alcançada se os problemas pendentes forem resolvidos. Para além disso, podem emergir conflitos pós-eleitorais em diversos países, caso os actuais detentores dos cargos ou os partidos da oposição recusem aceitar os resultados das urnas.

Apesar de todos estes riscos, a nossa projecção mantém-se cautelosamente optimista. Este optimismo é apoiado no crescimento registado ao longo dos últimos 15 anos e na resiliência demonstrada perante a recessão global de 2009 e o actual abrandamento da economia internacional. A curto-prazo, o principal desafio que se coloca ao continente é a consolidação de condições macroeconómicas estáveis num cenário económico global mais volátil. Por outro lado, é vital melhorar as instituições e a regulação da actividade do sector privado. A resolução dos constrangimentos infra-estruturais e a melhoria do acesso a serviços públicos essenciais, como a educação, a saúde e a segurança, colocariam os países numa via durável de crescimento elevado e reduziria a pobreza e a desigualdade.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Tabela 1.4a. **Evolução macroeconómica em África**

Crescimento do PIB real				
	2011	**2012(e)**	**2013(p)**	**2014(p)**
África Central	5.2	5.7	5.7	5.4
África Oriental	6.3	4.5	5.2	5.6
Norte de África	-0.1	9.5	3.9	4.3
África Austral	4.0	3.7	4.2	4.6
África Ocidental	6.8	6.6	6.8	7.4
África	**3.5**	**6.6**	**4.8**	**5.3**
África (excl. Líbia)	4.3	4.2	4.5	5.2
Rúbricas por memória				
Norte de África (com Sudão)	0.1	8.8	3.8	4.3
África Subsaariana	5.5	5.2	5.4	5.8
Países exportadores de petróleo	2.8	8.7	5.2	5.6
Países importadores de petróleo	4.3	3.9	4.3	4.8
Preços no consumidor (inflação)				
	2011	**2012(e)**	**2013(p)**	**2014(p)**
África Central	4.5	4.4	3.5	3.4
África Oriental	16.1	21.3	10.9	9.4
Norte de África	7.3	7.2	7.1	7.3
África Austral	6.7	6.5	6.5	6.2
África Ocidental	9.3	9.8	8.0	7.8
África	**8.5**	**9.1**	**7.4**	**7.2**
Rúbricas por memória				
Norte de África (com Sudão)	8.2	8.9	8.0	8.0
Sub-Saharan Africa	8.7	9.2	7.1	6.7
Países exportadores de petróleo	10.3	10.6	9.0	9.1
Países importadores de petróleo	6.9	7.9	5.9	5.3
Saldo orçamental global, com donativos (% PIB)				
	2011	**2012(e)**	**2013(p)**	**2014(p)**
África Central	1.9	0.0	-1.2	-1.9
África Oriental	-3.0	-4.1	-3.2	-3.2
Norte de África	-6.3	-5.1	-5.1	-4.6
África Austral	-1.9	-2.3	-2.7	-2.6
África Ocidental	-1.3	1.4	2.0	3.1
África	**-3.1**	**-2.5**	**-2.5**	**-2.0**
Rúbricas por memória				
Norte de África (com Sudão)	-5.8	-5.1	-5.1	-4.6
África Subsaariana	-1.6	-1.1	-1.0	-0.6
Países exportadores de petróleo	-2.0	-0.8	-1.1	-0.6
Países importadores de petróleo	-4.5	-4.9	-4.4	-4.0
Balança de transacções correntes, com donativos (% PIB)				
	2011	**2012(e)**	**2013(p)**	**2014(p)**
África Central	-2.6	-1.4	-3.3	-4.6
África Oriental	-4.6	-8.4	-8.7	-8.7
Norte de África	0.7	2.3	2.4	3.1
África Austral	-1.9	-3.5	-3.1	-3.0
África Ocidental	-0.7	3.8	4.9	7.1
África	**-1.1**	**-0.4**	**-0.1**	**0.6**
Rúbricas por memória				
Norte de África (com Sudão)	0.6	1.4	1.7	2.6
África Subsaariana	-2.1	-1.5	-1.0	-0.4
Países exportadores de petróleo	2.9	5.0	5.1	6.3
Países importadores de petróleo	-5.9	-7.4	-6.9	-7.0

Notas : e: estimativas; p: projecções
Fonte : Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento

Tabela 1.4b. **Evolução macroeconómica nos agrupamentos regionais**

	2010	2011	2012(e)	2013(p)	2014(p)
Crescimento do PIB real (%)					
CEMAC	5.5	4.8	5.4	5.2	4.7
EAC	6.4	5.7	5.2	5.6	6.0
SACU	3.4	3.7	2.7	3.0	3.6
CEDEAO	4.8	1.1	6.0	6.2	6.8
Preços no consumidor (inflação em %)					
CEMAC	2.0	2.6	4.1	3.1	3.0
EAC	4.6	13.9	12.7	7.8	6.7
SACU	4.2	5.3	5.9	5.8	5.5
CEDEAO	1.2	3.6	3.5	2.2	2.3
Saldo orçamental global, com donativos (% do PIB)					
CEMAC	0.7	2.3	1.1	0.6	0.1
EAC	-5.6	-4.7	-5.5	-3.9	-3.9
SACU	-4.5	-4.5	-4.7	-4.6	-4.1
CEDEAO	-2.1	-3.2	-3.7	-4.1	-3.7
Balança de transacções correntes, com donativos (% do PIB)					
CEMAC	-4.6	-1.1	0.0	-1.1	-2.4
EAC	-7.8	-8.9	-9.6	-10.0	-10.6
SACU	-2.9	-3.3	-5.2	-4.9	-4.7
CEDEAO	-5.1	-4.0	-6.4	-7.6	-7.2

Notas : e: estimativas; p: projecções
Fonte : Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento

Nota

Membros da CEMAC: Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão, Guiné Equatorial e Chade. Membros da EAC: Burundi, Quénia, Ruanda, Tanzânia e Uganda. Membros da SACU: Botsuana, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia. Membros da UEMOA: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo.

Referências

BAfD, OCDE, PNUD, EAC, UNECA (2012), *Perspectivas Económicas em África*, OECD Publishing , Paris.

BAfD (2011), "The impact of the US credit rating downgrade and European debt crisis on Africa", in: Africa Emerging Issues, Vol. 1, 2011.

Banco Mundial (2012), "Light Manufacturing in Africa", Washington, DC.

Clarke, G.R.G. (2012), "Manufacturing Firms in Africa: Some Stylized Facts about Wages and Productivity", *MPRA Paper* No. 36122, Munich University Libary, Janeiro.

Gelos, G., e Y. Ustyugova (2012), "Inflation Responses to Commodity Price Shocks – How and Why Do Countries Differ?" FMI Working Paper No. 12/225, Setembro.

Leibfritz, W. e G. Flaig (2013), "Economic growth in Africa: Comparing recent improvements with the lost 1980s and early 1990s and estimating new growth trends", CESifo Working Paper, Instituto IFO, Munique.

Mafusiere, A. e Z. Brixiova (2012), "Macroeconomic shock synchronization in the East African Community", *BAfD Working Paper* No 156, Outubro.

OCDE (2012), *OECD Economic Outlook* No. 92, p.15, OECD Publishing, Paris.

 © AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Capítulo 2

Investimento estrangeiro, ajuda ao desenvolvimento, remessas e receitas fiscais em África

Os fluxos financeiros externos para África atingiram um valor recorde em 2012 e espera-se que ultrapassem os 200 mil milhões de dólares em 2013. Isto sublinha a crescente importância do investimento, da ajuda pública ao desenvolvimento e das remessas dos emigrantes para um continente em mudança. Este capítulo destaca as novas tendências financeiras que o continente africano poderá aproveitar e os riscos que enfrenta.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

As receitas fiscais e os recursos financeiros externos tiveram uma recuperação impressionante depois da descida acentuada de 2009, quando a crise económica global atingiu o preço das matérias-primas e, simultaneamente, diminuiu os impostos provenientes dos recursos naturais, tão importantes para os países africanos. Os fluxos de investimento estrangeiro sofreram também com a lenta recuperação da atividade económica global. O crescimento relativamente alto nas economias emergentes e a recuperação gradual dos preços das matérias-primas trouxeram os níveis de impostos para o valor registado durante o pico de 2008, ao mesmo tempo que, em 2012, o continente Africano assistia a um nível recorde dos fluxos de investimento.

O total de fluxos financeiros para África atingiu um máximo histórico estimado de 186.3 mil milhões de dólares (USD), em 2012, valor superior aos 158.3 mil milhões de USD registados em 2011. O fluxo de investimento directo estrangeiro (IDE), os investimentos em carteira, a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e as remessas dos emigrantes - fontes principais de financiamento para os países Africanos conjuntamente com as receitas fiscais - quadruplicaram desde 2001. Este desempenho positivo decorre, em parte, da recuperação acentuada no investimento directo e em carteira. O peso dos fluxos externos no Produto Interno Bruto de África aumentou para 9.2%, comparativamente com 8.3% em 2011; e prevê-se que atinja cerca de 9.5% em 2013, regressando à média registada na última década (9.4% do PIB).

Tal como salientado na última edição das *Perspectivas Financeiras em África* (AEO, na sigla inglesa) as remessas cresceram também de forma muito acentuada. Em 2012, ultrapassaram a APD e o IDE como principal fluxo financeiro externo para África e são, cada vez mais, uma importante fonte de receitas para muitas famílias. Os decisores políticos não têm grande influência sobre a forma como estas remessas são gastas mas, com uma regulação adequada e medidas que reduzam os custos dos serviços financeiros ligados às remessas, estas poderão contribuir para aumentar as poupanças internas.

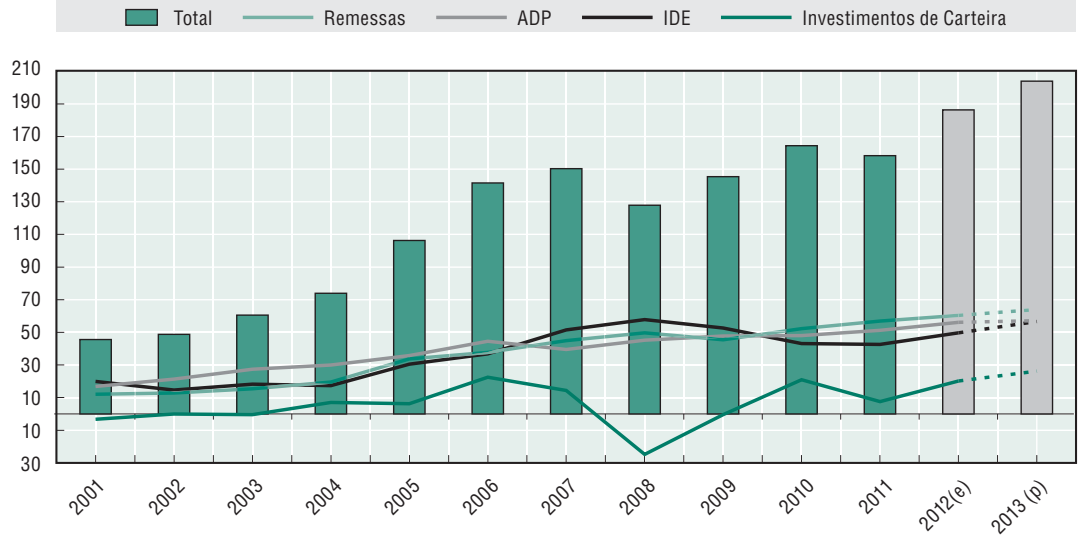
As remessas são um fluxo diferente, mas complementar, aos outros financiamentos externos. A sua importância no consumo e, consequentemente, na redução da pobreza, é amplamente reconhecida (Ratha 2003), embora as provas do seu impacto no crescimento sejam dúbias. Chami et al. (2003) concluíram que as remessas não aumentam necessariamente a produção, uma vez que não são normalmente canalizadas para o investimento produtivo. Gupta et al. (2007) consideram que as remessas ajudam as famílias a entrarem nos mercados financeiros formais, contribuindo assim para um crescimento a longo prazo, através do aprofundamento financeiro.

As estatísticas agregadas sobre o financiamento externo escondem disparidades significativas entre países, como se demonstra nas Figuras 2.2a e 2.2b. Em 2012, os países de baixo rendimento continuaram a depender dos fluxos externos, que representaram em média 18% do PIB, ou seja, acima dos 11% do PIB em países de rendimento médio-baixo e dos 4% nos países de rendimento médio-alto. Nos países de baixo rendimento, a APD representou 64% do financiamento externo, o IDE 30% e as remessas 10% .

As remessas representam uma parcela crescente dos fluxos externos para países de rendimento médio-baixo. O seu valor mais do que triplicou, de 13.1 mil milhões de USD em 2004 para cerca de 50 mil milhões em 2012, representando 55% do total de fluxos financeiros externos e 6% do PIB dos países deste grupo. Os países de rendimento médio-baixo constituem um grupo heterogéneo, que inclui grandes mercados emergentes com uma diáspora forte - como a Nigéria, o Egipto e Marrocos - bem como países em que a APD continua a ser o fluxo financeiro principal, como o Sudão, Cabo Verde, a Costa do Marfim e os Camarões.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Figura 2.1. **Total de fluxos financeiros externos para África**
(Mil milhões de USD, a preços correntes)

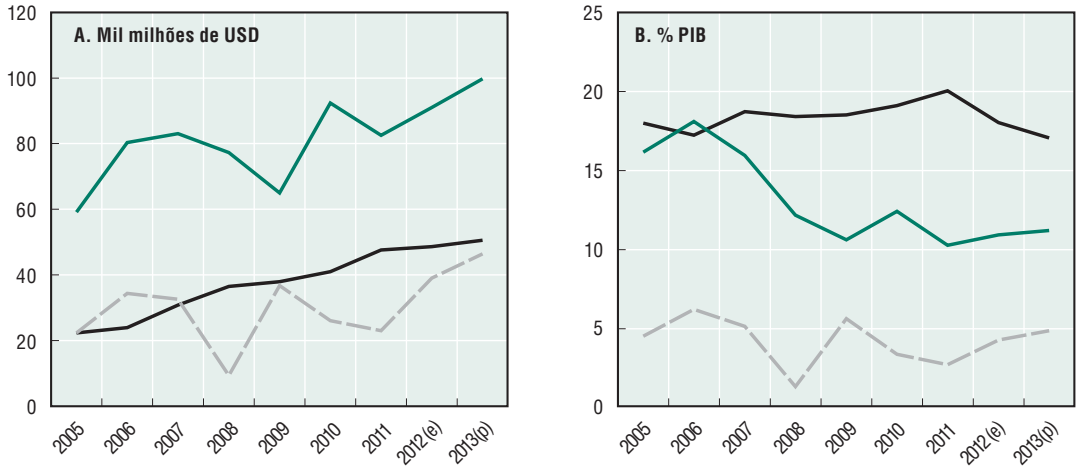


Nota: A APD inclui tanto os fluxos bilaterais como multilaterais; Ver tabela 1 para detalhes metodológicos sobre as projecções.

Fonte: Relatório do Investimento Mundial 2012 da CNUCED ; Pworld Economic Outlook 2012 do FMI; OCDE/CAD; Banco Mundial

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807189

Figura 2.2. **Total de fluxos financeiros externos para África, por grupo de rendimento**



Nota: * Esta categoria inclui a Guiné Equatorial que, de acordo com a última classificação do Banco Mundial, está graduado como País de Rendimento Alto. (e) estimativas, (p) projecções.

Fonte: Cálculos do autor baseados no RIM 2012 da CNUCED ; WEO do FMI; OCDE/CAD; Banco Mundial.

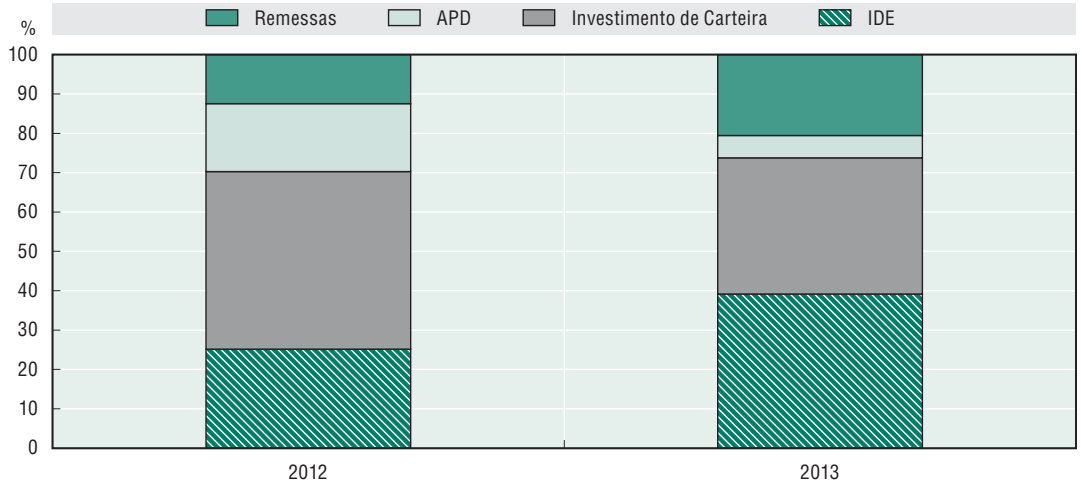
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807208

Os países africanos de rendimento médio-alto têm um peso maior de investimento estrangeiro nos seus fluxos externos. Os investimentos em carteira representaram 47% do financiamento externo total em 2012, seguindo-se o IDE com 29% e as remessas com 14%. Esta percentagem alta de investimento em carteira teve como destino, quase exclusivo, a África do Sul. Para outras economias o investimento directo representou a maior parcela de fluxos externos. De acordo com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), os fluxos dos investimentos em carteira tendem a assumir uma importância relativa cada vez maior quando o país atinge o estatuto de rendimento médio-alto. Estes fluxos podem ajudar a reforçar as infra-estruturas financeiras e a liquidez; mas têm também um risco, quer em termos de maior volatilidade, quer pela possibilidade de uma reversão súbita de fluxos de capital, como se verificou na África do Sul em 2008.

Perspectivas para os fluxos externos

Estima-se que fluxos financeiros externos para o continente africano cresçam cerca de 9.5%, atingindo um novo valor recorde de 203.9 mil milhões de USD em 2013, comparativamente com os 186.3 mil milhões de 2012 (ver nota da Tabela 2.1). A Figura 2.3 mostra as projecções do contributo das remessas, da APD e do investimento para este crescimento de 17.6 mil milhões USD no financiamento externo. À semelhança de 2012, espera-se que os fluxos externos sejam sustentados pelo crescimento do investimento. No entanto, para 2013, estima-se que quase a totalidade do crescimento do IDE aconteça na África Subsaariana, enquanto o Norte de África absorveu metade do crescimento de IDE em 2012. Isto confirma não só o dinamismo económico da África Subsaariana, como a hesitação dos investidores internacionais face aos desenvolvimentos políticos no Norte de África, particularmente no Egipto.

Figura 2.3. **Contribuições respectivas dos fluxos financeiros externos para o aumento anual do total de fluxos externos em África**



Nota: Ver Tabela 2.1 para detalhes metodológicos sobre as projecções.
Fonte: RIM 2012 da CNUCED; WEO do FMI 2012; OCDE/CAD; Banco Mundial.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807227

A turbulência económica a nível global acarreta, ainda, riscos significativos para as perspectivas de evolução dos vários tipos de financiamentos externos. A incerteza sobre a recuperação económica, particularmente na zona Euro, pode ter um impacto negativo no comércio e no investimento. No segundo trimestre de 2012, observou-se uma queda nos preços

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

de algumas matérias-primas, devido à diminuição da procura nas economias emergentes. Os preços das matérias-primas podem descer novamente, se houver outra desaceleração da actividade económica global, podendo consequentemente afectar o investimento em economias exportadoras de matérias-primas.

Os países de baixo rendimento estão expostos a choques negativos, uma vez que as suas economias e a base das exportações tendem a ser menos diversificadas. Os países que não repuseram as suas reservas orçamentais e cambiais, no seguimento da crise económica global de 2008, estão particularmente em risco. Como as pressões sobre a despesa orçamental nos países doadores resultarão, provavelmente e na melhor das hipóteses, numa estagnação da APD, os países de baixo rendimento terão de confiar mais nas suas fontes internas de financiamento.

Tabela 2.1. **Resumo dos fluxos financeiros externos e receitas orçamentais em África 2001-2013**
(bilhões de dólares, atual)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012(e)	2013(p)
1. Investimento directo estrangeiro	20.0	14.6	18.2	17.4	30.5	36.8	51.5	57.8	52.6	43.1	42.7	49.7	56.6
2. Carteira de investimentos	-3.3	-0.1	-0.4	7.1	6.3	22.5	14.4	-24.8	-0.4	21.0	7.5	20.1	26.2
3. Ajuda pública ao desenvolvimento	16.8	21.4	27.4	30.0	35.8	44.6	39.5	45.2	47.8	48.0	51.3	56.1	57.1
4. Remessas	12.1	12.8	15.4	19.5	33.7	37.7	44.9	49.7	45.4	52.3	56.9	60.4	64.0
5. Receita tributária	145.4	137.7	174.1	219.1	279.4	333.9	371.5	485.4	384.4	465.7	513.7	..	..
Fluxos externos totais (1+2+3+4)	45.6	48.8	60.6	73.9	106.3	141.5	150.3	127.9	145.4	164.4	158.3	186.3	203.9
Norte da África	14.2	13.6	15.0	20.2	27.4	37.3	42.5	32.6	24.3	43.0	32.0	38.5	45.0
África Ocidental	7.9	9.6	10.7	13.7	34.5	45.1	40.9	41.9	47.0	51.0	56.9	59.4	61.9
África Central	2.8	4.0	8.8	5.4	6.9	6.4	9.8	7.8	10.0	14.9	15.1	14.0	14.7
África Oriental	7.7	8.4	10.9	12.9	14.6	18.3	21.3	23.7	23.5	22.3	24.4	28.2	29.6
África Austral	11.6	11.5	12.7	19.1	20.2	31.3	31.8	16.9	34.8	28.1	24.6	38.6	45.3

Nota: As estimativas e projeções do autor baseiam-se na previsão para a taxa de crescimento da Ajuda Programável por País (2012 OCDE Relatório sobre a Previsibilidade da Ajuda)para a APD; FMI WEO(2012) para o IED e o Investimento em carteira; Taxa de crescimento de remessas para África projetada pelo Banco Mundial (2012. Esta tabela excluí empréstimos de bancos comerciais, empréstimos oficiais e créditos comerciais. (e) Estimativas, (p) Projeções.

Fonte: Dados da OCDE/CAD, Banco Mundial, FMI e *Perspectivas Económicas em África*.

Análise aprofundada de cada fonte de financiamento

Fluxos de investimento externo

De acordo com o *World Economic Outlook* do Fundo Monetário Internacional (FMI), o IDE para o continente africano recuperou para quase 50 mil milhões de USD em 2012. A CNUCED estima que o IDE para África atingiu nesse ano 45.8 mil milhões de USD, equivalente a um crescimento de 6% face a 2011. Os investimentos direccionados para os mercados têm sido atraídos por um crescimento económico sustentado e por uma classe média emergente em África. Prevê-se, contudo, que o investimento direccionado para a procura de recursos naturais continue a ser o principal motor, enquanto os preços das matérias-primas se mantiverem altos.

Nos últimos anos, a tendência de maior destaque relativamente ao investimento africano tem sido a ascensão do investimento Sul-Sul, documentada na edição de 2011 das Perspectivas Financeiras em África. Em 2012, os parceiros emergentes compensaram a queda no IDE proveniente de membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

(OCDE). A sua parcela no total dos investimentos de raiz anunciados aumentou para cerca de 60%, em 2012, embora os investimentos de carteira ainda sejam maioritariamente provenientes de países da OCDE, principalmente dos Estados Unidos.

Investimento directo

De acordo com o *World Economic Outlook* (Outubro de 2012), depois de 3 anos consecutivos de declínio, assistimos em 2012 à recuperação do IDE para o continente africano, atingindo cerca de 49.7 mil milhões de USD, comparativamente com os 42,7 mil milhões de 2011. Este valor representa 2.5% do PIB de África, ainda abaixo da média de 2.9% registada na última década. Em 2013, prevê-se um IDE de 56.6 mil milhões de USD – um montante próximo do pico histórico atingido em 2008 –, e que os países da África Subsaariana recebam a maioria deste investimento.

As regiões do Norte de África e da África Austral lideraram claramente, em 2012, esta recuperação no nível de investimento. O Egipto e a Líbia viram o seu IDE subir, respectivamente, para 3.5 mil milhões de USD e 1.5 mil milhões de USD, tendo estes investimentos surgido da concretização de projectos já planeados e adiados devido à agitação política de 2011. Esta situação poderá ser apenas um impulso temporário no caso egípcio, uma vez que o desenvolvimento de novos projectos num futuro próximo é improvável, devido à persistente instabilidade política. Na África do Sul, verificou-se um investimento moderado em 2009-10,, mas a recuperação iniciada em 2011 tem vindo a prolongar-se. Em Angola, houve um menor desinvestimento cíclico na sua indústria petrolífera, estimado em -1.4 mil milhões de USD em 2012, comparativamente com os -5.6 mil milhões de 2011. Este montante representa principalmente o repatriamento de lucros e o pagamento de empréstimos.

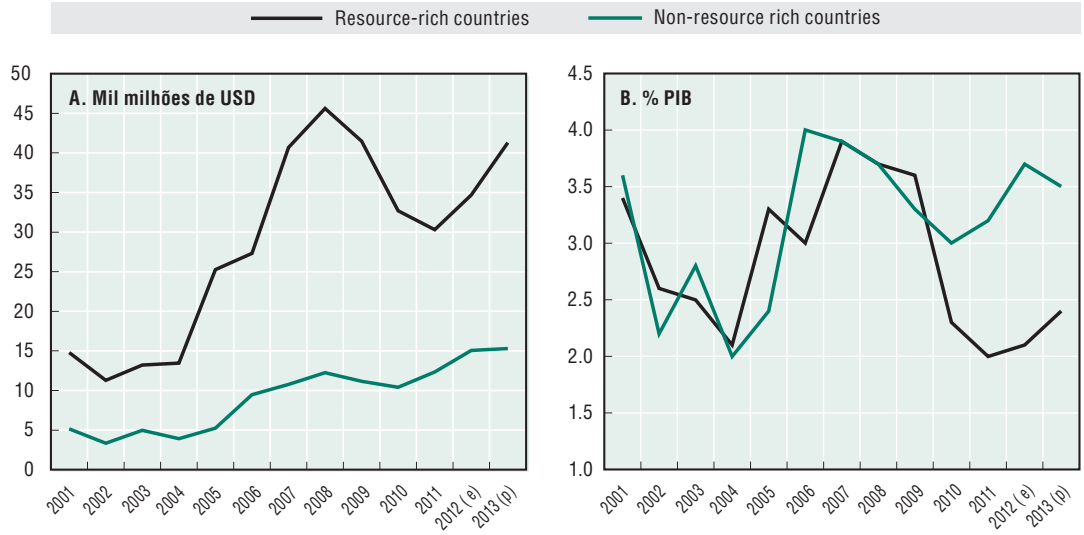
O IDE para os países desenvolvidos decresceu 32% em 2012, tendo sido a primeira vez que os fluxos globais de IDE para países em desenvolvimento foram superiores ao IDE para países desenvolvidos (CNUCED). O continente africano aumentou o seu peso no IDE global, de 2.7% em 2011, o valor mais baixo da última década, para 3.8% em 2012. Para além disso, a parcela do IDE destinada a África, no total dos países em desenvolvimento, aumentou de 6.1% em 2011 para cerca de 7.3% em 2012. Este valor mantem-se, no entanto, abaixo do pico atingido em 2009, quando o continente africano recebeu 4.4% dos fluxos globais e 10.1% dos fluxos para países em desenvolvimento.

O IDE para África continuou a estar concentrado, principalmente, nos países ricos em recursos naturais e nas indústrias extractivas (Figura 2.4a) . Em 2012, o IDE em países ricos em recursos naturais representou 70% do total, comparativamente com uma média de 76% registada na última década. Tal como os preços globais das matérias-primas, o IDE para países ricos em recursos naturais teve maior volatilidade e está exposto a choques futuros. No entanto, o peso do IDE no PIB é maior nos países pobres em recursos naturais (Figura 2.4b), tendo representado 3.5% do seu PIB, comparativamente com os 2.4% nos países ricos em recursos naturais. Estima-se que, em 2013, o IDE para países pobres em recursos naturais seja 3 vezes superior ao seu valor em 2001.

O crescimento do investimento proveniente de economias emergentes é uma das evoluções económicas mais significativas da última década. De acordo com a base de dados da fDi Markets sobre fluxos transfronteiriços, o investimento Sul-Sul representou, pelo segundo ano consecutivo, a maior parcela do investimento de raiz para o continente africano . Apesar de ter diminuído de 43.7 mil milhões de USD para 24.9 mil milhões em 2012, a sua percentagem no total de investimento de raiz em África aumentou de 53% em 2001 para 61% em 2012.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Figura 2.4. **IDE para países ricos em recursos naturais versus países pobres em recursos naturais**



Nota: (e) estimativas, (p) projecções.

Fonte: Cálculos do autor baseados no Relatório de Investimento Mundial da CNUCED 2012 e WEO 2012 do FMI.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807246

A Índia, seguida dos Emirados Árabes Unidos (EAU) e do Qatar, contribuíram em 2012 com cerca de 60% do total de investimento de raiz Sul-Sul para África. Os EAU efectuaram a maior parcela deste investimento ao longo da última década (2003-12), com 133 mil milhões de USD, representando cerca de 30% do investimento total Sul-Sul neste período. O investimento dos EAU atingiu o seu pico em 2007-08, sendo que este país actua principalmente ao nível das infra-estruturas portuárias, de turismo e nas telecomunicações. Seguiram-se a Índia e a China com 52 mil milhões e 45 mil milhões de USD, respectivamente (para uma análise mais aprofundada, ver o capítulo temático sobre os parceiros emergentes de África, no AEO de 2011).

O IDE para o continente africano proveniente de países da OCDE baixou de 33 mil milhões de USD, em 2010, para 21.9 mil milhões, em 2011. Este dado explica a recuperação lenta do IDE para África após a crise económica de 2008, por comparação com a evolução global dos fluxos de IDE. Individualmente, os maiores investidores em 2011 foram a França e os Estados Unidos, com respectivamente 5.7 mil milhões e 5.1 mil milhões de USD, seguidos pela Itália e pela Alemanha. Entre 2005 e 2011, os Estados Unidos foram o maior investidor, com 37 mil milhões de USD, seguidos pela França e o Reino Unido, ambos com aproximadamente 31 mil milhões de USD.

O valor líquido das Fusões e Aquisições (F&A) no continente africano caiu cerca de 10.7%, em 2011, para 7.2 mil milhões de USD (CNUCED 2012), o que se mantem abaixo da média de 10.3 mil milhões de USD registada nos últimos 5 anos. O valor líquido das F&A na África do Sul aumentou de 3.9 mil milhões para 5,2 mil milhões de USD, acima da média quinquenal. A África do Sul mantem-se com o principal destino continental de F&A, seguindo-se o Egipto e a Nigéria, com respectivamente 609 milhões e 539 milhões de USD. O valor médio de cada negócio decresceu nos últimos 3 anos, comparativamente com os 3 anos que precederam a crise económica: no período 2005-2008 atingiu os 123.7 milhões de USD enquanto no período 2009-2012 foi de 82.2 milhões de USD. A África do Sul é uma excepção, registando um aumento no valor médio dos negócios.

Perspectivas para o investimento directo em África

Prevê-se que o IDE para África aumente mais de 10% em 2013, aproximando-se do valor recorde atingido em 2008. A região da África Austral deverá ter o maior crescimento, com novos investimentos para a exploração de recursos naturais em Angola, Moçambique e África do Sul. No entanto, a crise económica global representa um risco, uma vez que a consolidação orçamental nos Estados Unidos e a prolongada crise na zona Euro têm reduzido a procura global, o que poderá afectar a procura e os preços das matérias-primas. O conflito no Mali, a instabilidade no norte da Nigéria e a incerteza política persistente no Egipto podem prejudicar as perspectivas de investimento para essas regiões.

O investimento dirigido aos mercados deverá, provavelmente, tornar-se mais proeminente. A década de grande crescimento no continente africano levou ao aumento do poder de compra das famílias. Mais do que o preço das matérias-primas, este rendimento atrai cada vez mais investidores para África. A rápida deslocação das populações para as cidades aumenta, também, a procura por novos tipos de bens e serviços. A estabilidade política e institucional nos países africanos de rendimento médio – com excepção do Egipto, Líbia e Tunísia - melhorou o ambiente de negócios, permitindo mais investimentos de longo prazo. No entanto, enquanto a forte procura global por recursos naturais sustentar o preço das matérias-primas, o investimento dirigido à exploração desses recursos deverá continuar a ser o principal motor do IDE.

Caixa 2.1. **A melhoria da atractividade do continente africano: A Iniciativa para o Investimento em África da NEPAD-OCDE**

Em 2011-2012, a Iniciativa para o Investimento em África da NEPAD-OCDE concluiu Análises de Politicas de Investimento (API) em 4 países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): Moçambique, Botsuana, Tanzânia e Maurícias. Está também em curso uma análise na Nigéria.

Alguns exemplos do impacto do trabalho desta iniciativa em 2012 são:

- O processo de elaboração do orçamento nas Maurícias incorpora já várias recomendações, como a reunião com todos os regulamentos relacionados com o investimento num único texto legal; a actualização do Modelo de Tratado de Investimento Bilateral; a simplificação da aplicação dos Direitos de Propriedade Intelectual. Espera-se que esta legislação seja implementada em 2013.
- O Botswana está a pensar agrupar toda legislação relacionada com as restrições ao investimento e a protecção dos investidores num Código de Investimento – uma das recomendações centrais da sua API.
- A API da Tanzânia contribuiu para a avaliação do Tanzania Investment Act 1997 e da Política de Investimento Nacional 1996-2013.
- Em Moçambique, o governo expressou interesse num programa de formação para preparação e implementação de Parcerias Publico Privadas no sector energético, no seguimento das recomendações sobre infra-estruturas formuladas pela API.
- Ao nível regional, os 14 membros da SADC identificaram os Quadros de Políticas para Investimento da OCDE (QPI), que são a base dos API, como referência principal para o Quadro Regional de Políticas de Investimento da SADC. A Iniciativa está a trabalhar com o secretariado da SADC na elaboração de um Enquadramento Regional, procurando uma maior competitividade e coordenação da política de investimento em toda aquela região.
- Para além disso, o trabalho desta Iniciativa para fomentar o envolvimento do sector privado no desenvolvimento de infra-estruturas, permitiu identificar desafios comuns em toda a África Austral.

Fonte: Iniciativa para o Investimento em África, NEPAD-OCDE.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

IDE de África

O total de investimento africano noutros países em 2012 foi de 3.5 mil milhões de USD, o que representa metade dos 7 mil milhões registados no ano anterior (CNUCED 2012). A importância da África do Sul no investimento intra-africano aumentou ao longo da última década e, de acordo com o FMI, representou 6% do PIB do país, em 2011. Os destinos principais do investimento sul-africano em África são as Maurícias e a Nigéria, sendo que as Maurícias funcionam como uma plataforma para o investimento noutros países. A África do Sul, em particular, assume um papel importante através do seu Fundo para o Renascimento Africano e a Cooperação Internacional.

O investimento de raiz anunciado, em termos intra-africanos, caiu de forma significativa em 2012, passando de um valor médio de 11 mil milhões de USD nos 3 anos anteriores para apenas 3.1 mil milhões em 2012 (fDi Markets). Os investidores africanos representaram, em 2012, 7.7% dos projectos de raiz anunciados em África. Com um total de 27.3 mil milhões de USD, a África do Sul representou 45% do investimento de raiz intra-africano entre 2003-2012; seguiram-se as Maurícias (7.8 mil milhões de USD), o Egipto (7.8 mil milhões de USD), o Quénia (6 mil milhões de USD) e a Nigéria (5.4 mil milhões de USD)

IDE regional

O IDE no Norte de África duplicou em 2012, num contexto de baixa confiança dos investidores. O maior risco para as perspectivas em 2013 é a falta de clareza e previsibilidade nas políticas económicas da região. No **Egipto**, a concretização de dois dos maiores projectos de investimento de raiz em África anunciados em 2012, no valor de mais de 5 mil milhões de USD, irá depender do retorno à estabilidade política e da obtenção de um acordo sobre um empréstimo do FMI . Estima-se que o IDE em Marrocos terá excedido, pela primeira vez em 2012, os 3 mil milhões de USD, reflectindo uma percepção positiva dos investidores sobre as reformas do governo e a estabilidade do país. No âmbito do seu programa Visão 2020, Marrocos pretende diversificar os seus investimentos nos têxteis, equipamento electrónico, serviços *offshore* e turismo. Um investimento recente da Renault Francesa numa fábrica automóvel, no valor de mil milhões de USD, deverá abrir portas para novos financiamentos neste sector. Na Tunísia, a falta de clareza nas políticas económicas e a complexidade do código de investimentos têm prejudicado a confiança dos investidores.

Tabela 2.2. **Resumo dos fluxos regionais de IDE**
(bilhões de dólares, atual)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (e)	2013(p)
Norte de África	4.9	3.2	4.0	5.3	10.7	19.8	21.7	20.9	16.4	13.8	5.8	10.2	10.8
África Ocidental	2.0	2.8	3.3	3.2	6.3	6.9	9.5	12.4	13.5	11.7	16.1	15.1	16.0
África Central	1.5	2.2	2.7	2.2	2.7	2.7	5.8	4.0	6.1	9.4	8.4	8.2	8.1
África Oriental	1.6	1.6	2.5	2.8	4.1	5.6	5.4	5.3	4.4	4.5	4.8	6.6	7.3
África Austral	9.9	4.8	5.7	3.8	6.7	1.8	9.2	15.3	12.3	3.7	7.6	9.5	14.3

Nota: (e) estimativas, (p) projecções.
Fonte: CNUCED WIR 2012; Estimativas do FMI de Outubro de 2012.

A África Ocidental continuou a ser a região que atraiu o maior volume de IDE em 2012, estimado em 15.1 mil milhões de USD e sustentado, na sua maioria, por investimentos para a exploração de recursos naturais. Estima-se que o sector dos recursos naturais da Nigéria, Guiné, Gana e Níger tenha atraído 88% do total de IDE na região. O maior projecto de raiz anunciado em 2012 na Nigéria, destinado a aumentar a sua produção petrolífera, representa um investimento de quase 2 mil milhões de USD. Os outros projectos de raiz

na Nigéria são na indústria transformadora, na informação e comunicação, demonstrando alguma diversificação dos investimentos. O fluxo de investimentos em carteira voltou a crescer em 2012, ultrapassando o fluxo de IDE, que regista uma tendência decrescente. A redução dos custos de transacção no mercado bolsista da Nigéria poderá ter um impacto benéfico nos investimentos em carteira. Se esta tendência se mantiver, a Nigéria poderá ficar exposta ao risco de súbita reversão do fluxo de capitais. No Gana, deverá verificar-se um aumento do investimento na exploração e aproveitamento petrolífero. O excesso de procura na emissão de títulos públicos do Gana, em Janeiro de 2012, demonstrou uma forte confiança dos investidores no país. É provável que as perspectivas sobre as privatizações no Togo aumentem o investimento no país. Existem, contudo, riscos sérios decorrentes da instabilidade na região do Sahel e no norte da Nigéria.

O fluxo de IDE para a África Central estagnou, em 2012, nos 8 mil milhões de USD, estimando-se que rondará o mesmo montante em 2013. O IDE para esta região continuou a concentrar-se na República Democrática do Congo (RDC), República do Congo e Guiné Equatorial, atraído pela pelos recursos naturais, sendo que estes 3 países deverão receber, no futuro próximo, cerca de 80% do IDE para a região. Ao longo da última década, o IDE para a África Central representou, em média, 6.4% do seu PIB, o que é o dobro da média de outras regiões do continente e ilustra o papel dos recursos naturais – especialmente o petróleo – no crescimento económico da África Central.

A África Oriental atraiu, em 2012, um IDE estimado de cerca de 6.6 mil milhões de USD, acima do pico registado em 2006, de 5.6 mil milhões. Acompanhando a descoberta recente de novas reservas de recursos naturais na Tanzânia, Uganda e Quénia, espera-se que o IDE nesta região ultrapasse os 7 mil milhões de USD em 2013. No Quénia, o aumento do poder de compra das famílias, a melhoria das infra-estruturas e a integração regional poderão impulsionar um aumento de investimento no país. Os progressos alcançados no contexto da Parceria de Comércio e Investimento entre a Comunidade da África Oriental e os Estados Unidos poderão, a médio prazo, sustentar o investimento, particularmente em sectores florescentes no Quénia, como a banca e as telecomunicações.

Prevê-se que o IDE para a África Austral tenha uma forte recuperação em 2013, reflectindo os investimentos no sector petrolífero em Angola e no sector energético da África do Sul. Em Julho de 2012, a ExxonMobil anunciou planos para investir 2,5 mil milhões de USD numa nova plataforma de exploração petrolífera em Angola. Espera-se que o novo enquadramento legal no país melhore a transparência e as garantias aos investidores, com o objectivo de desenvolver o sector mineiro e diversificar a economia. O investimento chinês em Angola continua a ser significativo, concentrando-se nos sectores do petróleo, agricultura e construção civil. As consideráveis reservas offshore de gás natural, descobertas recentemente em Moçambique, podem desencadear grandes fluxos no país nas próximas décadas (ver o capítulo temático neste relatório). A liberalização do sector energético da África do Sul deverá facilitar o IDE na geração de energia eléctrica. Com efeito, logo em Fevereiro de 2012, a empresa JSW Energy, sedeada na Índia, anunciou o investimento de 800 milhões de dólares num projecto de raiz para a construção de uma central eléctrica. O investimento na exploração das extensas reservas minerais do país poderá ser afectado pela pressão ascendente sobre os salários, pelas ameaças de greve e pelo custo elevado da electricidade. O actual debate sobre a nacionalização dos recursos naturais na África do Sul acentua a incerteza política sobre esta área.

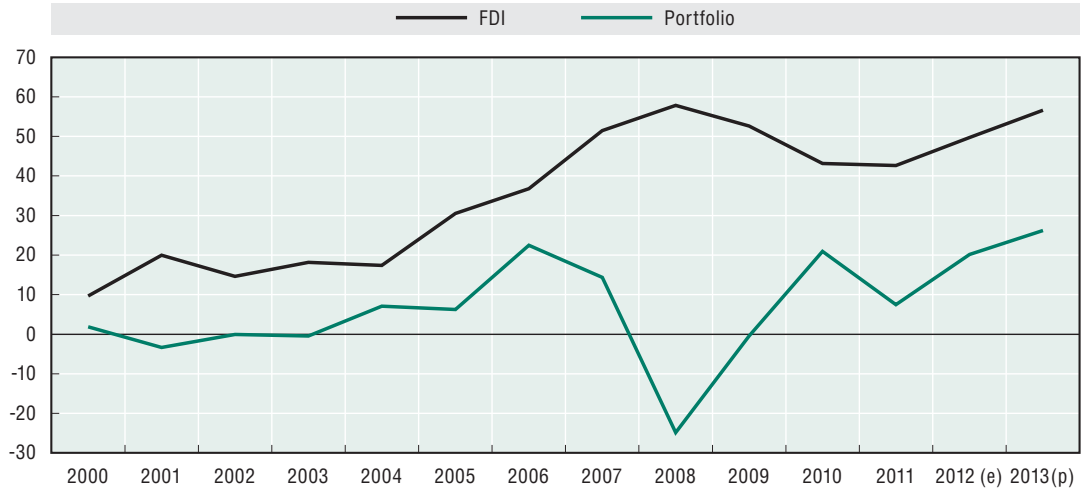
Investimento em carteira

O Investimento em Carteira recuperou consideravelmente em 2012, atingindo cerca de 20.1 mil milhões de USD, comparativamente com 7.49 mil milhões em 2011 (FMI 2012). O FMI prevê que o investimento em carteira aumente para 26.2 mil milhões de USD em 2013,

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

acima do pico registado antes da crise, de 22.5 mil milhões (2006). Esta recuperação deveu-se sobretudo à África do Sul, país onde a entrada de investimento em carteira triplicou, de 6.5 mil milhões em 2011 para 18.5 mil milhões em 2012, o que é similar aos 21.3 mil milhões registados em 2006, antes da crise. O segundo maior receptor destes investimentos foi a Nigéria, com 6.7 mil milhões de USD. Estes dois países representaram em conjunto 95% do total de fluxos em carteira para o continente africano, em 2012. A sua percentagem no total de IDE para África deverá aumentar de 40%, em 2012, para 46%, em 2013 (FMI).

Figura 2.5. **Investimento directo estrangeiro e investimento de carteira para África**
(mil milhões de USD, a preços correntes)



Nota: (e) estimativas, (p) projecções.
Fonte: Relatório de Investimento Mundial da CNUCED; WEO do FMI.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807265

As saídas de capitais investidos diminuíram dos 8.5 mil milhões USD, em 2011, para cerca de 6.5 mil milhões em 2012. A África do Sul e Angola representaram 78% deste fluxo para o exterior, com 3.9 mil milhões e 1.2 mil milhões de USD, respectivamente. O Egipto registou um fluxo negativo de investimento em carteira pelo segundo ano consecutivo, com 3.9 mil milhões de dólares a saírem do país em 2012, segundo as estimativas do FMI. Esta saída de capitais, em consequência da instabilidade política que se seguiu à deposição do Presidente Mubarak em 2011, representa uma ameaça séria para a economia. A República Democrática do Congo e a Líbia registaram igualmente a fluxos negativos de investimentos em carteira, com um valor de 2 mil milhões e 0.4 mil milhões de USD, respectivamente.

Os stocks de investimento em carteira no continente africano continuam a estar bastante concentrados. Em 2011, de acordo com o Inquérito Coordenado sobre Investimento em carteira do FMI, o stock de investimentos em carteira em África atingiu os 200 mil milhões de USD. Este valor é cinco vezes superior ao stock de há dez anos e reflecte a importância crescente deste tipo de fluxos para o continente africano. Mais de 80% deste stock situa-se na África do Sul e no Norte de África, com a África do Sul individualmente a representar 70%. Este equilíbrio tem-se mantido inalterado ao longo da última década. Nos últimos anos, as Maurícias consolidaram a sua posição como um portal de entrada do investimento no continente, com 15 mil milhões de USD no stock de investimentos em carteira, a seguir à África do Sul. Em 2011, os Estados Unidos detinham o maior stock de investimentos em carteira na África, com um valor de 86 mil milhões de USD, o que representa 43% do total.

Ajuda pública ao desenvolvimento

De acordo com os últimos dados do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (CAD-OCDE), o volume nominal de ajuda para África aumentou de 47.9 mil milhões de USD, em 2010, para 51.2 mil milhões, em 2011. Isto representa um crescimento real de 0.6%, a preços correntes de 2010. É o fluxo nominal de Ajuda ao Desenvolvimento para África mais elevado de sempre, resultante de um volume nominal de ajuda bilateral de 3.22 mil milhões de USD entre 2010 e 2011, o qual compensou a redução da ajuda multilateral pelo segundo ano consecutivo, de 18.3 mil milhões de USD em 2010 para 17.9 mil milhões em 2011.

Até ao momento, os países africanos têm sido poupados aos elevados cortes na APD, quando comparados com o fluxo líquido da APD a nível mundial, que sofreu uma redução de 2.7% em termos reais – a primeira queda desde 1997. Com efeito, em termos reais, os desembolsos líquidos de APD para África mantiveram-se no mesmo nível de 2010, como demonstrado na Figura 2.6. Verificam-se, no entanto, diferentes tendências nos desembolsos. A ajuda bilateral para programas e projectos centrais de desenvolvimento (i.e. excluindo operações de alívio de dívida e ajuda humanitária) sofreu uma redução pelo segundo ano consecutivo. Já a ajuda humanitária atingiu um nível recorde de 5.6 mil milhões de USD e compensou outras componentes da ajuda bilateral, tendo atingido uma média de 3.8 mil milhões de USD no período 2000-2010. As operações bilaterais de alívio à dívida baixaram para 3.8 mil milhões de USD em 2011, comparativamente aos 4.4 mil milhões registados em 2010.

A APD nominal proveniente dos países do CAD-OCDE atingiu, em 2011, um montante de 134 mil milhões de USD, comparativamente com 128.5 mil milhões em 2010. Em 2011, este valor representou 0.31% do Rendimento Nacional Bruto combinado dos países do CAD, percentagem que em 2010 tinha sido de 0.32%. Esta redução relativa reflecte os crescentes constrangimentos orçamentais nos países doadores. Em dezasseis países da OCDE verificaram-se cortes na APD, sendo mais substanciais na Áustria, Bélgica, Grécia, Japão e Espanha. Pelo contrário, a percentagem de APD líquida global (bilateral e multilateral) dirigida ao continente africano foi de 38%, superior à média de 37% registada no período 2000-10.

A APD bilateral líquida dos países do CAD representa ainda a maior parte do volume líquido da APD para o continente africano. A sua percentagem no total de APD têm-se mantido estável nos últimos 5 anos, em cerca de 64%. A APD multilateral representa cerca de 35% do seu valor líquido total, sendo o restante 1% atribuído a países não membros do CAD-OCDE.

Os países da OCDE que menos APD canalizam para África tenderam a reduzir ainda mais essa ajuda. No entanto, em 2011, esta diminuição foi compensada pelo aumento da APD dos maiores doadores do CAD para África, membros do CAD: os Estados Unidos (9.4 mil milhões de USD), a França (4.6 mil milhões de USD), o Reino Unido (3.4 mil milhões de USD e a Alemanha (2.6 mil milhões de USD). Estes 4 países aumentaram a sua ajuda ao continente africano, totalizando 61% da APD bilateral do CAD para África. Dez países do CAD baixaram o volume da sua APD para África em 2011, sendo os maiores cortes registados na Áustria (-50%), na Grécia (-47%) e em Espanha (-44%).

Perspectivas sobre a APD: Ajuda programável

De acordo com o mais recente inquérito do CAD-OCDE sobre os planos de despesa dos países doadores, o volume de Ajuda Programável (AP) para o continente africano deverá estabilizar em cerda de 41.9 mil milhões de USD, em 2013 . Este inquérito aponta para uma redução da AP para África, para 40.5 mil milhões em 2014 e 39.6 mil milhões de USD em

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

2015; assim, os valores previstos são ligeiramente mais altos que o último pico de 39 mil milhões de USD, registados em 2009. Estima-se que, em 2012, a AP para África aumente para 41.1 mil milhões de USD, (comparativamente com os 37.6 mil milhões de 2011) decorrente do aumento expectável dos fluxos das agências multilaterais, o que reflecte o efeito retardado das medidas de refinanciamento que visavam permitir aos países em desenvolvimento ultrapassarem o impacto da crise económica.

Enquanto a AP geral para o continente africano deverá manter-se estável em 2013, esperam-se alterações na sua distribuição pelos países beneficiários. O maior crescimento nos fluxos de AP deverá ocorrer na República Democrática do Congo, com 214 milhões USD (+13%); no Quénia, 167 milhões USD (+7%); e no Senegal, com 102 milhões USD (+13%). É também provável que AP para a Guiné Bissau aumente cerca de 39%, reflectindo a retoma esperada da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, depois de a tentativa de golpe de Estado em Abril de 2012 ter levado à suspensão da APD para este país. As maiores diminuições deverão ocorrer na Costa do Marfim, com 111 milhões de USD (-20%), no Ruanda, com 92 milhões (-8%), e na Etiópia, com 83 milhões (-3%).

Espera-se que, em 2012, a ajuda programável per capita aumente de 37 USD para 39 USD, devido ao crescimento dos fluxos para países com maior população, como a Nigéria, o Quénia, a Tanzânia, o Uganda e o Egipto. Após 2013, as projecções apontam para que AP per capita diminua, em virtude de um crescimento sustentado da população e da estagnação destes fluxos, o que terminará a tendência de crescimento da AP per capita verificada ao longo da última década.

Em 2012, estima-se que a percentagem de África na AP global aumente para 42%, comparativamente com os 41% de 2011. Este será o segundo ano consecutivo em que África atrai mais AP do que a Ásia (38 mil milhões de USD ou 40%). Esta diferença deverá desaparecer à medida que nos aproximamos de 2015, prevendo-se que as duas regiões atraiam cerca de 39.5 mil milhões de USD, ou seja, cerca de 41% da AP total mundial.

A tendência de decréscimo da AP indica que o volume de APD para África em valores nominais irá, na melhor das hipóteses, manter-se estável no curto prazo. Isto é impulsionado, sobretudo, pelos países de baixo rendimento, que representam metade dos países africanos e que irão provavelmente receber uma fatia relativamente maior da APD global.

Continuam a existir riscos significativos de curto prazo sobre estas perspectivas, uma vez que a pressão orçamental sobre os doadores deverá continuar nos próximos anos. Um relatório da OCDE, de Abril de 2012, salienta que os Estados Unidos e o Reino Unido necessitam de uma forte consolidação orçamental para conseguirem manter a sustentabilidade da sua dívida até 2050. Estes dois países representaram, em 2011, cerca de 32% da APD total para África. Uma investigação da OCDE (1996) sobre o impacto das recessões sobre os orçamentos da ajuda ao desenvolvimento afirmava que demora entre 3 a 5 anos para que os orçamentos reflictam os impactos totais de uma economia em declínio. Para além disso, tendo em conta os acontecimentos recentes nas regiões do Sahel e do Norte de África, é provável que os parceiros de desenvolvimento alterem alguns projectos de APD.

Caixa 2.2. **Países sub-financiados pela ajuda ao desenvolvimento**

Não existe uma definição acordada sobre o que é um país órfão da ajuda, podendo ser considerado em termos absolutos ou relativos. Em termos absolutos, receber um nível insuficiente de ajuda ao desenvolvimento significa não ser capaz de financiar necessidades para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) ou outros objectivos de desenvolvimento, sendo uma situação enfrentada por muitos países. Ao invés, o CAD-OCDE identifica quais os países de baixo rendimento que são sub-ajudados em termos relativos, ou seja, que recebem menos ajuda ao desenvolvimento do que outros países com características e necessidades semelhantes.

Alguns países são órfãos de ajuda devido, em parte, a uma coordenação desadequada entre doadores na implementação dos seus incentivos, enquadramentos e prioridades. Os doadores de ajuda ao desenvolvimento raramente têm em consideração as decisões de outros actores, no seu processo de afectação de ajuda. O facto de vários doadores terem recentemente tomado a decisão de centrarem a ajuda ao desenvolvimento num menor número de países veio agravar a situação, com vários doadores a retirarem apoios aos mesmos países. Para além disso, não existe nenhum quadro ou mecanismo de coordenação, acordado conjuntamente, para que os doadores analisem os padrões de afectação de ajuda.

O CAD-OCDE desenvolveu uma metodologia e definiu um enquadramento inicial para a identificação de potenciais órfãos de ajuda, com base numa investigação conduzida inicialmente pelo Banco Mundial. É inspirado em quatro modelos de afectação de ajuda já existentes, os quais se baseiam nas necessidades/nível de pobreza e/ou desempenho institucional dos países. Dois deles - o modelo de afectação de ajuda PNUD-TRAC-1 e o IDA 15, baseado no desempenho - são actualmente aplicados pelo PNUD e pelo Banco Mundial. O modelo igualitário e o modelo de afectação de ajuda eficiente para a pobreza de Collier/Dollar são modelos mais teóricos, apesar de serem parcialmente adoptados por outras abordagens de afetação da ajuda ao desenvolvimento. Estes modelos vão de abordagens mais simplistas, como um nível igual de ajuda per capita, até fórmulas mais sofisticadas, baseadas no anterior desempenho institucional, no nível de pobreza e de rendimento dos países. É efectuada uma comparação entre o volume de ajuda que os países receberiam, se a totalidade da ajuda ao desenvolvimento fosse distribuída segundo estes quatro modelos, e o volume real de ajuda que os países recebem actualmente. Os países que recebem níveis de ajuda significativamente menores do que os níveis indicados por estes modelos face às suas necessidades e desempenho institucional, são considerados "órfãos de ajuda".

Os dados mais recentes concluem que nove países – Bangladesh, Burkina Faso, Gâmbia, Guiné Conakri, Madagáscar, Malawi, Nepal, Níger e Togo – são potencialmente "órfãos de ajuda", de acordo com critérios de afectação da ajuda baseados nas suas necessidades e desempenho. São todos Países Menos Avançados (PMA), com grandes falhas na concretização dos ODM e com capacidades institucionais limitadas. A maior parte da ajuda ao desenvolvimento que recebem é sob a forma de subvenções e empréstimos concessionais provenientes de agências multilaterais. Para além disso, e tendo em conta os mesmos critérios, muitos destes países parecem ser "órfãos de ajuda" crónicos, pelo menos nos últimos 5 anos. O Fórum de Alto Nível do CAD, em Dezembro de 2012, acordou a monitorização sistemática dos países sub-financiados pela ajuda ao desenvolvimento, pelo que a OCDE terá um papel fundamental em afinar esta metodologia.

Fonte: OCDE/CAD – Identificação e Monitorização de Países potencialmente "Órfãos de Ajuda".

Remessas dos emigrantes

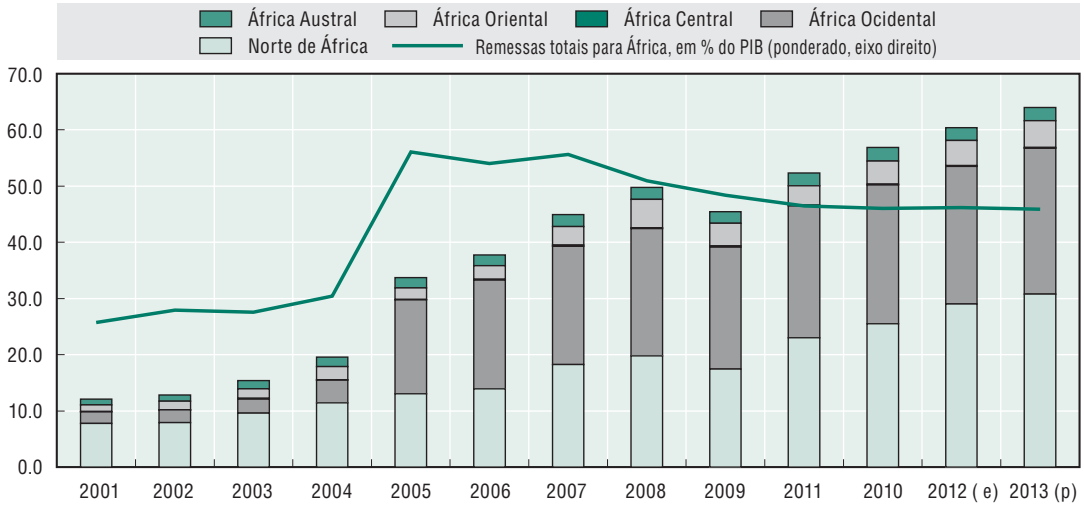
Em 2012, pela primeira vez, as remessas tornaram-se na principal fonte de financiamento externo para o continente africano, acima do IDE e da APD. Estima-se que 13% o valor de remessas para a África Subsaariana provém de outros países africanos (BAfD). As remessas ascenderam a 60.4 mil milhões de USD, comparativamente com os 56.9 mil milhões registados em 2011 (Banco Mundial), o que representa um recorde pelo terceiro consecutivo, após a crise financeira global de 2009. Em 2012, as remessas para África representaram 11% do valor global de remessas, contra 8%

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

registados em 2001, sendo que esta estimativa não inclui fluxos não registados provenientes de canais formais e informais. Assim, a verdadeira dimensão do fluxo de remessas para o continente africano deverá ser ainda maior . As remessas são uma fonte importante de rendimento para cerca da 120 milhões de pessoas em África, para apoio às suas despesas de consumo, educação e saúde.

As remessas para os países africanos estão distribuídas de forma desigual (Figura 2.7), já que o Norte de África e a África Ocidental receberam 89% do total de remessas, em 2012. Isto significa um aumento em relação ao início dos anos 2000, quando essa percentagem era, em média, de 80%. A proximidade da Europa e a sua dimensão populacional explicam estes valores. A Nigéria e o Egipto representaram, conjuntamente, 64% do total de remessas para África, com respectivamente 21 mil milhões e 18 mil milhões de USD. O Sudão (1.4 mil milhões), o Quénia (1.3 mil milhões) e a África do Sul (1.1 mil milhões de USD) são os únicos países de outras regiões africanas que receberam mais de mil milhões de USD em remessas.

Figura 2.7. **Remessas para África**
(mil milhões de USD, a preços correntes)



Nota: (e) estimativas, (p) projecções.

Fonte: Banco Mundial 2012. Cálculos do Autor para os dados de 2012 e 2013 baseados nas projecções do Banco Mundial.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807303

Em 2012, o Norte de África representou 90% do crescimento de remessas em 2012, o qual foi 3.9 mil milhões de USD. A África Oriental absorveu o valor restante, de 400 milhões de USD, o que representa uma subida de 10% em relação a 2011. A África Ocidental e a África Austral viram as suas remessas descerem, respectivamente, 1% e 9%. Esta descida deve-se a valores mais baixos de remessas em grandes países receptores, como a Costa do Marfim, o Senegal, a África do Sul e Moçambique.

A importância das remessas enquanto percentagem do PIB regista também valores bastante heterogéneos no continente africano. Em 2012, o peso médio das remessas no PIB foi de 3.0%, tendo este valor sido estável ao longo da última década. No entanto, para alguns países, as remessas representam um pilar do crescimento económico. A Tabela 2.3 mostra os 15 países africanos em que o peso das remessas no PIB é maior, no período 2005-2011. Os trabalhadores migrantes para a África do Sul explicam a importância das remessas para a economia do Lesoto.

Tabela 2.3. **Percentagem média das remessas no PIB (Top 15 dos Países Africanos)**

	Média (2005-11) em %
Lesoto	35.4
Nigéria	10.4
Senegal	10.4
Cabo Verde	10.4
Togo	10.3
Gâmbia, The	9.0
Libéria	7.9
Marrocos	7.7
Egito	5.3
Guiné-Bissau	5.1
Tunísia	4.4
Mali	4.4
Uganda	4.3
Benim	3.6
Sudão	3.6

Fonte: Cálculos do Autor, baseados nos dados do Banco Mundial.

As remessas intra-africanas aumentaram de 3 mil milhões, em 2000, para 5.7 mil milhões, em 2011. Inversamente, o seu peso no volume total de remessas para África diminuiu de 25% para 10% no mesmo período. A África do Sul é um importante destino para os emigrantes e representou, em 2011, a fatia maior das remessas intra-africanas, com 1.4 mil milhões de USD. (Banco Mundial, 2012a and b).

Desde 2008, África tem sido a região do mundo com os custos mais elevados para o envio de remessas. Em 2012, esse custo foi, em média, 12.4% dos montantes transferidos para o continente, enquanto na Ásia Meridional esse custo foi apenas de 6.6% (Base de dados do Banco Mundial sobre preços internacionais de transmissão de remessas). O envio de dinheiro para a África do Sul, para a Tanzânia e para o Gana é ainda mais caro, custando respectivamente 20.7%, 19.7% e 19% das verbas transferidas. A comunidade internacional não tem cumprido o compromisso de reduzir o custo das remessas para 5%, até 2014 . Isto permitiria poupar anualmente até 4 mil milhões de USD, de acordo com os cálculos do Banco Mundial.

A organização "*Send Money Africa*" afirma que a competição crescente nos pagamentos transfronteiriços iria reduzir os custos de transacção. Os bancos, que são os mais caros prestadores de serviços sobre remessas, são também, muitas vezes, o único canal disponível para os migrantes africanos. As barreiras de regulação entravam a introdução de alternativas mais baratas e de novas tecnologias, como as transferências através de dispositivos móveis. O serviço M-pesa, disponível no Quénia e Tanzânia, é um exemplo de sucesso, mas o vazio legal entre a regulação financeira e as telecomunicações complica o desenvolvimento de um sistema móvel de transferência de remessas. Para além disso, é necessária uma maior transparência nas informações, para que os clientes possam tomar decisões informadas.

Existem ainda grandes possibilidades para os decisores políticos aproveitarem as remessas no investimento produtivo. As políticas que baixam o custo dos serviços associados às remessas poderão ajudar a reduzir a pobreza e a aumentar a inclusão financeira dos agregados familiares rurais, que são tipicamente mais propensos a maiores restrições de crédito. Ao nível macroeconómico, as remessas "formais" podem ser uma fonte de financiamento do desenvolvimento e facilitarem a acumulação de capital humano e financeiro, através do crescimento da despesa nos sectores da educação e saúde. Continua a verificar-se, contudo, o risco de reprodução de um efeito de "Doença Holandesa", na sequência de uma apreciação da taxa de câmbio devido a grandes fluxos de remessas. Este risco poderá prejudicar a competitividade de sectores não tradicionais e atrasar a tão necessária mudança estrutural.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Perpectivas de evolução das remessas

De acordo com o Banco Mundial, prevê-se que as remessas para África continuem a crescer a médio prazo, mas a um ritmo mais lento do que o verificado na segunda metade dos anos 2000. Para 2013, a projecção é que as remessas para o continente africano aumentem cerca de 6%, para 64 mil milhões de USD, comparativamente com um crescimento de 7.9% para outras regiões em desenvolvimento. Uma das explicações possíveis é a grande diáspora africana na Europa, que é afectada pela crise na zona Euro. A taxa de crescimento médio das remessas para África foi de 17%, ao longo dos últimos 10 anos.

Associado a estas perspectivas de evolução, está o risco de um agravamento da crise económica global e de políticas mais restritivas para os migrantes. Até agora, os migrantes sustentaram o volume de transferências financeiras ao longo da crise, mas poderão ser obrigados a reduzir esses pagamentos, se confrontados com condições económicas mais duras. Segundo o Migrant Outlook 2012, da OCDE, a taxa de desemprego entre a população imigrante na França, Grécia, Espanha, Itália e Reino Unido tem aumentado, desde 2009, a um ritmo maior do que a taxa de desemprego dos trabalhadores naturais desses países. Em Espanha, a taxa de desemprego dos trabalhadores migrantes foi de 31.5%, em 2012, comparativamente com uma taxa de 19.5%, em 2011. As previsões adversas sobre o emprego em países chave, como Itália, Espanha e Reino Unido, poderão afectar as perspectivas de evolução das remessas para África.

Tributação

De acordo com as *Perspectivas Económicas em África*, as receitas fiscais governamentais atingiram um valor recorde de 513 mil milhões de USD, em 2011, depois dos 466 mil milhões registados em 2010, o que representa 26.8% do PIB africano (acima dos 26.6% de 2010). O peso das receitas fiscais atingiu o seu pico em 2008, ano em que a crise financeira teve início, representando 31.1% do PIB de África, o que sugere que há ainda espaço para um aumento das receitas fiscais. O valor foi mais baixo em 2011, devido ao conflito na Líbia, pois as receitas fiscais deste país, provenientes em 90% da exploração petrolífera, caíram de 48.6 mil milhões USD em 2010 para 13.5 mil milhões em 2011.

Entre 2000 e 2011, o peso dos impostos no PIB africano cresceu a uma taxa anual composta de 0.3% (ver Figura 2.8), enquanto o peso da tributação dos recursos naturais no PIB aumentou a um ritmo anual de 0.9%. Durante o mesmo período, a percentagem do PIB proveniente de impostos diretos e indiretos cresceu a uma taxa composta de anual de 1% e 0.5%, respectivamente. Já a quota do PIB proveniente de impostos ao comércio decresceu a uma taxa anual de 5%.

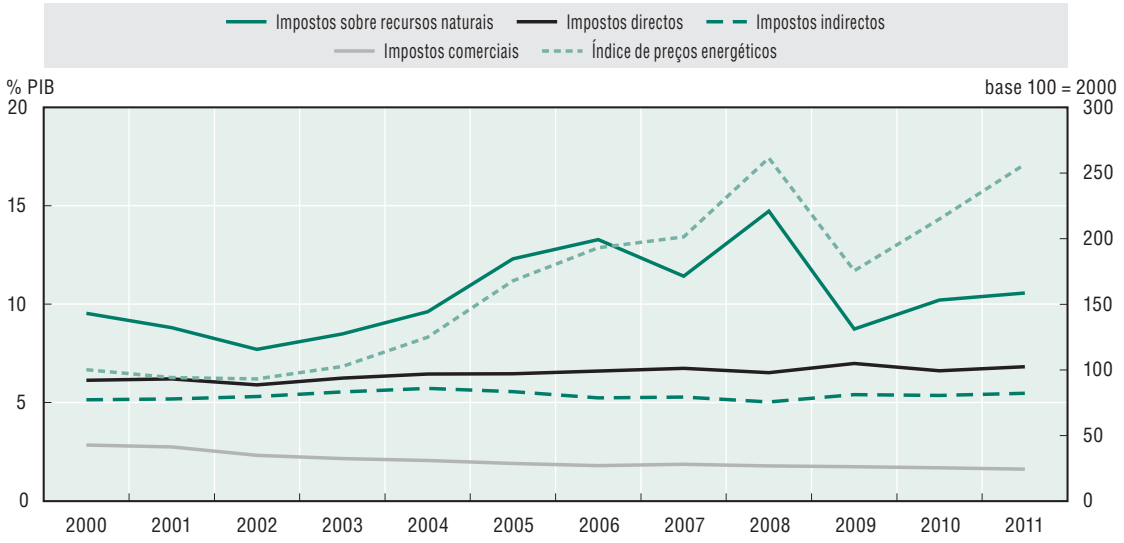
Os impostos directos representam mais de 10% do PIB para a África do Sul, Namíbia, Seicheles, Lesoto, Zâmbia, Zimbabué e Malawi. Os países que registaram maior crescimento do peso dos impostos directos no PIB, desde 2000, foram Moçambique, Uganda, Argélia, Níger, Mali e Tanzânia, tendo crescido a uma taxa composta anual de mais de 7%. Os impostos indirectos representaram mais de 10% do PIB no Zimbabué, Maurícias, Marrocos, Moçambique, Djibuti, Senegal e Seicheles. Entre 2000-2011, a maior subida na percentagem dos impostos indirectos no PIB verificou-se em Cabo Verde, RDC, Comores, Burkina Faso e Gâmbia, com um crescimento a uma taxa composta anual acima dos 10%. Nos países de rendimento médio, os impostos ao comércio perderam peso no PIB, de forma significativa, decrescendo a uma taxa composta anual entre 6.5 e 7%. Pelo contrário, depois do ano 2000, o peso dos impostos comerciais no PIB dos países de baixo rendimento aumentou a uma taxa composta anual de 0.1%.

Os recursos naturais continuam a ser a principal base de tributação em África, significando 10.6% do seu PIB. Em média, estes impostos representaram 40% do total de receitas fiscais

no período 2008-11, comparativamente com uma média de 35% em 2000-04. Em 2011, os impostos sobre os recursos naturais representaram metade do aumento nas receitas fiscais. Em Angola, na Líbia, no Congo, na Guiné Equatorial, na Argélia, no Chade e na Nigéria, estes impostos representaram mais de 20% do PIB de 2011. A Nigéria, a Argélia, Angola e a África do Sul, todos países ricos em recursos naturais, foram responsáveis por mais de 75% do aumento nos impostos recolhidos nesse ano, em África.

Os impostos sobre os recursos naturais dependem da volatilidade dos preços internacionais de matérias-primas (Figura 2.8); assim, aumentaram de 45 mil milhões para 230 mil milhões de USD entre 2002 e 2008, aproveitando a grande subida do preço das matérias-primas nesse período. Quando a crise económica surgiu, em 2009, este valor voltou a cair para 129 mil milhões de USD. Nesse ano, esta descida de receitas foi maior que o investimento externo e a ajuda pública ao desenvolvimento. Isto sublinha a importância dos países ricos em recursos naturais adoptarem uma gestão macroeconómica que permita suavizar o impacto da volatilidade dos preços das matérias-primas nas suas finanças públicas (ver capítulo temático das Perspectivas Económicas em África deste ano).

Figura 2.8. **Estrutura fiscal em África: volume recolhido para cada tipo de imposto, em % do PIB (ponderado)**



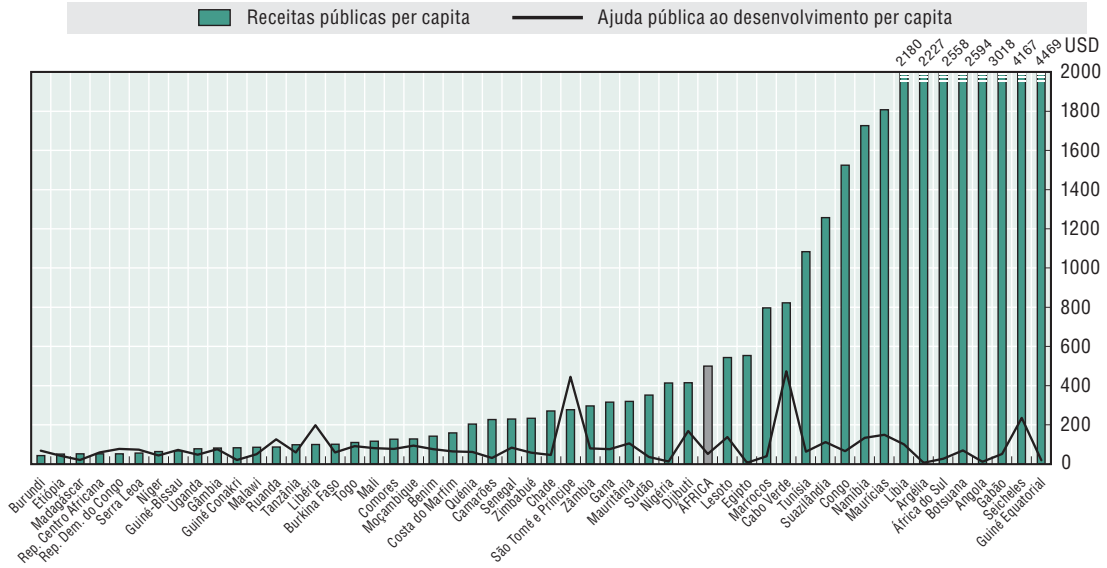
Fonte: Banco Mundial, cálculos do autor baseados nos inquéritos-país das *Perspectivas Económicas em África* 2013.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807322

A edição de 2010 das Perspectivas Económicas em África argumentava que os países ricos em recursos naturais estão a liderar "este aumento quantitativo notável do peso médio das receitas fiscais no continente africano", enquanto os países pobres em recursos naturais têm efectuado maiores progressos no alargamento da sua base fiscal. Após 2000, nos países pobres em recursos naturais, o peso dos impostos directos e indirectos no PIB cresceu a uma taxa anual composta de, 2.7% e 1.9%, respectivamente. Já os países ricos nestes recursos registaram, nas mesmas categorias de impostos, uma taxa composta de crescimento anual mais baixa, respectivamente de 0.5% e 0.2%. Muitos países africanos pobres em recursos naturais evoluíram para aplicação de impostos com custos políticos mais elevados, como os impostos sobre o consumo, sobre os rendimentos e sobre os lucros das actividades económicas correntes. Pelo contrário, os países ricos em recursos naturais praticamente não alteraram a sua estrutura fiscal ao longo da última década, sendo o aumento das receitas fiscais maioritariamente proveniente dos recursos naturais.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Apenas oito países africanos continuam a receber maiores níveis de ajuda ao desenvolvimento per capita do que de receitas fiscais per capita. Se África fosse um único país, teria obtido, em 2011, uma receita fiscal por cidadão dez vezes maior do que o valor da ajuda. No entanto, a Figura 2.9 mostra continuam a existir grandes disparidades entre os vários países. Trinta e dois países recolherem menos de 365 USD per capita/ano, sendo este baixo nível de receita fiscal um grande obstáculo à disponibilização de serviços públicos adequados. Oito países africanos têm uma receita fiscal superior a 1825 USD per capita/ano; são todos países ricos em recursos naturais, com excepção das Seicheles.

Figura 2.9. **Receitas públicas e ajuda ao desenvolvimento per capita em África, 2011.**



Nota: "Receitas públicas" incluem: impostos directos, impostos indirectos, impostos comerciais, outros impostos e receitas não fiscais.

Fonte: Cálculos do autor baseados em dados da OCDE/CAD, World Economic Outlook do FMI e inquéritos-país das *Perspectivas Económicas de África*, 2013.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807341

A transição da base de apoio, da ajuda ao desenvolvimento externa para os impostos internos, aumenta a legitimidade e a prestação de contas dos governos. Um crescimento rápido, equitativo e sustentável exige um sistema saudável de finanças públicas, em que as receitas públicas devem financiar os serviços básicos de segurança, educação e saúde, bem como o investimento público, evitando simultaneamente os financiamentos inflaccionados (Di Jonh 2009). Um sistema fiscal justo e eficiente obriga o Estado a envolver-se com os contribuintes e a avançar para um contrato social mais equitativo.

Muitos países enfrentam constantes desafios para aumentarem as suas receitas fiscais, uma vez que a maioria das economias africanas têm grandes sectores informais que escapam aos impostos. Outros obstáculos surgem da concessão excessiva de preferências fiscais, de uma tributação ineficiente das indústrias extractivas e da incapacidade em lutar contra os abusos nos preços de transferência por parte das multinacionais. As dificuldades das administrações fiscais em termos de capacidade, juntamente com a falta de confiança pública sobre a boa aplicação dos impostos, resultam numa estrutura fiscal desequilibrada, que depende de um conjunto reduzido de impostos para gerar receitas. Os impostos ligados aos recursos naturais tendem a desviar os governos da aplicação outras formas politicamente mais exigentes, como os impostos sobre o rendimento colectivo e individual ou impostos sobre o valor acrescentado e sobre o consumo.

A edição de 2010 das Perspectivas Económicas em África sublinhou a importância da implementação de reformas com uma sequência certa. A curto prazo, a base fiscal de um país deve ser aprofundada através da limitação das preferências fiscais e da negociação de uma tributação mais justa com as multinacionais. A médio prazo, deve ser reforçada a capacidade da administração fiscal. A longo prazo, os países africanos devem melhorar o equilíbrio entre os vários tipos de impostos. Em última análise, este é processo de consolidação da legitimidade fiscal do Estado, que deve ser acompanhado por um debate público sobre a melhoria da governação, a transparência e a utilização governamental dos crescentes recursos públicos.

As potencialidades e as fragilidades de África

Após o valor recorde registado em 2011, os fluxos financeiros externos atingiram um novo máximo de 186.3 mil milhões de USD em 2012, tendo esta recuperação sido sustentada pelo investimento estrangeiro e pelas remessas, que ultrapassaram ambos a ajuda ao desenvolvimento como principal fonte de financiamento externo em África. A África Subsaariana tem sido especialmente dinâmica na atracção de uma percentagem crescente de recursos financeiros externos, após a crise económica de 2008. Inversamente, a retoma do investimento externo no Norte de África tem sido prejudicada pela instabilidade política persistente e pela incerteza económica nesta região, com a assinalável excepção de Marrocos. A evolução dos preços das matérias-primas determinará os fluxos financeiros externos futuros para África, devido ao seu impacto no investimento e nas receitas fiscais.

Se observarmos individualmente os fluxos financeiros, antes e depois da crise económica de 2008, encontram-se duas tendências principais. Em primeiro lugar, as remessas dos emigrantes tornaram-se uma fonte de financiamento crucial para África, ultrapassando, pela primeira vez, os fluxos de APD e de IDE. Em segundo lugar, confirma-se a crescente integração africana com as economias emergentes, não apenas através do comércio – como destacado na Perspectivas Económicas em África de 2011 – mas também, cada vez mais, através de fluxos de investimento. Com efeito, perante um crescimento económico lento nos países da OCDE, o investimento em África provém cada vez mais de economias emergentes; no entanto, e apesar disto proporcionar uma oportunidade para maior diversificação dos parceiros comerciais e de investimento, a maior parte do investimento das economias emergentes é dirigido à exploração dos recursos naturais.

O crescimento dos fluxos financeiros externos reflecte as projecções sobre o dinamismo económico do continente africano e a melhoria da sua gestão macro-económica. No entanto, o financiamento externo está muito concentrado num número reduzido de países, já que cinco países representam mais de 50% do volume total de fluxos externos: Nigéria, África do Sul, Egipto, Marrocos e República Democrática do Congo. Com efeito, estes países muito populosos e ricos em recursos naturais são grandes mercados potenciais para os investidores estrangeiros, para além de terem um fluxo sustentado de remessas provenientes de fortes diásporas.

Pelo contrário, metade dos países africanos depende da ajuda ao desenvolvimento como principal fonte de financiamento para as necessidades de desenvolvimento. Estes são, principalmente, países em situação de pós-conflito, com poucos recursos naturais, pequenas economias, sem ligação ao mar, ou uma combinação destes aspectos. O elevado crescimento populacional, combinado com a provável estagnação da APD nos próximos anos, levará a uma redução ainda maior da ajuda per capita. A comunidade doadora deve prestar uma atenção especial aos países mais vulneráveis, que poderão ser os mais afectados no caso de um agravamento da situação económica global.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

A volatilidade dos preços das matérias-primas poderá ter um forte impacto no investimento e nas receitas fiscais em África. É importante que os decisores políticos africanos reduzam a exposição dos seus países a estes choques externos potencialmente fortes, assegurando igualmente que a riqueza proveniente dos recursos naturais traga benefícios para toda população e para as gerações futuras. Os desafios específicos que isto acarreta são abordados, mais em detalhe, no capítulo temático deste ano.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Notas

1. Estas estimativas são baseadas nos dados do Banco Mundial. Os valores revistos, disponibilizados no final de 2012, indicam que as remessas dos emigrantes tinham já ultrapassado o valor do IDE e da APD desde 2010.

2. A soma destas parcelas excede 100%, uma vez que os fluxos em carteira para países de baixo rendimento registaram valores negativos, representando desinvestimentos na República Democrática do Congo e na Eritreia.

3. Definição da CNUCED para fluxos de investimento.

4. Os países ricos em recursos naturais incluem: África do Sul, Argélia, Angola, Botswana, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Egipto, Guiné Equatorial, Gabão, Gana, Guiné Conakri, Libéria, Líbia, Mauritânia, Namíbia, Nigéria, República do Congo, Republica Democrática do Congo, Serra Leoa, Sudão do Sul, Sudão e Zâmbia.

5. A fDi Markets é uma base de dados on-line que monitoriza investimentos de raiz transfronteiriços, abrangendo todos os sectores e países do mundo. Disponibiliza uma monitorização em tempo real de projectos de investimento, investimentos de capital e emprego.

6. A Qatar Petroleum International planeia construir uma nova refinaria de petróleo no Cairo no valor de 3.6 mil milhões de USD. A Emaar Properties, baseada nos Emirados Árabes Unidos, está a investir 2 mil milhões de USD no sector imobiliário no Cairo.

7. O CPIS recolhe informação sobre o stock de participações transfronteiriças de acções e títulos de dívida relativamente a 75 territórios e países investidores (FMI 2013a)

8. A Ajuda Programável (AP) é uma sub-categoria da APD bilateral bruta, que mede as transferências reais para os países parceiros. A AP é essencial para o cumprimento dos compromissos internacionais de ajuda ao desenvolvimento no apoio aos ODM, representando também a proporção de ajuda que é sujeita às decisões dos doadores na afectação por país. Para mais informação ver: http://www.oecd.org/dac/aidarchitecture/cpa.htm

9. De acordo com Freund e Spatafora (2005), até 75% do total das remessas para o continente africano não são registadas, sendo esta percentagem maior do que noutros continentes.

10. objectivo “5x5” é um compromisso do G8 para reduzir o custo das remessas para 5%, até 2014. Este compromisso foi acordado em 2009, na Cimeira de Áquila. Em 2010, foi adoptado pelo G20, que estabeleceu uma “Acção de Desenvolvimento para as Remessas”.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Referências

ActionAid (2009), *Accounting for Poverty: How International Tax Rules Keep People Poor,* ActionAid, Reino Unido.

Africa Progress Panel (2012), "*Jobs, justice and equity: Seizing opportunities in times of global change*", *Africa Progress Report 2012*, Africa Progress Panel, Genebra.

ATAF (African Tax Administration Forum) (2012), *Good Tax Governance in Africa*, ATAF, Pretória.

Banco Mundial (2013), *Paying Taxes 2013: The Global Picture, Banco Mundial*, Washington, DC.

Banco Mundial (2012a), *Remittance Prices Worldwide*, No 4, Banco Mundial, Washington, DC., Novembro.

Banco Mundial (2012b), *Migration and Development Brief, No.19,* Banco Mundial, Washington, DC.

Chami, R., C. Fullenkamp e S. Jahjah (2003), "Are immigrant remittance flows a source of capital for development?", *IMF Working Paper 03/189*, FMI, Washington, DC.

Chami, R. et al. (2008), "Macro-Economic consequences of remittances", *IMF Occasional Paper* 259, FMI, Washington, DC.

CNUCED (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) (2013), *Global Investment Trend Monitor, No.11*, UNCTAD, Genebra.

CNUCED (2012a), *Investment Policy Monitor, No. 8*, UNCTAD, Genebra.

CNUCED (2012b), *Least Developed Countries Report 2012: Harnessing Remittances and Diaspora Knowledge to Build Productive Capacities*, UNCTAD, Genebra.

CNUCED (2012c), *World FDI Prospects Survey 2012-2014*, UN, Nova Iorque e Genebra.

CNUCED (2012d), *World Investment Report 2012: Towards a New Generation of Investment Policies*, UNCTAD, Genebra.

CNUCED (1999), *Comprehensive Study of the Interrelationship between Foreign Direct Investment and Foreign Portfolio Investment*, UNCTAD, Genebra.

Di John, J. (2009), "Taxation, governance and resource mobilisation in sub-Saharan Africa: A survey of key issues", *Elcano Royal Institute Working Paper* 49/2009, Madrid, Espanha, 30/9/2009.

Drummond P. et al. (2011), "Mobilizing revenue in sub-Saharan Africa: Empirical norms and key determinants", *IMF Working Paper*, WP/12/108, FMI, Washington, DC.

EIU (Economist Intelligence Unit) (2012), *Into Africa: Institutional Investor Intention to 2016*, EIU, Londres.

E&Y (Ernst and Young) (2012), *Building Bridges: Africa Attractiveness Survey*, www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY_2012_Africa_attractiveness_survey/$FILE/attractiveness_2012_africa_v17.pdf.

E&Y (2011), *Africa Mining Investment Environment Survey*, www.ey.com/Publication/vwLUAssets/African_Mining_Investment_Environment_survey/$FILE/African_Mining_Investment_Environment_survey.pdf.

E&Y (2011), *Africa Oil and Gas: a Continent on the Move*, www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Africa_oil_and_gas_a_continent_on_the_move_pdf/$FILE/Africa_oil_and_gas_continent_on_the_move.pdf.

Fjeldstad O. (2013), "A review of donor support to strengthen tax systems in developing countries", *WIDER Working Paper*, No. 2013/010, UNU-Wider, Helsínquia.

Freund, C. e N. Spatafora, (2005), "Remittances: transaction costs, determinants and informal flows", *World Bank Policy Research Working Paper* No. 3704, Banco Mundial, Washington, DC.

FMI (2013a), *Coordinated Investment Portfolio Survey*, Accessed on 25/01/2013, http://cpis.imf.org/.

FMI (2013b), *World Economic Outlook Update: Gradual Upturn in Global Growth During 2013*, IMF, Washington, DC.

FMI (2012), *Fiscal Regimes for Extractive Industries: Design and Implementation*, IMF, Washington, DC.

Gupta, S. et al. (2007), "Impact of remittances on poverty and financial development in sub-Saharan Africa", *IMF Working Paper* No. 07/38, FMI, Washington, DC.

Kaldor, N. (1980), *Reports on Taxation*, Vols. 1 e 2, Gerald Duckworth, Londres.

Minh Le, T., B. Morena-Dodson e N. Bayraktar (2012), "Tax capacity and tax effort: Extended cross-country analysis from 1994 to 2009", *Policy Research Working Paper* No. 6252, World Bank, Washington, DC.

OCDE (2012a), *OECD Development Co-operation Report 2012: Lessons in Linking Sustainability and Development*, OCDE Publishing, Paris.

OCDE (2012b), *OECD International Migration Outlook*, OCDE Publishing, Paris.

OCDE (2012c), "OECD report on aid predictability: Survey on donors' forward spending plans and progress made on predictability since the HLF-4 at Busan", OCDE, Paris.

OCDE (2012d), *The Architecture of Development Assistance*, OCDE, Paris.

OCDE (2011), "OECD report on aid predictability: Survey on donors' forward spending plans 2011-2013", OCDE, Paris.

OCDE (1996), *OECD Development Co-operation Report: Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee*, OCDE Publishing, Paris.

Piancastelli M. (2000), *Measuring the Tax Effort of Developed and Developing Countries. Cross Country Panel Data Analysis 1985-95*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, Brasil.

Ratha, D. (2003), "Workers' remittances: An important and stable source of external development finance", Prepared for Global Development Finance 2003, Banco Mundial, Washington, DC

Sundaram, J.K. (2013) "Enhancing tax revenues: A global priority", *Economic and Political Weekly*, Vol. XLVIII No. 3.

Toye, J., ed. (1978), *"Taxation and Economic Development"*, Frank Cass, Londres.

NU (Nações Unidas) (2012), *UN MDG Gap Task Force Report 2012: The Global Partnership for Development: Making Rhetoric a Reality*, Nações Unidas, Nova Iorque.

NU/DAES (Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais) (2012), *World Economic and Social Survey 2012: In Search of New Development Finance*, Nações Unidas, Nova Iorque.

ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) (2011), *Africa Investor Report: Towards Evidence Based Investment Promotion Strategies*, UNIDO, Viena.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Capítulo 3

Políticas comerciais e integração regional em África

A China, A Índia e o Brasil consomem cada vez mais petróleo, matérias-primas e bens manufacturados provenientes de África, ou seja, as economias emergentes estão continuamente a consumir a grande fatia do mercado exportador africano detido pela Europa e pelos Estados Unidos. África está também a tentar impulsionar a integração regional, para melhorar as suas perspectivas comerciais, mas tal não tem sido fácil. Este capítulo analisa as alterações no comércio exportador do continente e o que ainda é necessário mudar nesta área.

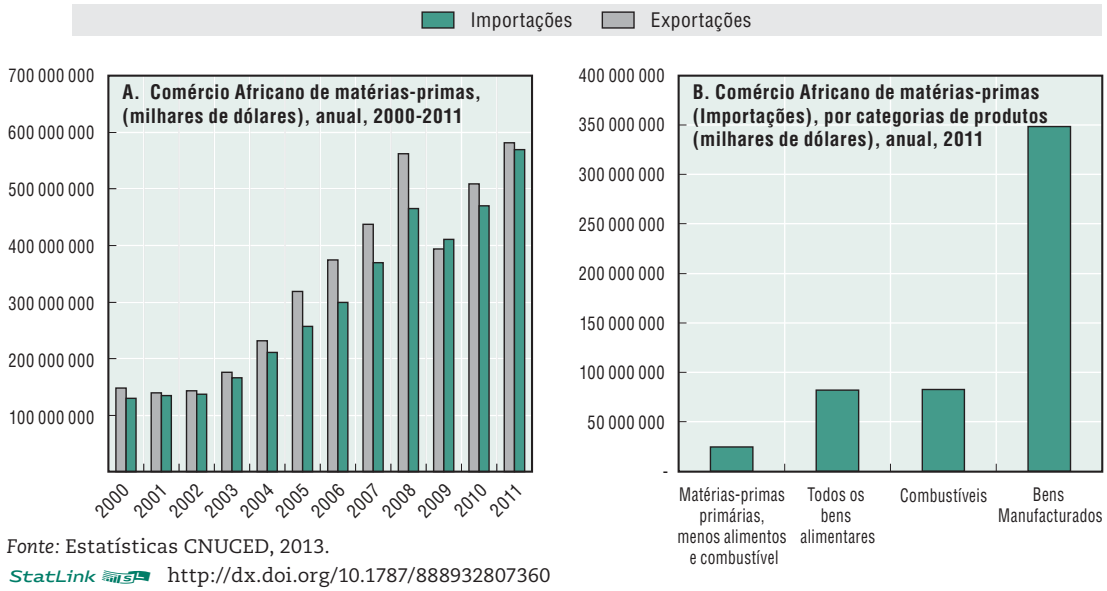
© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

As exportações africanas deslocam-se para as economias emergentes

A União Europeia e os Estados Unidos são os principais mercados exportadores fundamentais para África, mas a China, o Brasil, a Índia e outras economias emergentes aumentaram substancialmente a sua parcela nas exportações do continente.

Entre 2000 e 2011, as exportações africanas triplicaram, de 148.6 mil milhões de USD anuais para 581.8 mil milhões, de acordo com os dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED). Salientam-se duas tendências. Em primeiro lugar, a União Europeia e os Estados Unidos viram decrescer a sua quota das exportações africanas – de 47% em 2000 para 33% em 2011 no caso da União Europeia, e de 17% para 10% no caso dos Estados Unidos. Em segundo lugar, as economias emergentes aumentaram o seu comércio: a China aumentou a sua percentagem nas exportações africanas de 3.2% em 2000 para 13% em 2011; a Índia de 2.8% para 6%; o Brasil de 2% para 3% e a Federação Russa de 0.2% para 0.3%. As economias emergentes representaram 8% das exportações africanas em 2000, número que cresceu exponencialmente para 22% em 2011.

Figura 3.1 **Comércio Africano de matérias-primas**



Fonte: Estatísticas CNUCED, 2013.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807360

Os produtos primários continuam a ser a esmagadora maioria das exportações, sendo que a sua percentagem nas exportações totais aumentou de 72% em 2000 para 78% em 2011. A percentagem de bens manufacturados no total decresceu de 21% para 16% no mesmo período. O petróleo foi o principal produto exportado, representando 51% das exportações totais de África em 2000 e mais de 57% em 2011.

No ano 2000, África exportou cerca de 76.6 mil milhões de USD em petróleo. Aproximadamente 44% teve como destino a União Europeia e 25% os Estados Unidos, enquanto, na mesma altura, as exportações petrolíferas para a China representaram 4.4% do total, para o Brasil 3%, 2.9% no caso da Índia e um valor quase nulo para a Rússia. As exportações africanas de bens manufacturados atingiram os 31.7 mil milhões de USD, em que cerca de metade teve como destino a União Europeia e 10% os Estados Unidos. A Índia representou 2.7% destas exportações, a China 0.8%, o Brasil 0.7% e a Rússia 0.1%.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Em 2011, as exportações africanas de matérias-primas, particularmente de petróleo, tinham subido para valores na ordem dos 334 mil milhões de USD e as parcelas de mercado tinham mudado completamente. A quota da União Europeia nas exportações africanas de petróleo tinha diminuído para 31%, enquanto a dos Estados Unidos decresceu para 22%; já as exportações de petróleo para as economias emergentes dispararam, com a China a crescer para 13.6%, a Índia para 7.5% e o Brasil para 4%.

As exportações africanas de bens manufacturados para a União Europeia diminuíram de 44% do total, em 2000, para 39% em 2011. A parcela dos EUA alterou-se de 25% em 2000 para 9% em 2011. Mais uma vez, as economias emergentes aumentaram o seu consumo de bens provenientes de África. Em 2011, a percentagem de exportações de bens manufacturados para a Índia tinha aumentado para 2.9%, para a China 2.7%, para o Brasil 1.8% e 0.3% para a Rússia. No total representaram 7.7% deste comércio, em comparação com 4.3% em 2000.

Houve três factores impulsionadores desta alteração nos mercados de África. O preço dos recursos, em particular do petróleo, que constitui a principal exportação, aumentou ao longo da década, impulsionando o valor das exportações . A China tornou-se um ávido consumidor das matérias-primas africanas. Em 2000, o valor das exportações africanas de matérias-primas (excluindo produtos petrolíferos e alimentares) foi de 15.6 milhões de USD e a China representou 4.8% destas exportações, enquanto em 2011 a fatia de mercado da China nestas exportações aumentou para 70 mil milhões de USD, o que representa 28.8% do total.

É importante salientar, porém, que apesar destas alterações, a União Europeia e os Estados Unidos continuam a ser os mercados de exportação mais importantes para África

A integração regional em África

Os líderes africanos estão a tentar acelerar a integração regional inicialmente acordada no Tratado de Abuja de 1991. Este tratado entrou em vigor em 1994 e ambicionava a criação da Comunidade Económica de África enquanto mercado comum competitivo, bem como de uma moeda única. A principal preocupação está na implementação lenta das fases, a qual não está em consonância com o quadro definido . No entanto, os países africanos reconhecem actualmente a importância de acelerar este processo.

Tendo economias pequenas, vários países africanos enfrentam uma forte concorrência nos mercados internacionais e têm menor poder negocial nos organismos internacionais, como a Organização Mundial de Comércio, e na negociação de acordos parceria económica.

O comércio intra-africano está actualmente estimado em 10-12% do total continental, sendo muito inferior ao de outras regiões. Com base em dados de 2009, o comércio entre países da América do Norte situa-se em cerca de 48% do total, enquanto 72% do comércio europeu se verifica entre países da região e 52% no caso da Ásia.

A União Africana, a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) e as comunidades económicas regionais estão a desenvolver políticas e a definir enquadramentos para ajudar os países africanos e acelerar a integração, já que se exigem esforços para melhorar os baixos níveis de comércio intra-africano e internacional.

As comunidades regionais como o Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade da África Oriental (EAC) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) estão a avançar para a criação de um bloco unitário, englobando 27 países que gostariam de formar um mercado único. Os líderes destes grupos enfrentam,

contudo, desafios na definição das regras de comércio e terão de tomar decisões corajosas para realizarem a zona de comércio livre proposta.

O Tratado de Abuja definiu seis fases para a integração, mas o processo tem sido confrontado com recursos financeiros limitados, com o estabelecimento de barreiras tarifárias e não-tarifárias, com a morosidade na aplicação do protocolo sobre livre circulação de bens e serviços entre fronteiras, e com conflitos internos em alguns países. O objectivo da integração pan-africana, particularmente no que respeita à criação de um mercado alargado, está ainda longe de ser concretizado.

Zona Continental de Comércio Livre

Em Janeiro de 2012, a Cimeira de líderes da União Africana subscreveu um novo plano de acção para impulsionar o comércio intra-africano, com base nas ligações mais estreitas que estão a ser construídas entre as três comunidades regionais já referidas. A Cimeira apontou a lentidão na implementação do Tratado de Abuja e estabeleceu a meta de 2017 para a criação de uma Zona Continental de Comércio Livre (ZCCL) para juntar as economias pequenas e fragmentadas de África num mercado único. A crise económica global veio aumentar a pressão sobre África para que acelere a sua integração e esteja pronta para os novos desafios, sendo que a ZCCL proposta viria impulsionar substancialmente este esforço.

Principais objectivos da Zona Continental de Comércio Livre de África

- Criar um mercado único para bens e serviços, com livre circulação de pessoas, negócios e investimentos, abrindo caminho para uma união aduaneira continental.
- Expandir o comércio intra-africano através de uma melhor harmonização e coordenação dos regimes de liberalização comercial, no quadro das comunidades económicas regionais e em África em geral.
- Responder aos desafios da multiplicidade e frequente sobreposição de grupos regionais, para melhorar a integração regional e continental.
- Reforçar a competitividade empresarial e industrial, explorando as oportunidades de produção em maior escala, o acesso ao mercado continental e uma melhor reafectação de recursos.

O roteiro para a zona africana de comércio livre

A morosidade na implementação do Tratado de Abuja colocou África em desvantagem numa esfera económica cada vez mais global. A aceleração do estabelecimento de uma zona continental de comércio livre iria aumentar significativamente o comércio intra-africano e actuar como motor do crescimento e do desenvolvimento sustentável. Os chefes de Estado da COMESA, EAC e SADC pretendem criar uma zona de comércio livre tripartida entre estes grupos, que poderia constituir um modelo útil para a nova abordagem. Espera-se, assim, que outras comunidades regionais utilizem esta iniciativa tripartida para impulsionar os seus próprios esforços.

Calendário da Zona de Comércio Livre

2012-13

- Estudos de referência, negociações, criação de consensos, protocolo.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

2014- 17:

- Iniciar uma liberalização faseada do comércio de bens, iniciar a liberalização de tarifas, regras de origem, procedimentos aduaneiros e simplificação da documentação alfandegária, procedimentos de trânsito, barreiras não-tarifárias, disposições de natureza comercial, obstáculos técnicos ao comércio e medidas sanitárias e fito-sanitárias.
- A liberalização centrar-se-á nos produtos actualmente com direitos aduaneiros e tarifas pautais nulas, equacionando posteriormente os produtos sensíveis.
- Lançamento de esforços para melhorar a competitividade e desenvolvimento da capacidade de produção.

2017-19:

- Preparação da União Aduaneira continental em 2019, em consonância com o Tratado de Abuja.
- Liberalização do comércio de serviços – com o turismo, os serviços financeiros, os transportes e as comunicações entre os possíveis precursores.
- Os sectores de serviços já com algum grau de liberalização podem ser objecto de uma maior desregulamentação juntamente com a liberalização dos bens (p.ex. serviços de transportes ligados ao comércio, turismo, serviços financeiros como as actividades bancárias transfronteiriças).

Fonte: Arquitectura da Comissão da UA para a Zona Continental de Comércio Livre

A inserção da integração regional nas estratégias nacionais de desenvolvimento

Têm sido realizados diversos estudos sobre como incluir a dimensão de género, o comércio, as alterações climáticas e outras políticas sectoriais nas estratégias e planos nacionais de desenvolvimento. No entanto, só existe ainda informação geral e limitada sobre como incluir transversalmente a integração regional nestas dimensões. Parece claro, porém, que este processo tem de superar a lentidão na implementação dos acordos de integração regional e inserir as decisões tomadas ao nível regional e continental nos planos internos de desenvolvimento e nas estratégias sobre crescimento económico, redução da pobreza e desenvolvimento socioeconómico. No entanto, a actuação no plano nacional continua a ser fraca; vários países ainda não integraram as decisões aprovadas nas suas estratégias de desenvolvimento.

Os governos têm falta de recursos financeiros e de pessoal qualificado para a integração regional. Os acordos institucionais existentes ao nível continental, regional e nacional são insuficientes para tais acções e existem apenas consultas limitadas entre os envolvidos. No entanto, os países africanos têm tentado enfrentar a sobreposição de membros entre agrupamentos regionais. Os chefes de Estado da União Africana decidiram, em 2006, pôr termo à criação de novos comités económicos regionais e reconhecer apenas os oito comités existentes e os esforços para a criação da iniciativa tripartida COMESA-EAC-SADC. Nenhum país membro poderia pertencer a mais de duas comunidades regionais, estando o enfoque na criação de uma zona de comércio livre.

Se alguns países realizaram progressos na integração das decisões e actividades regionais, outros ficaram aquém deste objectivo (UNECA, Pesquisa sobre integração transversal da integração regional, 2012). Isto é devido a acordos institucionais insuficientes, consultas escassas entre ministérios e com outros actores e recursos inadequados para os esforços de integração, verificando-se igualmente um parco alinhamento dos objectivos principais da integração com os planos nacionais de desenvolvimento.

Para reforçar a coordenação, a cimeira da União Africana criou uma Conferência de Ministros responsáveis pela Integração Regional , para analisar de forma holística a implementação dos protocolos, a harmonização de políticas e programas e a coordenação entre os comités regionais.

A integração regional requer a participação do governo, da sociedade civil, do sector privado e dos parceiros de desenvolvimento a todos os níveis. No entanto, apesar de os países terem designado ministérios ou departamentos responsáveis por este dossier, verifica-se frequentemente uma falta de coordenação entre esses serviços e outros actores. Várias decisões e protocolos subscritos em cimeiras ainda não foram adoptados ao nível nacional, devido a consultas insuficientes, falta de informação e outros motivos. Uma pesquisa conduzida em 2012 pela UNECA demonstrou que alguns ministérios não tinham conhecimento de alguns protocolos que deveriam supostamente implementar. Cerca de 43% dos inquiridos afirmou que o nível de consultas era fraco, enquanto a mesma percentagem o considerou forte, mas apenas 14% afirmou que as consultas eram intensas.

Um dos maiores factores impeditivos ao fomento da integração regional é a falta de financiamento. Muitos governos não têm um orçamento específico para actividades e programas nesta área, pelo que precisam de afectar recursos à integração. Esta é uma actividade *ad-hoc* para muitas autoridades, que só afectam recursos a esta área quando há uma solicitação ou quando existe pressão política para tal. Muitas estratégias nacionais de desenvolvimento não têm em consideração a integração regional ou qualquer análise de impacto.

A inserção da integração regional nas políticas nacionais também não será efectiva sem um mecanismo adequado de monitorização. Vários países não possuem um sistema apropriado de comunicação dos esforços de implementação entre os seus governos e os organismos regionais e continentais, pelo que se verifica a necessidade de canais para reportar e veicular informações. Apesar dos esforços da União Africana e das comunidades económicas regionais, não existe qualquer mecanismo para fazer cumprir as decisões acordadas sobre a integração regional, nem sanções para os países que não as implementam.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Referências

Aryeetey, E. e E. Asmah (2011), "Africa's New Oil Economies: Managing Expectations", Brookings Institution, Washington, DC.

Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), "Southern Africa Regional Integration Strategy Paper", 2011-2015.

Banco Mundial (2013), "Commodity Markets", Fevereiro.

Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) (2009), "Mainstreaming of Regional Integration at the National level", Sexta Sessão do Comité sobre Comércio, Cooperação e Integração Regional, Outubro.

Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) (2009), "Mainstreaming of Regional Integration into National Development Plans and Programmes: Issues paper" 5th Meeting of the Intergovernmental Committee of Experts for Southern Africa, 23-25 Junho, Lusaka, Zâmbia.

European Centre for Development Policy Management (2011), "REC to REC Dialogue on Regional Trade Integration", Maio, Abuja.

Jakobeit, C., T. Hartzenberg e N. Charambides (2005), "Overlapping Memberships in COMESA, ECA, SACU and SADC: Trade policy Options for the Region and APA Negotiations", Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit, Eschborn.

Lunogelo B. e A. Mbilinyi (2009), "Convergence of COMESA-SADC-EAC Regional Frameworks", paper presented during the Annual Forum for Private, Public and Academic Partnership on Trade Policy and Negotiations, Economic and Social Research Foundation, Dar-es-Salaam, Novembro.

Organização de Unidade Africana (OUA) (2000), *Constitutive Act of the African Union*, OUA, Adis Abeba.

OUA (1991), *Treaty Establishing the African Economic Community*, OUA, Adis Abeba.

OUA (1980), *Lagos Plan of Action*, OAU, Adis Abeba.

Salvatore Coscione (2008), "Mainstreaming SADC Regional Integration Agenda in Mozambique National Development Plan", Julho, Mozambique

UNCTADstat, 'International Merchandise Trade Statistics, consultado em 12 de Fevereiro de 2013 http://unctadstat.unctad.org/UnctadStatMetadata/Documentation/UNCTADstatContent.html.

Capítulo 4

Desenvolvimento humano em África

O desenvolvimento humano de África – alargando as escolhas dos seus povos e dando-lhes uma hipótese de terem vidas plenas – tem vindo a melhorar mas continua a lutar contra a desigualdade e o fraco investimento nas populações. As riquezas do continente em termos de recursos naturais podem ser usadas para uma diversificação económica que melhore a vida das populações; este capítulo defende que existem boas práticas e podem ser desenhadas políticas para alcançar um desenvolvimento humano sustentável.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Pela primeira vez, em 2012, um país africano – as Seicheles – alcançou o nível mais elevado do Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IDH), sublinhando os avanços alcançados no continente na melhoria da educação, saúde e bem-estar social. No entanto, há ainda muito a fazer na transformação destas economias para que as mudanças sejam sustentáveis e o investimento público e privado seja mais eficaz e equitativo.

O conceito de desenvolvimento humano foi apresentado pela primeira vez em 1990. Teve um impacto profundo no debate sobre como melhorar a qualidade de vida, ao acrescentar ao critério sobre o nível de rendimento outros critérios, de melhoria das competências individuais e da capacidade de homens e mulheres determinarem o seu próprio destino.

Tabela 4.1. **Níveis de desenvolvimento humano em África**

Muito alto/alto	Médio	Baixo	
Argélia	Botswana	Angola	Libéria
Líbia	Cabo Verde	Benim	Madagáscar
Seychelles	Egito	Burkina Faso	Malawi
Tunísia	Guiné Equatorial	Burundi	Mali
	Gabão	Camarões	Mauritânia
	Gana	República Centro-Africana	Moçambique
	Marrocos	Chade	Niger
	Namíbia	Comores	Nigéria
	África do Sul	Congo, República	Ruanda
	Suazilândia	Congo, Rep. Dem.	Sao Tome and Principe
		Côte d'Ivoire	Senegal
		Djibouti	Serra Leoa
		Eritreia	Sudão
		Etiópia	Tanzânia
		Gâmbia	Togo
		Guiné	Uganda
		Guiné-Bissau	Zâmbia
		Quénia	Zimbabwe
		Lesotho	Sudão do Sul

Fonte : PNUD (2013).

O IDH – composto por indicadores sobre a esperança de vida, educação e controlo sobre os recursos necessários para uma vida digna – é o principal critério de avaliação do desenvolvimento humano em África. Os 187 países do mundo são classificados em quatro grupos, representando um desenvolvimento "muito alto", "alto", "médio, ou baixo". O momento marcante para o continente africano surgiu quando as Seicheles atingiram um "nível de desenvolvimento humano muito alto", classificando-se no 46º lugar deste índice, à frente de países mais ricos da Europa e do Médio Oriente. A Líbia, as Maurícias, a Argélia e a Tunísia foram colocados no grupo "alto" e dez outros países africanos no grupo "médio". Os restantes 37 países de África situam-se na categoria de desenvolvimento humano "baixo", isto sem incluirmos o Sudão do Sul. Muitos países com uma classificação "baixa" estão, apesar disso, a melhorar rapidamente, com a maior progressão a ocorrer em Angola, Burundi, Etiópia, Moçambique, Ruanda, Serra Leoa e Zimbabué. Estes países têm um rendimento e uma esperança de vida crescentes, mas os baixos progressos no sector da educação estão a atrasar a sua evolução.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Ameaças à diversificação económica

Existem provas claras de que os fracos indicadores ao nível da saúde, do conhecimento e das capacidades técnicas, juntamente com um grande crescimento populacional, são um travão à transformação estrutural de que a África necessita, apesar do seu rápido crescimento económico (Gauci e Temah, 2011). Estes são factores que afectam também a produtividade.

Um maior investimento no factor humano melhora a produtividade por trabalhador, desloca os trabalhadores de sectores pouco produtivos para sectores de maior produtividade e impulsiona a transformação estrutural. As *Perspectivas Económicas em África* de 2012 destacavam a forma como o baixo nível de escolaridade e o desfasamento entre as competências técnicas e as necessidades das empresas estão a afectar o crescimento e a transformação da economia. A mão-de-obra é atraída para o sector informal e para actividades de baixo valor, em vez de ser canalizada para sectores mais produtivos como a indústria.

O IDH tem demonstrado a existência de baixos níveis de escolaridade e fracos resultados na saúde em África. Nos países africanos (excluindo o Norte de África) uma criança passa uma média de 4.7 anos na escola, variando entre 1.2 anos registados em Moçambique e 9.4 anos nas Seicheles. Isto contrasta fortemente com os países em rápida industrialização no Leste Asiático (7.2 anos) e na América Latina (7.8 anos), bem como relativamente ao valor médio mundial de 7.5 anos. Isto significa que as competências técnicas disponíveis em muitos países africanos estão predominantemente ao nível da literacia e numeracia básicas do ensino primário, em vez da resolução de problemas mais complexos e da criação de competências empreendedoras, que se desenvolvem nos níveis de ensino secundário e superior. Em muitos países africanos menos de metade dos rapazes e raparigas com idade para frequência do ensino secundário estão matriculados na escola – com taxas ainda mais baixas de conclusão desse nível de ensino (UNESCO, 2012). Uma das consequências de uma mão-de-obra pouco qualificada é que os que entram no mercado de trabalho concentram-se mais em actividades de subsistência e sectores de baixa produtividade, como os serviços, que requerem poucas qualificações. Para além disso, e ainda mais importante, é que o baixo nível de qualificação pode actuar como uma barreira à difusão de tecnologias que aumentam a produtividade em todos os sectores.

A desigualdade no acesso à educação e a sua fraca qualidade estão a agravar este problema. Um estudo recente abrangendo 28 países africanos concluiu que de 128 milhões de crianças em idade escolar, 17 milhões nunca irão frequentar a escola. Aproximadamente 37 milhões de crianças terão resultados tão fracos ao nível das competências básicas, que não ficarão muito melhor do que as que não frequentaram a escola. Em sete dos países analisados, mais de 40% das crianças não atingiu os padrões mínimos de aprendizagem. Nestes incluem-se a Etiópia, Nigéria e Zâmbia, onde mais de metade dos alunos não concluem o nível de ensino primário. Este estudo indica que metade da população escolar do ensino primário – 61 milhões de crianças – chegará à adolescência sem as competências básicas necessárias para terem vidas produtivas. Apesar de terem havido avanços significativos no alargamento do ensino primário em África, a sua qualidade continua a ser um desafio fundamental.

Uma saúde deficiente afecta também a produtividade e os orçamentos nacionais, devido ao financiamento necessário para os sistemas de saúde. A baixa esperança de vida em muitos países com desenvolvimento humano médio ou baixo reflecte, em parte, a vulnerabilidade em relação a doenças como a malária e o HIV, bem como taxas de mortalidade materno-infantil que se mantêm teimosamente altas, apesar dos avanços recentes. É necessário que os investimentos públicos na área da saúde sejam mais eficazes. Vários estudos demonstram que não chegam fundos suficientes aos centros de saúde, que são a linha da frente na prestação destes serviços (Banco Mundial, 2012b). Para além disso, há uma fraca qualidade dos serviços prestados.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

O impacto da desigualdade

Os relatórios de desenvolvimento humano das Nações Unidas têm incluído, nos últimos anos, um Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade (IDHD) e o Índice de Desigualdade de Género (IDG), para além do IDH. Os altos níveis de desigualdade estão a prejudicar o impacto positivo do crescimento económico africano. O IDHD iguala o IDH quando não existe desigualdade na população, mas situa-se abaixo do IDH à medida que se verifica maior discriminação. Em 2012, o índice ajustado à desigualdade revelou perdas de aproximadamente 35% no valor do IDH para a maioria dos países africanos, devido a desigualdades na esperança de vida, na educação e no rendimento das populações. Nos países da Ásia Meridional registou-se uma perda de 29%, 26% na América Latina e Caraíbas, 25% nos países Árabes, 21% nos países do Leste Asiático e 13% para a Europa e Ásia Central. Em África, o país com maior perda de valor no IDH devido à desigualdade foi Angola (44%), seguida da Namíbia (43%), enquanto as menores perdas foram registadas nas Maurícias (13%).

A injustiça é sentida de várias formas: as grandes desigualdades na esperança de vida e no rendimento são responsáveis pelas maiores perdas de desenvolvimento humano no Benim, Chade, Costa do Marfim, Lesoto, Ruanda, Suazilândia, Namíbia e Moçambique; já na República Centro-Africana, no Burkina Faso, Djibuti, Guiné Conakri, Libéria, Nigéria, Ruanda e Serra Leoa essas perdas devem-se mais à esperança de vida e à educação, do que a diferenças de rendimento. Um maior enfoque na redução da desigualdade nos elementos que compõem o índice de desenvolvimento humano – rendimento, educação e saúde – conduziria, porém, a que o crescimento económico e a transformação estrutural gerassem benefícios gerais mais positivos em toda a população.

Os países com menor desigualdade de género tendem a desfrutar de níveis mais altos de desenvolvimento humano. A maioria dos países africanos com menores níveis de desigualdade de género, tais como a Líbia, a Tunísia, as Maurícias, a Argélia, Marrocos, a Namíbia, a África do Sul e o Botsuana, registam níveis altos de desenvolvimento humano. O IDG reflecte, igualmente, as desvantagens com base no género, em áreas como a saúde reprodutiva, o empoderamento e o mercado de trabalho. Os países com maior igualdade de género tem tendência para registar uma mortalidade materna baixa, uma fertilidade adolescente baixa, e uma grande proporção de elementos do sexo masculino e feminino com, pelo menos, o ensino secundário. A gestão do crescimento populacional e a garantia de altos níveis educacionais para homens e mulheres será crucial para transformar as economias africanas, tendo em conta o papel fundamental que a qualidade e quantidade da mão-de-obra têm no aceleramento da transformação estrutural. Ao nível regional, a África Ocidental enfrenta as maiores perdas potenciais de desenvolvimento humano devido às desigualdades, seguida da África Central e Oriental. A África Austral e o Norte de África registam perdas menores, mas ainda significativas, na ordem dos 30%. Assim, a desigualdade de género é maior nas regiões central e ocidental de África, e menor no norte e no sul do continente.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Tabela 4.2. **O Impacto da desigualdade no desenvolvimento humano**

Desigualdade alta / Grande perda no IDH	Desigualdade baixa / Baixa perda no IDH	Sem dados disponíveis
Angola	Camarões	Argélia
Benim	Congo, República	Botswana
Burkina Faso	Egito	Burundi
República Centro-Africana	Etiópia	Cabo Verde
Chade	Gabão	Comores
Congo, Rep. Dem.	Gana	Guiné Equatorial
Côte d'Ivoire	Madagáscar	Eritreia
Djibouti	Malawi	Gâmbia
Guiné	Maurícias	Líbia
Guiné-Bissau	Marrocos	Mali
Quénia	Moçambique	Seychelles
Lesotho	São Tomé e Príncipe	África do Sul
Libéria	Senegal	Sudão
Mauritânia	Tanzânia	Tunísia
Namíbia	Zimbabwe	Sudão do Sul
Niger		
Nigéria		
Ruanda		
Serra Leoa		
Suazilândia		
Togo		
Uganda		
Zâmbia		

Fonte : PNUD (2013).

Tabela 4.3. **A desigualdade de gênero na África**

Desigualdade de género mais baixa	Desigualdade de género mais alta	Sem dados disponíveis
Argélia	Benim	Angola
Botswana	Burkina Faso	Cabo Verde
Burundi	Camarões	Chade
Gabão	República Centro-Africana	Comores
Gana	Congo, República	Djibouti
Lesotho	Congo, Rep. Dem.	Guiné Equatorial
Líbia	Côte d'Ivoire	Eritreia
Malawi	Egito	Etiópia
Maurícias	Gâmbia	Guiné
Marrocos	Quénia	Guiné-Bissau
Namíbia	Libéria	Madagáscar
Ruanda	Mali	Nigéria
Senegal	Mauritânia	São Tomé e Príncipe
África do Sul	Moçambique	Seychelles
Suazilândia	Niger	Sudão do Sul
Tanzânia	Serra Leoa	
Togo	Sudão	
Tunísia	Zâmbia	
Uganda		
Zimbabwe		

Fonte : Pnud (2013).

A desigualdade de género em África está ligada à persistência de leis, normas e práticas discriminatórias, as quais restringem o acesso das mulheres e raparigas às oportunidades, aos recursos e ao poder. O Índice de Instituições Sociais e Género (SIGI, na sigla inglesa) recorre a dados de 86 países não membros da OCDE, incluindo 37 países africanos, e compara o nível de discriminação subjacente em cinco áreas (OCDE, 2012): práticas familiares discriminatórias, violência sobre as mulheres, preferências de fertilidade, limitação dos recursos e restrição dos direitos e liberdades civis. Em 2012, a América Latina foi a região melhor classificada, enquanto o Médio Oriente e Norte de África e a África Subsaariana figuram no extremo oposto. Verifica-se, contudo, uma grande variação de desempenho: a África do Sul e Marrocos estão classificados respectivamente no 4º e 17º lugar, enquanto nove dos últimos dez países do índice são africanos: Gabão, Guiné Conakri, Nigéria, Chade, Benim, Somália, República Democrática do Congo, Sudão e Mali.

Alguns países como Moçambique, Malawi, Madagáscar, Ruanda, Tunísia e Namíbia têm efectuado avanços significativos na redução da discriminação desde 2009. Em média, a África Austral regista os menores níveis de discriminação, seguida da África Oriental e da África Ocidental, enquanto os maiores níveis de discriminação se verificam nos países da África Central. Os países africanos têm diminuído as disparidades de género no sector da educação, nas taxas de participação no mercado de trabalho, e na participação política. No entanto, os conflitos e a insegurança que conduzem à violência sexual, à deslocação forçada das populações e à pobreza, continuam a representar um perigo para muitas mulheres do continente, o qual apresenta também um fraco desempenho relativamente à restrição dos rendimentos e dos direitos, às práticas familiares discriminatórias e à integridade física.

Tabela 4.4. **Perdas no desenvolvimento humano devido à desigualdade**

Região	Índice de desenvolvimento humano	Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade (média)	RNB per capita	Perda de IDH devido à desigualdade (%)	Índice de desigualdade de género
África Central	0.466	53.2	4.7	5,292	34.1	0.613
África Oriental	0.462	59.5	4.4	2,635	33.3	0.529
Norte de África	0.652	71.3	6.0	6,483	28.3	0.424
África Austral	0.516	55.5	6.1	4,731	30.9	0.516
África Ocidental	0.427	57.2	3.5	1,322	36.2	0.616
África	0.486	58.4	4.7	3,516	33.1	0.545
Países Árabes	0.652	71.0	6.0	8,307	25.4	0.555
Ásia Oriental e Pacífico	0.683	72.7	7.2	6,874	21.3	0.333
Europa e Ásia Central	0.771	71.5	10.4	12,243	12.9	0.280
América Latina e Pacífico	0.741	74.7	7.8	10,300	25.7	0.419
Ásia Meridional	0.558	66.2	4.7	3,343	29.1	0.568
África (excluindo Norte de África)	0.475	54.9	4.7	2,010	35.0	0.577
Mundo	0.694	70.1	7.5	10,184	23.3	0.463

Fonte: PNUD RDH 2013 & cálculos do autor

Desenvolvimento humano, transformação estrutural e gestão de recursos naturais

Os factores demográficos que impulsionam a transformação

O continente africano está a passar por uma transição demográfica, com um número crescente de jovens a entrar no mercado de trabalho, os quais apoiam uma população mais jovem e idosa que é relativamente menor. Isto pode ser revertido num dividendo demográfico, impulsionando a produtividade e a diversificação económica. A quantidade e qualidade do trabalho é um elemento fundamental para melhorar o capital humano, que guiou o crescimento e diversificação económica na Ásia e na América Latina. Em África, porém, o grande crescimento populacional, o lento decréscimo das taxas de mortalidade e os baixos níveis de capital humano são um constrangimento à quantidade e qualidade da mão-de-obra, dificultando o aumento da produtividade, que é

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

necessário para a transformação estrutural. Uma grande maioria dos trabalhadores ainda está no sector agrícola, em trabalhos de baixo valor acrescentado e no sector informal. Assim, se equacionarmos a questão da produtividade agrícola e ajudarmos os trabalhadores a entrarem em mais sectores produtivos, tal poderia acelerar a transformação estrutural em África.

A média da população dependente em África – com idades abaixo dos 14 anos ou acima dos 65 -, em proporção da população em idade activa, diminuiu de 86% em 1960 para 80% em 2010 (Indicadores do Desenvolvimento em África, Banco Mundial). O Norte de África e a África Austral registaram decréscimos muito consideráveis; por exemplo, na Argélia, o rácio de dependência diminuiu de 91% para 40% no período referido. Outras regiões, como a África Oriental, Central e Ocidental, registaram diminuições menos significativas e, em alguns casos, um aumento dos rácios de dependência devido à redução da mortalidade e a um número crescente de crianças. Pelo contrário, o rácio de dependência desceu de 76% para 43% no Leste Asiático, de 58% para 48% na Europa, de 86% para 54% na América Latina e de 80% para 57% na Ásia Meridional. Isto significa que o fardo suportado pela população activa não está a diminuir tão rapidamente nos países africanos, desviando recursos das actividades mais produtivas e abrandando o ritmo de diversificação económica e de desenvolvimento humano.

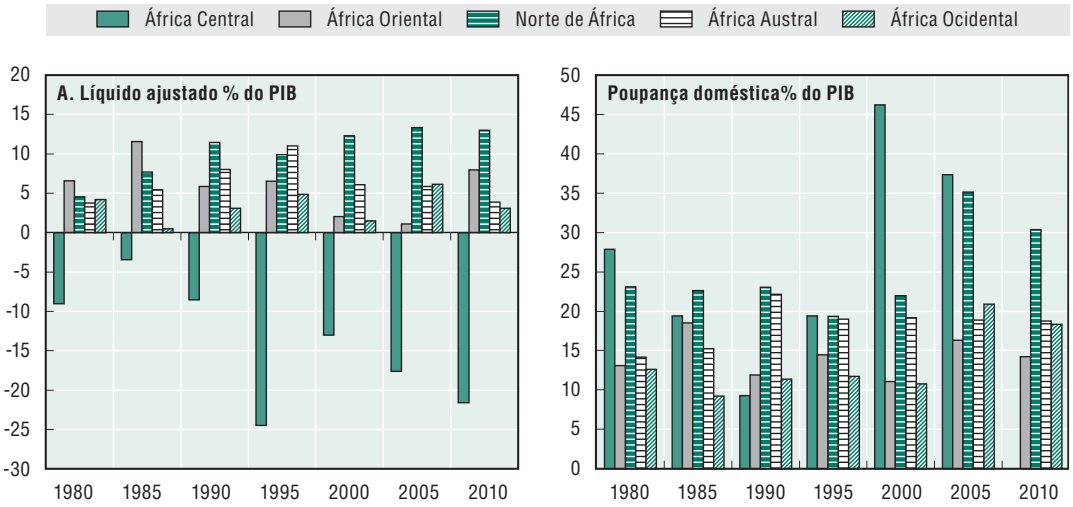
Da riqueza dos recursos naturais à riqueza nacional

Na análise efectuada pelo Banco Mundial (2011), demonstra-se que, à medida que há uma transição de economias baseadas nos recursos naturais para economias mais diversificadas, há um aumento da proporção da riqueza nacional gerada pelo capital humano e institucional. A maioria dos países inicia este processo com uma grande dependência do capital natural – recursos naturais, agrícolas, terra e florestas -, utilizando estes activos para gerar mais riqueza, particularmente capital manufacturado e capital intangível (humano e institucional). Para África, a transformação da riqueza em recursos naturais no desenvolvimento humano e num crescimento de longo prazo pode ser efectuada através do investimento numa melhoria da saúde e da educação, bem como na sustentabilidade de longo prazo dos recursos naturais renováveis.

Se utilizarmos o conceito de poupança nacional líquida, parece que muitos países não estão a investir a sua riqueza natural nas suas populações. As poupanças nacionais líquidas são normalmente calculadas a partir das poupanças brutas – ou seja, o rendimento nacional bruto menos o consumo total -, diminuindo-lhe o valor do consumo de capital fixo. Já o conceito de poupanças líquidas ajustadas, ou poupanças reais, adapta a poupança nacional para reflectir o investimento de longo prazo, subtraindo a extracção de riqueza mineral e a degradação ambiental, e adicionando o investimento em capital humano, como indicador da eficácia da utilização dos ganhos com recursos naturais em prol do desenvolvimento sustentável.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Figura 4.1. **Poupanças brutas e poupanças líquidas ajustadas (Poupanças reais) (% do PIB) por região**



Nota : **As poupanças líquidas ajustadas** são a soma das poupanças nacionais líquidas e das despesas com educação, subtraindo-se o esgotamento dos recursos energéticos, dos recursos minerais, esgotamento líquido das florestas e dióxido de carbono. Esta série não inclui os danos das emissões de partículas.
As poupanças nacionais líquidas são o resultado das poupanças nacionais brutas menos o valor do consumo de capital fixo.
As poupanças brutas são o resultado do rendimento nacional bruto menos o consumo total, mais o valor das transferências líquidas.

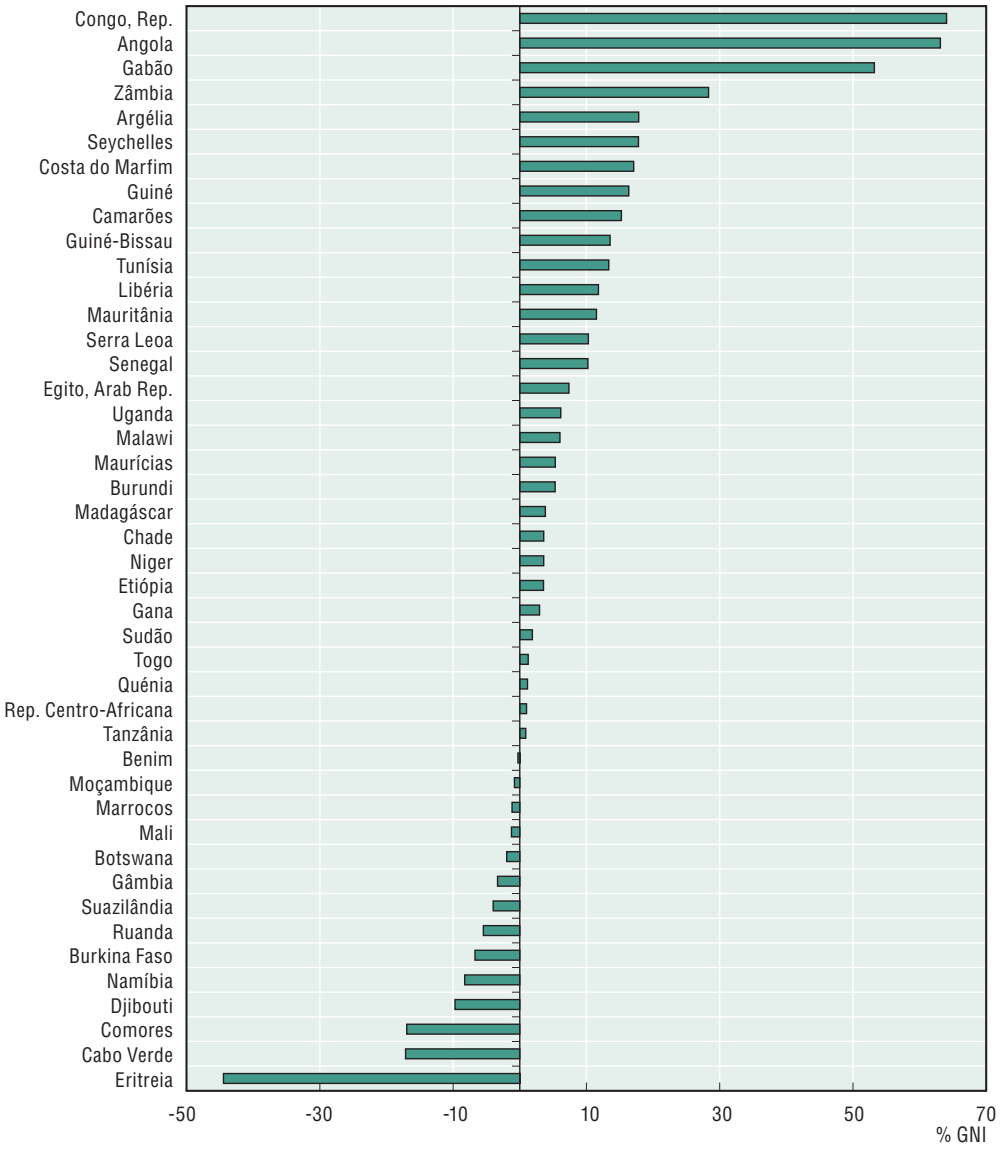
Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial, baseadas em fontes e métodos do relatório do Banco Mundial *The Changing Wealth of Nations: Measuring Sustainable Development in the New Millennium* (2011).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807417

Se recorrermos a este enquadramento, verifica-se que alguns países africanos estão a traduzir a sua riqueza proveniente dos recursos naturais em riqueza nacional, enquanto outros estão a esgotar os recursos sem investirem em sectores alternativos e nas capacidades humanas necessárias para o crescimento de longo prazo. As regiões do norte e centro de África registaram os maiores níveis de poupanças brutas no continente, entre 1980 e 2010, seguidas da África Austral. No entanto, em termos de poupanças reais, o Norte de África apresenta o maior volume, seguido da África Oriental, enquanto a África Austral e Ocidental tiveram níveis positivos de poupanças reais mas significativamente abaixo das suas poupanças brutas. Uma das conclusões possíveis é que o sub-investimento no sector da educação e o desgaste dos recursos naturais estão a prejudicar os ganhos potenciais derivados das poupanças nacionais. Particularmente na África Central, uma região com grande riqueza de recursos naturais, têm-se registado poupanças reais negativas, de forma persistente, devido a uma alta taxa de degradação dos recursos naturais e ao baixo investimento no capital humano.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Figura 4.2. **Poupanças brutas e poupanças líquidas ajustadas (% do PIB)**



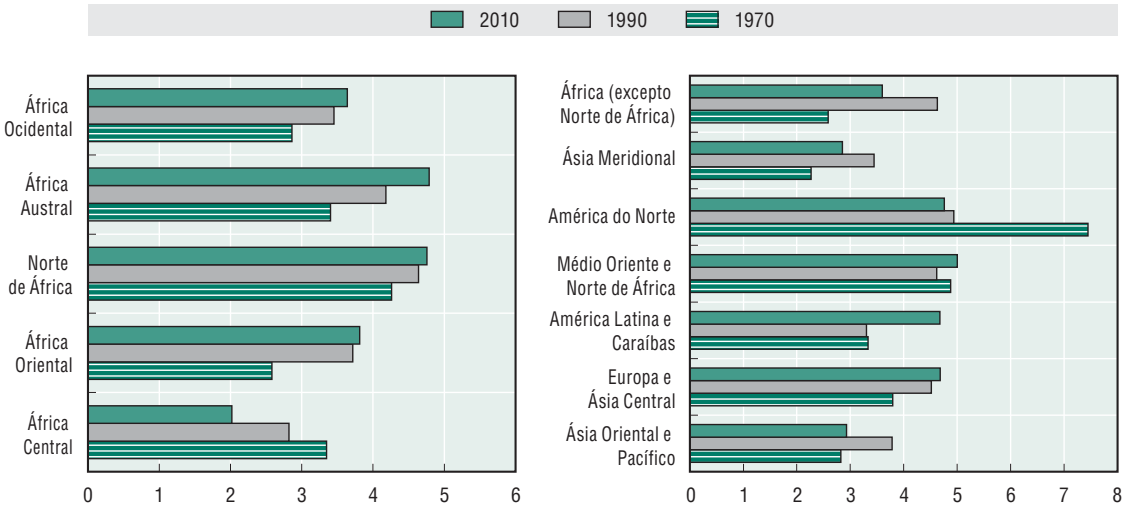
Nota: As **poupanças líquidas** ajustadas são a soma das poupanças nacionais líquidas e das despesas com educação, subtraindo-se o esgotamento dos recursos energéticos, dos recursos minerais, esgotamento líquido das florestas e dióxido de carbono. Esta série não inclui os danos das emissões de partículas. As **poupanças brutas** são o resultado do rendimento nacional bruto menos o consumo total, mais o valor das transferências líquidas.

Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial, baseadas em fontes e métodos do relatório do Banco Mundial *The Changing Wealth of Nations: Measuring Sustainable Development in the New Millennium* (2011).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807436

A existência de uma grande diferença entre poupanças brutas e poupanças líquidas ajustadas, enquanto percentagem do rendimento nacional bruto, indica que os países africanos podem estar a efectuar a mineração dos recursos naturais através da exaustão e esgotamento das florestas , dos recursos energéticos e dos recursos minerais , sem investirem no desenvolvimento de longo prazo. A Figura 4.4. ilustra a diferença entre poupança bruta e poupança líquida ajustada nos 44 países africanos onde existem dados disponíveis. Os países com a maior perda de poupança bruta devido ao desgaste dos recursos naturais e fraco investimento em capital humano figuram no topo do gráfico. Entre eles estão a República do Congo, Angola e o Gabão, países que terão de assumir os custos da degradação dos recursos naturais e aumentar o nível de investimento no capital humano em percentagem do rendimento nacional bruto. No extremo oposto, estão países com níveis de poupança líquida ajustada mais elevados do que a poupança bruta, o que pode indicar um investimento na reposição dos seus recursos naturais renováveis, bem como no seu capital humano. Por um lado, as poupanças brutas são importantes para financiar o crescimento. Por outro lado, contudo, um enfoque nas poupanças nacionais que não tenha em consideração o impacto ambiental da produção, ou a necessidade de investir em fontes alternativas de capital – incluindo o desenvolvimento do capital humano – pode ter como resultado um crescimento de curto prazo, efectuado à custa do desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Figura 4.3. **Despesas com educação, em relação ao PIB (%)**



Fonte: World Development Indicators (Banco Mundial, 2012d).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807455

A comparação da proporção do rendimento nacional despendido no sector da educação, por região, revela que o Médio Oriente e o Norte de África gastaram uma maior proporção do rendimento nacional bruto no sector da educação do que a América do Norte, a Europa e a Ásia Central. Estes dados contrastam com o contexto dos anos 1970, quando a América do Norte despendia uma maior parcela do rendimento nacional em educação. Os gastos no sector da educação são um complemento importante a outros investimentos na transformação estrutural. Embora a maioria dos países africanos gastem uma maior proporção do rendimento nacional na educação do que regiões como o Leste asiático e a Ásia Meridional, o resultado final no continente africano (excluindo o Norte de África) continua a ser menor em termos de educação secundária e superior, pelo que são necessários recursos adicionais e mais eficazes. Existe uma grande variação na proporção do rendimento nacional bruto que é afectado à educação no continente africano; a afectação de recursos é maior no Norte de África e na África Austral, seguidas da África Oriental

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

e Ocidental, e menor na África Central. As pesquisas indicam que as competências básicas da literacia e numeracia não são suficientes para responder às necessidades de economias em processo de avanço tecnológico e de diversificação (Gauci e Temah, 2011). Tendo como base as economias emergentes da América Latina e da Ásia, considera-se que o nível e qualidade da educação necessários para impulsionar o direccionamento da mão-de obra para sectores mais produtivos requer um investimento de cerca de 5% do rendimento nacional bruto, bem como um modelo educativo que enfatize a solução de problemas e o desenvolvimento cognitivo.

Políticas para converter os recursos naturais em capital humano

Apesar da escassez de recursos externos e da mobilização limitada de recursos internos, a riqueza proveniente dos recursos naturais disponibiliza uma proporção crescente de fundos para alcançar os objectivos nacionais de desenvolvimento em África. Os países podem traduzir os seus recursos minerais e energéticos, as terras para pastagens e colheitas, as florestas e a biodiversidade abundante, num crescimento sustentável de longo prazo, através de um enfoque prioritário na distribuição eficaz dos benefícios, do investimento no capital humano e da manutenção da produtividade dos recursos naturais. A aplicação de uma estratégia abrangente de gestão da riqueza proveniente dos recursos naturais, em prol do desenvolvimento humano, engloba a gestão macroeconómica, a captura dos rendimentos desses recursos e o investimento em capital físico, financeiro e social (Conceição et al, 2011).

Investimento público eficaz e equitativo

Em muitos países, as receitas provenientes dos recursos naturais não têm sido aplicadas, frequentemente, no bem público. Os fundos limitados para utilização pública têm sido principalmente afectados a infra-estruturas de larga escala, em vez de um reforço do capital humano e da riqueza nacional, que compense o desgaste destes recursos naturais (Banco Mundial, 2012b). Isto retardou a transformação estrutural do continente africano; os baixos níveis de investimento público na investigação e desenvolvimento, na agricultura, na educação e na saúde têm implicações de longo prazo, na medida em que leva tempo a desenvolver a capacidade tecnológica e humana necessária para uma transformação estrutural acelerada.

Dos 11 países em África com dados sobre a despesa com investigação e desenvolvimento, enquanto percentagem do produto nacional bruto (PNB) (WB, 2012), apenas a África do Sul e a Tunísia afectaram pelo menos 1% dos PNB para a investigação, em comparação com 3% no Leste Asiático e 2% na Europa e Ásia Central. O Gabão e o Senegal afectaram respectivamente 0.6% e 0.4%, enquanto no Egipto, no Uganda e na Zâmbia essa percentagem foi de 0.3%. As afectações mais baixas registam-se na Gâmbia (como menos de 0.02%), em Madagáscar (com 0.15%) e no Burkina Faso (com 0.2%). O investimento na agricultura é igualmente baixo, estimando-se que, entre 2000 e 2008, cerca de metade dos países africanos apresentaram níveis decrescentes de despesa na investigação e desenvolvimento agrícola, entre -0.2 a -12% por ano, particularmente na África Ocidental e Central (Beintema et al., 2012). A queda dos níveis de despesa no Burkina Faso, Guiné Conakri, Senegal e Togo pode ser atribuída, principalmente, à realização de grandes projectos financiados pelos doadores, frequentemente através de empréstimos do Banco Mundial. Poucos países africanos aumentaram a despesa com investigação agrícola, como é o caso da Etiópia, Nigéria, Quénia, Tanzânia e Uganda.

Mesmo nos casos em que os países têm dado uma atenção prioritária ao investimento social, a fraca qualidade dos gastos nos sectores da educação e da saúde têm conduzido a uma divergência entre o nível de despesa pública e o acesso e qualidade dos serviços disponibilizados. Embora os países tenham aumentado significativamente as taxas de escolarização no ensino primário, uma grande proporção de jovens africanos não adquiriram as competências e capacidades para trabalharem em sectores não-agrícolas. Os esforços para melhorar a governação política e económica na utilização dos recursos naturais deverão concentrar-se em impulsionar o acesso e a equidade nos serviços sociais.

O *Africa Learning Barometer* e outros estudos (UNESCO, 2011) têm salientado a existência de desigualdades significativas no acesso à educação de qualidade entre a população pobre e rica, bem como entre raparigas e rapazes. A percentagem de adultos com menos de dois anos de educação provenientes das áreas rurais é muito maior, do que das áreas urbanas mais ricas. Na Etiópia, 68% do quintil mais pobre da população teve uma educação restrita, por comparação com apenas 14% do quintil mais rico. Apesar dos avanços no nível primário, onde muitos países atingiram ou estão próximos de atingir a paridade na taxa de escolaridade bruta, verifica-se uma divergência entre as taxas de matrícula e as taxas de conclusão no nível secundário, uma vez que a exclusão das raparigas aumenta nos ciclos mais avançados desse nível. Os resultados demonstram que, apesar dos progressos consideráveis no acesso à educação em África, existe ainda muito por fazer para assegurar o acesso igualitário a uma educação de qualidade. A falta de competências adequadas terá um impacto negativo no potencial dos elementos femininos e masculinos na contruibuição efectiva para o progresso social e económico do continente.

A transformação agrícola direccionada para o crescimento e a diversificação económica

Para alguns países, torna-se crucial quebrar a dependência dos recursos naturais renováveis – como a agricultura e o turismo - com oportunidades de emprego limitadas e baixo valor acrescentado. Estes países devem centrar os recursos e atenção nacional em impulsionar os baixos níveis de competências e capacidades humanas, em gerir o crescimento populacional que entrava a diversificação da economia e em melhorar os indicadores sociais. As lições aprendidas do caso asiático indicam que a transformação estrutural pode ser acelerada através de uma abordagem integrada para melhorar a produtividade do sector agrícola, a industrialização rural, a expansão do mercado e a redução dos rácios de dependência. Isto requer políticas e investimentos para melhorar a produtividade agrícola, para aumentar os rendimentos agrícolas através da expansão dos mercados e para aumentar o emprego em sectores não agrícolas, através da industrialização rural e da utilização mais alargada de novas tecnologias. Todos estes elementos contribuirião para a redução dos rácios de dependência, o que, por sua vez, irá acelerar a transformação estrutural.

No entanto, conforme debatido no Capítulo 6, existem casos claros de desindustrialização das economias africanas, com a mão-de-obra e o capital a transitarem da agricultura para sectores menos produtivos, tais como os serviços, em detrimento da indústria transformadora.

O sector agrícola pode ser um impulsionador fundamental da transformação no continente africano, devido ao seu potencial de criação de emprego e ao valor acrescentado proveniente do aumento da produtividade da terra e da mão-de-obra. O Relatório do Desenvolvimento Humano de África, do Programa de Desenvolvimento das NU, afirma que uma maior produtividade, especialmente nas culturas alimentares de subsistência e nas pequenas explorações agrícolas, reforça a segurança alimentar, reduzindo os preços e aumentando a disponibilidade de alimentos básicos. Um acesso melhorado a bens alimentares com preços acessíveis constitui uma contribuição fundamental para a transformação estrutural, uma vez que mantém baixos o custo de vida e os custos da mão-de-obra, aumentando também a competitividade e as oportunidades para o crescimento industrial. Uma produtividade agrícola mais alta contribui igualmente para fomentar os rendimentos rurais, ajudando as agro-indústrias e melhorando os padrões de vida. Isto aumenta a procura por melhores competências e pela educação. O crescimento rápido da produtividade agrícola, ancorado nos crescentes rendimentos das culturas alimentares básicas, poderia ajudar os países africanos a reduzirem a pobreza e a garantirem a segurança alimentar rural e urbana. Alguns factores que contribuem decisivamente para aumentar a produtividade agrícola são a melhoria das estradas, caminhos-de-ferro, do armazenamento e das tecnologias da comunicação, bem como do acesso aos mercados.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Caixa 4.1. **O crescimento das Maurícias com base no investimento em capital humano**

As Maurícias registaram um crescimento médio anual do PIB de 4.2%, entre 2003 e 2011, sendo o seu PIB per capita de 14.689 USD em 2011 e tendo também atingido a classificação de "desenvolvimento humano alto" nos indicadores das Nações Unidas. Estes factos são frequentemente atribuídos a um investimento significativo em políticas de crescimento e diversificação económica, incluindo um enfoque no comércio, processamento de exportações, redes de segurança social fortes e políticas sólidas ao nível macro e orçamental.

A economia das Maurícias transitou, a partir dos anos 1970, das exportações primárias no sector do açúcar para a indústria de mão-de-obra intensiva, nomeadamente de têxteis e vestuário. Actualmente, a parcela do sector dos serviços está a crescer, nomeadamente do turismo, serviços financeiros, informação e comunicação e outros. Tem-se considerado que as políticas que criaram um ambiente de negócios favorável, através do Business Facilitation Act (2006) e da adopção de uma política orçamental contra-cíclica, permitiram ultrapassar os choques comerciais derivados da perda de regimes preferenciais para os países em desenvolvimento desde 2004. O crescimento no sector têxtil é actualmente impulsionado pelo capital de inovação, por actividades de carácter intensivo e por uma melhor integração da cadeia de distribuição, desde a tecelagem ao vestuário final.

As Maurícias investiram, com sucesso, os rendimentos provenientes das exportações no desenvolvimento do seu capital humano, com uma política educacional que disponibiliza educação gratuita até à universidade, para todos os cidadãos, bem como saúde gratuita. Isto conduziu a maiores níveis de coesão social, de bem-estar e de crescimento económico – e também a um menor nível de desigualdade. Outros factores frequentemente citados relativamente ao bom desempenho das Maurícias englobam a existência de instituições fortes e democráticas, promovidas através da participação política, o Estado de Direito (direitos de propriedade) e o controlo da corrupção. Os desafios a superar incluem o desemprego nas camadas jovens, bem como a desigualdade de género no mercado de trabalho e na representação política. O país está a implementar estratégias para reforçar a competitividade nacional através da formação e do ensino superior.

Investir em infra-estruturas fundamentais e no desenvolvimento de competências

Os dados sobre África indicam que uma parcela grande e crescente do valor acrescentado do continente provém do sector dos serviços, seguido pela indústria e agricultura (BM, 2012c). Em parte, isto verifica-se devido ao crescimento lento da produtividade agrícola e ao crescimento limitado da indústria transformadora, decorrentes da falta de investimento em infra-estruturas, de uma balança comercial desfavorável e de um sector privado fraco em muitos países em desenvolvimento. Para além disso, o abrandamento da transformação económica está ligado ao ritmo lento de criação de empregos na agricultura e em outros sectores, os quais não conseguem absorver o crescimento populacional. Tudo isto é agravado pela falta de investimento no desenvolvimento de uma mão-de-obra pujante e qualificada, que poderia impulsionar a inovação, o crescimento da produtividade e a mudança tecnológica.

O reforço do capital humano ajuda à transformação estrutural, na medida em que influencia a taxa de inovação e a captação de novas tecnologias. O caso das Maurícias demonstra o sucesso de uma estratégia dupla de desenvolvimento do capital humano e de apoio ao surgimento de novos sectores na economia, através de uma estratégia de desenvolvimento orientada para as exportações e de um sector privado forte. A existência de

fortes ligações com empresários asiáticos estimulou a adopção de tecnologia e inovação, que vieram reforçar as capacidades dos recursos humanos locais.

No entanto, a existência de uma mão-de-obra capaz e pujante não é o único requisito para a transformação estrutural. O ritmo da industrialização está ligado ao investimento em maquinaria e infra-estruturas, bem como à acumulação de capital humano (Mehta, 2012). Uma diversificação bem-sucedida, da produção de uma matéria-prima para outra, requer infra-estruturas, instituições e capital humano. Hausmann and Klinger (2009) mencionam as dificuldades potencialmente envolvidas neste processo. A diversificação entre produtos interligados, como os têxteis e o fabrico de vestuário nas Maurícias, é um processo bastante mais fácil porque as capacidades adquiridas podem ser facilmente reafectadas entre produtos. Contudo, no caso de países especializados em produtos periféricos, com poucas ligações, esta reafectação acarreta maiores desafios, uma vez que os produtos requerem capacidades diferenciadas. O facto de o Botsuana ter fracassado em traduzir o investimento no desenvolvimento económico e social numa economia mais diversificada está ligado a dificuldades neste âmbito, ou seja, de trocar a criação de emprego no sector público por um sector privado relativamente fraco, bem como de substituir competências pouco relevantes por novas oportunidades na indústria transformadora, nos serviços e na indústria em geral.

Caixa 4.2. **O investimento no Botsuana não consegue gerar diversificação**

O Botsuana é um dos casos de sucesso no continente africano, tornando-se em três décadas num país de rendimento médio, através de políticas macroeconómicas sólidas, da boa governação e de um investimento cuidadoso da riqueza proveniente dos recursos naturais no seu desenvolvimento social. A geração de receitas estatais é elevada, devido a parcerias bem negociadas na indústria extractiva. Desde a década de 1980, o governo tem utilizado um Índice de Sustentabilidade Orçamental e um programa de contabilidade ambiental para monitorizar a forma como o rendimento da mineração é reinvestido no orçamento nacional, para promover o desenvolvimento de longo prazo no país.

Os cidadãos do Botsuana têm quase um acesso universal à educação, saúde, água e saneamento. No entanto, a gestão macroeconómica prudente, a governação democrática e o crescimento económico sustentado não se traduziram num desenvolvimento amplo e numa transformação socioeconómica. A economia do Botsuana ainda é dependente dos minérios e registam-se grandes níveis de pobreza, desigualdade, desemprego e prevalência do HIV-SIDA. Os altos níveis de desemprego estão ligados a uma falta de correspondência entre o desenvolvimento de competências, a procura do mercado e um ritmo lento de criação de emprego fora do sector público.

O sector público conserva um papel importante no desenvolvimento. Inicialmente, este sector era um impulsionador chave do desenvolvimento, na ausência de um sector privado viável. No entanto, o ritmo lento das privatizações pode ter retardado a oportunidade para um crescimento de base alargada e para a redução da pobreza. O Estado prossegue actualmente uma série de iniciativas de diversificação económica, no quadro de uma estratégia quinquenal, que inclui a promoção de um maior envolvimento local no processamento e comercialização dos diamantes.

A adopção de uma abordagem regional ao desenvolvimento de infra-estruturas e o aproveitamento de vantagens geográficas comparativas podem trazer benefícios. As lições aprendidas da Ásia e América Latina salientam a importância da integração regional na criação de oportunidades para a diversificação económica e a transformação estrutural. A investigação na América Latina concluiu que as oportunidades de transformação estrutural são muito maiores na Comunidade das Caraíbas (CARICOM), enquanto zona perfeitamente integrada, do que individualmente para os seus membros. A África poderia utilizar uma estratégia de "pólos de crescimento" (Ogunleye, 2011) – desenvolvendo indústrias interligadas em países diferentes da mesma região - para acelerar a transformação económica através de uma utilização mais eficiente dos vários recursos naturais e agrícolas, em cada país e sub-região. Assim, poder-se-iam desenvolver produtos especializados, com base nos recursos

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

disponíveis e nas vantagens comparativas, bem como explorar o potencial derivado das cadeias de valor das actividades e matérias-primas dentro de cada cluster.

O desafio das capacidades

Os países africanos estão confrontados com um "desafio de desenvolvimento", para transformar capital natural, renovável e não renovável, em riqueza nacional – as infra-estruturas, o capital humano e as instituições que conduzem a transformação estrutural. Os países que dependem de recursos naturais não renováveis devem transformar esse capital em capacidades humanas e em instituições mais fortes e eficazes, para promoverem o desenvolvimento de uma economia diversificada e de um crescimento de longo prazo. Isto requer políticas que assegurem uma recolha eficiente dos rendimentos dos recursos naturais, um investimento eficaz desses montantes no capital humano, bem como a distribuição equitativa dos benefícios e a manutenção da produtividade desses activos naturais. Para os países que dependem de recursos renováveis, como a terra, a água, as florestas e a biodiversidade, o objectivo deverá ser o uso sustentável desses recursos, para guiar a diversificação económica e a criação de riqueza. Os avanços no sentido de uma transformação estrutural devem centrar-se num aumento da produtividade agrícola, num impulso à industrialização rural e na gestão do crescimento populacional. A criação de um sector agrícola mais produtivo traria benefícios múltiplos para orientar a transformação. Os países africanos não devem negligenciar a mobilização de receitas internas, que fornecem um fluxo mais previsível de recursos para o desenvolvimento.

O aproveitamento integral dos benefícios provenientes dos recursos naturais envolve um investimento na riqueza de longo prazo, nomeadamente nas capacidades humanas e na protecção social, gerindo os riscos e vulnerabilidades e tendo em conta a degradação ambiental. As políticas sociais abrangentes contribuem para o crescimento, para a mudança estrutural, para a redução de pobreza e para a coesão social. Os países africanos devem utilizar os rendimentos decorrentes dos recursos no reforço da capacidade estatal para prosseguir objectivos económicos e sociais, para promover a distribuição equitativa dos benefícios e para fomentar um crescimento inclusivo. Os dados sugerem que os países africanos não estão a aproveitar as oportunidades de desenvolvimento humano decorrentes do crescimento económico, devido a uma desigualdade crescente, quer de rendimento, quer no acesso à educação e saúde. Para além disso, os governos deverão prestar atenção aos factores demográficos que impulsionam a mudança, uma vez que a inacção face ao grande crescimento populacional em muitos países africanos irá enfraquecer os esforços para melhorar a capacidade dos recursos humanos, a qual promove a produtividade, o progresso tecnológico e a transformação estrutural.

Os governos africanos, o sector privado e os parceiros de desenvolvimento devem integrar os seus esforços para melhorar as competências dos recursos humanos, de forma a criar economias competitivas, que promovem a industrialização para os mercados internos e regionais e que atraem investimento directo externo. A existência de sistemas de educação e saúde deficientes impede a transformação estrutural, pelo que estes requerem mais investimento, especialmente para minorar as desigualdades de género e melhorar a qualidade da educação primária e dos cuidados de saúde. Os exemplos da Ásia e da América Latina, no desenvolvimento de competências essenciais para a transformação estrutural, sugerem que deve ser dada maior prioridade a formações vocacionais e em exercício (*on job*), reforçando a experiência e o empreendedorismo, para que o sector privado consiga ter os trabalhadores de que precisa.

O impacto decorrente de investir as receitas provenientes dos recursos naturais no desenvolvimento nacional e humano de longo prazo é aumentado pela existência de instituições fortes e de uma governação participativa. Neste âmbito, será fundamental o papel da cooperação regional e Sul-Sul na promoção da transferência tecnológica, da inovação e adaptação, bem como o papel da integração regional, na criação de mercados viáveis para fazer avançar esta agenda.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Anexo 4.A1

Tabela 4.A1. **Comparação por países , IDH , IDHD and IDG**

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, Ranking)	Países	Índice de Desenvolvimento Humano 2012 (Valor)	IDH ajustado à desigualdade 2012 (IDHD)	Perda global (%)	Coeficiente de Gini (2000-10)	Índice de Desigualdade de Género (IDG)	Crescimento médio anual do IDH (2000-2012)
46	Seicheles	0.806	..	..	65.8	..	0.33
64	Líbia	0.769	..	..	..	0.216	
80	Maurícias	0.737	0.639	13.3	..	0.377	0.73
93	Argélia	0.713	..	..	..	0.391	1.1
94	Tunísia	0.712			41.4	0.261	0.86
106	Gabão	0.683	0.55	19.5	41.5	0.492	0.72
112	Egipto	0.662	0.503	24.1	30.8	0.59	0.92
119	Botsuana	0.634	..	..	..	0.485	0.66
121	África do Sul	0.629	..	..	63.1	0.462	0.11
128	Namíbia	0.608	0.344	43.5	63.9	0.455	0.64
130	Marrocos	0.591	0.415	29.7	40.9	0.444	1.2
132	Cabo Verde	0.586	..	..	50.5	..	0.81
135	Gana	0.558	0.379	32.2	42.8	0.565	1.6
136	Guiné Equatorial	0.554	..	..	..	..	0.9
141	Suazilândia	0.536	0.346	35.4	51.5	0.525	0.55
142	Congo	0.534	0.368	31.1	47.3	0.61	0.86
144	São Tomé e Príncipe	0.525	0.358	31.7	50.8	..	
145	Quénia	0.519	0.344	33.6	47.7	0.608	1.24
148	Angola	0.508	0.285	43.9	58.6	..	2.56
150	Camarões	0.495	0.33	33.4	38.9	0.628	1.2
151	Madagáscar	0.483	0.335	30.7	44.1	..	1.02
152	Tanzânia (República Unida da)	0.476	0.346	27.3	37.6	0.556	2.15
153	Nigéria	0.471	0.276	41.4	48.8	..	..
154	Senegal	0.47	0.315	33	39.2	0.54	1.25
155	Mauritânia	0.467	0.306	34.4	40.5	0.643	0.92
158	Lesoto	0.461	0.296	35.9	52.5	0.534	0.61
159	Togo	0.459	0.305	33.5	34.4	0.566	0.62
161	Uganda	0.456	0.303	33.6	44.3	0.517	1.65
163	Zâmbia	0.448	0.283	36.7	54.6	0.623	1.46
164	Djibuti	0.445	0.285	36	40	..	..
165	Gâmbia	0.439	..	..	47.3	0.594	1.65
166	Benim	0.436	0.28	35.8	38.6	0.618	1.14
167	Ruanda	0.434	0.287	33.9	53.1	0.414	2.73
168	Costa do Marfim	0.432	0.265	38.6	41.5	0.632	0.81
169	Comores	0.429	..	..	64.3	..	..
170	Malawi	0.418	0.287	31.4	39	0.573	1.44
171	Sudão	0.414	..	..	35.3	0.604	1.08
172	Zimbabwe	0.397	0.284	28.5	..	0.544	0.46
173	Etiópia	0.396	0.269	31.9	29.8	..	3.09
174	Libéria	0.388	0.251	35.3	38.2	0.658	2.04
176	Guiné-Bissau	0.364	0.213	41.4	35.5	..	..
177	Serra Leoa	0.359	0.21	41.6	42.5	0.643	3.29
178	Burundi	0.355	..	..	33.3	0.476	2.31
178	Guiné Conakri	0.355	0.217	38.8	39.4	..	..
180	República Centro Africana	0.352	0.209	40.5	56.3	0.654	1.5
181	Eritreia	0.351	..	..	..	..	..
182	Mali	0.344	..	..	33	0.649	2.04
183	Burkina Faso	0.343	0.226	34.2	39.8	0.609	..
184	Chade	0.34	0.203	40.1	39.8		1.32
185	Moçambique	0.327	0.22	32.7	45.7	0.582	2.37
186	Congo (República Democrática)	0.304	0.183	39.9	44.4	0.681	2.19
186	Níger	0.304	0.2	34.2	34.6	0.707	2.2
Desenvolvimento Humano médio			**0.64**	**0.485**	**24.2**	**0.457**	**1.29**
Desenvolvimento Humano baixo			**0.466**	**0.31**	**33.5**	**0.578**	**1.62**
Países Árabes			**0.652**	**0.486**	**25.4**	**0.555**	**0.94**
Ásia Oriental e Pacífico			**0.683**	**0.537**	**21.3**	**0.333**	**1.31**
Ásia Meridional			**0.558**	**0.395**	**29.1**	**0.568**	**1.43**
América Latina e Caraíbas			**0.741**	**0.55**	**25.7**	**0.419**	**0.67**
África Subsaariana			**0.475**	**0.309**	**35**	**0.577**	**1.34**
Países Menos Avançados (PMA)			**0.449**	**0.303**	**32.5**	**0.566**	**1.7**

Source: UNDP (2013).

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Notas

1. O Africa Learning Barometer 2012 (Centre for Education, Brooking Institute) utiliza dados de avaliações regionais, tais como o *"Programa de Análise dos Sistemas Educativos da CONFEMEN (PASEC)"* e o "Consórcio da África Austral e Oriental para a Monitorização da Qualidade de Ensino" (SACMEQ, na sigla inglesa)" , bem como avaliações nacionais dos alunos do 4º e 5º ano.
2. O esgotamento líquido das florestas é calculado como o produto das rendas unitárias dos recursos e do excesso de abate de madeira, sobre o seu crescimento natural.
3. Esgotamento dos recursos minerais: rácio entre o valor do stock dos recursos minerais e o período de vida útil das reservas (limitado a 25 anos) - estanho, ouro, chumbo, zinco, ferro, cobre, níquel, prata, bauxita e fosfato.
4. Esgotamento dos recursos minerais: rácio entre o valor do stock dos recursos minerais e o período de vida útil das reservas (limitado a 25 anos) - estanho, ouro, chumbo, zinco, ferro, cobre, níquel, prata, bauxita e fosfato.
5. Últimos dados disponíveis: 2008/09

Referências

Banco Mundial (2012a) The Changing Wealth of Nations: Measuring Sustainable Development in the New Millennium.

Banco Mundial (2012b) Indicadores de Desenvolvimento de África

Banco Mundial (2012c) African Pulse. An Analysis of Issues Shaping Africa's Economic Future, Volume 6, Oct. 2012.

Banco Mundial (2012d) Structural transformation and rural change revisited.

Barrett C., Carter M., Timmer P. (2010), A Century-Long Perspective on Agricultural Development, AAEA Julho

Beintema N., G. Stads, K. Fuglie e P. Heisey (2012), ASTI Global Assessment of R&D Spending: Developing Countries Accelerate Investment, International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Brookings Institution (2012), Africa Learning Barometer, Center for Universal Education at Brookings, Brookings Institution, Washington, DC.

Conceição P., R. Fuentes e S. Levine (2011), "Managing natural resources for human development in low-income countries", *Working Paper* No. 2011-002, UNDP, Regional Bureau for Africa.

Frankel J. (2010) "Mauritius: African Success Story", *NBER Working Paper* No. 16569, National Bureau of Economic Research, Washington, DC.

Gauci, A. e C. Tsafack Temah (2011) Resilient Human Capital a precondition for structural transformation.

Hausmann R. e B. Klinger (2009), "Policies for achieving structural transformation in the Caribbean", *Private Sector Development Discussion Paper* No. 2, Inter-American Development Bank, Washington, DC.

Mehta S. (2011), "Structural transformation and industrialization: A panel analysis of Indian manufacturing industries", *Journal of Comparative Asian Development, Vol. 11, Issue 1*.

OCDE (2012), 2012 Social Institutions and Gender Index: Understanding the Drivers of Gender Inequality, OECD Publishing, Paris.

Ogunleye E. (2011), "Structural transformation in sub-Saharan Africa: The regional growth poles strategy", African Economic Conference, Kigali.

PNUD (2012), African Human Development Report 2012: Towards a Food Secure Future, PNUD, Nova Iorque.

PNUD (2013), Human Development Report 2013: The Rise of the South, PNUD, Nova Iorque.

Stiglitz J. (2011), *The Mauritius Miracle*, Project Syndicate Commentary.

UNECA (2012), Economic Report on Africa 2012. Unleashing Africa's Potential as a Pole of Global Growth.

UNESCO (2012), Atlas Mundial da Igualdade de Género na Educação, 2012 UNESCO

UNESCO (2011), Global Education Digest 2011.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Capítulo 5

Governação política e económica em África

O número de actos eleitorais em África é maior do que nunca, mas a intensidade dos protestos no continente esteve quase ao mesmo nível do ano de referência da Primavera Árabe. As tensões continuam nos países do Norte de África, enquanto as populações de muitos países da África Subsaariana se preocupam com o emprego e o custo de vida. Este capítulo apresenta os indicadores anuais do Relatório sobre as *Perspectivas Económicas em África* sobre os protestos civis e o endurecimento político, explicando as suas causas.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

A democracia esteve novamente no centro da vida política africana em 2012. Os líderes autocráticos no Egipto, na Líbia e na Tunísia caíram, num processo de transições democráticas que varre o continente desde os anos 1990. Todos os países africanos, com excepção da Somália e a Eritreia, podem agora escolher os seus governos através do voto.

Contudo, a consolidação democrática permanece frágil, já que o golpe militar no Mali e a frustração dos actos eleitorais na Guiné, Guiné-Bissau, Mauritânia e Togo demonstram os desafios à construção da democracia. As eleições são essenciais, mas é necessário mais para a construção de raízes e instituições democráticas.

Os decidores políticos africanos reconhecem, cada vez mais, a necessidade de um crescimento económico "de qualidade". A taxa de crescimento média do Produto Interno Bruto de 5% na última década não criou empregos suficientes para os jovens africanos que entram no mercado de trabalho e o ritmo de redução da pobreza na maioria dos países está aquém do necessário para realizar as metas dos objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ver o Relatório sobre as *Perspectivas Económicas em África* de 2012). Em 2008, os "protestos por comida" em vários países vieram expor as queixas de muitas pessoas sobre a economia. Os governos africanos permitem agora uma maior liberdade de expressão, mas o custo de vida e a falta de emprego de qualidade continuaram a ser a maior preocupação para a maioria dos africanos em 2012.

As *Perspectivas Económicas de África* produzem, mais uma vez, os indicadores sobre violência civil, sobre endurecimento político e sobre suavização do governo, os quais demonstram a persistência de um alto nível de tensão. Este capítulo analisa igualmente as respostas governamentais e as liberdades políticas, tendências eleitorais, questões de paz e segurança e avanços na luta contra a corrupção. Todas estas questões têm desempenhado um papel importante nas perturbações registadas em muitos países nos últimos anos.

Caixa 5.1. **Metodologia para os Indicadores sobre Protestos Civis e Liberdades Políticas**

Os indicadores foram definidos com base numa monitorização detalhada das notas de imprensa diárias verificadas pelas agências noticiosas France-Presse (AFP) e Reuters, visando analisar as decisões e acontecimentos diários que compõem a realidade da vida política e das atitudes governamentais nos países africanos. A metodologia foi inicialmente proposta por Dessus et al. (1998)

Protestos e violência civil englobam greves, manifestações – seja por motivos políticos, económicos ou sociais – e violência de actores não-governamentais; Endurecimento Político inclui a violência governamental, detenções, interdições, recolher obrigatório e estados de emergência. As Figuras 5.1 e 5.2 refletem a tendência destes indicadores no período 1996-2012, em 30 países africanos.

As pontuações dos países, apresentados individualmente, podem ser consultadas nas tabelas 22 a 24 do anexo estatístico e na página de internet www.africaneconomicoutlook.org. A nota metodológica do anexo estatístico inclui uma nota técnica de explicação sobre o cálculo dos indicadores.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

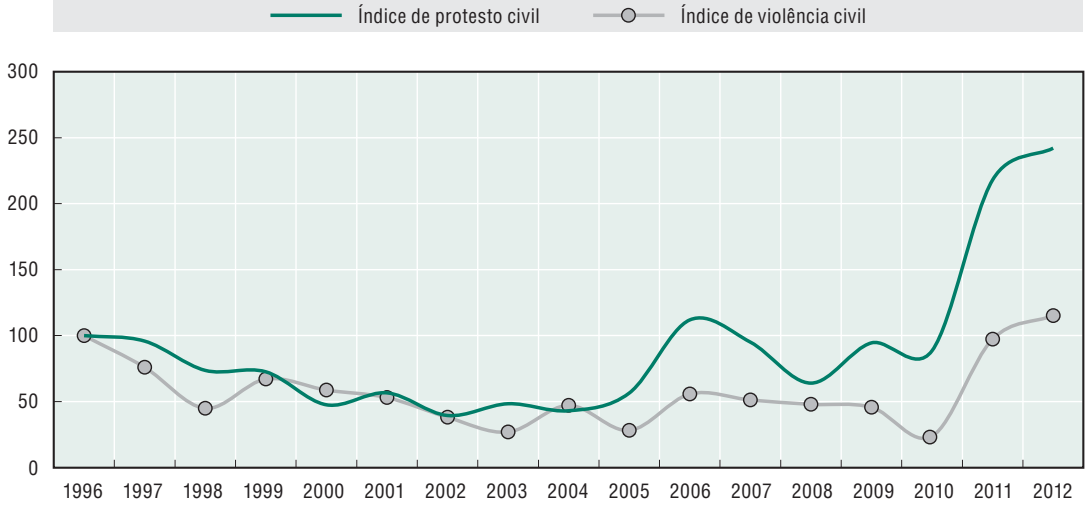
Protestos e violência civil

A intensidade das greves e manifestações políticas, económicas e sociais em África, em 2012, continua semelhante à verificada no ano anterior (figura 5.1.), de acordo com o nosso acompanhamento pormenorizado das informações diárias da Agência France-Presse (AFP) e das novas agências Reuters em 53 países africanos.

No entanto, enquanto em 2011 a maioria dos países africanos enfrentaram uma agitação popular crescente, em 2012 esta concentrou-se nas grandes economias: os maiores aumentos dos protestos públicos verificaram-se na África do Sul, Egipto, Gabão, Mali, Senegal e Tunísia. A Argélia, o Botsuana, o Burkina Faso, a Zâmbia e o Zimbabué registaram um decréscimo significativo nos protestos.

Os protestos no Norte de África centraram-se principalmente nas reformas políticas, seguidas por perseguições do governo e desemprego. Mais de 50% dos protestos na África Subsaariana destinaram-se a exigir aumentos salariais ou a protestar contra o aumento do custo de vida. Em segundo lugar aparecem a melhoria da representação política e as perseguições governamentais. Ao contrário do Norte de África, o desemprego continuou a ser um factor relativamente menos importante dos protestos na África Subsaariana.

Figura 5.1. **Protestos públicos e violência civil, 1996-2012 (ano de base: 1996 = 100)**



Fonte: Centro de Desenvolvimento da OCDE (cálculos baseados em informação da AFP).
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807474

As repercussões da Primavera Árabe de 2011 foram sentidas de formas diferentes pelo Norte de África. As manifestações intensificaram-se no Egipto e na Tunísia, onde um mal-estar económico permanente e receios de danos nestas sociedades seculares vieram complicar a transição democrática em ambos os países. Pelo contrário, os manifestantes em Marrocos e na Argélia centraram-se principalmente nas questões do desemprego, da habitação e dos preços. Os protestos em Marrocos estabilizaram nos níveis de 2011, uma vez que as reformas efectuadas após a Primavera Árabe apaziguaram as exigências de maior abertura política. Os protestos populares na Argélia recuaram para níveis anteriores à da Primavera Árabe.

A previsão de que as revoltas populares no Norte de África inspirariam movimentos similares nos países subsaarianos acabou por não se verificar. Vários factores que espoletaram a Primavera Árabe estão ausentes na África Subsaariana, uma vez que a percentagem de juventude com educação superior e desempregada é menor, e muitos

regimes autocráticos deram lugar a democracias multipartidárias nas últimas décadas. Por fim, a utilização e penetração das redes sociais, que foi crucial para a mobilização dos manifestantes da Primavera Árabe, é muito menor na África Subsaariana (Economist Intelligence Unit, 2012).

O nível salarial continuou a ser, tal como em 2011, uma preocupação central para a população africana. Os protestos na África do Sul, Argélia, Chade, Costa do Marfim, Egipto, Nigéria, Quénia, Senegal, Tunísia e Zimbabué reclamaram um aumento dos salários no sector público. Na África do Sul, Burkina Faso, Tunísia, Zâmbia e Zimbabué, os trabalhadores exigiram aumentos salariais aos seus empregadores. Antes do fim do ano fiscal, por volta de Julho, as greves por motivos salariais tornaram-se usuais no sector mineiro da África do Sul. Em Agosto de 2012, dois polícias morreram ao intervirem num conflito entre grupos sindicais, durante uma greve na mina de platina Marikana, o que desencadeou uma repressão policial na qual foram utilizadas munições verdadeiras contra os grevistas, tendo morrido 34 pessoas. As greves alargaram-se a outras minas de ouro, crómio e ferro e, por fim, também ao sector dos transportes (em Setembro) e ao sector agrícola (em Novembro).

Um dos desafios que muitos países enfrentarão em breve é a retirada gradual dos subsídios para manter os equilíbrios orçamentais. Os subsídios aos bens alimentares e petrolíferos são, por vezes, utilizados para assegurar a paz social, mas constituem um peso nos orçamentos governamentais. Na Nigéria, a tentativa falhada de eliminar os subsídios ao combustível conduziu a agitação social, em Janeiro de 2012. De acordo com o governo nigeriano, a greve de oito dias registada em Janeiro levou a perdas económicas na ordem dos 1.3 mil milhões de dólares (USD), afectando principalmente o sector retalhista. Vários países assistiram a fortes protestos contra o aumento do custo de vida, nomeadamente a África do Sul, Angola, a Argélia, o Burkina Faso, o Chade, o Egipto, o Gabão, Marrocos, a Nigéria, a Tunísia e o Uganda.

A maioria dos países africanos registou, contudo, uma redução na violência civil, o que veio confirmar a tendência de maturação das atitudes democráticas, registada na última década, com menos manifestações violentas. A violência civil esteve concentrada num número limitado de países, justificando que a média continue elevada pelo segundo ano consecutivo. A África do Sul, o Egipto, o Mali, Moçambique, a Nigéria, o Quénia e a Tunísia tiveram o maior aumento da violência civil. Todos estes países registaram um pico no indicador sobre violência civil em 2012, com excepção da África do Sul.

A violência civil no Egipto e na Tunísia aumentou ao longo de 2012, em resultado dos confrontos entre facções políticas opostas e entre os protestantes e as forças governamentais. Em 25 de Janeiro de 2013, o segundo aniversário da revolução egípcia ficou marcado por protestos violentos no Cairo e em Suez. Estes acontecimentos expuseram a fragmentação da sociedade egípcia e as dificuldades que as forças de segurança enfrentam para fazer cumprir a lei. Na sequência de actos violentos instigados por fundamentalistas islâmicos, a violência atingiu um patamar mais elevado em Fevereiro de 2012 na Tunísia, com o assassinato de Chokri Belaid, o líder de um pequeno partido laico da oposição.

O terrorismo crescente veio sustentar o aumento da violência civil na Nigéria e no Quénia. Na Nigéria, a seita religiosa Boko Haram matou 569 pessoas em 2012, em comparação com 299 em 2011 (Terrorism tracker, 2013). Os símbolos religiosos, as forças governamentais, as escolas e a população civil foram todos alvos desta violência. Na sequência da intervenção queniana na Somália em 2011, o Quénia sofreu ataques crescentes pelo grupo Al-Shabaad sediado na Somália. Em 2012, o grupo Al-Shabaab reivindicou mais de 14 ataques bombistas ou ataques armados em Nairobi e em Al-Dadaab, o maior campo de refugiados de África. O Quénia assistiu também a um ressurgimento da violência inter-étnica no sudeste do país. Entre Agosto e Dezembro de 2012, a violência causou mais de 180 mortes e provocou 34 000 deslocados internos (UNOCHA, 2013).

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

A resposta governamental e a liberdade política

O indicador de *Endurecimento Político* relativamente à violência governamental, detenções, declarações de recolher obrigatório e estado de emergência, demonstra que a repressão política aumentou ligeiramente em 2012 (Figura 5.2.)

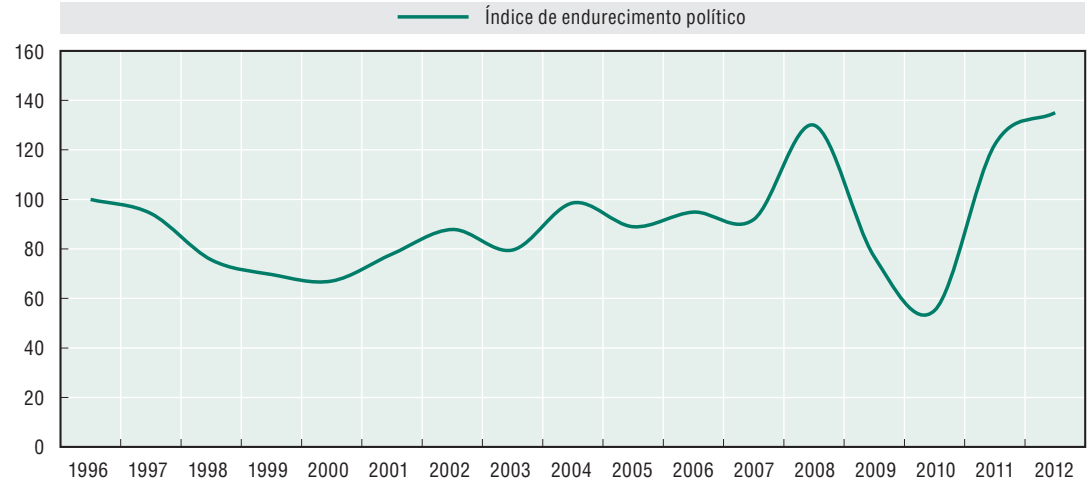
Isto verificou-se, principalmente, na África do Sul, Gabão, Mali, Nigéria, Tunísia e Senegal. As greves no sector mineiro da África do Sul resultaram em 34 mortes na Mina de Marikana e mais de 1 000 detenções nos protestos durante a segunda metade de 2012. O Presidente Goodluck Jonathan declarou o estado de emergência no norte da Nigéria devido à violência de fundamentalistas islâmicos. No Senegal, as tensões pré-eleitorais conduziram a um aumento de detenções e a uma interdição das manifestações. Já a existência de tensões pós-eleitorais prolongadas no Gabão levou a medidas contra a liberdade de imprensa. Em 16 de Janeiro de 2012, os confrontos entre o exército do Mali e os separatistas Tuaregue, muitos dos quais ex-combatentes na Líbia que regressaram com as suas armas, marcou o início de uma grande crise. O golpe militar de Março levou a uma onda de detenções e de repressão política no Mali (ver Caixa).

O Burkina Faso, a Costa do Marfim e o Zimbabué registaram as maiores melhorias no campo da repressão política. Em Março de 2012, a comissão eleitoral independente da Costa do Marfim confirmou a vitória do partido do Presidente Alassane Ouattara nas eleições legislativas de Dezembro de 2011, tendo esta decisão terminado com a violência eleitoral prolongada no país. Os protestos que surgiram no Burkina Faso em 2011, após a morte de um estudante, acalmaram em 2012. O governo criou um lugar de gabinete sobre Direitos Humanos, num esforço para acalmar a revolta sobre os abusos dos funcionários governamentais.

À excepção da Nigéria, os novos governos do Norte de África assumiram uma postura mais cautelosa na resposta a manifestações e distúrbios civis. Registaram-se menos detenções e mortes causadas pelas forças de segurança em 2012, as quais tentaram dissociar-se das práticas violentas dos regimes anteriores.

No entanto, verificou-se no Norte de África um aumento de medidas menos visíveis de restrição à liberdade de expressão e ao respeito pelos direitos humanos. As autoridades tunisinas detiveram jornalistas e pessoas com acusações de terem violado as regras religiosas de comportamento. O governo proibiu várias manifestações e declarou o estado de emergência em 2012, pelo menos até Março de 2013. O governo marroquino limitou, por diversas vezes, a liberdade de imprensa. Os manifestantes que exigiam emprego e melhores políticas sociais entraram regularmente em confronto com as forças de segurança ao longo do ano.

Figure 5.2. **Índice de endurecimento político, 1996-2012 (ano de base: 1996 = 100)**



Fonte: Centro de Desenvolvimento da OCDE (cálculos baseados em informação da AFP).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807493

Segundo a Freedom House, um organismo independente sediado nos EUA, os progressos em 2012 foram mistos, na transição para sociedades mais abertas e livres. O Lesoto, o Senegal e a Serra Leoa transitaram de "parcialmente livres" para "livres", na sequência de eleições nacionais bem sucedidas e de transições pacíficas de poder no Lesoto e no Senegal. A Costa do Marfim transitou de "não livre" para "parcialmente livre" após a tomada de posse de um novo parlamento.

Os seus relatórios mais recentes denotaram, contudo, um declínio substancial nas liberdades civis ao longo dos últimos cinco anos, na África Subsaariana. O Mali desceu de "livre" para "não livre" devido ao golpe militar que teve lugar em Março, enquanto a classificação da Guiné-Bissau passou de "parcialmente livre" para "não livre" devido ao golpe militar de Abril de 2012, que conduziu à suspensão da legislatura. A África do Sul, Madagáscar, o Quénia e o Uganda estão entre os outros países onde as liberdades civis pioraram.

O Norte de África realizou os progressos mais notáveis no campo das liberdades civis. A Líbia e o Egipto transitaram da classificação de "não livre" para "parcialmente livre", depois de realizarem as suas primeiras eleições livres e multipartidárias. Os avanços continuam, porém, a ser frágeis nestes três países. Na Líbia, o controlo estatal sobre o território onde operam milícias locais autónomas não está assegurado, o que desafia o Estado de direito e as liberdades civis. Na Tunísia e no Egipto, o desemprego, os frágeis progressos económicos e as acções de fundamentalistas religiosos podem ameaçar as liberdades civis (Freedom House, 2013).

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Tabela 5.1. **Liberdade em África, 2012**

País	Classificação da Liberdade	Direitos Políticos	Liberdades Civis	Tendência
Argélia	Não livre	6	5	
Angola	Não livre	6	5	
Benim*	Livre	2	2	
Botsuana*	Livre	3	2	
Burkina Faso	Parcialmente livre	5	3	
Burundi	Parcialmente livre	5	5	
Camarões	Não livre	6	6	
Cabo Verde*	Livre	1	1	
República Centro-Africana	Parcialmente livre	5	5	Retrocesso
Chade	Não livre	7	6	
Comores*	Parcialmente livre	3	4	
Congo, Rep.	Não livre	6	5	
Congo, Rep.Democrática	Não livre	6	6	
Costa do Marfim	Parcialmente livre (+)	5 (+)	5 (+)	
Djibuti	Não livre	6	5	
Egipto	Parcialmente livre (+)	5 (+)	5	
Guiné Equatorial	Não livre	7	7	
Eritreia	Não livre	7	7	
Etiópia	Não livre	6	6	
Gabão	Não livre	6	5	
Gâmbia	Não livre	6	6 (-)	
Gana*	Livre	1	2	
Guiné Conakri	Parcialmente livre	5	5	Melhoria
Guiné-Bissau	Não livre (-)	6 (-)	5 (-)	
Quénia	Parcialmente livre	4	4 (-)	
Lesoto*	Livre (+)	2 (+)	3	
Libéria*	Parcialmente livre	3	4	
Líbia*	Parcialmente livre (+)	4 (+)	5 (+)	
Madagáscar	Parcialmente livre	6	4	Retrocesso
Malawi*	Parcialmente livre	3	4	Melhoria
Mali	Não livre (-)	7 (-)	5 (-)	
Mauritânia	Não livre	6	5	
Maurícias*	Livre	1	2	
Marrocos	Parcialmente livre	5	4	
Moçambique	Parcialmente livre	4	3	
Namíbia*	Livre	2	2	
Níger*	Parcialmente livre	3	4	
Nigéria	Parcialmente livre	4	4	Retrocesso
Ruanda	Não livre	6	6 (-)	
São Tomé e Príncipe*	Livre	2	2	
Senegal*	Livre (+)	2 (+)	3	
Seicheles*	Parcialmente livre	3	3	
Serra Leoa*	Livre (+)	2 (+)	3	
Somália	Não livre	7	7	
África do Sul*	Livre	2	2	
Sudão do Sul	Não livre	6	5	
Sudão	Não livre	7	7	
Suazilândia	Não livre	7	5	
Tanzânia*	Parcialmente livre	3	3	
Togo	Parcialmente livre	5	4	
Tunísia*	Parcialmente livre	3	4	
Uganda	Parcialmente livre	5	4	Retrocesso
Zâmbia*	Parcialmente livre	3	4	
Zimbabué	Não livre	6	6	

Nota: * indica que o estatuto do país é uma democracia eleitoral.
Fonte: Relatório anual da Freedom House, A Liberdade no Mundo 2013.

Eleições em África

As eleições multipartidárias enraizaram-se em África, tendo-se realizado em 2012 cinco votações presidenciais e 12 eleições parlamentares e legislativas. Os países africanos têm vindo, desde os anos 1990, a introduzir os actos eleitorais, a legalizar os sistemas multipartidários e a definir limites de mandato para os líderes eleitos. No entanto, as interrupções de duas eleições presidenciais por golpes militares em 2012 – no Mali e na Guiné-Bissau – ilustram a fragilidade dos avanços democráticos.

Novos estudos têm demonstrado que a democratização desde os anos 1960 tem encorajarado o crescimento dos rendimentos. Contudo, quando o rendimento cresce muito devagar, parece que os avanços na democratização podem estar comprometidos ou serem revertidos. Nestes casos, as instituições públicas que apoiam os processos democráticos enfrentam o risco de erosão gradual das normas democráticas ou do surgimento de golpes militares. (Bates et *al*., 2012)

Nos últimos anos, os golpes militares derrubaram governos eleitos na Mauritânia, no Níger, na Guiné-Bissau e no Mali. Os baixos níveis de desenvolvimento socioeconómico são uma ameaça para as conquistas democráticas e podem encorajar tais golpes em África (Ben Barka and Ncube, 2012). Estes autores afirmam que "enquanto a transição para eleições multipartidárias foi relativamente suave, outros aspectos da mudança democrática, como a institucionalização de estruturas estatais que respeitem os direitos sociais e políticos dos cidadãos e que promovam a prestação de contas e a transparência económica, ainda não se consolidaram em muitos países africanos".

As eleições multipartidárias estiveram associadas a tensões em vários países africanos, incluindo em países com fortes tradições democráticas como o Senegal, onde a instabilidade precedeu as eleições presidenciais de 2012. Pelo menos 25% dos actos eleitorais entre 2000 e 2012 foram marcados por instabilidade, nomeadamente na Costa do Marfim, no Quénia, no Zimbabué e no Uganda (Bekoe, 2012). Bekoe (2012) nota que "as tensões sobre direitos da terra, emprego e marginalização étnica são as três características principais da violência eleitoral recorrente".

As primeiras eleições presidenciais e legislativas livres em mais de 60 anos no Egipto representaram um marco na transição democrática no Norte de África. As eleições legislativas foram posteriormente anuladas pelo Supremo Tribunal do Egipto e deverão ser realizadas novamente em 2013. A corrida presidencial foi ganha por Mohammed Morsi, do Partido da Liberdade e Justiça (Irmandade Muçulmana), contra o antigo primeiro-ministro Ahmed Shafiq, com 51.7% dos votos. A adopção de uma nova constituição muito contestada, por meio de um referendo em 15 de Dezembro de 2012, veio revelar as fracturas no cenário político. O movimento inicial contra a facção do antigo presidente Hosni Mubarak deu lugar a uma coligação da oposição constituída por forças liberais e conservadoras.

As eleições legislativas na Argélia, em Maio de 2012, foram uma excepção às vitórias de partidos islâmicos em actos eleitorais recentes no Norte de África. A aliança de partidos islâmicos obteve apenas 66 lugares no parlamento, enquanto a coligação do governo, formada pela Frente de Libertação Nacional (FLN) do Presidente Abdelaziz Bouteflika e pela União Nacional Democrática (RND) do então primeiro-ministro Ahmed Ouyahia, ganhou a maioria. O novo parlamento é composto por 145 mulheres, em comparação com 30 na anterior legislatura. Apesar da desconfiança generalizada sobre a existência de irregularidades, os observadores internacionais declaram as eleições livres e justas e salientaram o ambiente calmo em que estas decorreram.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Tabela 5.2. **Síntese das eleições nacionais em África, 2012-13**

	2012	2013
Argélia	Parlamentares (20 de Maio)	
Angola	Eleições Legislativas (31 de Agosto)	
Benim		
Botsuana		
Burkina Faso	Parlamentares (2 de Dezembro)	
Burundi		
Camarões		Legislativas, Fevereiro de 2013 (adiadas de Julho de 2012)
Cabo Verde		
Rep. Centro-Africana		
Chade		
Comores		
Congo	Legislativas 1ª volta (15 de Junho); Legislativas 2ª volta (29 de Junho)	
Congo, Rep.Democrática		Sub-nacionais – Legislativas experimentais
Costa do Marfim		Eleições locais (24 de Fevereiro de 2013)
Djibuti	Presidenciais (8 de bril)	Assembleia Nacional (22 de Fevereiro de 2013)
Egipto	Parlamentares etapa 3 (3 de Janeiro), Legislativas etapa 1 (29 de Janeiro), Legislativas etapa 2 (14 de Fevereiro), Presidenciais etapa 1 (23 de Maio), Presidenciais etapa 2 (16 de Junho), Referendo sobre a nova Constituição (15 de Dezembro de 2012)	
Eritreia		
Etiópia		Presidenciais, Outubro
Guiné Equatorial		
Gabão		
Gâmbia	Legislativas (29 de Março)	
Gana	Presidenciais (Dezembro), Legislativas(Dezembro).	
Guiné Conakri		Legislativas (12 de Maio)
Guiné-Bissau	Presidenciais 1ªvolta (18 de Março), 2ª volta a 29 de Abril adiada.	Eleições para a Assembleia Nacional e locais (em 2013, adiadas de 2012)
Quénia		Eleições presidenciais e Assembleia Nacional (4 de Março de 2013, adiadas de Agosto de 2012)
Lesoto		Parlamentares (Maio).
Libéria		
Líbia	Legislativas (7 de Julho)	Referendo constitucional, eleições presidenciais e parlamentares após o referendo.
Madagáscar		Presidenciais 1ª volta (24 de Junho), Presidenciais 2ª volta (25 de Setembro), Parlamentares (25 de Setembro).
Malawi		
Mali	Presidenciais 1ª volta (29 de Abril) adiadas, Presidenciais 2ª volta (13 de Maio) adiadas; Parlamentares 1ª volta (1 de Julho) canceladas, Parlamentares 2ª volta (22 de Julho) canceladas.	Eleições Presidenciais (data a definir), Eleições Parlamentares (data a definir)
Mauritânia		
Maurícias		Presidenciais
Marrocos		
Moçambique		Eleições locais (Novembro de 2013)
Namíbia		
Níger		
Nigéria		
Ruanda		Parlamentares 2013
São Tomé e Príncipe		
Senegal		
Seicheles	Presidenciais 1ª volta (26 de Fevereiro), Presidenciais 2ª volta (25 de Março), Parlamentares (1 de Junho).	
Serra Leoa		
Somália	Legislativas (Agosto), Presidenciais (17 de Novembro).	
África do Sul		
Sudão		
Sudão do Sul		
Suazilândia		Parlamentares
Tanzânia		
Togo		Parlamentares (24 de Março)
Tunísia		Presenciais e Parlamentares, 1ª volta (23 de Junho)
Uganda		
Zâmbia		
Zimbabwe		

Fonte: Fundação Internacional para os Sistemas Eleitorais; Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África.

Em 2012, as eleições presidenciais que se realizaram no Gana, no Lesoto, no Senegal e na Serra Leoa foram declaradas livres e justas. Em 25 de Março, o antigo primeiro ministro senegalês Macky Sall ganhou ao Presidente em funções, Abdoulaye Wade. Em 17 de Novembro, Ernest Koroma, Presidente da Serra Leoa, foi reeleito para um segundo (e final) mandato, com 58.7% na primeira volta das eleições, consideradas livres e justas. O seu partido, o All People's Congress (APC), conquistou 60% dos lugares no parlamento. A oposição apelou a um boicote das eleições locais e legislativas, mas reconheceu a derrota a 4 de Dezembro. Este foi o terceiro acto eleitoral no país desde o fim da guerra civil, em 2002, e foi considerado um ponto de viragem para a consolidação da paz. No Gana, John Mahama ganhou as eleições presidenciais de 7 de Dezembro de 2012, com 50.7% dos votos na primeira volta. As eleições foram realizadas depois da morte do Presidente John Evans Atta Mills a 24 de Julho, tendo Mahama tomado o lugar como líder interino. Este resultado consolidou a reputação do Gana como uma democracia cada vez mais madura. Estima-se que a afluência às urnas tenha sido de aproximadamente 80%.

Os resultados eleitorais em Angola, no Burkina Faso e na República do Congo confirmaram os seus líderes no poder. Em Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) do Presidente José Eduardo dos Santos, no poder desde Setembro de 1979, obteve 71.8% dos votos nas eleições gerais de Março de 2012; Dos Santos foi reconduzido como presidente para mais um mandato de cinco anos. No Burkina Faso, o partido governante do Presidente Blaise Compaoré, no poder desde Outubro de 1987, conquistou 97 lugares de um total de 127 na assembleia nacional, através das eleições realizadas em Dezembro de 2012. Em Agosto de 2012, o Partido Congolês do Trabalho (PCT), do Presidente Denis Sassou-Nguesso, obteve a maioria absoluta com 89 lugares nas eleições legislativas da República do Congo. Os confrontos entre facções adversárias após a primeira volta causaram três feridos e, tal como em eleições anteriores, a oposição denunciou a existência de fraude, mas conteve-se de tomar outras medidas legais.

O Quénia realizou eleições presidenciais, legislativas e regionais em Março de 2013. Existia uma preocupação generalizada sobre este acto eleitoral, devido à agitação tribal após as últimas eleições em Dezembro de 2007, que tinham causado 1200 mortos. O Vice-Primeiro Ministro Uhuru Kenyatta foi declarado vencedor das eleições presidenciais com 50.07% dos votos na primeira volta, enquanto o seu principal rival, o Primeiro-ministro Raila Odinga, obteve 43.28% dos votos. Os observadores internacionais declararam as eleições livres e transparentes e elogiaram o comportamento pacífico de todas as partes. Kenyatta é uma das quatro pessoas acusadas pelo Tribunal Penal Internacional de orquestrar as lutas tribais após as eleições de 2007. O Quénia aprovou uma nova constituição em 2010, numa tentativa de evitar a repetição da violência. Esta inclui uma carta de direitos abrangente, um planeamento e uma afectação de recursos mais equilibrada entre as diversas regiões, uma quota de um terço para as mulheres no sector público e um novo Tribunal Supremo.

Paz e segurança

O terrorismo e o crime organizado ameaçaram cada vez mais a segurança humana e o desenvolvimento socioeconómico na região do Sahel. O conceito de segurança humana foi pela primeira vez apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994, quando afirmou que é necessário voltar a colocar as pessoas no centro da agenda do desenvolvimento. Isto requeria um alargamento do âmbito da segurança global a sete áreas: economia, segurança alimentar, saúde, ambiente, segurança pessoal, comunitária e política. A melhoria da segurança humana é particularmente relevante para países com conflitos internos, mas que têm fracas capacidades ou vontade política para enfrentar estas ameaças.

O número de actos terroristas em África passou de 318, em 2007, para 599 em 2012. Nestes seis anos, foram mortas 5.723 pessoas e feridas 7.905 nos ataques. Registaram-se 1.540 mortos e 1.610 feridos em 2012, sendo este o ano mais sangrento dos seis.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Este aumento é parcialmente explicado pelo repatriamento de combatentes armados para o Mali, Argélia e norte da Nigéria, após a queda de Moamer Kaddafi na Líbia, em 2011. O terrorismo concentrou-se principalmente na região do Sahel, norte da Nigéria, Somália, Quénia, Sudão e deserto do Sinai no Egipto. Cerca de metade dos ataques de 2012 não foram reivindicados por nenhum grupo específico. A seita Boko Haram na Nigéria e os militantes islâmicos do Al-Shabaab na Somália representaram cerca de um terço dos actos armados verificados em África em 2012. O grupo Boko Haram reivindicou 124 ataques e o Al-Shabaab 116 ataques. Os dois grupos provocaram 886 mortos e 720 feridos. Na região do Sahel, a Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM) reivindicou 11 ataques. Outras milícias activas na região do Sahel foram o Ansar Dine, o Movimento para a Libertação de Azawad (MNLA), o Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental (MUJAO) e o Movimento Tuaregue do Níger para a Justiça.

Para além disso, as redes de crime organizado enfraqueceram ainda mais a capacidade do Estado e fomentaram a corrupção. As décadas de contrabando de tabaco e de combustíveis subsidiados da Argélia conduziram a uma erosão dos serviços aduaneiros através da corrupção e de conluios entre traficantes e funcionários do Estado. Isto serviu de base para o tráfico ilegal de drogas, de armas e de migrantes (Carnegie Endowment for Peace, 2013). A eclosão da revolta liderada pelos tuaregues no norte do Mali, em 2006, veio fomentar o movimento de várias redes para controlar as lucrativas rotas de contrabando. Desde 2007, a região do Sahel foi também afectada por uma onda de raptos de estrangeiros para resgate, principalmente perpetrados pela AQIM e pelo MUJAO para ganhar peso político e militar na região. (ver a caixa sobre o Mali)

Descontentes com a resposta do governo à revolta tuaregue, um grupo de jovens oficiais militares tomaram o controlo do governo do Mali, em 22 de Março de 2012. Os rebeldes tuaregues, organizados no Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (NMLA), tiveram alguns sucessos militares antes do golpe e tomaram partido do impasse político para proclamarem o estado de "AZawad" no norte do Mali, em 13 de Abril. Nos meses seguintes, as principais cidades do norte do Mali caíram sob controlo dos dois grupos estreitamente ligados à AQIM: o grupo Ansar Dine e o MUJAO. Em 10 de Janeiro de 2013, o governo interino em Bamako solicitou a ajuda militar francesa, após avanços jihadistas para o sul do Mali. A intervenção militar da França foi apoiada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (ver nota sobre o Mali neste volume).

A instabilidade arrasou as indústrias-chave do turismo e da agricultura. Entre 2004 e 2010, o volume de negócios da indústria do turismo no Mali tinha duplicado para 240 milhões de Euros. Em 2008, tinham-se registado 170.000 turistas, em comparação com 40.000 em 1995. A produção agrícola da bacia do Rio Níger, que representa 20% da produção maliana de arroz e 80% da produção de trigo, foi afectada com a ruptura de stocks de sementes e fertilizantes. No geral, a falta de fontes seguras e alternativas de rendimento aumenta a atractividade do tráfico ilegal e reforça a dificuldade de encontrar uma solução sustentável para a crise política.

Os conflitos transfronteiriços persistentes continuam a afectar o desenvolvimento e o reforço do Estado. Na região senegalesa de Casamansa, a revolta separatista de baixa intensidade lançada em 1982 é uma das mais longas no continente. A libertação de oito reféns militares pelos rebeldes, em Dezembro de 2012, relançou a esperança sobre novas conversações de paz.

O Sudão do Sul separou-se do Sudão em Julho de 2011, após um referendo sobre a autodeterminação realizado nesse ano. As tensões fronteiriças persistentes continuam a afectar a estabilidade nos dois países; estas tensões atingiram um pico em Abril de 2012 e os dois países acordaram em Setembro retomar as exportações petrolíferas a partir do Sudão do Sul (país sem acesso ao mar) através de

um oleoduto que atravessa o Sudão. Ambos os países dependem principalmente das receitas do petróleo para financiarem as importações de alimentos e combustível.

A falta de avanços nas negociações entre o governo marroquino e a Frente Polisário, sobre o futuro do Saara Ocidental, continua a pesar nas relações entre Marrocos e a Argélia.

Em 25 de Agosto de 2012, o último grupo rebelde na República Centro-Africana – a Convenção dos Patriotas para a Justiça e a Paz – assinou um acordo de paz com o governo, terminando a rebelião que remonta a 2005. No final de 2012, uma nova revolta rural denominada de Seleka e composta por uma coligação de grupos rebeldes veio acusar o Presidente Francois Bozize de não cumprir um acordo de paz assinado em 2007, no qual tinha prometido empregos para os revoltosos que entregassem as suas armas. Os rebeldes Seleka aproximaram-se da capital Bangui, em Dezembro de 2012, para forçar novas negociações de paz. Foi concluído um acordo em Libreville, a 11 de Janeiro de 2013, que incluía disposições sobre novas eleições, sobre a reforma do sector de segurança e sobre o estabelecimento de um governo de unidade nacional, prevendo-se que o Presidente Bozizé pudesse acabar o seu mandato até 2016. No entanto, os rebeldes atacaram e tomaram a capital em Março de 2013 e o Presidente teve de abandonar o país. Pelo menos 13 efectivos militares sul-africanos foram mortos nos confrontos em Bangui.

Embora a paz tenha sido restaurada na maior parte do território, continuou a haver uma preocupação com a estabilidade na Costa do Marfim durante 2012. De acordo com observadores, milhares de combatentes leais a Laurent Gbagbo (o antigo presidente agora no Tribunal Penal Internacional) e mercenários liberianos atravessaram a fronteira para a Libéria e continuam a ameaçar a estabilidade na Costa do Marfim. Foram mortos sete capacetes azuis num ataque no início de Junho de 2012, reforçando as preocupações sobre a estabilidade numa das principais economias da África Ocidental

Na Guiné-Bissau, foi assassinado um antigo chefe dos serviços secretos militares no dia em que se realizava um acto eleitoral e registou-se uma tentativa de golpe militar em 12 de Abril de 2012. As negociações entre a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e os líderes do golpe conduziram ao estabelecimento de um governo interino de 28 membros, em Maio de 2012. O acordo prevê a realização de novas eleições presidenciais e legislativas em 2013, bem como o destacamento de um contingente da CEDEAO para assegurar o reinício das reformas do sector de segurança no país. Nem a comunidade internacional nem o antigo partido governante – o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) – reconheceram o governo interino. A instabilidade política recorrente, que remonta ao fim da guerra civil de 1998, continua a prejudicar severamente as perspectivas económicas no país.

Em 2012, sete operações de manutenção da paz das Nações Unidas estiveram activas na África Subsaariana. A última a ser lançada foi a missão das NU no Sudão do Sul, após a sua independência em Julho de 2011. Estas sete missões têm um orçamento anual de aproximadamente 5 mil milhões de USD e 86.000 efectivos. A Missão de Estabilização das NU na República Democrática do Congo (MONUSCO) e a operação híbrida ONU/AU de manutenção da paz no Darfur (UNAMID) representaram conjuntamente um orçamento de 2.8 mil milhões de USD em 2012.

Corrupção

A corrupção afecta diariamente grande parte da população africana. De acordo com o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) de 2012, da organização Transparência Internacional (TI), 90% dos países africanos registaram pontuações abaixo do marco simbólico de 50 pontos. Isto é similar aos níveis da Europa de Leste a da Ásia Central. Em média, a pontuação de África no CPI foi de 33, em 2012, o que significa que a corrupção continua a ser um desafio

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Tabela 5.3. **Índice de percepção da corrupção, transparência internacional, 2011-2013**

País	Posição global 2012	IPC 2012	Posição global 2011	IPC 2011
Botsuana	30	65	32	61
Cabo Verde	39	60	41	55
Maurícias	43	57	46	51
Ruanda	50	53	49	50
Seicheles	51	52	50	48
Namíbia	58	48	57	44
Gana	64	45	69	39
Lesotho	64	45	77	35
África do Sul	69	43	64	41
São Tomé & Príncipe	72	42	100	30
Libéria	75	41	91	32
Tunísia	75	41	73	38
Burkina Faso	83	38	100	30
Malawi	88	37	100	30
Marrocos	88	37	80	34
Swazilândia	88	37	95	31
Zâmbia	88	37	91	32
Benim	94	36	100	30
Djibuti	94	36	100	30
Senegal	94	36	112	29
Gabão	102	35	100	30
Tanzânia	102	35	100	30
Argélia	105	34	112	29
Gâmbia	105	34	77	35
Mali	105	34	118	28
Etiópia	113	33	120	27
Níger	113	33	134	25
Egipto	118	32	112	29
Madagáscar	118	32	100	30
Mauritânia	123	31	143	24
Moçambique	123	31	120	27
Serra Leoa	123	31	134	25
Togo	128	30	143	24
Costa do Marfim	130	29	154	22
Uganda	130	29	143	24
Comores	133	28	143	24
Quénia	139	27	154	22
Nigéria	139	27	143	24
Camarões	144	26	134	25
República Centro-Africana	144	26	154	22
República do Congo	144	26	154	22
Eritreia	150	25	134	25
Guiné-Bissau	150	25	154	22
Guiné Conakri	154	24	164	21
Angola	157	22	168	20
República Democrática do Congo	160	21	168	20
Líbia	160	21	168	20
Guiné Equatorial	163	20	172	19
Zimbabué	163	20	154	22
Burundi	165	19	172	19
Chade	165	19	168	20
Sudão	173	13	177	16
Somália	174	8	182	10
Sudão do Sul	…	…	…	…

Fonte: Transparência Internacional. O IPC classifica os países de acordo com a percepção da corrupção no sector público, numa escala de 0 (muito corrupto) a 10 (muito transparente).

significativo para os negócios e para o fornecimento de serviços públicos adequados. Esta é uma melhoria relativamente à pontuação média de 29 no ano anterior, que segundo a TI equivale a "corrupção generalizada". Os últimos dez países no índice incluem apenas dois países africanos: a Somália e o Sudão.

O Botsuana entrou, pela primeira vez, nos 30 países percepcionados como sendo menos corruptos, à frente da Espanha, da Estónia e de Portugal. Cabo Verde juntou-se ao Botsuana no grupo de países com pontuação acima de 60. As Seicheles (52) tornaram-se no quinto país africano com índice acima de 50, pouco atrás das Maurícias (57) e do Ruanda (53). A Zâmbia e o Gana assumiram uma forte posição de luta contra a corrupção, o que se poderá traduzir numa melhoria do IPC a médio prazo.

O Barómetro Global sobre a Corrupção da TI indica que os cidadãos africanos acreditam que a corrupção piorou nos três anos anteriores. O Ruanda foi o único país africano onde mais de 50% dos inquiridos afirmou que a corrupção tinha decrescido neste período de tempo. Já no Quénia e na Etiópia, o número de pessoas que acredita que a corrupção melhorou é superior ao que afirmou que tinha piorado.

A maioria dos países nos últimos lugares do IPC está a emergir de crises prolongadas, o que demonstra os fortes efeitos negativos que os conflitos têm sobre as instituições políticas e administrativas. A Somália, o Sudão, o Chade, o Burundi, o Zimbabué, a Líbia, o Congo, a República Democrática do Congo e Angola registam as piores pontuações, quer na região quer ao nível global.

A Primavera Árabe veio colocar as preocupações públicas sobre corrupção no centro das atenções. Os governos recentemente eleitos do Norte de África têm de inculcar uma cultura de transparência e de prestação de contas no sector público para assim, recuperarem a confiança. Isto requer incorporar medidas de integridade em todos os níveis das instituições governamentais e envolver muito mais a população para que esta exija, cada vez mais, a prestação de contas.

De acordo com a TI, os sectores nacionais da Defesa enfrentam um grande risco de corrupção. As instituições de defesa e segurança nos países do Norte de África, em particular, foram consideradas como tendo pouca ou nenhuma transparência e prestação de contas. Nem Marrocos nem a Tunísia revelam publicamente o seu orçamento nacional de defesa, enquanto os poderosos militares argelinos impedem um escrutínio do sector de defesa no país, através de ligações políticas. Já as empresas comerciais detidas por militares no Egipto e na Argélia não estão sujeitas ao escrutínio público. Estes problemas existem porque há um sigilo excessivo e falta de supervisão legislativa.

O estudo encontrou um risco de corrupção alto a crítico nos sectores da defesa de 14 países da África Subsaariana. Angola, os Camarões, a RD Congo e a Eritreia enfrentam o maior risco de corrupção na defesa, o que ilustra o legado dos conflitos e da frágil governação. A África do Sul é o único país na região que possui disposições para a supervisão legislativa do sector da defesa. O Gana e o Quénia mostram algumas acções animadoras, entre as quais a existência de medidas disciplinares contra a corrupção. Na Tanzânia, a formação profissional de forças de manutenção da paz poderá baixar o risco de corrupção nestas operações.

O regime de contratação pública também tem um potencial de corrupção, através de fraude ou de desperdício de fundos públicos. A TI estima que as práticas de corrupção e de má gestão da contratação pública possam estar a custar ao Quénia até 357 milhões de USD/ano. No início de 2013, o governo queniano analisou instrumentos simplificados de monitorização e uma base de dados central com informação dos contratos, de forma a aumentar a transparência nos gastos públicos. No Gana, existem clubes de auditoria social que acompanham os concursos públicos, para assegurarem a qualidade e eficácia dos gastos.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Governação económica

Os países africanos têm realizado, desde 2005, progressos significativos em termos institucionais e de regulação. O Burundi eliminou três requisitos para o reconhecimento legal das empresas, a informação sobre como abrir um negócio está disponível na imprensa nacional., e as novas empresas podem registar-se junto do Ministério do Comércio e da Indústria. Um estudo sobre o Ruanda, incluído no Relatório do Banco Mundial *Doing Business 2013*, aponta o país como exemplo das melhores práticas no impulso às perspectivas de negócio e na promoção do empreendedorismo. A Visão 2020 do Ruanda afirma o objectivo de se tornar um país de rendimento médio até 2020, tendo possibilitado um planeamento de longo prazo e uma liderança reforçada. Em resultado destas políticas, o Ruanda está actualmente em segundo lugar no ranking sobre a redução da "distância até à fronteira"- DAF (Banco Mundial, 2013)

Facilidade de fazer negócios: A África do Sul, as Maurícias e a Tunísia são os únicos países africanos no top 50 mundial do indicador sobre "facilidade de fazer negócios" do *Doing Business 2013*. Nos 50 lugares seguintes estão sete países africanos, sendo que a maioria dos países africanos estão nos últimos 85 lugares. Alguns países africanos, como o Botsuana, o Burundi, a República Centro-Africana, as Comores, a República Democrática do Congo, a República do Congo, a Costa do Marfim, o Quénia, a Libéria, o Malawi, o Mali, a Nigéria, a Serra Leoa, o Togo e a Zâmbia, aumentaram os esforços para melhorar o clima de negócios, nomeadamente através da criação de comités interministeriais. As práticas reguladoras de negócios nos países com fraco desempenho têm vindo a melhorar gradualmente.

Pagamento de impostos: Alguns países - como o Quénia - criaram ou melhoraram sistemas electrónicos para recuperação de impostos. O Mali simplificou o seu processo de reclamação fiscal, enquanto o Burundi, o Djibuti, a Serra Leoa e a Suazilândia introduziram impostos sobre valor acrescentado (IVA) para substituir os impostos em cascata sobre as vendas. Os Camarões, a Mauritânia, o Senegal, a Gâmbia, a República Centro-Africana, a República do Congo, a Guiné-Conakri e o Chade continuam a ser dos locais mais difíceis para pagar impostos em África.

Iniciar um negócio: É necessário estimular o empreendedorismo em África, para reforçar a criação de emprego (*Perspectivas Económicas de África*, 2012). O Benim, o Burundi, as Comores, a R.D.Congo, a República do Congo, o Lesoto, a Tanzânia e o Togo simplificaram as formalidades de registo para novas empresas, enquanto Marrocos reduziu os requisitos de capital mínimo e outros, como o Burundi, o Chade, a Guiné Conakri, o Lesoto e Madagáscar criaram ou melhoraram balcões únicos para criação de empresas.

Acesso ao crédito: O acesso ao crédito tornou-se bastante mais fácil, com vários países subsaarianos a intensificarem as reformas sobre os direitos legais dos credores e dos mutuários do crédito. Nomeadamente, a Etiópia incorporou novas leis e regulamentação para garantir os direitos dos mutuários, enquanto as Maurícias melhoraram o acesso às informações de crédito, com registos de crédito que mostram dados negativos e positivos para além das informações de pagamento. Já a Argélia e a Serra Leoa continuam a melhorar a partilha de informações de crédito. Para além disso, muitos países subsaarianos apostaram mais na aplicação de instrumentos de garantia de crédito e têm intensificado esforços para desenvolverem sistemas de informação de crédito desde 2008.

Protecção dos investidores: O Lesoto aprovou uma nova legislação empresarial, onde se exige que os directores das empresas revelem qualquer conflito de interesses em relação às transacções propostas, para além de ter adoptado uma lei onde se definem os deveres e competências dos directores. No geral, a protecção dos investidores melhorou mais no Burundi, no Ruanda e na Suazilândia, enquanto a Gâmbia, a Guiné Conakri e o Djibuti são os que registam pior desempenho nesta área.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

(vi) Liberdade Económica: A melhoria da governação é uma condição necessária para a credibilidade dos países e das suas políticas. Embora os países africanos estejam a desenvolver maiores esforços para a atracção de investimento directo estrangeiro, têm ainda um longo caminho a percorrer no que respeita à eliminação da corrupção e ao reforço das capacidades na governação do sector público e no apoio económico.

Tabela 5.4. **Índice de Liberdade Económica em África, 2004-13**

Ranking Mundial	País	2013 Pontuação	2012 Pontuação	2011 Pontuação	2010 Pontuação	2009 Pontuação	2008 Pontuação	2007 Pontuação	2006 Pontuação	2005 Pontuação	2004 Pontuação
8	Maurícias	76.9	77.8	76.2	76.3	74.3	72.6	69.4	67.4	67.2	64.3
30	Botswana	70.6	69.6	68.8	70.3	69.7	68.2	68.1	68.8	69.3	69.9
65	Cabo Verde	63.7	63.5	64.6	61.8	61.3	57.9	56.5	58.6	57.8	58.1
84	Namibia	60.3	61.9	62.7	62.2	62.4	61.4	63.5	60.7	61.4	62.4
74	África do Sul	61.8	62.7	62.7	62.8	63.8	63.4	63.5	63.7	62.9	66.3
63	Ruanda	64.1	64.9	62.7	59.1	54.2	54.2	52.4	52.8	51.7	53.3
79	Uganda	61.1	61.9	61.7	62.2	63.6	63.8	63.1	63.9	62.9	64.1
73	Madagáscar	62	62.4	61.2	63.2	62.2	62.4	61.1	61	63.1	60.9
86	Burkina Faso	59.9	60.6	60.6	59.4	59.5	55.7	55.1	55.8	56.5	58
93	Zâmbia	58.7	58.3	59.7	58	56.6	56.2	56.2	56.8	55	54.9
90	Marrocos	59.6	60.2	59.6	59.2	57.7	55.6	56.4	51.5	52.2	56.7
77	Gana	61.3	60.7	59.4	60.2	58	57	57.6	55.6	56.5	59.1
125	Egito	54.8	57.9	59.1	59	58	58.5	54.4	53.2	55.8	55.5
104	Suazilândia	57.2	57.2	59.1	57.4	59.1	58.4	60.1	61.4	59.4	58.6
107	Tunísia	57	58.6	58.5	58.9	58	60.1	60.3	57.5	55.4	58.4
92	Gâmbia	58.8	58.8	57.4	55.1	55.8	56.9	57.7	57.3	56.5	55.3
114	Quénia	55.9	57.5	57.4	57.5	58.7		59.6	59.7	57.9	57.7
98	Tanzânia	57.9	57	57	58.3	58.3	56.5	56.8	58.5	56.3	60.1
123	Moçambique	55	57.1	56.8	56	55.7	55.4	54.7	51.9	54.6	57.2
99	Gabão	57.8	56.4	56.7	55.4	55	54.2	54.8	56.1	54.8	57.1
120	Nigéria	55.1	56.3	56.7	56.8	55.1	55.1	55.6	48.7	48.4	49.2
111	Mali	56.4	55.8	56.3	55.6	55.6	55.6	54.7	54.1	57.3	56.6
101	Benim	57.6	55.7	56	55.4	55.4	55.2	55.1	54	52.3	54.6
118	Malawi	55.3	56.4	55.8	54.1	53.7	52.7	52.9	55.4	53.6	53.6
116	Senegal	55.5	55.4	55.7	54.6	56.3	58.3	58.1	56.2	57.9	58.9
126	Costa do Marfim	54.1	54.3	55.4	54.1	55	53.9	54.9	56.2	56.6	57.8
127	Djibouti	53.9	53.9	54.5	51	51.4	51.2	52.4	53.2	55.2	55.6
128	Niger	53.9	54.3	54.3	52.9	53.8	52.9	53.2	52.5	54.1	54.6
145	Argélia	49.6	51	52.4	56.9	56.6	56.2	55.4	55.7	53.2	58.1
134	Mauritânia	52.3	53	52.1	52	53.9	55.2	53.6	55.7	59.4	61.8
133	Camarões	52.3	51.8	51.8	52.3	53	54.3	55.6	54.6	53	52.3
137	Guiné	51.2	50.8	51.7	51.8	51	52.8	54.5	52.8	57.4	56.1
124	Seychelles	54.9	53	51.2	47.9	47.8	-	-	-	-	-
146	Etiópia	49.4	52	50.5	51.2	53	52.5	53.6	50.9	51.1	54.5
148	Burundi	49	48.1	49.6	47.5	48.8	46.2	46.9	48.7	-	-
151	Serra Leoa	48.3	49.1	49.6	47.9	47.8	48.3	47	45.2	44.8	43.6
153	São Tomé e Príncipe	48	50.2	49.5	-	-	-	-	-	-	-
142	República Centro-Africana	50.4	50.3	49.3	48.4	48.3	48.6	50.6	54.2	56.5	57.5
150	Togo	48.8	48.3	49.1	47.1	48.7	48.9	49.7	47.3	48.2	47
155	Lesoto	47.9	46.6	47.5	48.1	49.7	52.2	53.2	54.7	53.9	50.3
170	Guiné Equatorial	42.3	42.8	47.5	48.6	51.3	51.6	53.2	51.5	53.3	53.3
138	Guiné-Bissau	51.1	50.1	46.5	43.6	45.4	44.4	46.1	46.5	46	42.6
147	Libéria	49.3	48.6	46.5	-	-	-	-	-	-	-
158	Angola	47.3	46.7	46.2	48.4	47	46.9	44.7	43.5	-	-
164	Chade	45.2	44.8	45.3	47.5	47.5	47.8	50.1	50	52.1	53.1
157	Comores	47.5	45.7	43.8	-	-	-	-	-	-	-
167	Congo, República	43.5	43.8	43.6	43.2	45.4	45.4	44.4	43.8	46.2	45.9
171	Congo, Rep. Dem..	39.6	41.1	40.7	-	-	-	-	-	-	-
-	Líbia	-	35.9	38.6	40.2	43.5	38.7	37	33.2	32.8	31.5
173	Eritreia	36.3	36.2	36.7	-	-	-	-	-	-	-
175	Zimbabwe	28.6	26.3	22.1	21.4	22.7	29.4	32	33.5	35.2	34.4

Fonte: Índice da Liberdade Económica 2013, Fundação Heritage.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

A Tabela 5.4. traça a evolução da liberdade económica nos países africanos, entre 2004 e 2013, de acordo com o *The Wall Street Journal* e a *Fundação Heritage*. Verifica-se que as Maurícias estão a desenvolver grandes esforços para eliminar a corrupção, nomeadamente centrados na melhoria da transparência dos negócios, entre outras questões, ocupando assim a 8ª posição mundial em termos de liberdade económica.

A Primavera Árabe continua

Os protestos públicos no Norte de África em 2012 revestiram-se de um tom político que representa uma extensão das revoltas da Primavera Árabe. Os protestos foram motivados, principalmente, por apelos a reformas políticas maiores e mais profundas. A Tunísia e o Egipto, em particular, assistiram a protestos intensos que ensombram a consolidação democrática. As suas sociedades têm-se tornado cada vez mais polarizadas entre uma oposição mais secular/laica e os apoiantes dos governos islâmicos eleitos por via democrática. Os confrontos entre grupos políticos emergiram quando a oposição denunciou medidas percepcionadas como ameaçadoras para a natureza secular e laica do Estado, ou que protegem de forma insuficiente as liberdades individuais e religiosas.

Os protestos na África Subsaariana foram principalmente de cariz económico, sendo que mais de metade das manifestações públicas destinaram-se a exigir aumentos salariais ou a protestar contra o aumento do custo de vida. Com o crescimento populacional, é provável que continue a existir uma pressão sobre os governos africanos para que estes forneçam respostas sustentáveis para as queixas sociais e económicas. Em 2012 houve também uma concentração da agitação nas maiores economias, o que contrasta com o ano de 2011, em que quase todos os países africanos enfrentaram protestos crescentes.

Em 2011 e 2012, realizaram-se mais de 50 eleições presidenciais, parlamentares e legislativas, sendo um sinal de que a democracia está a enraizar-se em África. No entanto, em vários países a consolidação da democracia foi prejudicada por factores como o baixo desenvolvimento socioeconómico, a fraca capacidade do estado ou a influência dos militares sobre a política. Para além disso, a violência ligada aos actos eleitorais continua a ser uma preocupação.

Os ataques de milícias e o crime organizado tornaram-se as maiores ameaças à segurança, à estabilidade e à democracia em África. Estes elementos, combinados com conflitos transfronteiriços persistentes, formam bolsas de instabilidade em zonas remotas com fraco controlo governamental. O Relatório de 2013 do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), sobre o crime transnacional organizado, salienta o seu impacto nefasto sobre a capacidade do Estado e no fomento da corrupção. A natureza transnacional destas "redes globais do crime" exige soluções que sejam apoiadas ao nível nacional e internacional.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Referências

Africa Progress Panel (2012), *Jobs, Justice and Equity, Seizing Opportunities in times of Global Change*, Africa Progress Report, Africa Progress Panel, Genebra.

Atta-Asamoah A. (2013), "Besides greed and grievances: Natural resource characteristics and conflicts in Africa", *Paper* N° *243*, Institute for Security Studies, Pretória.

African Governance Institute (2012), *High Level Consultation on Governance and Democracy in Africa: Trends, Challenges and Prospects: Outcome Statement*, www.iag-agi.org/spip/High-Level-Consultation-on.html

Bates R., G. Fayad e A. Hoefler (2012), *The State of Democracy in Sub-Saharan Africa*, Universidade Harvard, Cambridge.

Bekoe, D. (2010), "Trends in electoral violence in sub-Saharan Africa", *Peacebrief* N° 13, United States Institute of Peace, Março, www.usip.org/publications/trends-in-electoral-violence-in-sub-saharan-africa.

Ben Barka, H. e M. Ncube (2012), *Political Fragility in Africa: Are Military Coups d'Etats a Never-Ending Phenomenon?*, African Development Bank, Túnis.

Boukhars, A. (2013), "The Mali conflict: Avoiding past mistakes", *Policy Brief* N° 148, FRIDE, Madrid, Fevereiro.

Dessus, S., D. Lafay e C. Morrisson (1998), "A Politico-economic Model for Stabilisation in Africa", *Journal of African Economies*.

Economist Intelligence Unit (2012), "Africa's Vulnerability to Street Revolutions", www.eiu.com

El Houdaiby I. (2013), "From prison to palace: the Muslim Brotherhood's challenges and responses in post-revolution Egypt", *Working Paper* N°117, FRIDE, Madrid.

Freedom House (2013), "Democratic breakthroughs in the balance", *Freedom in the World 2013*, Freedom House, Washington, DC.

Freedom House (2012), "Divergence and Decline: The Middle East and the World after the Arab Spring", *Countries at the Crossroads 2012*, Freedom House, Washington, DC.

Heidelberg Institute for International Conflict Research (2012), *Conflict Barometer 2012*, N° 21, Department of Political Science, Universidade de Heidelberg, www.hiik.de/en/index.html

Houngnikpo, M.C. (2012), "Africa's military: A missing link in Africa's democratic transition", *Africa Security Brief*, N° 17, January 2012, Africa Center for Strategic Studies, Washington, DC.

Human Rights Watch (2013), *High Stakes: Political Violence and the 2013 Elections in Kenya*. Human Rights Watch, New York.

International Crisis Group (2012), "Mali: The need for determined and co-ordinated international action", *Briefing Afrique* N° 90, www.crisisgroup.org/~/media/Files/africa/west-africa/mali/b090-mali-the-need-for-determined-and-coordinated-international-action-english.pdf

Jourde C. (2011), "Shifting through the layers of Insecurity in the Sahel: The case of Mauritania", *Africa Security Brief*, N°15, Africa Center for Strategic Studies, Setembro 2011.

Khorram-Manesh, N. (2013), "Democratic consolidation in sub-Saharan Africa", *Working Paper Series* 2013:1, Quality of Government Institute, Universidade de Gothenborg, Gothenburg.

Kiziak T., L. Sippel, F. Woellert e R. Klingholz (2011), *Africa's Demographic Challenges*, Berlin Institute for Population and Development, Berlim.

Lacher W. (2012), "Organized crime and conflict in the Sahel-Sahara Region", *The Carnegie Papers*, The Carnegie Endowment for International Peace, Washington, DC, Setembro.

Mo Ibrahim Foundation (2012), *2012 Ibrahim Index of African Governance: Summary*, Londres.

Multilateral Investment Guarantee Agency (2013), *World Investment and Political Risk 2012*, IBRD, Banco Mundial, Washington, DC.

OECD (2012), *African Economic Outlook 2012*, OECD Publishing, Paris.

Risk Advisory Group, www.riskadvisory.net/terrorismtracker/ (accessado em Fevereiro 2013)

SWAC (OECD Sahel and West Africa Club) (2012), "Le Nord du Mali en Bref", *Newsletter* N°39, Março-Setembro 2012, www.oecd.org/fr/csao/publications/newsletter_mar-sept2012_fr.pdf.

The Economist (2012), "African democracy: A glass half full", Março 2012, www.economist.com/node/21551494.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

UNDP (1994), *New Dimensions of Human Security*, Relatório de Desenvolvimento Humano, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.

UNODC (2013), *Transnational Crime in West Africa: a Threat Assessment*, United Nations Office on Drugs and Crime, Vienna.

Urdal H. (2012), "A clash of Generations? Youth bulge and political violence", *Expert Paper* N°2012/01, UNDESA Population Division, United Nations, Nova Iorque.

Vines A. (2013), "A decade of african peace and security architecture", *Chatham House International Affairs* Vol. 89/1, Chatham House, Londres.

World Bank (2013), *Doing Business* 2013, Banco Mundial, Washington, DC.

World Bank (2010), *Demanding Good Governance: Lessons from Social Accountability Initiatives in Africa*, Banco Mundial, Washington, DC.

Parte dois

Tema especial

Capítulo 6

Transformação estrutural e recursos naturais em África

A transformação estrutural no sentido de actividades mais produtivas e melhores empregos está intimamente ligada a um sector dos recursos naturais forte. De modo a aproveitar os recursos naturais de África para a transformação estrutural, sugere-se uma abordagem política em quatro passos:

i. Estabelecer condições gerais de enquadramento para a transformação estrutural, tais como educação, infra-estruturas e acesso a mercados regionais suficientemente amplos;

ii. Estabelecer condições específicas necessárias para que os sectores dos recursos naturais prosperem;

iii. Optimizar as receitas dos recursos naturais e investi-las estrategicamente, de forma a promover a transformação estrutural;

iv. Enfrentar directamente a transformação estrutural, aumentando a produtividade agrícola e permitindo ligações económicas entre o sector dos recursos naturais e a economia no seu todo.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Introdução

O tema da edição do ano passado do *African Economic Outlook*, a promoção do emprego juvenil, revelou que, apesar do crescimento contínuo, a capacidade de África para oferecer oportunidades económicas e sociais à sua geração mais jovem não acompanhou o seu dinamismo demográfico. As economias africanas hoje em dia enfrentam nada mais, nada menos do que o formidável desafio de criar mais e melhores empregos, não só mantendo o ritmo de crescimento, mas também tornando-o mais inclusivo.

As economias emergentes, como o Brasil, a China, a Índia e outras, têm tido mais sucesso do que a maioria dos países africanos em tal tarefa, conseguindo impressionantes reduções na pobreza durante mais de duas décadas. Em que diferem elas de África? Uma resposta possível é que passaram por uma transformação estrutural mais rápida, isto é: o processo através do qual surgem novas e mais produtivas actividades e os recursos se deslocam das actividades tradicionais para estas mais novas. Deslocou-se, assim, uma maior proporção de mão-de-obra de sectores de baixa produtividade para sectores de alta produtividade.

Em África, os factos sugerem que a transformação estrutural está em fase de formação, na maioria dos países, e que ainda não formou raízes profundas (McMillan e Rodrik, 2011). Como resultado, o ritmo de redução da pobreza não tem conseguido acompanhar o crescimento relativamente rápido alcançado em muitos países.

A segunda diferença entre a maior parte dos países africanos e as economias emergentes supramencionadas é a importância dos recursos naturais para África.

Considerando as matérias agrícolas, madeira, metais e minerais e hidrocarbonetos em conjunto, os recursos naturais representaram cerca de 35% do crescimento africano desde 2000. Os bens em bruto e semi-transformados baseados em recursos totalizaram cerca de 80% dos produtos de exportação de África em 2011, em comparação com 60% no Brasil, 40% na Índia e 14% na China. Da mesma forma, a maioria dos novos investimentos directos estrangeiros (IDE) em África foi para actividades relacionadas com os recursos. Dado que África é comparativamente abundante em terra e escassamente povoada, a importância dos recursos naturais não é uma surpresa (Wood, 2002). Por outras palavras, África possui uma forte vantagem comparativa em termos de recursos naturais.

A elevada proporção de empregos no sector primário reflecte, assim, uma falta de mudança estrutural e de empregos produtivos, mas reflecte também a vantagem comparativa de África e, portanto, a base da qual deve partir a transformação estrutural. A questão torna-se, pois, de que forma África pode alcançar um crescimento que proporcione empregos mais produtivos, dada a sua vantagem comparativa.

O nível elevado dos preços dos recursos naturais oferece uma janela de oportunidade que África tem de aproveitar. Impulsionada pelo fenómeno da "deslocação de riqueza" e pelo apetite das economias emergentes, tais como a China, por recursos naturais, a procura manteve-se em alta apesar da presente indolência das economias avançadas e voltou a colocar África no mapa dos investidores internacionais, dando origem a uma série de impressionantes novas descobertas de recursos minerais e energéticos. Cabe a África tirar partido deste renovado interesse. Tal exige que decidores políticos e empresários analisem os obstáculos à mudança estrutural e aprendam com países que aproveitaram a riqueza obtida dos seus recursos naturais para traçar um percurso de crescimento que ofereça emprego e rendimentos para todos.

À medida que as fontes de financiamento ao desenvolvimento aumentam e se diversificam (como demostrado no Capítulo 2 do presente volume) e o espaço das políticas se alarga –

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

apoiado pela estabilidade macroeconómica sustentável –, um número crescente de governos africanos estão a explorar várias opções para a promoção activa da transformação estrutural das respectivas economias. Mas como se conseguirá tal feito? Devem as economias africanas preparar-se para agarrar as novas oportunidades criadas pelos custos crescentes da mão-de-obra na China e adoptar os tipos de indústria e estratégias baseadas na exportação da Ásia Oriental, como as Maurícias fizeram, com sucesso, há 30 anos? Devem investir em massa na transformação de matérias-primas extraídas do solo africano, de modo a subir nas cadeias de valor globais e reter uma maior percentagem da sua própria riqueza? Ou devem investigar um "modelo indiano" alternativo, centrado nos serviços?

O presente relatório defende que, uma vez que os recursos naturais – energéticos, minerais e agrícolas – vão continuar a representar a vantagem comparativa do continente no futuro previsível, contrastando com a maior parte da Ásia, a prioridade de uma estratégia de transformação activa deve ser estabelecer uma economia forte, diversificada e com base nos recursos.

Este capítulo está estruturado da seguinte forma:

A secção sobre **avaliar a transformação estrutural** analisa a transformação estrutural em África ao longo das últimas décadas. Durante os anos 1990, a produtividade no seio dos sectores individuais aumentou, mas a mão-de-obra deslocou-se na direcção "errada", dos sectores de maior para os de menor produtividade. África tem conseguido contrariar esta tendência no novo milénio: uma mudança estrutural positiva está a começar a criar raízes. Mas o ritmo é lento e muitos africanos permanecem na pobreza, pois não há bons empregos suficientes disponíveis. Dada a proporção comparativamente baixa de competências/mão-de-obra em África, esta precisa essencialmente de empregos pouco especializados com potencial de crescimento. De onde podem vir tais empregos?

A secção sobre **aproveitar um sector primário forte como base da transformação estrutural** fornece um conceito. Os empregos devem vir da indústria e não dos serviços. Mas, em muitos países, as condições necessárias ainda não estão implementadas. Para lá chegar, África tem de se fazer valer dos seus pontos fortes. Possui uma forte vantagem comparativa em termos de recursos naturais e estes podem ser a força motriz da transformação estrutural através de ligações, emprego, receitas e investimento estrangeiro, dados o ambiente e o apoio propícios à prosperidade. A diversificação é fundamental. Os países com sectores de recursos naturais diversificados também apresentam uma indústria mais diversificada.

A secção que se debruça sobre **o sector primário em África, passado e presente** revela que este não foi reconhecido no passado, que ainda está por operar uma transformação agrícola de grande escala em África e que o continente tem sido sub-explorado. Porém, esta situação está a mudar e para melhor. A exploração e a produção estão a expandir-se e África só tem a ganhar mais com os seus recursos.

A última secção diz respeito a **acertar de vez: uma abordagem em quatro passos para aproveitar os recursos naturais para a transformação estrutural** apresenta precisamente isso. O primeiro passo é implementar as condições de enquadramento certas para a transformação estrutural. O segundo passo consiste em cumprir os requisitos específicos dos sectores primários para a transformação de combustível com base em recursos naturais. O terceiro passo diz respeito à optimização das receitas provenientes dos recursos naturais e investi-las de forma sensata. Finalmente, o quarto passo tem como objectivo promover a transformação estrutural por meio de políticas activas, com enfoque no aumento da produtividade agrícola e na criação de ligações às indústrias extractivas.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

1. Avaliar a transformação estrutural em África

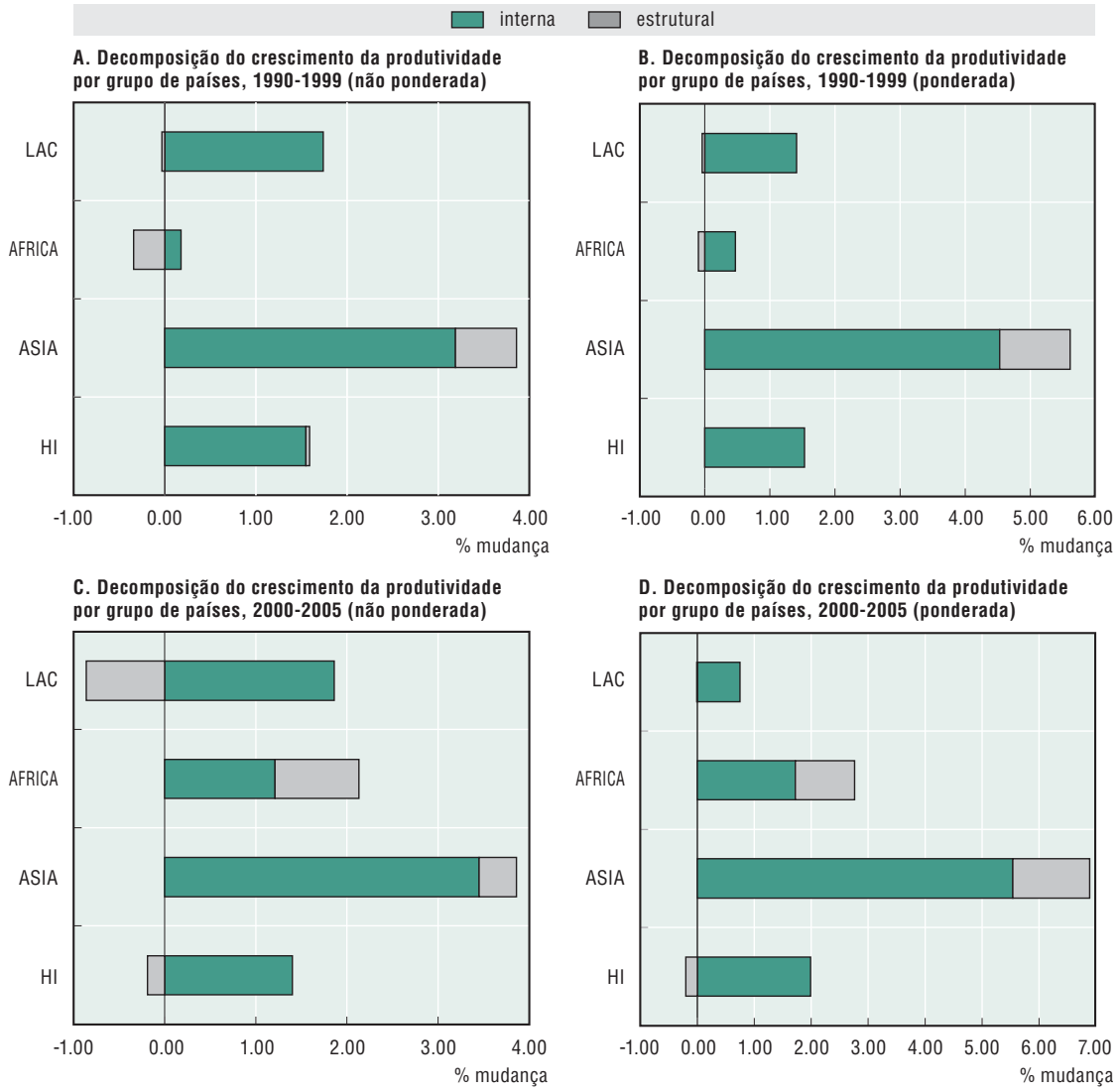
Em resumo... A transformação estrutural é a redistribuição da actividade económica dos sectores menos produtivos da economia para os mais produtivos. Trata-se de um motor fundamental do desenvolvimento económico. Contém dois elementos: o aparecimento de actividades novas e mais produtivas e a deslocação de recursos das actividades tradicionais para estas mais novas, aumentando a produtividade no geral. Sem o primeiro, não há muito que instigue o avanço da economia. Sem o segundo, os ganhos da produtividade não se difundem ao resto da economia (McMillan e Rodrik, 2011) (doravante referido como M&R 2011). Este exercício de avaliação revela que *i)* a mudança estrutural em África foi principalmente redutora para o crescimento entre 1990 e 1999; enquanto *ii)* a mudança estrutural em África foi principalmente benéfica para o crescimento entre 2000 e 2005; *iii)* a mudança estrutural em África, no passado recente, foi mais pronunciada em países que têm mais a ganhar consoante a percentagem de mão-de-obra na agricultura; *iv)* a mudança estrutural tem sido mais elevada em países com melhor governação, escolas mais eficientes e taxas de câmbio mais competitivas; *v)* apesar do advento da mudança estrutural positiva durante a última década, África necessita de uma transformação muito mais eficaz para criar estruturas económicas que possam fornecer bons empregos e rendimentos para a sua população crescente; e *vi)* uma comparação com os percursos históricos de países mais ricos mostra que África segue o padrão geral e pode acelerar a mudança estrutural através da diversificação.

Tem sido bem documentado que a mudança estrutural — isto é, a redistribuição da actividade económica dos sectores menos produtivos da economia para outros mais produtivos — se trata de um motor fundamental do desenvolvimento económico (Herrendorf, Rogerson e Valentinyi (2011); Duarte e Restuccia, 2010). É especialmente necessária a deslocação de mão-de-obra de uma agricultura menos produtiva de semi-subsistência para os sectores mais produtivos da indústria ou dos serviços, tanto em áreas urbanas como rurais, para impulsionar aumentos da produtividade em geral e do nível de vida e levar a uma redução na pobreza. Tal afirmação é verdadeira quer do ponto de vista teórico, quer das experiências reais dos países ao longo das várias fases do seu desenvolvimento. Tradicionalmente, o conceito de mudança estrutural tem sido enquadrado em termos de uma redistribuição da actividade económica entre três sectores abrangentes — agricultura, indústria e serviços — que acompanha e facilita o processo do crescimento económico. Nas fases iniciais de desenvolvimento económico, a população dedica uma percentagem desproporcional da sua abundante mão-de-obra e escasso capital à agricultura e a outras actividades "tradicionais", uma vez que não têm outro meio de se alimentar e satisfazer as necessidades básicas. Devido aos rendimentos decrescentes dos terrenos agrícolas, a população começa a investir cada vez mais capital e mão-de-obra em sectores mais "modernos", intensivos em termos de competências e capital, tais como a indústria e os serviços. Estes sectores mais dinâmicos conseguem crescer mais rapidamente do que a agricultura pois não se vêem restringidos pela disponibilidade de terras aráveis e uma vez que se deparam com uma procura mais elástica. Em termos históricos, a percentagem da actividade na indústria seguiu a forma de um U invertido: aumentou durante as fases mais baixas de desenvolvimento, à medida que o capital é acumulado, para, em seguida, cair nas fases mais elevadas de desenvolvimento, em que os maiores rendimentos incitam a procura de serviços e os altos custos da mão-de-obra tornam a produção difícil. Uma parte desta transição para os serviços e a indústria ocorre em áreas rurais, mas a maioria envolve migração para os centros urbanos em busca de oportunidades de emprego formal. Os trabalhadores urbanos gozam, normalmente, de uma maior produtividade laboral devido a, entre outros, uma maior espacialização, mais acesso a capital e custos de transacção mais baixos no comércio. A mudança estrutural desempenhou, sem dúvida, um papel importante na produtividade alcançada pelos países em desenvolvimento. Aqueles com as taxas de crescimento mais rápidas redistribuíram, costumeiramente, a maior parte da mão-de-obra para a indústria de alta produtividade,

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

permitindo que a produtividade agregada alcançasse o mesmo nível (Duarte e Restuccia, 2010). Por outras palavras, os países que saíram da pobreza pelo próprio pé também apresentam uma mudança estrutural positiva.

Figura 6.1. **Transformação estrutural em África: Comparar os padrões ao longo de períodos de tempo**



Nota: Estes gráficos são baseadas na amostra de nove países utilizada em McMillan e Rodrik, 2011.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de McMillan, M.S. e D. Rodrik (2011), "Globalization, structural change and productivity growth", Documento de Trabalho n.° 17143 NBER, http://www.nber.org/papers/w17143.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807512

A comparação dos padrões dos anos 1990 do século XX com os observados de 2000-05 em países escolhidos revela uma recuperação notável de uma mudança estrutural negativa para uma positiva em África. Segundo análises de M&R (2011), com base numa amostra de nove países africanos, a mudança estrutural teve uma contribuição negativa para o crescimento geral da produtividade em África nos anos 1990. Em África, o princípio dos anos 1990 ainda

era um período de ajustamento. O período que teve início perto de 2000 assinalou o começo do "milagre de crescimento" africano, coincidindo com um período de globalização intensificada marcada pela abertura do maior país em desenvolvimento do mundo – a China – e por uma explosão nos preços dos produtos. A Figura 6.1 apresenta as principais conclusões relativas aos padrões da mudança estrutural. São apresentadas as médias simples e ponderadas do emprego para os períodos de 1990–99 e 2000-05, para quatro grupos de países: os da América Latina, os da África subsariana, os asiáticos e os de rendimento elevado. O resultado mais impressionante é a notável recuperação em África. Entre 1990 e 1999, a mudança estrutural foi um peso para a produtividade de toda a economia em África: na amostra não ponderada, o crescimento geral na produtividade laboral foi negativo e, em grande medida, um resultado da mudança estrutural. Verificou-se um padrão muito semelhante na América Latina naquela altura. Mas, enquanto a situação não melhorou nesta zona no período de 2000-05, África experienciou uma recuperação notável. A mudança estrutural contribuiu com 1 ponto percentual para o crescimento da produtividade laboral em África, tanto na amostra ponderada como na não ponderada. Além disso, o crescimento da produtividade laboral no geral em África apenas ficou atrás do asiático, onde a mudança estrutural continuou a desempenhar um papel positivo importante.

A utilização de dados adicionais e mais recentes ao nível do país para este capítulo confirma a recuperação da mudança estrutural em África. Tendo confirmado que a mudança estrutural parece estar a caminhar na direcção certa no caso dos nove países africanos da amostra de M&R (2011), a análise para este capítulo foi alargada a 19 países africanos. Incluindo 16 dos 48 países da África subsariana e três dos seis países do Norte de África, a amostra alargada é amplamente representativa. A Tabela 6.1 apresenta os resultados. Com apenas algumas excepções, a utilização de uma amostra maior de países confirma a conclusão de uma recuperação. A produtividade laboral nestes 19 países cresceu 2.18% após 2000 e a contribuição da mudança estrutural intersectorial foi de 0.87 pontos percentuais ou aproximadamente 40% do total. Contrastando com o período anterior de 1990-99, a mudança estrutural totalizava agora quase metade do crescimento da produtividade geral em África.

Tabela 6.1. **Decompor o crescimento da produtividade em África (2000-05)**

	Produtividade laboral	da qual:	
	Crescimento (%)	"Dentro dos sectores" (%)	"Estrutural – deslocação laboral entre sectores" (%)
Argélia	0.62	0.43	0.19
Angola	5.68	5.29	0.39
Camarões	-2.61	-3.08	0.46
Egipto	1.73	3.20	-1.47
Etiópia	2.09	2.06	0.03
Gana	3.63	3.66	-0.03
Quénia	0.57	0.29	0.27
Malaui	-1.73	-1.80	0.08
Mali	2.81	2.29	0.52
Maurícias	2.29	1.82	0.46
Marrocos	4.18	3.16	1.02
Moçambique	4.91	3.98	0.94
Nigéria	3.77	0.96	2.81
Ruanda	3.96	-0.16	4.12
Senegal	0.79	-0.37	1.16
África do Sul	2.47	2.10	0.38
Tanzânia	3.17	0.76	2.41
Uganda	1.78	-0.88	2.65
Zâmbia	1.30	1.23	0.57
África não ponderada	**2.18**	**1.31**	**0.87**
África ponderada	**2.87**	**2.07**	**0.80**

Fonte : Cálculos dos autores com base na expansão do conjunto de dados utilizado em McMillan, M.S. e D. Rodrik (2011), *Globalization, structural change and productivity growth*, Documento de Trabalho n.° 17143 NBER, http://www.nber.org/papers/w17143

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Os dados ao nível das famílias mostram que houve uma alteração geral no emprego, da agricultura para os serviços e para a indústria. Para verificar a solidez das estimativas de percentagens de emprego (e as alterações nas percentagens de emprego), são utilizados dados dos Inquéritos Demográficos e de Saúde (DHS). Os DHS são inquéritos representativos a nível nacional, concebidos para recolher informações pormenorizadas sobre mortalidade infantil, saúde e fertilidade, assim como bens de consumo duradouros das famílias e a qualidade da sua habitação. Além disso, os DHS recolhem informações sobre a educação, o estatuto profissional e as ocupações das mulheres e dos seus parceiros com idades entre os 15 e os 49 anos. A concepção e a codificação das variáveis (especialmente o tipo de ocupação, o sucesso escolar, os bens familiares, as características da habitação) são geralmente, e de forma importante, comparáveis entre países e ao longo do tempo. Por fim, a amostra inclui variações regionais consideráveis. Ao todo, encontram-se disponíveis 90 inquéritos para 31 países africanos e 92 inquéritos para 37 países não africanos; a maioria dos inquéritos múltiplos (até seis) foram realizados entre 1995 e 2011. Ao utilizar dados dos DHS sobre as alterações nas ocupações, destaca-se que, para os países africanos da amostra, durante o período de 2001-07: *i)* a participação da população activa de homens e mulheres aumentou relativamente ao período anterior; *ii)* houve uma alteração nas ocupações masculinas, da agricultura e dos serviços para a indústria; e *iii)* houve uma alteração nas ocupações femininas, dos serviços para a agricultura e a indústria. Em contraste, destaca-se que no período anterior, que abrange 1990-99: *i)* a participação da população activa de homens e mulheres caiu; e *ii)* houve uma alteração nas ocupações masculinas para os serviços e a agricultura. Dado que muito menos mulheres declaram trabalhar, estas tendências são, de um modo geral, consistentes com as conclusões anteriores: a maioria dos trabalhadores dos países africanos para os quais há dados disponíveis declaram que recebem mais do seu rendimento da indústria e dos serviços e menos da agricultura. Outra conclusão é que uma proporção muito maior de homens declara trabalhar na indústria do que o que está presentemente documentado nas estatísticas nacionais.

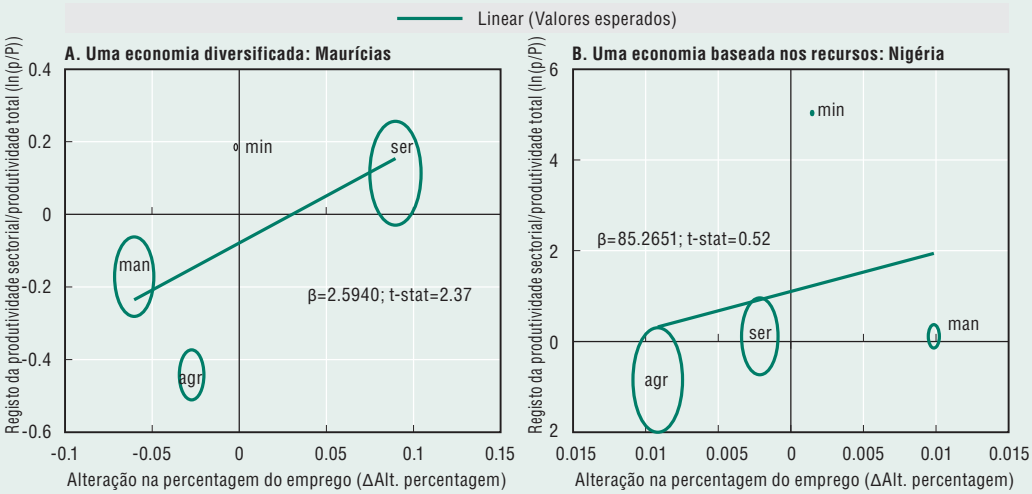
As forças motrizes por trás da mudança estrutural positiva foram a qualidade da governação, a acumulação de capital humano, as taxas de câmbio competitivas e a percentagem da população activa na agricultura. Uma análise multivariada das forças motrizes da recentemente observada mudança estrutural em África revela que, em primeiro lugar, quanto mais elevada for a qualidade da governação, tal como avaliada pela Fundação Mo Ibrahim (2012), tanto mais positiva é a transformação estrutural. Em segundo lugar, a acumulação de capital humano, medida pelas alterações na conclusão da escola primária,

Caixa 6.1. **Transformação estrutural em quatro grupos de países distintos**

A divisão dos 54 países africanos em quatro grupos característicos ajuda a ilustrar a heterogeneidade das experiências de transformação estrutural por todo o continente.

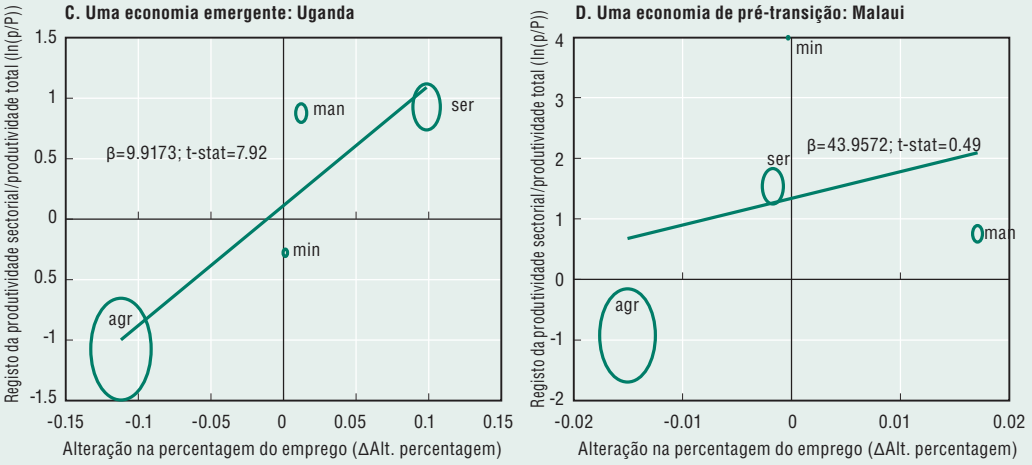
- As economias baseadas nos recursos são economias em que os recursos extractivos, tais como o petróleo e os minerais, representam pelo menos 30% do Produto Interno Bruto (PIB).
- As economias diversificadas e estabelecidas apresentam níveis relativamente elevados de rendimento *per capita* e uma baixa exposição a recursos extractivos e à agricultura, enquanto percentagem do PIB.
- As economias emergentes apresentam níveis relativamente baixos de PIB *per capita*, taxas de crescimento rápidas e uma percentagem elevada do PIB a advir da agricultura.
- Os países em pré-transição apresentam os rendimentos *per capita* mais baixos e o crescimento mantém-se também baixo nestes países.

Transformação estrutural em África: casos exemplares para quatro grupos de países distintos



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados da República das Maurícias (2012), Statistics Mauritius, (base de dados), http://www.gov.mu/portal/site/cso, e Nações Unidas (2012), National Accounts Main Aggregate Database (base de dados), http://unstats.un.org/unsd/snaama/Introduction.asp.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de Adeyinka, A., S. Salau e D. Vollrath (2012), "Structural change in Nigeria", Mimeo.



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do Bureau of Statistics do Uganda (2012), CountryStat Uganda, (base de dados), http://countrystat.org/home.aspx?c=UGA, e Nações Unidas (2012), National Accounts Main Aggregate Database (base de dados), http://unstats.un.org/unsd/snaama/Introduction.asp.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do Malawi National Statistical Office (2012), http://www.nsomalawi.mw Banco Mundial (2010), World Development Indicators, http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators e OIT (2013), LABORSTA, (base de dados), http://laborsta.ilo.org/.

Nota: A dimensão do círculo representa a percentagem de emprego em 2000 (Maurícias), 1999 (Nigéria e Uganda) e 1998 (Malaui). As diferenças nos períodos abrangidos decorrem de diferenças nos dados disponíveis. β denota o coeficiente da variável independente na equação de regressão: ln(p/P)=α+βΔemp. percentagem.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807892

A mudança estrutural nas Maurícias, uma economia diversificada, foi baseada nos serviços e serviu para melhorar o crescimento. No entanto, tem sido algo atípica (Figura 2.a). A mudança estrutural nas Maurícias tem, recentemente, vindo a melhorar o crescimento, impulsionada pelo sector altamente produtivo dos serviços. As Maurícias são um caso de sucesso africano bastante conhecido e a sua economia é largamente diversificada.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

As dimensões dos círculos indicam que a agricultura e a exploração mineira são relativamente pouco importantes em comparação com a indústria e os serviços. Não contrastando com muitos dos países desenvolvidos da amostra, o sector da indústria diminuiu nas Maurícias. Contudo, ao contrário de outras economias mais avançadas em África e noutros locais, as Maurícias conseguiram fazer crescer o seu sector terciário com base em actividades de alta produtividade que absorvem quantidades significativas de mão-de-obra.

As alterações nas percentagens de emprego na Nigéria, uma economia baseada nos recursos, são mínimas comparadas com as que se verificaram nas Maurícias (Figura B). Na Nigéria, a mudança estrutural desempenhou um papel positivo, mas muito menos significativo no aumento da produtividade de toda a economia. A principal força motriz desta mudança estrutural foi uma deslocação da mão-de-obra da agricultura e dos serviços para a indústria. É notório, porém, que as diferenças de produtividade nestes três sectores não são muito grandes. Tal facto deve-se, provavelmente, ao elevado grau de informalidade existente em todos os sectores da economia.

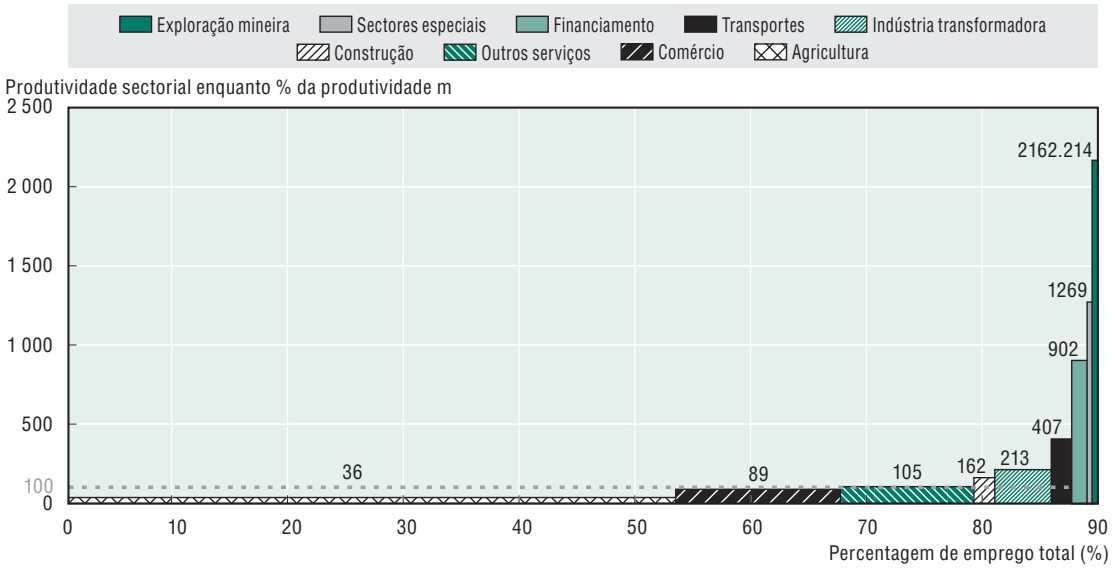
As mudanças estruturais na economia emergente do Uganda contribuíram significativamente para o seu crescimento geral, em termos de produção por trabalhador (Figura C). São evidentes alterações notáveis na economia do país. Recentemente, a percentagem da população activa na agricultura caiu em mais de 10%, enquanto a percentagem da população activa na indústria e nos serviços aumentou sensivelmente na mesma medida. Ao contrário da Nigéria, a produtividade na indústria e nos serviços é significativamente mais elevada do que produtividade na agricultura.

Houve transformações estruturais limitadas mas positivas na economia de pré-transição do Malaui (Figura D). A estrutura da economia é, em muitos aspectos, semelhante à do Uganda: a maioria dos trabalhadores encontra-se no sector agrícola, vindo os serviços em segundo lugar, a indústria em terceiro e a exploração mineira em último. A principal diferença é o facto de se terem dado mudanças estruturais significativas na economia do Uganda, enquanto, no Malaui, houve muito poucas deslocações. A percentagem da população activa na agricultura caiu em cerca de 1.5% e a percentagem da população activa nos serviços caiu em 0.002%. Estas quedas nas percentagens de emprego na agricultura e nos serviços foram igualadas por um aumento na percentagem da população activa na indústria

está positivamente relacionada com a transformação estrutural. Esta descoberta está de acordo com o facto de as competências serem importantes pré-requisitos até para o mais básico dos empregos nas partes mais modernas da economia, que têm de se expandir de modo a acelerar a mudança estrutural. De acordo com os dados do Inquérito do Banco Mundial às Empresas (2013a), a duração média da escolaridade de um trabalhador num emprego formal na indústria, em África, é de 6.5 anos. Em terceiro lugar, os dados dos DHS ao nível das famílias revelam que, quanto mais competitiva for a taxa de câmbio (medida através de uma comparação dos níveis dos preços em vários países), mais rápida é a queda da percentagem da agricultura no emprego. Simultaneamente, as taxas de câmbio mais competitivas têm uma relação positiva com a percentagem de emprego na indústria. Em quarto e último lugar, os países com uma maior percentagem da população activa na agricultura estão a viver uma maior mudança estrutural impulsionadora do crescimento. Tal está em conformidade com um grande intervalo inicial na produtividade e com o crescimento da produtividade no seio da agricultura, que ajuda a financiar o investimento das famílias quer no trabalho rural não agrícola, quer na migração para o emprego urbano, bem como o aparecimento de oportunidades de emprego no sector de destino. Consulte a Caixa 6.1 para uma descrição dos padrões da mudança estrutural por tipo de país.

No entanto, apesar dos recentes progressos na transformação estrutural, as disparidades de produtividade entre sectores permanecem imensas em África. Ainda há muito potencial por explorar. A Figura 6.2 compara a produtividade em nove sectores com a proporção de mão-de-obra empregada nos mesmos. A agricultura, com 36% de produtividade média, é, de longe, o sector com a produtividade mais baixa; a da indústria é seis vezes mais elevada; e a da exploração mineira é quase 60 vezes mais elevada. A maioria dos empregos nesta amostra africana encontra-se nos sectores mais improdutivos, com cerca de três quartos da população nos dois sectores com produtividade abaixo da média, nomeadamente a agricultura e o comércio por grosso e a retalho. Se, por um lado, estas conclusões parecem implicar uma distribuição errada da mão-de-obra, também representam um enorme potencial para transformações estruturais que melhorem o crescimento.

Figura 6.2. **Disparidades de produtividade laboral em África, 2005**



Nota: Cada barra corresponde a um dos nove sectores do conjunto de dados de McMillan e Rodrik (2011), sendo que a largura da barra corresponde à percentagem do sector no emprego total e a altura corresponde ao nível de produtividade laboral do sector como uma fração da produtividade laboral média.

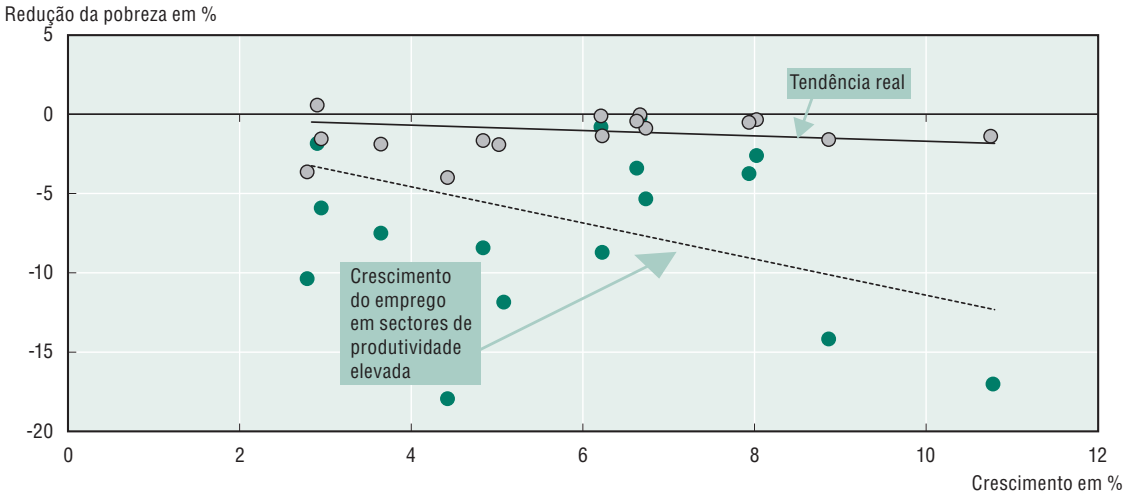
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de McMillan, M.S. e D. Rodrik (2011), "Globalization, structural change and productivity growth", Documento de Trabalho n.° 17143 NBER, http://www.nber.org/papers/w17143.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807531

De facto, se a mudança estrutural tivesse sido mais rápida, África poderia ter alcançado uma maior redução da pobreza. Servindo-nos da relação entre redução da pobreza e deslocação de mão-de-obra dos sectores menos produtivos para os mais produtivos verificada em inquéritos às famílias, podemos simular a relação entre redução da pobreza e transformação estrutural. A Figura 6.3 mostra-nos o que teria sucedido à redução da pobreza se a mão-de-obra se tivesse deslocado dos sectores menos produtivos para os mais produtivos da economia, a um ritmo mais célere do que o que se observou na realidade. O ritmo lento da mudança estrutural em África representa, assim, uma oportunidade perdida.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Figura 6.3. **Redução da pobreza em África se a mão-de-obra se tivesse deslocado para sectores de alta produtividade: Uma oportunidade perdida, mas também potencial para o futuro**



Nota: O gráfico compara a redução da pobreza real com os resultados de uma simulação caso a mão-de-obra se tivesse deslocado para sectores de produtividade elevada.

Fonte: Cálculos dos autores com base em inquéritos às famílias em 16 países.

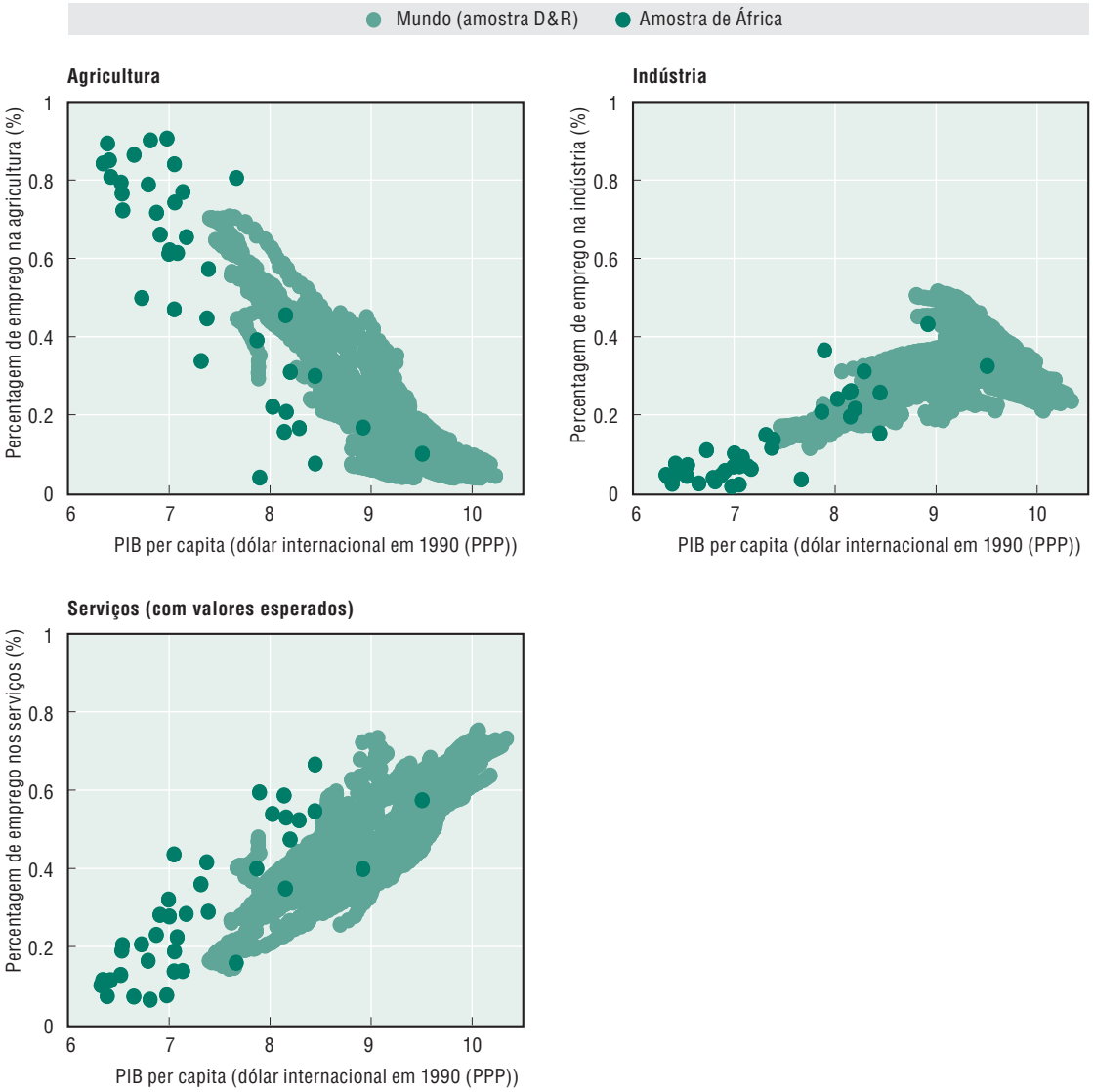
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807550

No entanto, os padrões observados em África estão de acordo com os de outras regiões, se considerarmos a fase de desenvolvimento em que se encontra. Não existe uma maldição africana. É uma questão de acelerar a tendência. A análise anterior revela duas conclusões aparentemente contraditórias. Deparando-se com disparidades significativas nos níveis de produtividade dos vários sectores, o crescimento do emprego tem sido fraco nos sectores mais produtivos da maioria dos países e a maior parte da mão-de-obra continua envolvida naquele que é, de longe, o sector menos produtivo, a saber, a agricultura. Tais padrões parecem implicar uma distribuição errada da mão-de-obra entre os sectores. No entanto, se se comparar a relação entre os níveis de rendimento e a distribuição do emprego em África nos anos mais recentes com outras regiões ao longo das últimas décadas, os padrões de mudança estrutural em África são aproximadamente o que seria de esperar, com base no que aconteceu noutros locais (Figura 6.4). Assim, não existe um "factor africano" específico a colocar entraves ao continente. O desafio é simplesmente o de acelerar o processo de mudança estrutural.

Figura 6.4. **Comparar os padrões em África com os que se verificaram noutras regiões**

Percentagens de emprego em três grandes sectores

Comparar a amostra de Duarte e Restuccia (2010) com a dos países africanos (amostra de 2013)



Nota: Foram obtidos dados de um painel de 29 países (nenhum dos quais africano) para o período compreendido entre 1950-2006 a partir de Duarte e Restuccia (2010). Estes foram complementados com dados sobre o PIB per capita destes países retirados de Maddison (2010). Note-se que os dados de África medem a percentagem sectorial do emprego total, ao passo que os dados de Duarte e Restuccia (2010) medem a percentagem de horas total.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de Duarte, M. e D. Restuccia (2010), "The role of structural transformation in aggregate productivity", The Quarterly Journal of Economics, Vol. 125/1, MIT Press. Cambridge, MA e Londres , pp. 129-173, e Maddison, A. (2010), Statistics on World Population, GDP and per capita GDP, 1-2008 AD, Universidade de Groningen, Groningen.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807569

A comparação entre África e outras regiões também mostra que o potencial para a transformação estrutural depende do nível de desenvolvimento de um país. As diferenças de produtividade entre sectores são maiores em países pobres. À medida que os países se desenvolvem, os ganhos de produtividade nos vários sectores adquirem um maior peso. Quanto mais pobre for um país, mais amplo será o fosso entre os sectores mais produtivos

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

e menos produtivas desse país. À medida que os países enriquecem, a disparidade de produtividade entre sectores tende a reduzir-se e as diferenças de produtividade dentro de um mesmo sector tornam-se mais importantes. Uma análise multivariada das forças motrizes das deslocações de mão-de-obra entre sectores revela que a percentagem de empregos na agricultura é um factor importante. Quantas mais pessoas, num determinado país, trabalharem na agricultura, maiores mudanças estruturais se têm dado. Por outro lado, a mudança estrutural contribuiu muito pouco (positiva ou negativamente) para o crescimento geral da produtividade laboral nos países de rendimento elevado desde os anos 1990. O que determina um desempenho que abarque toda a economia nestas economias é, em geral, o comportamento da produtividade em cada sector individual (M&R, 2011).

As percentagens de cada sector no PIB e nas exportações reflectem o mesmo padrão. Nas fases iniciais do desenvolvimento, o crescimento está relacionado com a diversificação dos sectores e os produtos de exportação. A concentração de sectores e de produtos segue-se em níveis mais elevados de rendimento. Com base numa vasta amostra de países dos anos 1980 e 1990, Imbs e Wacziarg (2003) determinaram que o ponto de viragem médio da equalização de percentagens dos sectores na economia (diversificação) para a concentração de percentagens de um sector (especialização) ronda os 10 000 dólares americanos, segundo os preços de 1985. Verifica-se um padrão semelhante para o desenvolvimento de padrões de exportação. O cabaz de produtos de exportação de um país tende a aumentar até a um ponto de inflexão da paridade do poder de compra (PPP) de 25 000 dólares americanos, após o qual a especialização entra em acção e a economia começa especializar-se num cabaz mais restrito de produtos de exportação. No início do processo de desenvolvimento, a diversificação ocorre principalmente na margem extensiva, à medida que novos produtos de exportação se multiplicam e são comercializados em escalas iniciais cada vez maiores (Cadot, Carrère e Strauss-Kahn, 2011).

A aceleração da mudança estrutural no sentido de estruturas económicas que possam proporcionar bons empregos e rendimento para todos em África exige, assim, diversificação através de actividades novas e mais produtivas . A maioria dos países africanos encontra-se em níveis relativamente baixos de rendimento *per capita* e mantém largas percentagens da sua população activa em ocupações com uma produtividade relativamente baixa. A trajectória histórica de países que cresceram de baixos níveis de rendimento para níveis elevados sugere que, no presente nível de desenvolvimento da maior parte dos países africanos, os aumentos de produtividade serão sobretudo derivados de uma expansão da gama de actividades económicas. Por outras palavras, a mudança estrutural implica o aparecimento de actividades novas e mais produtivas e a deslocação de recursos das actividades tradicionais para estas mais novas, aumentando a produtividade no geral. Sem o primeiro, não há muito que instigue o avanço da economia. Sem o segundo, os ganhos da produtividade não se difundem ao resto da economia (M&R, 2011).

2. Aproveitar um sector primário forte como base da transformação estrutural

Embora promissores a longo prazo, e tendo opções estratégicas viáveis para alguns dos países de rendimento médio em África, os serviços de alta qualificação e a indústria avançada oferecem oportunidades limitadas para acelerar a transformação estrutural a curto prazo para a maioria dos países africanos de baixo rendimento. A importância de dotações do processo de aprendizagem, das capacidades e dos factores sugere que a construção de um sector primário forte pode ser o caminho mais rápido para a transformação estrutural. O sector primário pode impulsionar a transformação estrutural através de quatro canais: *i)* ligações e diversificação para as actividades adjacentes; *ii)* como fonte de emprego para um grande número de trabalhadores pouco qualificados e, consequentemente, também como fonte de

procura para potenciais novos produtos de actividades novas; *iii)* como fonte de receitas públicas, principalmente de indústrias extractivas, embora a agricultura industrial também possa ser importante, podendo, depois, servir de investimento na criação das condições adequadas à transformação estrutural e incitando-a; e *iv)* a atrair investimento estrangeiro que traga consigo capital e *know-how*. O investimento estrangeiro também funciona como um indicador dos sectores e das actividades com potencial. Os dados do comércio mostram que um sector primário diversificado está intimamente relacionado com um sector industrial diversificado. Os elementos de ligação são as capacidades comuns e as boas condições de enquadramento. O sector primário necessita do ambiente certo: a maioria dos requisitos é semelhante aos da indústria. Além disso, as actividades baseadas em recursos naturais têm requisitos especiais, nos quais os governos devem concentrar-se, tais como ligações de transportes para os sectores rurais, energia para a exploração mineira, regulamentações que estabeleçam os incentivos adequados e um sólido sistema de ordenamento do território. Caso estes requisitos não estejam implementados, apenas os recursos com rendas muito elevadas podem ser explorados de forma lucrativa. No entanto, estes oferecem menos oportunidades para a transformação estrutural.

Para acelerar o processo de mudança estrutural, as novas actividades devem satisfazer quatro critérios: oferecer emprego em larga escala a trabalhadores não qualificados, apresentar uma maior produtividade do que as actividades existentes, estar sujeitas a pressão para cumprir os objectivos e estar suficientemente próximas da vantagem comparativa e das capacidades de um país. Em primeiro lugar, devem oferecer emprego para a maior parte das pessoas com poucas ou nenhumas habilitações que trabalhem actualmente em actividades de baixa produtividade. Embora tenham sido feitos importantes melhoramentos e a escolaridade em África apresente uma tendência ascendente, o nível de escolaridade na maior parte de África é reduzido em relação a outras regiões. Em segundo lugar, as novas actividades devem ser mais produtivas do que as actividades existentes ou, pelo menos, apresentar potencial para tal. A propulsão da transformação estrutural não exige apenas o alargamento das actividades de baixa produtividade existentes. Em terceiro lugar, as novas actividades devem estar sujeitas a pressão para cumprir os objectivos. A concorrência cria esse tipo de pressão. Nalguns países, certos governos competentes criaram essa pressão sem concorrência, mas muitos fracassaram. Sem pressão para cumprir os objectivos, é provável que as novas actividades se tornem ineficientes e que, em última análise, provoquem uma mudança estrutural negativa. Por último, as novas actividades devem estar de acordo com a vantagem comparativa existente, ou, pelo menos, não muito afastadas da mesma. A vantagem comparativa de um país, definida aqui simplesmente como os produtos que um país produz relativamente mais, reflecte a dotação desse país dos factores de produção (terra, mão-de-obra, capital, recursos naturais) e as suas capacidades, que se encontram espelhadas no capital humano, na tecnologia, nas instituições e regulamentações, nas infra-estruturas, na capacidade do governo e nos serviços públicos. O grau de repercussões e oportunidades de aprendizagem que as novas actividades oferecem está positivamente relacionado com a sua proximidade, medida em intensidades e capacidades dos factores, em relação às actividades existentes (Haussmann et al., 2011). É pouco provável que as actividades que exijam um conjunto muito diferente *de factores* e de capacidades do que os existentes num país gerem aprendizagens e repercussões. É igualmente pouco provável que sejam duradouras. No melhor dos casos, tais actividades permanecerão ilhas ou enclaves com um potencial muito limitado para a transformação estrutural; no pior dos casos, esgotarão enormes quantidades de recursos antes de fracassarem por completo (consulte também Lin, 2012). Estes quatro critérios apontam para desafios e oportunidades para a transformação estrutural em África.

Dado o grande número de trabalhadores pouco qualificados em África, a objectivação demasiado prematura de serviços altamente qualificados, enquanto veículo de transformação estrutural, pode não funcionar. Por vezes, é alegado que África pode limitar-se a seguir o

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

modelo "indiano" e direccionar as suas energias para os serviços . Tal afirmação é enganosa por várias razões. Antes de mais, o sector dos serviços que a maioria das pessoas tem em mente quando considera o sucesso da Índia é o sector dos serviços de negócios. Mas muitas tarefas do sector dos serviços de negócios requerem elevados níveis de escolaridade, o que ainda representa uma forma relativamente escassa de capital humano na maioria dos países africanos. Além disso, este sector apenas emprega directamente uma ínfima parte - cerca de 2% - da população activa da Índia. Assim sendo, mesmo na Índia não foi um motor para o tipo de crescimento de emprego que permitiria a deslocação de um grande número de pessoas do sector agrícola (fugindo da pobreza) para sectores mais produtivos e empregos mais bem pagos. Desta forma, parece irrealista conseguir alcançar um crescimento geral com base nos sectores dos serviços de negócios em África, excepto, eventualmente, no caso de países mais pequenos com uma população activa com elevada escolaridade, tal como as Maurícias ou o Botsuana.

Os serviços pouco qualificados são mais prometedores, mas muitas actividades são de produtividade baixa. A maior parte do sector dos serviços pouco qualificados em África é composta por actividades informais, em ocupações tais como serviços pessoais e comércio. Embora estas actividades sejam muito importantes para a criação de emprego, são pouco prometedoras no que diz respeito a ganhos de produtividade, com algumas excepções, tais como o comércio a retalho de grande distribuição (supermercados) e o turismo. Apesar destas duas áreas terem testemunhado taxas significativas de crescimento nos últimos anos e continuarem certamente a fazê-lo, o seu potencial de emprego é limitado na maioria dos países.

A indústria detém a potencial promessa de um grande número de empregos pouco qualificados e novas capacidades . No entanto, os anteriores aumentos de produtividade não foram igualados com uma expansão proporcional do emprego. Rodrik (2011a) demonstrou que as indústrias transformadoras podem funcionar como actividades dinamizadoras pois apresentam uma convergência incondicional de crescimento da produtividade. Por outras palavras, assim que um país consiga afirmar-se numa indústria específica, os níveis de produtividade dessa indústria vão começar a crescer em direcção à fronteira tecnológica global, independentemente do país em questão. A indústria também detém a promessa de "gerar milhões de postos de trabalho para trabalhadores não qualificados, muitas vezes mulheres, que anteriormente estavam empregadas na agricultura tradicional ou em pequenos serviços" (Rodrik, 2011b). Afinal de contas, "a industrialização foi a força motriz do crescimento rápido no sul da Europa durante os anos 1950 e 1960 e no leste e sudeste asiático desde 1960" (ibid.). No entanto, como a análise precedente da transformação estrutural tem revelado, os aumentos de produtividade levados a cabo no sector da indústria em África não trouxeram uma expansão suficiente do emprego. Durante os anos 1990, a contribuição geral para a mudança estrutural chegou a ser negativa, visto que a mão-de-obra foi desaproveitada. Esta situação melhorou acentuadamente durante os anos 2000, mas o ritmo de expansão do emprego no sector da indústria é ainda demasiado lento.

A passagem directa para uma indústria avançada não tem sido sem dificuldades no passado, porque a importância das capacidades existentes e dos processos de aprendizagem tinha sido negligenciada. Muitos países africanos procuraram uma rápida industrialização entre os anos 1960 e 1990. Embora, à superfície, estas estratégias pareçam aproveitar dotações *de fact*ores existentes, muitas vezes orientadas para a transformação de recursos naturais, estas foram, em grande medida, dominadas por ideias erradas sobre as relações entre os recursos naturais e a transformação estrutural e a importância das capacidades. Numa tentativa de industrialização, os processos de aprendizagem, a complexidade da tecnologia e a importância do ambiente de negócios geral e dos insumos complementares foram subestimados, enquanto o potencial de adição de valor foi frequentemente sobrestimado. O resultado tem sido uma fraca industrialização para compensar os esforços feitos.

Estes desafios foram agravados pela falta de pressão para cumprir os objectivos, criando estruturas insustentáveis que exigiram dolorosas reformas subsequentes. O fim do desenrolar destes acontecimentos foi um factor importante por trás da recente recuperação na mudança estrutural em África. Não só a industrialização não surgiu: pior, os grandes sectores públicos e os níveis elevados de protecção para sectores ineficientes acumulados durante o impulso inicial de industrialização revelaram-se economicamente e socialmente insustentáveis, levando a um processo de ajustamento estrutural que começou em meados dos anos 1980 e durou uma década. Este período de ajustamento estrutural foi marcado por um decréscimo significativo da percentagem de população activa empregada no sector formal e uma deslocação de mão-de-obra da indústria de volta à agricultura. Por outras palavras, o desenrolar dos resultados das tentativas falhadas de industrialização no passado foi um factor impulsionador da mudança estrutural negativa observada em África durante os anos 1990. A conclusão, em grande parte, deste desenrolar, o qual acarretou elevados custos sociais, tornou possível a recuperação no sentido de uma mudança estrutural positiva.

Caixa 6.2. **Reformas e transformação estrutural na Zâmbia e em Moçambique**

As primeiras eleições livres na Zâmbia, em 1991, foram conseguidas com base num compromisso de ajustamento estrutural global e na promessa de uma governação mais transparente e responsável (Bratton e Liatto-Katundu, 1994, e Thurlow e Wobst, 2004). No entanto, o governo herdou uma economia instável e em contracção, com elevados níveis de pobreza e de desigualdade, um sector de exportação em queda dominado pelo cobre e uma enorme dívida externa. O quarto programa de ajustamento estrutural (PAE), que teve início imediatamente após a eleição do novo governo, englobava: *i)* estabilização macroeconómica; *ii)* reforma do sector público; *iii)* liberalização externa; *iv)* privatização do património do estado; e *v)* reformas agrícolas. Embora se esperasse que estas reformas estimulassem o crescimento e diversificassem a economia, o crescimento do PIB manteve-se estagnado nos 0.2% ao longo dos anos 1990.

Os autores mostram que este período de ajustamento estrutural foi marcado por um decréscimo significativo da percentagem de população activa empregada no sector formal e uma deslocação de mão-de-obra da indústria de volta à agricultura. Mostram ainda que muitos destes acontecimentos foram provocados pela privatização de fábricas públicas. Mostram, finalmente, que, entre 1999 e 2001, a situação na Zâmbia estava a começar a inverter-se. Os autores atribuem a recuperação a um ambiente macroeconómico e político mais estável, em que o governo foi capaz de atenuar os efeitos das exportações de cobre da Zâmbia na taxa de câmbio e nos preços no mercado interno.

A história em Moçambique não é muito diferente. Após um período de guerra civil prolongado, Moçambique entrou no seu primeiro programa de ajustamento estrutural com o Banco Mundial em 1987 (McMillan, Welch e Rodrik, 2003); o primeiro período de reforma durou até 1990. Um segundo, e mais agressivo, período de reforma começou no início dos anos 1990. Entre as vítimas desta reforma contam-se as empresas públicas. Por exemplo, no final de 1994, todas as fábricas anteriormente públicas de transformação de caju tinham sido privatizadas, despedindo milhares de trabalhadores que, por norma, regressavam à agricultura pois pouco mais estava disponível. Foi só nos últimos anos que o sector de transformação de caju em Moçambique começou a contratar novos trabalhadores. No entanto, a escala do sector é ainda muito inferior ao que era quando pertencia ao estado.

Para que a transformação estrutural possa arrancar, África tem de se concentrar em criar capacidades. Os empresários precisam do ambiente certo para prosperar. Apesar dos anteriores fracassos, a conclusão de Rodrik da convergência incondicional da produtividade na indústria aponta para o potencial deste sector na transformação estrutural (Rodrik, 2011a).

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

De forma a combinar aumentos de produtividade com a criação de empregos, as empresas activas neste sector precisam de um ambiente que lhes permita expandir as suas actividades e convidar outros empresários a juntar-se ao sector com inovações, alargando o emprego. A capacidade de uma economia produzir e exportar novos produtos de forma competitiva depende das suas capacidades. As capacidades podem ser descritas como uma combinação de *know-how* e competências tecnológicas com factores ambientais, tais como a qualidade dos serviços públicos (infra-estruturas, educação, saúde, etc.) e dos serviços financeiros, as instituições e as regulamentações, bem como o nível geral das capacidades do governo e do capital humano (Hausmann et al., 2011). Além disso, a dimensão do mercado disponível e a estabilidade macroeconómica e política são factores importantes no ambiente.

Actualmente, as empresas africanas são prejudicadas pelo ambiente que enfrentam. Os principais obstáculos são a pequena dimensão do mercado, serviços públicos e acesso financeiro reduzidos e o papel do governo, o que se traduz em custos externos mais elevados. Os efeitos negativos das instituições e do ambiente empresarial em geral sobre o crescimento e o desempenho das empresas na indústria em África encontram-se bem documentados . Se exceptuarmos o ambiente empresarial, as empresas africanas apresentam, na verdade, maior produtividade e crescimento de vendas do que empresas em países comparáveis noutras regiões. No entanto, dado o ambiente existente, as empresas africanas ficam aquém das de outras regiões. O maior fardo para o crescimento das empresas africanas é a geografia, sob a forma de uma diminuta dimensão de mercado, que reduz o PIB das empresas africanas em quase 100%, em comparação com empresas não africanas. As outras explicações fulcrais para as desvantagens africanas prendem-se com os papéis básicos de apoio ao mercado por parte do governo: protecção dos direitos de propriedade, infra-estruturas e acesso ao financiamento. Curiosamente, o monopólio partidário parece representar 81% da desvantagem da produtividade total dos factores das empresas africanas em comparação com empresas não africanas (Harrison, Lin e Xu, 2013). Gelb, Ramachandran e Turner (2007) mostram que "os custos externos (electricidade, transportes, comunicações, segurança, renda, serviços empresariais e subornos) constituem uma fatia maior dos custos das empresas em países africanos do que noutros". No Quénia, por exemplo, a produtividade total dos factores (PTF) média bruta (ao nível da fábrica) é cerca de 70% da da China. Contudo, a PTF líquida (no mercado internacional) do Quénia é apenas cerca de 40% da da China (Eifert, Gelb e Ramachandran, 2005; consulte também BAD, OCDE, PNUD e UNECA, 2012).

Além disso, nos países africanos de baixo rendimento, os custos da mão-de-obra são mais elevados do que noutros países, o que sugere que os custos salariais reduzidos com a mão-de-obra, na verdade, não representam uma vantagem competitiva para África. Em média, as empresas africanas têm de pagar um prémio laboral de 80% em comparação com a empresa média noutras regiões com o mesmo nível de PIB. As empresas em África são mais produtivas, mas também se deparam com uma curva de custos laborais mais íngreme; à medida que as empresas crescem e se tornam mais produtivas, os respectivos custos laborais aumentam mais em África do que em qualquer outro lugar (Gelb, Mayer e Ramachandran, a ser publicado). Os custos laborais são especialmente elevados em empresas africanas que são produtivas e de trabalho intensivo - precisamente o tipo de empresa mais apetecível para a transformação estrutural. Os custos laborais mais elevados em África poderão ser provocados por uma série *de factores*. É provável que o nível de preços elevado seja um factor importante. A decomposição das taxas de câmbio relativas à paridade do poder de compra (PPP) revela que os países de baixo rendimento em África têm, em média, um nível de preços PPP cerca de 20% mais elevado do que a média dos quatro países mais pobres que se lhes comparam. Por outras palavras, pelo mesmo salário em dólares, um trabalhador num país pobre na Ásia consegue comprar mais do um trabalhador de baixo rendimento em África.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

A abundância de terra em África representa um desafio para a criação de um melhor ambiente de infra-estruturas. Em comparação com outras regiões, África é abundante em terra e relativamente pouco povoada. Com 36 pessoas por quilómetro quadrado, o ratio de população/superfície em África é muito menor do que na Europa (120 na União Europeia [UE]), na Ásia Oriental (também 120) e na Ásia do Sul (342), sendo mais semelhante ao que se verifica nas Américas: A América Latina conta com 29 pessoas por quilómetro quadrado e os Estados Unidos, com 33 (Banco Mundial, 2013b). Tal facto traduz-se em custos muito mais elevados para alguns dos serviços públicos que são essenciais para transformação estrutural. Wood (2002) estima que "África terá de investir, pelo menos, o dobro do seu PIB em infra-estruturas, como será o caso da Ásia de baixo rendimento, e terá despesas recorrentes mais elevadas para a operação e a manutenção".

Em África, as dotações *de factores* também sugerem que o sector primário continuará a desempenhar um papel mais importante e a indústria, um papel menos importante em África do que na Ásia ou na Europa. Os parágrafos anteriores revelaram que África é abundante em terra e escassa em competências, relativamente a outras regiões. África tem, portanto, uma proporção muito elevada de terra/competências. Através da comparação de regiões ao longo do tempo, Wood e Mayer (2001) mostram que os países com proporções elevadas de terra/competências tendem a exportar principalmente produtos primários. À medida que a proporção de terra/competências desce, a combinação de exportações muda para produtos transformados simples e, em seguida, produtos mais complexos. Dada a enorme diferença de densidade populacional, África, provavelmente, nunca igualará a proporção terra/competências da Ásia ou da Europa. A sua estrutura sectorial e espacial deverá convergir com a das Américas, que sempre dependeram mais intensamente do sector primário, definido como a agricultura e as indústrias extractivas, do que das indústrias transformadoras, devido à abundância de terra, por oposição às estruturas da Ásia ou da Europa, escassas em terra, onde a indústria transformadora desempenha um papel mais importante (Wood, 2002).

Contudo, tais notícias não são necessariamente más. O sector primário tem potencial para criar novas actividades que reforcem a transformação estrutural, aproveitando as dotações *de factores* e as capacidades existentes. Considerando as matérias agrícolas, madeira, metais e minerais e hidrocarbonetos, as matérias-primas e os bens semi-transformados baseados em recursos representam 80% das exportações de África (consulte a Caixa 6.3 para uma classificação dos recursos naturais). A produção de matérias também representa 50% a 60% do emprego, em média, e nalguns países até 80%; a maior parte na agricultura, tal como verificado na secção anterior, mas encontra-se igualmente uma quantidade significativa de empregos altamente produtivos no sector extractivo. Embora África exiba uma série de capacidades emergentes noutros sectores, especialmente nos serviços, o grosso das capacidades relacionadas com o comércio e o emprego está integrado ou estreitamente relacionado com o sector primário. O sector primário oferece quatro canais de impulsionamento da transformação estrutural:

Em primeiro lugar, podem ser fomentadas novas actividades e capacidades através de ligações e diversificação para outras actividades de recursos naturais. A via mais sustentável para novas capacidades que podem dar apoio a novas actividades é a proximidade às capacidades existentes (Hausmann et al., 2011; Hidalgo, 2011; Neffke, Henning e Boschma, 2009; Lin, 2012). Por conseguinte, a diversificação para novas actividades que possam ter um impacto na transformação estrutural num período relativamente curto de tempo terá de fazer uso das capacidades existentes no sector primário. Podem ser utilizados dois mecanismos: *i)* ligações de e para a produção de recursos naturais em actividades adjacentes. Por exemplo, o fornecimento de provisões de bens e serviços para os sectores agrícola e extractivo ou a transformação de matérias alimentares locais em produtos com maior valor acrescido; e *ii)* diversificação para actividades adjacentes baseadas em recursos naturais que façam uso das capacidades e das condições geográficas existentes.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Caixa 6.3. **O espectro de recursos naturais de África: definições**

Para cobrir todo o espectro da dotação de África, servindo o objectivo do presente capítulo, recursos naturais são definidos como todas as matérias de origem agrícola, mineral e de hidrocarbonetos. Na sequência desta definição ampla, o termo "sector primário" refere-se tanto à agricultura como aos sectores extractivos.

As matérias agrícolas ou "soft" consistem em produtos alimentares e pesca, bem como produtos agrícolas não alimentares e culturas industriais. Os produtos agrícolas alimentares incluem frutos e legumes, cereais como o trigo e o arroz, e culturas de plantação para a produção de bebidas (chá, café e cacau, por exemplo). O gado, tal com o bovino, o ovino ou o caprino, e todos os produtos das pescas também se enquadram nesta categoria. Os produtos não alimentares incluem culturas industriais, como madeira e algodão, bem como produtos naturais indígenas e a indústria de flores de corte.

Os minerais e os metais englobam metais e minerais preciosos, tais como o ouro, a prata, a platina e os diamantes, bem como metais de base ferrosos (ferro) e não-ferrosos, de que o cobre, o zinco, o chumbo e o alumínio constituem as principais variedades. Os metais raros (cobalto, molibdénio) e os minerais raros (fosfatos, sulfatos, etc.) também se enquadram nesta categoria.

Os hidrocarbonetos, também referidos como matérias energéticas, incluem todos os recursos utilizados para a produção de energia. Esta designação refere-se a produtos petrolíferos (nomeadamente petróleo e gás natural) e ao carvão , mas também inclui urânio e plutónio para serem utilizados como insumos na produção de energia nuclear .

Estas três categorias aludem à riqueza de África e à grande variedade de recursos naturais que possui. A inclusão de matérias agrícolas amplia a percepção comum do termo "recursos naturais", que é muitas vezes entendido apenas como recursos de origem mineral e de hidrocarbonetos. Embora a exclusão de bens agrícolas enquanto entidade analítica distinta torne a análise mais fácil e faça, certamente, sentido em muitas questões relacionadas com a natureza de rendas elevadas de alguns recursos extractivos, não faz justiça à riqueza natural de África. Acresce ainda que, apesar das suas claras diferenças, todos os três tipos de recursos apresentam oportunidades e desafios em comum. Em primeiro lugar, todos os recursos naturais são retirados da terra com a ajuda de mão-de-obra e de capital. O trigo é cultivado e o cobre, extraído. Ambos precisam de engenho humano, mão-de-obra e capital. Em segundo lugar, os recursos, em conjunto, constituem a base da maioria das cadeias de valor dos produtos. Em terceiro lugar, os preços de todos os três tipos de recursos aumentaram enormemente ao longo da última década, quase em sintonia, oferecendo oportunidades, mas também riscos de inflação e volatilidade e criando dependência. A aplicação de uma lente de análise mais ampla permite, assim, conclusões políticas mais abrangente.

Em segundo lugar, o sector primário, em especial a agricultura, é a chave para a transformação estrutural geral, sendo o maior empregador de mão-de-obra pouco qualificada. *De facto*, a experiência de outras regiões sugere que a transformação agrícola geral constitui um pré-requisito para o desenvolvimento industrial (Johnston e Mellor, 1961; Henley, 2012). "Isto (a) disponibiliza alimentos baratos para consumo interno, permitindo a sobrevivência da mão-de-obra industrial a baixo custo, (b) aumenta os rendimentos dos agricultores, que, por sua vez, se tornam consumidores de bens industriais e (c) libera mão-de-obra para empregos industriais e urbanos e poupanças para investimentos" (Gelb, Meyer e Ramachandran, 2013). O desenvolvimento de redes de fornecedores internos em recursos agrícolas, de extracção e

energéticos representa outra oportunidade para a criação de empregos, que tem um limiar relativamente baixo em termos de tecnologia e escala.

Em terceiro lugar, o sector primário, em especial as indústrias extractivas, pode criar receitas significativas para o estado investir na transformação estrutural. As necessidades de investimento para a transformação estrutural na maioria dos países africanos são incomensuráveis. As disparidades ao nível das infra-estruturas e da educação estão no topo da lista na maior parte dos países. No entanto, cada país enfrenta barreiras específicas que devem ser resolvidas para acelerar a transformação estrutural. As indústrias extractivas oferecem um potencial de receitas que pode ser utilizado para resolver as ditas barreiras através de investimentos direccionados. Assim, as condições de enquadramento quer para a transformação estrutural quer para o desenvolvimento de sectores de recursos dinâmicos podem ser melhoradas.

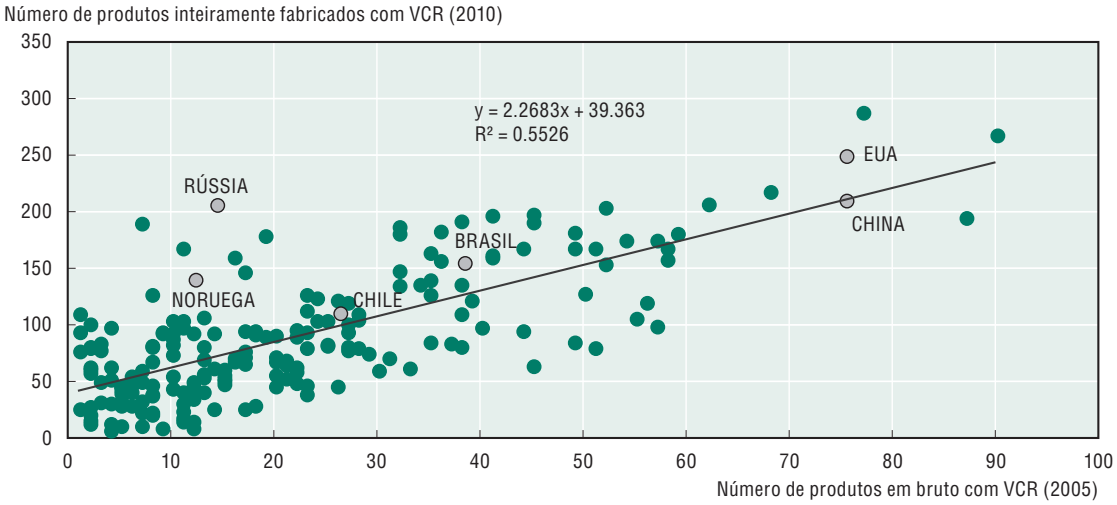
Em quarto lugar, um sector de recursos naturais forte pode atrair investimento estrangeiro, o que traz consigo capital e *know-how* que, de outra forma, seriam escassos. O investimento estrangeiro também funciona como um indicador dos sectores e das actividades com potencial. Totalizando cerca de 60%, os recursos naturais continuam a atrair a maioria dos novos investimentos directos estrangeiros (fDi markets, 2013). Para muitos países africanos de baixo rendimento, os investimentos estrangeiros relacionados com os recursos naturais são uma fonte essencial de capital, que também traz um importante *know-how*. Ao interagir com investidores estrangeiros, os países produtores de recursos podem obter valiosos conhecimentos sobre a indústria e, ao solicitar aos investidores estrangeiros a transferência de tecnologia, podem incentivar o desenvolvimento das capacidades locais. O IDE também pode funcionar como um indicador importante na avaliação do potencial competitivo que um determinado sector tem para oferecer. Não acertar esta avaliação foi um dos motivos para o fracasso das políticas industriais no passado. Em vez disso, os governos deviam concentrar-se em atrair o IDE e investir nas áreas em que esses investimentos estejam iminentes. Neste aspecto, é muito encorajadora a recente retenção de novos IDE em África em transformação de recursos e geração de energia, impulsionados, em grande parte, por projectos de refinarias de petróleo, de gás liquefeito e geração de electricidade a partir de combustíveis fósseis .

Os investimentos em prospecção e exploração são um bom indicador da força da economia de recursos de um país e da qualidade do ambiente empresarial. Possuir um grande potencial em termos de recursos não é uma garantia de que esse potencial será explorado. O ouro marinho constitui um bom exemplo disso. Presume-se que os oceanos contêm milhares de milhões de toneladas de ouro. Mas esse facto não está a ser explorado porque não existe tecnologia viável. A tecnologia é um dos factores. Os incentivos económicos são outro: O Egipto possui abundantes reservas de petróleo e de gás, mas é incapaz de fazer face à procura interna porque a regulamentação em vigor no sector impedem mais investimento estrangeiro na exploração.

Uma análise da vantagem comparativa relativa demonstra a estreita ligação entre um sector de recursos forte e um sector da indústria forte. Balassa (1986) definiu a vantagem comparativa revelada (VCR) de um país como o número de produtos que o país exporta relativamente mais do que a média. Quando este conceito é aplicado em separado a matérias-primas e a produtos com um valor acrescido mais elevado, pode verificar-se que as VCR de países em ambas as categorias estão estreitamente relacionadas. Os países que possuem vantagens comparativas numa grande variedade de matérias-primas também tendem a possuir vantagens comparativas numa ampla variedade de produtos de valor acrescido mais elevado (Figura 6.5 e Figura 6.6). Assim, em vez de prejudicar o país, um sector primário forte e diversificado constitui um passo importante para uma economia diversificada que crie postos de trabalho produtivos.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Figura 6.5. **Vantagem comparativa relativa (VCR) em produtos não transformados e em produtos fabricados: Mundo**

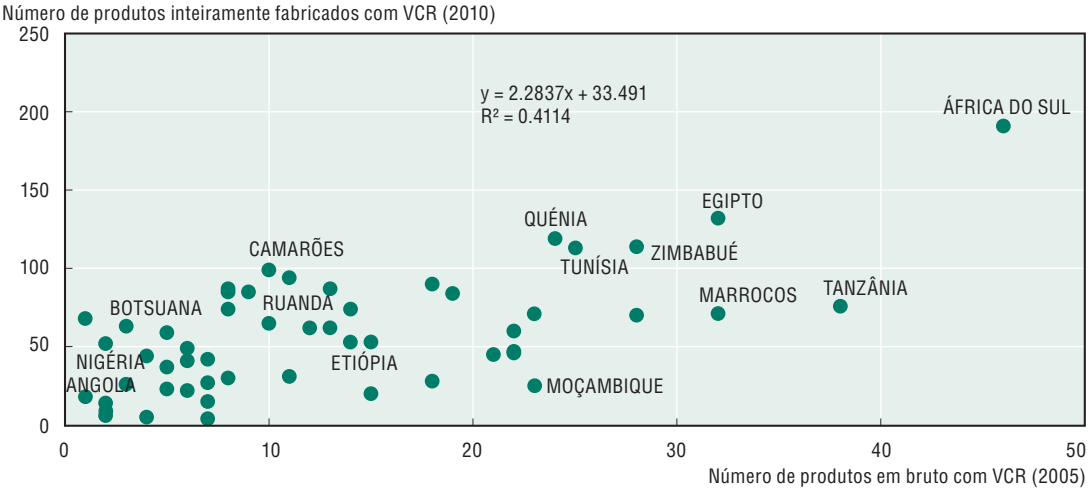


Nota: Os países seleccionados encontram-se destacados para fins de ilustração.

Fonte: Cálculos dos autores com base nas Nações Unidas (2013), UN ComTrade, (base de dados), via http://wits.worldbank.org/wits/.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807588

Figura 6.6. **Vantagem comparativa relativa (VCR) em produtos não transformados e em produtos fabricados: África**



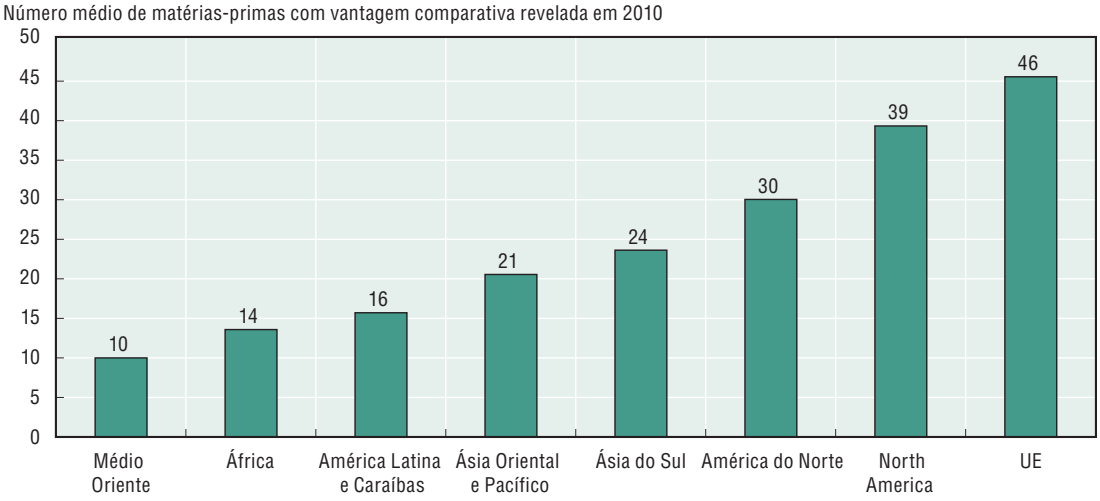
Nota: Os países seleccionados encontram-se destacados para fins de ilustração.

Fonte: Cálculos dos autores com base nas Nações Unidas (2013), UN ComTrade, (base de dados), via http://wits.worldbank.org/wits/.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807607

No entanto, a abundância geológica de recursos não se traduz automaticamente num sector primário forte. As exportações de recursos naturais de África são menos diversificadas do que as de outras regiões. Apesar da elevada concentração de matérias-primas nas exportações africanas, a variedade dessas matérias em que África dispõe de uma vantagem comparativa é limitada em comparação com outras regiões (Figura 6.7). Apenas 13 países africanos exportam mais matérias com VCR do que a média global. A África do Sul surge destacada à frente com VCR em 46 produtos, seguida por Marrocos (36) e pela Tanzânia (34).

Figura 6.7. **As exportações de recursos naturais de África são menos diversificadas do que as de outras regiões**



Fonte: Cálculos dos autores com base nas Nações Unidas (2013), UN ComTrade, (base de dados), via http://wits.worldbank.org/wits/.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807626

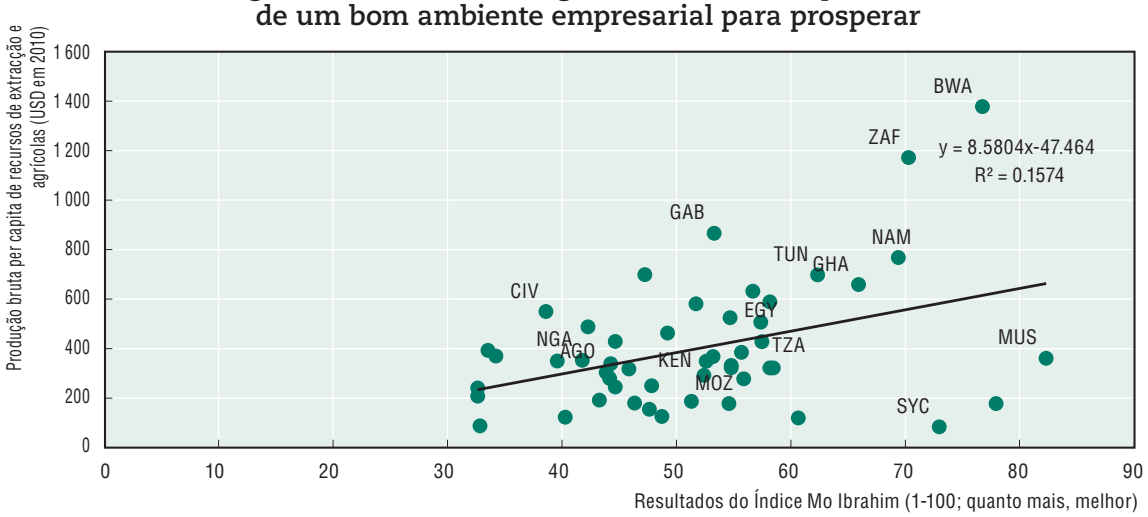
Por forma a impulsionar a transformação estrutural, os sectores dos recursos naturais precisam das condições adequadas. Muitos dos aspectos que estão a impedir a transformação estrutural na indústria também representam um obstáculo ao desenvolvimento de sectores dos recursos naturais mais fortes. É verdade que a distribuição geológica de recursos, tais como terras e depósitos de minerais e de hidrocarbonetos, é feita pela natureza, porém, a abundância de recursos em termos económicos é determinada, em grande parte, pelas condições de prospecção e de exploração com que investidores e agricultores se deparam. A secção anterior mostrou que a governação, medida pelo índice Mo Ibrahim, e a conclusão da escola primária possuem uma relação estreita com a transformação estrutural positiva. O mesmo é verdade para o desempenho dos sectores dos recursos de extracção e agrícolas. A Figura 6.8 mostra a relação entre a produção bruta *per capita* de recursos de extracção e agrícolas de um país e o índice Mo Ibrahim. Da mesma forma, os serviços públicos, sob a forma de infra-estruturas, o ordenamento do território e um nível razoável de direitos de propriedade são tão importantes para a produção de recursos naturais como para outros sectores da economia.

Além disso, a agricultura e as indústrias extractivas têm requisitos específicos que devem ser cumpridos para desencadear o seu potencial de transformação estrutural. Destacam-se a existência das competências adequadas, infra-estruturas de transportes e de energia, o ordenamento do território e as regulamentações específicas de cada sector. Um dos maiores obstáculos para a transformação da agricultura em África tem sido a escassez de

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

investigação e de desenvolvimento de competências que poderiam ter provocado aumentos de produtividade, como tem sido o caso nos países que passaram por "revoluções verdes". O mesmo é verdade para os sectores extractivos. Embora os investidores internacionais possam chamar pessoal qualificado vindo do estrangeiro, os países africanos estão a perder oportunidades de criação de novas capacidades oferecidas por estes sectores, visto que a base nacional de competências não está suficientemente adaptada às necessidades dos sectores (ver também Caixa 6.3). Em termos de infra-estruturas, a extracção mineira exige, muitas vezes, enormes quantidades de energia que ultrapassam em muito a que está disponível e que é necessária para outros sectores; a agricultura precisa de ligações de transportes mais eficientes das áreas rurais para os centros urbanos. Tendo em conta a intensidade para a terra da produção de recursos naturais, um ordenamento do território eficiente é fundamental para o sucesso e está entre os principais obstáculos a este sector em África. Por último, as regulamentações específicas do sector, tais como as regras relativas à propriedade, à concessão de prospecção e exploração e às licenças e impostos específicos dos recursos são manifestamente muito importantes.

Figura 6.8. **As matérias agrícolas e mineiras precisam de um bom ambiente empresarial para prosperar**



Nota : Os países seleccionados encontram-se destacados para fins de ilustração: Angola (AGO), Botsuana (BWA), Côte d'Ivoire (CIV), Egipto (EGY), Gabão (GAB), Gana (GHA), Quénia (KEN), Maurícias (MUS), Moçambique (MOZ), Namíbia (NAM), Nigéria (NGA), Seicheles (SYC), Tanzânia (TZA), Tunísia (TUN), África do Sul (ZAF).

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados da Fundação Mo Ibrahim (2012), 2012 Ibrahim Index of African Governance: Relatório de dados, http://www.moibrahimfoundation.org/downloads/2012-IIAG-data-report.pdf, Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe (BGR) (s.d.), Dados sobre a produção mineira disponibilizados para este relatório e FAO (2012), FAOSTAT, (base de dados), http://faostat.fao.org/.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807645

Caixa 6.4. **Os investimentos em capital humano e a investigação e o desenvolvimento aplicados desempenham um papel crucial nos sectores dos recursos e na transformação estrutural.**

O domínio por parte dos Estados Unidos da liderança mundial na indústria transformadora foi impulsionado pelas instituições de investigação e de ensino criadas inicialmente para servir a indústria de extracção mineira. Os desenvolvimentos no sector mineiro fizeram-se acompanhar de um processo contínuo de investigação e aprendizagem, o que deu origem a progressos tecnológicos, reduziu os custos e resultou na expansão, em vez do esgotamento das reservas de recursos naturais. O Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS), um projecto científico governamental de grande escala, por exemplo, forneceu mapas detalhados de grande valor prático aos mineiros, uma vez que era particularmente receptivo às suas necessidades. A disponibilização de engenheiros de escolas destinadas a formar especialistas em extracção mineira, tais como a Columbia School of Mines, promoveu mais a expansão do sector. Estas escolas mineiras, que mais tarde evoluíram para a Universidade da Califórnia, em Berkeley, e Stanford, entre outras, tornaram-se a base do desenvolvimento impulsionado pela tecnologia em muitas indústrias *a posteriori*, e, assim, lançaram as bases para a transformação estrutural (Wright e Czelusta, 2004).

Na Suécia, a transformação estrutural baseada nos sectores dos recursos foi accionada pelas intervenções do governo orientadas para a investigação e a educação. O enfoque das universidades deslocou-se para as ciências naturais. As instituições técnicas recém-fundadas depressa se tornaram uma fonte de inovação. As instituições de formação profissional asseguram a divulgação de conhecimentos e a disponibilização de pessoal técnico qualificado. Acresce que as visitas de estudo e de formação de engenheiros suecos no estrangeiro facilitavam a transferência de tecnologia. Por um lado, a investigação e o desenvolvimento (I&D) tem assegurado liderança internacional na própria indústria, aproveitando a vantagem comparativa do país. Por outro lado, a investigação tem-se centrado no desenvolvimento de produtos de valor mais elevado, a fim de diversificar. O enfoque a longo prazo na actualização e no intercâmbio tecnológicos também abriu caminho para a emergência do sector das telecomunicações. As agregações de conhecimento da Suécia, provenientes do sector florestal, estavam bem dotadas para reagir rapidamente às descobertas tecnológicas que impulsionaram a expansão das telecomunicações e da tecnologia da informação (*TI*) (Blomström e Kokko, 2007).

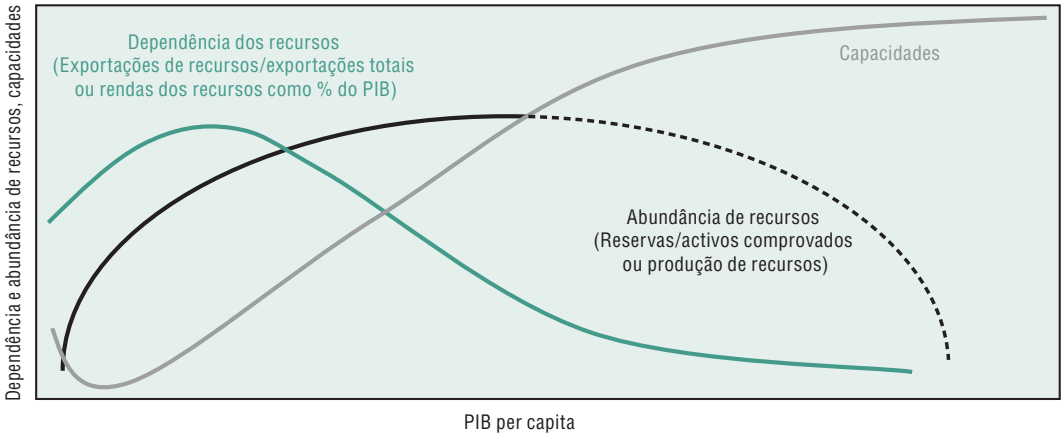
A investigação aplicada para a promoção da produtividade desempenha um papel muito importante na transformação estrutural. Na Indonésia, a disponibilidade de novas variedades de arroz foi fundamental para o aumento da produtividade no sector agrícola, um dos principais motores da procura interna (Gelb e Grasmann, 2010).

Nos casos em que os recursos naturais encontrem um ambiente favorável, a dependência inicial pode ser rapidamente superada, mesmo à medida que os sectores dos recursos naturais continuem a crescer. A Figura 6.9 ilustra os percursos históricos dos países que transformaram a riqueza em recursos naturais em transformação estrutural e crescimento a longo prazo. As suas experiências sugerem que, em níveis baixos de desenvolvimento, as matérias em termos de recursos, sejam agrícolas ou de extracção, são as principais fontes de rendimento e perfazem uma grande percentagem das exportações e do PIB. Por outras palavras, a dependência de recursos por parte da economia é elevada. Tal é de se esperar, na medida em que os recursos são relativamente fáceis de produzir e de exportar. Numa economia pequena ou subdesenvolvida, o sector dos recursos representará, por conseguinte, a maior parte das exportações e uma percentagem significativa do PIB. Com a entrada do investimento, a produção expande-se rapidamente e, muitas vezes, são comprovadas novas reservas. Ambos aumentam, a abundância e a dependência. À medida que o sector dos recursos se expande, cria oportunidades no resto da economia: a produção de recursos

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

exige uma grande variedade de provisões, desde alimentos para os trabalhadores a actividades de tecnologia mais avançada, tais como concepção de software, análise química e personalização de máquinas. Simultaneamente, as exportações de recursos geram receitas significativas para o estado, que podem ser investidas em capital humano (educação e saúde) e capital público (infra-estruturas e serviços públicos), criando, assim, oportunidades para actividades económicas que são relativamente intensivas nesses tipos de capital. A vantagem comparativa original em recursos naturais pode, deste modo, ser utilizada para alargar a fronteira de possibilidade da produção e criar novas vantagens comparativas por meio da diversificação. Se o país conseguir utilizar a respectiva dotação de recursos desta forma, os recursos tornar-se-ão, ao longo do tempo, menos importantes, à medida que o resto da economia cresce. Durante este processo, é ainda provável que a produção de recursos e a quantidade de activos comprovados continue a aumentar , à medida que novas tecnologias e um quadro regulamentar em progresso conduz a novas descobertas, todavia os recursos perderão importância em relação ao resto da economia. No caso de recursos de extracção e energéticos, a abundância vai diminuir, por fim, à medida que as reservas existentes se esgotam ou se tornam inviáveis por razões económicas (preço relativo da mão-de-obra e do capital), sociais (danos causados às comunidades vizinhas) ou ambientais (danos ambientais da extracção, alterações climáticas). Não tem de ser este o caso dos recursos agrícolas que não correm o risco de se esgotar, desde que não sejam explorados para além da sua capacidade de regeneração. Servindo-se de dados relativos às rendas dos recursos naturais como percentagem do PIB para a dependência de recursos e aos activos no subsolo *per capita* para a abundância de recursos, a Figura 6.10 mostra que esta tendência se verifica globalmente e que o mundo se mantém na secção ascendente da curva da abundância..

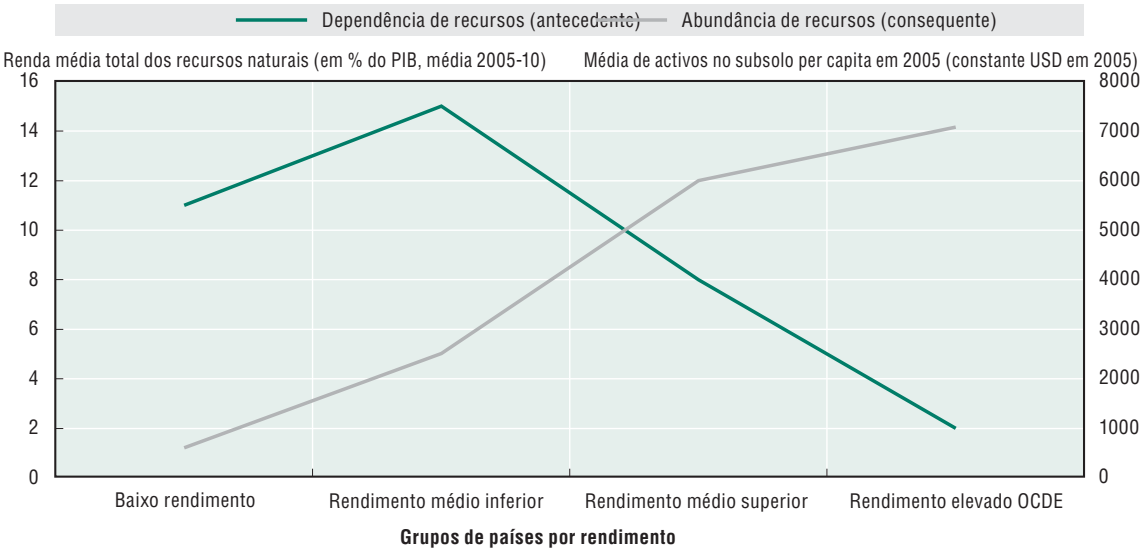
Figura 6.9. **O percurso ideal da descoberta de recursos à abundância sem dependência**



Fonte: Ilustração dos autores

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807664

Figura 6.10. **O percurso observado através do espectro de recursos**



Nota: Os grupos de países por rendimento incluem apenas os países com activos no subsolo e excluem os países de rendimento elevado não membros da OCDE. A abundância de recursos é medida como activos no subsolo per capita e a dependência dos recursos, rendas como % do PIB.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do Banco Mundial (2012), The Changing Wealth of Nations, http://data.worldbank.org/data-catalog/wealth-of-nations.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807683

Se as condições enfrentadas pelo sector primário forem fracas e não houver apoio, porém, a mudança estrutural é inibida uma vez que os tipos de recursos que oferecem mais oportunidades não se conseguem desenvolver. Os elevados custos que resultam de condições fracas são o principal factor. Quanto mais elevados forem os custos a que os produtores de recursos naturais têm de fazer face, mais elevado terá de ser a renda dos recursos, para possibilitar uma exploração lucrativa. No entanto, são os recursos naturais com rendas mais baixas, especialmente a agricultura e os metais de base, que oferecem mais possibilidades de transformação estrutural através das ligações e do emprego. Nos casos em que estes recursos não possam ser explorados de forma lucrativa, ou permanecem latentes ou, como no caso de muitos metais e depósitos minerais inexplorados (consulte a secção sobre "passado e presente dos recursos naturais em África"), a um nível de subsistência, como no caso da maior parte da agricultura e da exploração mineira artesanal. No entanto, uma economia de subsistência é insuficiente para a transformação estrutural, uma vez que não cria procura de novos produtos nem poupanças derivadas de excedentes para investir em novas actividades. Em tal situação, a maioria dos trabalhadores permanece presa em actividades de baixa produtividade baseadas em recursos naturais, com poucas escapatórias.

Os recursos de renda elevada podem prosperar em qualquer ambiente, mas oferecem muito menos em termos de ligações e de emprego e podem, ao invés, provocar rápida dependência, pelo que necessitam de uma sólida gestão. Por outro lado, os recursos de renda elevada, tais como o petróleo e, em menor escala, o gás e alguns depósitos de metais preciosos e diamantes, não exigem muito em termos de condições favoráveis. Se os recursos energéticos fossem incluídos na Figura 6.9, a relação entre produção de recursos e governação desapareceria. Este facto é principalmente positivo, visto que estes recursos permitem aos países obter acesso a grandes fontes de receitas, independentemente de disparidades nas infra-estruturas e na capacidade do governo. No entanto, os hidrocarbonetos oferecem menos possibilidades de diversificação do que outros tipos de recursos e têm valores muito reduzidos de conectividade com outros produtos (Hidalgo, 2011). Por outras palavras, as capacidades relacionadas com a produção de petróleo e de gás apenas oferecem oportunidades muito limitadas para os processos de aprendizagem que possibilitam avançar de forma bem sucedida para outras actividades. Além disso, a produção de petróleo e de gás é mais intensiva em termos de capital do que a exploração mineira e muito

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

mais do que a agricultura, oferecendo menos oportunidades de emprego e de multiplicadores do consumo. Em vez disso, como demonstrado pela maioria dos exemplos de exportadores de petróleo africanos, as rendas elevadas neste sector podem expulsar outros sectores e criar uma economia de procura de rendas que é incapaz de superar a dependência. Contudo, muitos países têm comprovado que os recursos de renda elevada podem ser transformados em crescimento geral através de uma gestão sólida e focada. A gestão que o Botsuana faz do seu sector dos diamantes é o melhor exemplo em África. Consulte a Caixa 6.5 para exemplos da Malásia e da Indonésia.

Caixa 6.5. **Indonésia e Malásia: Dois exemplos de como tornar a dependência do petróleo em transformação estrutural**

A Indonésia conseguiu controlar a dependência do petróleo através de consumo anti-cíclico e de transformação em agricultura. O governo do período Suharto chegara ao poder em 1966 com um compromisso assumido para com a estabilidade. A Pertamina, a companhia petrolífera nacional, entrou em crise em 1975, como consequência da má gestão por parte dos adidos militares do presidente. Esta falha aumentou a credibilidade de uma equipa mais tecnocrática de conselheiros económicos com uma sólida compreensão dos riscos inerentes à exploração mineral, permitindo-lhes impor controlos nas despesas. Assim, embora o governo tenha oficialmente respeitado a legislação, obrigando-a a equilibrar o orçamento, os tecnocratas conseguiram abrandar a despesa sem o conhecimento público. Tal estabeleceu *de facto* um orçamento anti-cíclico, que resultou em excedentes e duplicou as reservas, o que, por sua vez, permitiu ao governo reagir de forma pró-activa ao fim do *boom* dos preços do petróleo em 1981. O governo estabilizou a taxa de câmbio por meio de desvalorização e cortou subsídios e despesas. Estas medidas impediram os efeitos adversos da apreciação cambial sobre os sectores não petrolíferos transaccionáveis e incentivou uma ampla variedade de exportações e de transformação de produtos. A promoção da mudança estrutural deveu-se à utilização dos recursos petrolíferos do país para aumentar a produtividade agrícola. Através da aplicação de políticas de desenvolvimento geral, o governo possibilitou a disseminação das novas variedades de arroz resistentes às doenças e de alta produtividade. Os recursos petrolíferos foram utilizados para o desenvolvimento de depósitos de gás natural para exportação e como matéria-prima para a produção de fertilizantes. Os fertilizantes, que foram distribuídos aos agricultores a preços subsidiados, aumentaram significativamente a produtividade agrícola (Gelb e Grasmann, 2010).

A Malásia diversificou a sua economia e emergiu como um país de rendimento médio bem-sucedido, com base nos seus sectores de matérias. O país, que foi uma economia agrária até aos anos 1960, serviu-se do petróleo, do sector florestal e do óleo de palma de que dispunha para impulsionar a transformação estrutural e o crescimento. Embora tivesse sido dada cada vez mais prioridade ao sector industrial pela política de desenvolvimento, o sector agrícola e rural manteve-se como foco das políticas de desenvolvimento com o objectivo de comercializar a produção (Gelb e Grasmann, 2010). Este enfoque levou a um acentuado aumento no sector de culturas de exportação (principalmente borracha e óleo de palma), ambos na área do terreno agrícola e da produção entre 1960-90 (Rahman, 1998). No sector do petróleo, a petrolífera estatal Petronas desempenhou um papel central na exploração e na negociação de transferências de tecnologia das empresas multinacionais. Assim, acumulou conhecimentos e *know-how* e é actualmente uma empresa Fortune 500, que compete com êxito no mercado internacional. Embora a Petronas não esteja cotada publicamente, são publicadas e debatidas em público informações sobre os respectivos lucros, dividendos pagos ao governo e contribuições para o orçamento do estado, o que permite à sociedade civil responsabilizar o governo. O sistema federal e a sólida democracia da Malásia, em conjunção com as circunscrições enraizadas no sector não petrolífero, forçaram os partidos políticos a competir nas soluções dos principais problemas com que se deparam os eleitores. Este foi, provavelmente, um factor determinante na redução da pobreza de 50%, na altura da independência, para 3.6%, em 2008 (Akitoby e Coorey, 2012). A transformação estrutural e uma diversificação da economia da Malásia foram facilitadas pela estabilidade macroeconómica, pelas elevadas taxas de poupança e investimento e pela abertura económica. Além disso, a Malásia investiu intensamente em energia e infra-estruturas e construiu uma extensa rede de auto-estradas, que a liga aos países vizinhos, bem como sistemas avançados de telecomunicações. Em 2009, as exportações de produtos transformados representaram 70% do valor total das exportações e 45% do valor total das exportações da Malásia foram produtos de electrónica para os mercados dos Estados Unidos e da Europa (Akitoby e Coorey, 2012).

3. O sector primário em África, passado e presente

O que tem prejudicado África não é a grande percentagem ocupada pelo seu sector primário em si, mas o mau desempenho deste sector. A falta de transformação agrícola distingue África de outras regiões e a exploração de recursos minerais tem-se mantido abaixo do seu potencial, enquanto os efeitos colaterais negativos dos recursos extractivos têm, muitas vezes, sido mal geridos. Há algumas melhorias. O recente *boom* dos preços dos produtos provocou os efeitos esperados no crescimento, mas a exploração também se expandiu muito além dos esforços precedentes, impulsionada, em grande parte, pela procura dos parceiros emergentes do Leste e do Sul. Embora as exportações de produtos transformados tenham crescido a um ritmo um pouco mais lento do que o das matérias-primas, não perderam de forma alguma o seu lugar, pelo contrário, lucraram significativamente com o *boom* comercial dos recursos naturais. Simultaneamente, os grandes fluxos de investimento estrangeiro têm ajudado à criação de emprego, em especial nos sectores mineiros, que exigem trabalho mais intensivos do que o petróleo. No futuro, é provável que o preço dos recursos estabilize num nível mais elevado do que antes do *boom* e que persista o interesse nos recursos africanos, abrindo uma janela de oportunidade que África deve explorar.

Apesar do seu potencial, o sector primário em África tem sido frequentemente visto como um parco contribuidor para o desenvolvimento económico. As anteriores tentativas de diversificação foram, muitas vezes, à custa da produção de produtos, especialmente na agricultura, e resultaram num crescimento moroso. A agricultura foi estigmatizada como atrasada e as indústrias extractivas, como actividades de enclave que oferecem poucas oportunidades de emprego e de desenvolvimento de conhecimentos importantes para actividades de maior valor acrescido. Presumiu-se que os termos de troca dos produtos estivessem numa rota descendente perene (Prebisch, 1950, Singer, 1950). Como resultado, as políticas económicas dos países africanos conferiram, muitas vezes, poder de mercado aos compradores das matérias agrícolas e minerais, em vez de aos produtores (Ndulu et al., 2008). Algumas destas medidas foram propositadas, como no caso de créditos à exportação, que foram concedidos com frequência para assegurar a transformação interna, e impostos sobre a exportação, que incrementaram o preço da exportação dos produtos, com a mesma finalidade (Radetzki, 2008). No entanto, muitas medidas foram o resultado de uma economia política desfavorável aos produtores. As entidades de comercialização, por exemplo, foram originalmente concebidas para assegurar aos produtores de matérias agrícolas preços estáveis para os seus produtos. Porém, quando os interesses políticos urbanos assumiram o controlo de tais entidades, estas depressa degeneraram em mecanismos para extrair rendas do sector rural (Ascher, 1999). As taxas de câmbio foram, não raras vezes, sobrevalorizadas, com a intenção de tornar mais barata a importação de bens de investimento necessários à industrialização. O resultado, no entanto, foi subsidiar o consumo urbano e neutralizar a transformação estrutural (Bruton, 1998). Tudo isto resultou num crescimento lento. As estimativas referidas em Ndulu et al. (2008) sugerem que os governos que adoptaram esta combinação de políticas reduziram as taxas de crescimento dos respectivos países em quase dois pontos percentuais por ano, entre 1960-2000.

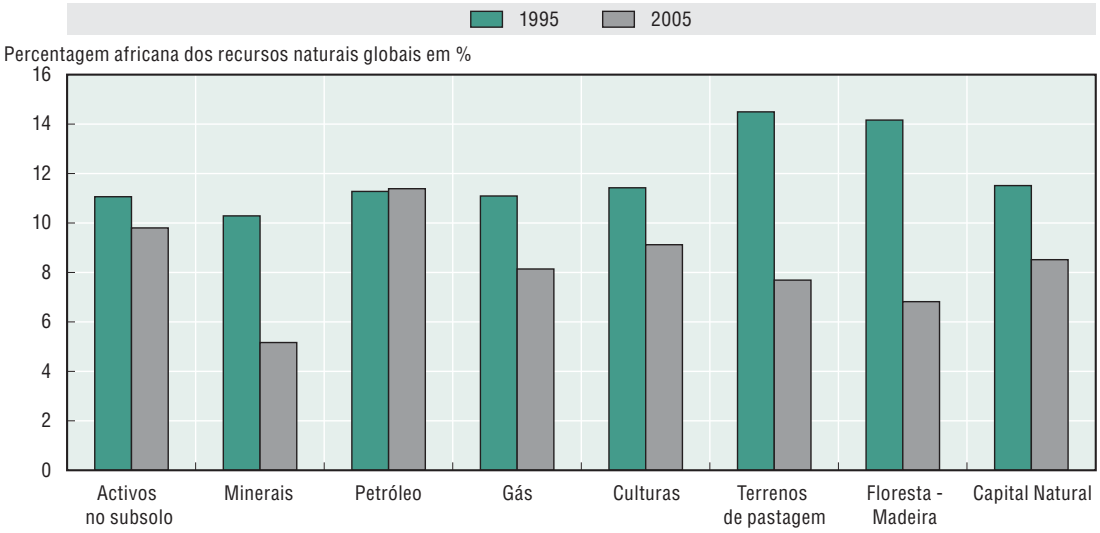
Do mesmo modo, a prospecção de jazidas de recursos geológicos, manteve-se abaixo do seu potencial. É verdade que a distribuição geológica de recursos é feita pela natureza, porém, a abundância de recursos em termos económicos é determinada, em grande parte, pelas condições de exploração com que os investidores se depararam. O valor de activos conhecidos no subsolo por quilómetro quadrado na África subsariana mal ultrapassa um quarto do valor para países de rendimento elevado (Gelb, Kaiser e Vinuela, 2012; Banco Mundial, 2012c). Partindo do princípio que, em grandes níveis de agregações (tais como continentes ou grupos de países por rendimento), a distribuição dos recursos deveria roçar uma média comum,

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

a proporção reduzida em África indica que ainda há muitos mais depósitos de recursos por descobrir (Collier, 2011). As despesas de prospecção mineira em África mantêm-se há muito tempo abaixo dos 5 dólares americanos por quilómetro quadrado, em relação a uma média de 65 dólares americanos no Canadá, na Austrália e na América Latina (Ncube, 2012). Para além do difícil ambiente empresarial geral destacado na secção anterior, a reduzida taxa de prospecção é sintomática de sistemas de incentivo ineficientes para a exploração e investimento público insuficiente no conhecimento geológico de África.

Por conseguinte, apesar da expansão significativa do sector primário em África ao longo da última década, a avaliação comparativa (*benchmarking*) com outras regiões demonstra que foi deixado muito potencial por explorar, reflectindo condições difíceis. A forte procura e os preços elevados dos recursos naturais de que África beneficiou tiveram o mesmo efeito a nível mundial. A produção e a prospecção dos recursos aumentou em todas as regiões do mundo e, na sua maioria, mais rapidamente do que em África. Como resultado, não obstante o impressionante crescimento e a significativa expansão na produção de matérias durante a última década, a percentagem africana dos activos naturais globais, os quais representam o valor actual dos recursos comprovados , diminuiu. A Figura 6.11 mostra que a percentagem africana do capital natural global diminuiu de 11.5%, em 1995, para 8.5%, em 2005. Os activos minerais merecem uma menção especial: A percentagem africana caiu pela metade, de 10.3% para 5.2%. O petróleo é o único recurso em que África manteve a sua percentagem de recursos globais. Simultaneamente, a percentagem africana da produção global (Tabela 6.2) caiu somente na exploração mineira e apenas em 2 pontos percentuais (ou em 15%; de 14% para 12% da produção mundial). A percentagem africana da produção global de energia e de recursos agrícolas aumentou 1 ponto percentual para cada. Enquanto a produção aumentou a um ritmo semelhante em todo o lado, outras regiões do mundo puderam, assim, acrescentar mais reservas comprovadas através da prospecção e nova tecnologia em relação a África.

Figura 6.11. **Percentagem africana do capital natural global 1995-2005: Outras regiões aproveitaram melhor o boom**



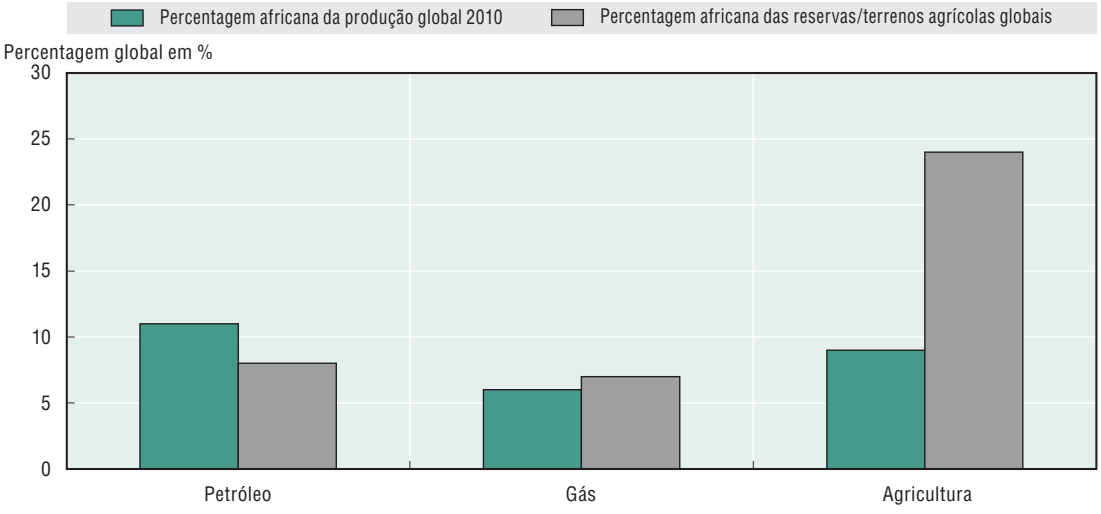
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do Banco Mundial (2012), The Changing Wealth of Nations, http://data.worldbank.org/data-catalog/wealth-of-nations.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807702

Os recursos agrícolas, em particular, viram muito do seu potencial desperdiçado. Se olharmos para a diferença entre a produção e o potencial de vários recursos, podemos constatar a disparidade agrícola em África. A Figura 6.13 compara a percentagem africana da produção global de recursos com a percentagem africana das reservas mundiais, em 2010. No caso de matérias agrícolas, o terreno agrícola é encarado como a reserva subjacente. Enquanto as reservas e a produção estão muito próximas no caso dos recursos energéticos, estão bastante afastadas no caso da agricultura. Cerca de 24% dos terrenos agrícolas do mundo encontra-se em África, todavia gera apenas 9% da produção agrícola global. Esta proporção praticamente não se alterou nos últimos 40 anos. A percentagem africana nas exportações mundiais de produtos agrícolas tem estado em constante declínio, de mais de 10%, em 1960, para 3%, em 2010. A maior parte da produção africana de recursos agrícolas destina-se a consumo interno, especialmente tratando-se de produtos alimentares. Os produtos agrícolas não alimentares representam apenas 2% da produção agrícola de África e a percentagem africana do total global de produtos agrícolas não alimentares caiu de 8% para 6% na última década. Embora a expansão da produção agrícola não seja uma questão de explorar novas reservas, é, sim, uma questão de fornecer as condições adequadas para o sector e de facilitar a implementação de conhecimentos de ponta e a sua expansão contínua através de investigação aplicada.

Contudo, na busca de petróleo e na sua produção, África não ficou para trás em relação a outras regiões. As rendas do petróleo são elevadas e as condições do país são menos significativas. O petróleo destaca-se na Figura 6.11 e na Figura 6.12. África incrementou a sua percentagem de activos mundiais em 1% e exibe uma maior razão de produção/activos conhecidos do que qualquer outro recurso. Tal deve-se, em grande parte, aos recursos energéticos em geral e ao petróleo em particular, que dependem muito menos das condições do país do que outros recursos naturais. Estes apresentam rendas mais elevadas , podem ser facilmente exportados sem serem transformados e são muito menos dependentes das infra-estruturas gerais como, por exemplo, vias rodoviárias, ferroviárias e centrais eléctricas, do que os recursos quer agrícolas, quer de extracção. A maior parte dos metais, por outro lado, envolve custos de produção muito mais elevados em relação ao seu preço de mercado. É necessário um processo de transformação para tornar o transporte economicamente viável e os desafios tecnológicos específicos dos depósitos são significativos.

Figura 6.12. **Produção versus potencial em África - os recursos agrícolas têm um longo caminho a percorrer**



Fonte: Cálculos dos autores com base na BGR (Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe (s. d.), Dados sobre a produção mineira disponibilizados para este relatório, FAO (2012), FAOSTAT, 2012, (base de dados), http://faostat.fao.org/, (dados sobre os recursos agrícolas), EIA (2012), "International Energy Statistics", www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/IEDIndex3.cfm (dados sobre a energia), Banco Mundial (2013b), World Development Indicators, http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators (dados sobre o PIB e a população).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807721

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Quando se deu a explosão dos recursos extractivos, no passado, apenas alguns países aproveitaram a oportunidade para se direccionarem para um crescimento geral. Muitos não superaram a dependência e continuam a sofrer da "maldição dos recursos". Uma comparação transversal aos vários países mostra que a abundância de recursos naturais (medida pelas reservas ou a produção de recursos naturais) per se tem correlação com resultados positivos, tais como crescimento a longo prazo, enquanto a dependência de recursos naturais (medida como a percentagem de exportações dos recursos naturais no total das exportações ou a percentagem de rendas dos recursos naturais no PIB) traz sérios desafios (Brunnschweiler e Bulte, 2008; Gylfason, 2007). Tal como demonstrado na secção anterior, a dependência inicial dos recursos naturais nos países pobres é expectável, mas pode ser superada, se for bem gerida. No entanto, muitos países africanos não conseguiram transformar riqueza em recursos em desenvolvimento económico inclusivo. Ao invés, pequenas elites controlam as rendas dos recursos e os empregos de qualidade permanecem escassos. A Nigéria é um triste exemplo de um país que esbanjou muita da sua riqueza petrolífera através da corrupção. Angola destaca-se como um exemplo de "doença holandesa", que descreve o processo de subida acentuada dos níveis dos preços expulsando a economia não dependente dos recursos. A Guiné Equatorial tem um nível de rendimento *per capita* equivalente ao da União Europeia (UE), mas, devido à extrema desigualdade, a maioria da sua população continua a viver na miséria.

Em vez de gerirem a volatilidade, muitos governos exacerbaram os seus efeitos através da despesa. A falta de acesso financeiro agravou o problema. Os recursos naturais estão sujeitos a considerável volatilidade de preço. Em países com uma grande percentagem de exportações de recursos naturais, a volatilidade de preço internacional dos recursos traduz-se mais ou menos directamente numa taxa de câmbio instável e disparos da inflação, uma vez que existem relativamente poucas exportações além destas que poderiam atenuar os efeitos. A crescente incerteza pode rapidamente expulsar a economia não dependente dos recursos, que precisa de um ambiente mais estável para prosperar. Uma comparação transversal aos vários países mostra que o controlo da volatilidade pode eliminar a maioria dos efeitos negativos da dependência dos recursos naturais (Van der Ploeg e Poelhoekke, 2010). Para gerir a volatilidade, uma economia necessita de instituições do sector financeiro bem desenvolvidas, que possam fornecer liquidez em tempos de crise e transformar excesso de capital (sob a forma de poupanças durante os *booms*) em investimentos eficientes. No entanto, a dependência dos recursos naturais funcionou como travão ao desenvolvimento do sector financeiro e a relação entre a percentagem de recursos naturais no PIB e a falta de acesso a financiamento em todos os países africanos continua a ser positiva. Os governos também desempenham um papel importante. Em vez de gerir a volatilidade através de fundos de estabilização e despesa pública anti-cíclica, muitos governos africanos exacerbaram os seus efeitos com despesas insustentáveis e investimentos esbanjadores em períodos de *boom*, em vez de construírem reservas para anos menos abundantes.

A conjunção de uma ânsia de rendas e falta de transparência levaram a desperdícios e a uma dependência contínua. Os dados recolhidos têm revelado que os países onde existem concursos sem licitação e procedimentos contratuais não transparentes apresentam maior probabilidade de enfrentar um grande "bónus de corrupção" em projectos de capital intensivo. O investimento público nesses países é, por norma, superior à média, mas as despesas para a manutenção do capital público são extremamente baixas, o que, como é óbvio, compromete a eficiência dos investimentos (Tanzi e Davoodi, 1997). Esta situação é ilustrada pela aciaria Ajaokuta, na Nigéria, que foi construída por um organismo paraestatal, com apoio do governo. Mais de 4 mil milhões de dólares americanos foram investidos, mas a fábrica nunca foi terminada e produziu muito menos do que a sua capacidade. Após o fim do governo militar em Dezembro de 1998, surgiram relatos relativos a 2 mil milhões de dólares, que haviam sido desviados do projecto para o bolso dos dirigentes do governo anterior (Pritchett, 2000). Na mesma ordem de ideias, as receitas dos recursos naturais podem quebrar o elo de responsabilização entre o governo e os cidadãos, se os governos puderem confiar

exclusivamente em tais receitas sem a necessidade de cobranças adicionais de impostos aos cidadãos. O ambiente institucional vai, consequentemente, desenvolver-se no sentido de garantir o poder do governo e não a prosperidade e direitos comuns a todos. Para tal, pode, inclusive, evitar-se o aparecimento de sectores fortes não dependentes dos recursos na economia, visto que poderiam tornar-se a base de emergência de grupos poderosos que, a longo prazo, vão exigir mudanças políticas.

Os impactos ambientais foram, muitas vezes, desprezados. No passado, a exploração, o desenvolvimento mineiro e a eliminação de resíduos deu, por vezes, origem a uma considerável degradação da terra, o que afectou os habitats locais e exigiu usos alternativos dos terrenos. A qualidade do ar sofreu principalmente com a fundição de cobre e outros metais não ferrosos, provocando poeiras tóxicas, emissões de dióxido de enxofre e chuvas ácidas (Warhurst, 1994). Nalguns casos, operações relacionados com a exploração mineira esgotaram ou degradaram as águas de superfície, os lençóis subterrâneos e aquíferos locais devido a perfuração, drenagem ácida das mina, derrames químicos, erosão do solo e acumulação de resíduos. Ogoniland, na Nigéria, representa um caso particularmente grave de poluição ambiental devido à extracção de recursos. Embora a extracção de petróleo na região tenha parado em 1993, continua a haver uma ampla destruição e contaminação ambiental (PNUA, 2011).

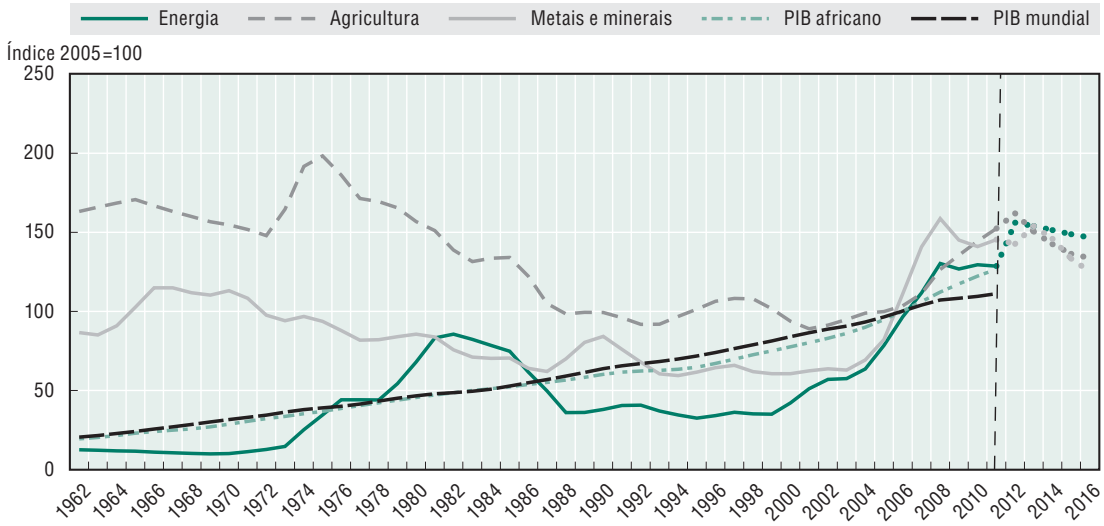
Alguns destes aspectos mudaram. O progresso dos termos de troca e a inversão de políticas passadas levaram à recente renovação do sector primário, contribuindo para o crescimento e a mudança estrutural. Entre 2000 e 2011, os preços dos metais e do combustível mais do que triplicaram e atingiram níveis sem precedentes, ultrapassando, em 2006 e 2007, os anteriores máximos de 1967 (metal) e de 1982 (petróleo). Os preços das matérias agrícolas atingiram níveis nunca vistos desde os anos 1970 e encontram-se actualmente 50% mais elevados do que estavam nos anos 1990. Embora muitos países em África sejam importadores de recursos líquidos, o continente, em geral, tem beneficiado significativamente da explosão dos recursos. Entre os anos 2000 e 2011, o PIB africano aumentou em 64%, o dobro da taxa de crescimento económico mundial (Figura 6.13) e os recursos naturais representaram cerca de 35% desse crescimento desde 2000. Simultaneamente, o renovado empenho (consulte a Caixa 6.6) para com a agricultura incrementou a produtividade do sector, libertou mão-de-obra e, assim, contribuiu para a mudança estrutural. O longo período de declínio da produtividade agrícola foi associado com o aumento do emprego no sector agrícola e o recente acréscimo na produtividade da agricultura está a originar a mudança estrutural positiva destacada na secção anterior.

Caixa 6.6. **O Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura: Um sinal de um novo compromisso para com a agricultura**

O compromisso dos governos para com a agricultura é ilustrado através de iniciativas tais como o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura (PIDAA - CAAPD, na sigla inglesa). O Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PIDAA - CAAPD, na sigla inglesa) é um projecto de liderança e de capitais africanos, que serve para fornecer um quadro comum para a renovação política e a parceria no sector agrícola. Os principais objectivos do PIDAA são o aumento do investimento na agricultura e a melhoria da política agrícola e da concepção e implementação estratégicas. Através destes resultados, espera-se que o PIDAA ajude a cumprir as metas de maior crescimento, redução da pobreza e segurança alimentar e nutricional. As referências específicas para os países participantes consistem em reservar pelo menos 10% do orçamento nacional para o sector agrícola e alcançar uma taxa de crescimento agrícola anual de 6 %.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Figura 6.13. **África beneficiou do célere melhoramento dos termos de comércio dos recursos naturais. Os preços permanecerão num nível mais elevado do que antes de 2000, mas descendo do pico**



Fonte: Cálculos dos autores com base no Banco Mundial (2012), Global Economic Prospects: Managing Growth in a Volatile World, Volume 5, Junho de 2012, Banco Mundial, Washington DC e Banco Mundial (2012) The Changing Wealth of Nations, http://data.worldbank.org/data-catalog/wealth-of-nations.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807740

Apesar dos incessantes contratempos, os indícios sugerem que África também está a melhorar no que toca a evitar a maldição dos recursos. O Gana é um novo produtor de petróleo e iniciou a produção em 2010. O Petroleum Revenue Management Act (legislação de gestão das receitas do petróleo, Governo do Gana, 2011) é considerado sólido e transparente pelos observadores internacionais. Prevê a criação de um fundo de estabilização e de um fundo de património. O primeiro amortece o impacto de potenciais quebras de receitas do petróleo, enquanto o último fornece uma dotação para apoiar o bem-estar das gerações futuras. Além disso, desde 2011, o Ministério das Finanças do Gana tem conseguido assegurar a cobertura quer das importações, quer das exportações de petróleo, a fim de preservar a estabilidade macroeconómica contra a volatilidade dos preços do petróleo. O Gana também tem sido capaz de preservar a sua democracia, apesar da presença de petróleo. A Nigéria conseguiu embarcar num processo de democratização, apesar da sua dependência do petróleo. Apesar de persistirem os problemas com a corrupção e um ambiente empresarial difícil, foram feitos muitos progressos na gestão dos fundos públicos. Simultaneamente, em virtude da pressão orçamental, a Nigéria e o Egipto estão em processo de abandono, ou, pelo menos, de redução significativa, dos insustentáveis subsídios ao combustível. Cada vez mais países estão a aderir a iniciativas que promovam a transparência das receitas dos recursos, de modo a garantir um controlo por parte dos cidadãos e despesas responsáveis. Os regimes internacionais criados para impedir o comércio de minerais de conflito , que frequentemente financiam a violência, têm-se revelado muito eficazes. A consciencialização dos desafios ambientais também aumentou. Um exemplo recente é o produtor de fosfatos líder em Marrocos, o OCP, que estabeleceu actividades para poupança de água, dessalinização e reciclagem para limitar o seu uso deste recurso "escasso e oneroso" (OCP, 2012).

Uma elevada procura global provocou uma expansão da produção dos recursos naturais. A Tabela 6.2 demonstra que a produção de recursos naturais em África se expandiu significativamente entre 2000 e 2010 em todas as categorias de recursos. Medida em termos reais, tanto a produção de recursos agrícolas como energéticos aumentou cerca de um terço e a produção mineira, cerca de um quarto, com variações consideráveis entre os diversos metais e hidrocarbonetos.

Tabela 6.2. **Produção de recursos naturais de África em 2000, 2010 e potencial futuro**

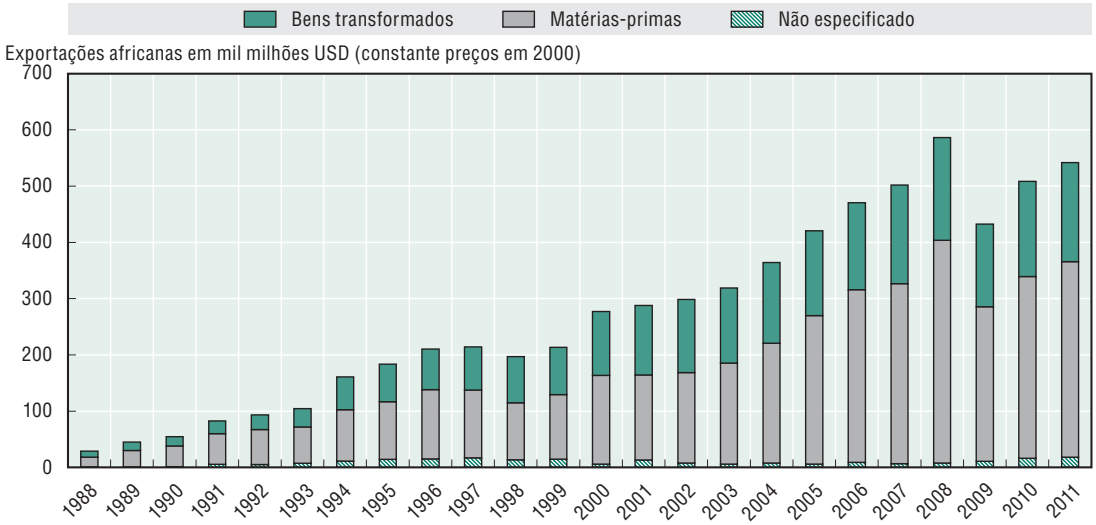
	2000			2010					
	Percentagem africana da produção global 2010	Valor da produção africana (2010, em milhões de dólares americanos)	Número de países em 2000	Percentagem africana da produção global 2010	Valor da produção africana (2010, em milhões de dólares americanos)	Número de países em 2010	Crescimento real da produção 2000-2010 em %	Diferença nos países	Potencial futuro
Platinóides	55	10 588	2	74	14 191	4	34	2	Até 2017, 33% aumento da produção
Cobalto	43	490	6	62	1 775	8	262	2	Até 2017, 87% aumento da produção
Diamantes	45	4 265	16	54	4 967	17	16	1	Até 2017, 14% aumento da produção
Cromite	51	1 578	4	42	2 442	4	55	0	
Manganês	32	493	4	30	3 131	8	535	4	
Fosfatos	28	4 607	10	26	5 662	10	23	0	
Ouro	24	25 568	36	19	19 947	39	-22	3	Até 2017, 53% aumento da produção
Urânio	17	111	3	19	1 013	4	813	1	
Cobre	3	2 871	11	8	7 806	12	172	1	Até 2017, 86% aumento da produção
Níquel	5	1 225	5	5	1 535	5	25	0	
Minério de ferro	5	4 637	10	4	6 404	9	38	-1	Até 2017, 466% aumento da produção
Exploração mineira total	14	59 592	44	12	73 286	44	23	0	
Petróleo	10	216 001	18	11	284 875	19	32	1	
Gás	5	39 036	14	7	68 423	18	75	4	
Carvão	6	21 266	15	4	23 759	13	12	-2	
Energia total	10	276 303		11	377 056		36		
Alimentos	8	195 082	54	9	260 910	54	34	0	
Produtos não alimentares	8	5 618	54	6	5 729	54	2	0	
Agricultura total	8	200 675	54	9	266 605	54	33	0	
Madeira	12	77 267	46	13	87 229	54	13	8	

Nota: Agrícola total não inclui madeira. O gás natural, valorizada ao preço médio europeu.
Fonta: Cálculos dos autores com base em BGR (Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe) (nd), os dados sobre a produção mineira prevista para este relatório, a FAO (2012), FAOSTAT, (banco de dados) http://faostat.fao.org/, (dados sobre os recursos macios), EIA (2012), "Energia Estatística Internacional", www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/IEDIndex3.cfm (dados sobre energia), o Banco Mundial (2013c), "nos preços de commodities Dados - Pink Sheet", http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTDECPROSPECTS/0"contentMDK:21574907~menuPK:7859231~pagePK:64165401~piPK:64165026~theSitePK:476883,00.html.

Graças aos preços elevados e ao aumento da produção, as exportações africanas sofreram uma explosão e provaram que o crescimento das exportações de produtos fabricados podem andar de mãos dadas com uma economia de recursos naturais forte. No entanto, reflectindo os termos de troca, as exportações de produtos primários cresceram mais rapidamente do que as dos produtos transformados. Entre os principais argumentos apresentados contra o crescimento baseado nos recursos naturais é que o mesmo ameaça expulsar o sector da indústria transformadora, que pode ser o motor da transformação estrutural ao fornecer empregos produtivos para a mão-de-obra pouco qualificada. Entre 2000 e 2011, as exportações africanas de matérias-primas expandiram-se em 120%, em termos reais, de 160 mil milhões para 350 mil milhões de dólares americanos (ambos em preços de 2010). Ao invés de desaparecerem, porém, os produtos transformados de África também ampliaram o seu alcance, ainda que apenas a metade da taxa das matérias-primas. As exportações de produtos transformados cresceram 60%, de 110 mil milhões para 180 mil milhões de dólares americanos (ambos em 2010 preços – Figura 6.14). A diferença da velocidade de crescimento em comparação com as matérias-primas resultou no decréscimo dos produtos transformados de 40% para 30% no cabaz de exportações de África. Ao contrário das previsões de uma desindustrialização da África, no entanto, a maior percentagem de recursos naturais representa apenas o reflexo da alteração nos termos de troca, documentada acima. No sector da exploração mineira, por exemplo, a maior porção do recente aumento dos preços foi para os mineiros, não para os transformadores. Os encargos de refinação perfizeram 30% do preço do cobre refinado nos anos 1990, mas encontram-se hoje a menos de 10%.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Figura 6.14. **As exportações africanas beneficiaram de uma explosão nos recursos naturais, mas os bens transformados não saíram prejudicados**



Fonte: Cálculos dos autores com base nas Nações Unidas (2013), UN ComTrade, (base de dados), via http://wits.worldbank.org/wits/.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807759

Apesar da intensidade de capital dos sectores extractivos, a expansão da produção de recursos naturais criou um grande número de empregos. A secção anterior destacou a importância do emprego agrícola. Embora a maioria destes empregos seja de baixa produtividade, estes constituem os meios de subsistência de quase metade da população africana e uma importante fonte de procura para outros produtos e serviços. Hagbladde, Hazel e Reardon (2009) estimam que um dólar de rendimento das actividades agrícolas gere 50 cêntimos em rendimentos rurais não agrícolas. Embora as indústrias extractivas sejam de capital altamente intensivo, têm criado um grande número de empregos produtivos em África ao longo da última década. Estima-se que os novos IDE em sectores de recursos naturais em África tenham criado cerca de 600 000 postos de trabalho entre 2003 e 2012 (fDi markets, 2013). Destes, 400 000 foram criados no sector mineiro, que, com três postos de trabalho por milhão de dólares americanos de investimento, possui dez vezes mais emprego intensivo do que o petróleo. As estimativas de multiplicadores de emprego na área mineira variam entre 0.5 e três postos de trabalho adicionais na oferta das empresas por cada emprego criado na exploração mineira (McMahon e Tracy, 2012; McMahon e Remy, 2001; Kapstein e Kim, 2011). Supondo que se trataria de um multiplicador de dois, isto traduzir-se-ia em 800 000 empregos relacionados com o IDE na indústria mineira. Acresce ainda que cerca de 6 milhões de africanos encontram os seus meios de subsistência no sector mineiro artesanal informal (Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe (BGR), s. d.); embora não sejam estes os tipos de trabalho que originem transformação estrutural, visto que a produtividade é muito menor do que a de empregos em empresas formais (La Porta e Shleifer, 2011), os mineiros artesanais beneficiaram dos elevados preços dos recursos.

No futuro, a procura de recursos naturais manter-se-á forte, mas é provável que o *boom* dos últimos anos esmoreça. Os padrões de crescimento da última década e uma tendência geral de crescimento da intensidade dos recursos naturais em países com rendimentos *per capita* inferiores a 16 000 dólares americanos (Komesaroff, 2012) sugerem que a procura de minerais continuará a ser substancial, uma vez que a China, a Índia e outras economias

emergentes continuam a crescer a longo prazo. No entanto, este crescimento parece estar a abrandar um pouco, de momento, e é provável que o padrão de crescimento da China se altere, do investimento para o consumo, implicando menor intensidade da procura de recursos de extracção e energéticos (mas potencialmente maior intensidade da procura de produtos alimentares). A maioria das previsões de preços concorda em como a estabilização é provável, num nível um pouco abaixo dos picos actuais, a médio prazo (Courvalin e Currie, 2012; AIE e OCDE, 2012; Banco Mundial, 2012b; consulte também a Figura 6.5). Todavia, é improvável uma queda de volta aos níveis de preços muito inferiores do início da década de 2000, pois os custos de produção aumentaram significativamente, à medida que foram surgindo novos tipos de depósitos que só podem ser explorados com lucro aos níveis de preços actuais. Uma queda significativa de preços levaria a restrições de oferta, o que, por sua vez, incitaria preços mais elevados.

Não obstante, espera-se que, impulsionadas por descobertas recentes, a expansão das reservas comprovadas e a produção de recursos em África acelere. Foram, recentemente, feitas descobertas importantes tanto de petróleo, como de gás numa série de países da África Oriental, do Uganda a Moçambique. As descobertas de gás, em particular, no leste da costa africana, em águas da Tanzânia e de Moçambique, são imensas e têm atraído muita atenção internacional para a região, que, até então, tinha sido um ponto em branco no mapa dos recursos do subsolo africano. Até agora, as descobertas totalizam 100 biliões de pés cúbicos, mais de dez vezes a actual produção anual de África e rivalizando com os maiores campos do mundo, tais como os do Catar e os da Austrália Ocidental (Bloomberg, 2012a). África também pode alcançar o mesmo nível na exploração mineira. As projecções actuais apontam para uma expansão da produção a uma taxa significativamente mais elevada do que noutras regiões do mundo. O USGS, centro geológico norte-americano, estima que África aumente a sua produção de metal e de minerais , especificamente de 15 importantes metais, em 78%, entre 2010 e 2017, por contraste com apenas 30% nas Américas e na Ásia. Na África Ocidental, a retoma da exploração mineira de metais de base, tais como o minério de ferro e a bauxita (a base do alumínio), na Guiné e na Serra Leoa vai quadruplicar a produção africana destes metais ao longo dos próximos anos e, provavelmente, conduzir a significativas expansões das reservas conhecidas. A produção de cobre e de cobalto de reservas conhecidas vai crescer em mais de 80% na República Democrática do Congo (RDC) e na Zâmbia, respectivamente. A longo prazo, os recursos agrícolas detêm indiscutivelmente o maior potencial de expansão, à medida que a disparidade de produtividade entre África e outras regiões do mundo se reduz. Para cumprir este potencial, no entanto, é necessária uma acção concertada, que será debatida na última secção do presente capítulo.

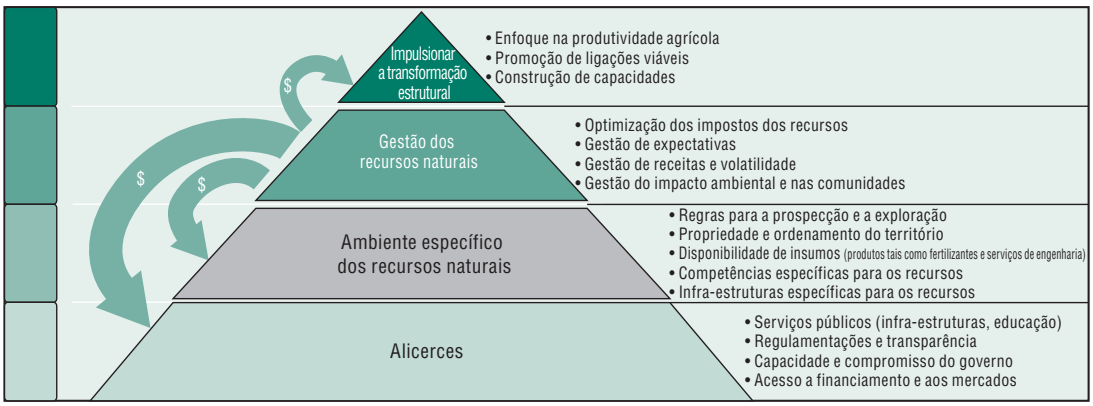
Com um nível de preços comparativamente elevados a manter-se por algum tempo e uma expansão significativa da produção ao longo dos próximos anos, África enfrenta uma janela de oportunidade para criar estruturas económicas que possam oferecer emprego e rendimento para todos, graças à riqueza dos seus recursos. Em primeiro lugar, o anterior longo declínio nos preços dos recursos naturais, a partir do final dos anos 1970 até cerca de 2000 (consulte a Figura 6.7), tinha inclinado, e muito, o equilíbrio da concorrência a favor dos investidores internacionais, que receberam condições muito favoráveis por parte dos governos, muitas vezes deixando pouco para investimento interno. A mais elevada procura internacional dá mais margem de manobra aos governos africanos para negociarem uma maior percentagem nas receitas dos recursos naturais. Em segundo lugar, a principal restrição da oferta encontra-se ao nível das matérias-primas e os termos de troca entre produtos em bruto e produtos refinados alteraram-se. A produção primária, a vantagem comparativa de África, deve ser a principal beneficiária do aumento dos preços. Este mecanismo funciona mais eficazmente no caso de recursos de extracção e energéticos, onde as margens da refinação caíram significativamente ao longo da última década. Infelizmente, ainda não funciona bem no caso da agricultura familiar, quando o poder de mercado se encontra, muitas vezes, do lado dos distribuidores, que detêm o monopólio das compras e que não transmitem preços mais elevados. África deverá, assim, beneficiar de um sector primário em expansão, que oferece emprego e oportunidades de ligação e que atrai mais receitas que podem ser investidas na transformação estrutural. A próxima secção foca-se em como África pode aproveitar ao máximo esta oportunidade.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

4. Acertar de vez: uma abordagem em quatro passos para a transformação estrutural baseada nos recursos naturais

Podemos encontrar exemplos de como transformar a riqueza dos recursos de um país em bons resultados económicos para todos em todas as regiões do mundo e para todos os tipos de recursos. Estes exemplos mostram que a produção de recursos pode: *i)* criar receitas, que podem ser estrategicamente investidas para promover o crescimento e a transformação estrutural; *ii)* estimular o crescimento em vários sectores, através das ligações a sectores de recursos e desses a outros; *iii)* apoiar a integração na economia global por meio do investimento estrangeiro. É verdade que a distribuição geológica de recursos é feita pela natureza, porém, a abundância de recursos em termos económicos é determinada, em grande parte, pelas condições de exploração com que os investidores se depararam.

Figura 6.15. **Transformação estrutural baseada em recursos naturais:**
Uma abordagem política em quatro passos



Fonte : Cálculos dos autores.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807778

A transformação estrutural baseada em recursos naturais requer uma abordagem política em quatro passos que combine o investimento nas bases com um avanço no sentido da transformação. A Figura 6.15 explica isso mesmo. Como as secções anteriores demonstraram, independentemente do sector, as novas actividades com potencial para a transformação estrutural necessitam de um ambiente favorável para que possam prosperar. Assegurar as bases, tais como serviços públicos de alta qualidade, um ambiente institucional e regulamentar favorável, um governo capaz e acesso ao financiamento e aos mercados constitui o primeiro passo. Sempre que tais bases forem asseguradas, a actividade empresarial pode florescer em todo o espectro, na agricultura e nos sectores extrativos, mas também na indústria e nos serviços. As bases incluem também sistemas de governação transparentes, responsáveis e inclusivos que garantam que as receitas são utilizadas para um crescimento geral, no interesse da sociedade como um todo. O ambiente específico dos sectores dos recursos naturais constitui o segundo passo para a transformação estrutural baseada nos recursos naturais. A prospecção e a exploração dos recursos extractivos precisam de regulamentações que ofereçam incentivos ao investimento (consulte também a Caixa 6.9) e todas as actividades relacionadas com os recursos naturais requerem sistemas eficazes de ordenamento do território e propriedade, bem como uma oferta de competências e investigação específicas dos sectores dos recursos. A agricultura é, não raras vezes, prejudicada por fornecimentos insuficientes de fertilizantes, um contributo essencial. A gestão das

oportunidades especiais e dos desafios dos recursos naturais constitui o terceiro passo e aplica-se principalmente aos recursos extractivos. É absolutamente fundamental optimizar as receitas provenientes da produção de recursos sob a forma de um sistema de tributação equilibrado. As necessidades de investimento para fornecer as condições adequadas à transformação estrutural em África são imensas e é crucial ganhar uma percentagem significativa das receitas dos recursos. No entanto, o passado tem provado que uma gestão prudente das receitas e das despesas é igualmente importante. Gerir o impacto da extracção de recursos sobre as comunidades e o meio ambiente exige uma gestão prudente, de igual forma. O quarto passo e o de maior interesse é o domínio das políticas governamentais activas que impulsionem a transformação estrutural. Este esforço tem de ser diferente das tentativas anteriores em dois aspectos essenciais: Em primeiro lugar, deve centrar-se em tornar a agricultura mais produtiva. Em segundo lugar, deve centrar-se em ligações viáveis para as quais exista uma possibilidade empresarial. A maioria destas ligações será a montante, mas ligações a jusante poderão ser possíveis. Em qualquer dos casos, a criação de capacidades tem de continuar a ser um objectivo central.

Como é óbvio, o mesmo tamanho não serve a todos. África apresenta uma grande diversidade de dotações de recursos naturais e níveis de desenvolvimento. A estratégias de transformação estrutural devem reflectir esta diversidade. Apesar dos recentes novos participantes no petróleo, como o Chade, a Mauritânia e o Gana, e os Camarões, o Congo, o Gana e a Tanzânia no gás, os recursos energéticos permanecem os mais concentrados. Apenas 19 países africanos produzem quantidades significativas e quatro países (Argélia, Angola, Líbia e Nigéria) representaram 77% da produção de petróleo e 87% das reservas em África, em 2010 (EIA, 2012). Em contraste, todos os países africanos produzem bens agrícolas alimentares e não alimentares e 44 países produzem metais ou minerais. No entanto, a concentração também está presente. Quatro países (R.D. Congo, Gana, África do Sul e Zâmbia) representaram 70% de toda a produção mineira em 2009 (BGR) e 15 países são responsáveis por 75% da produção agrícola de África (FAOStat). Também o nível de dependência dos recursos varia muito. Os países pobres são sempre dependentes dos recursos, os de rendimento médio, podem sê-lo. A Tabela 6.3 apresenta o nível de dependência dos recursos medida como a percentagem da produção bruta de recursos no PIB. Nos países mais pobres, a produção de recursos representa a maior fatia do PIB (ou até mais do que isso, visto que são utilizados valores da produção bruta), reflectindo as conclusões da análise da transformação estrutural deste capítulo. Em níveis mais elevados do PIB, dois grupos emergem: países de rendimento médio com uma percentagem relativamente elevada de recursos no PIB e países de rendimento médio com uma percentagem reduzida de recursos no PIB. Os que têm uma percentagem elevada de recursos no PIB são unicamente exportadores de petróleo. O grupo com uma percentagem reduzida de recursos no PIB reúne países pobres em recursos, tais como as Seicheles, as Maurícias e Cabo Verde (não contando com a beleza da natureza como um recurso), mas também o Botsuana e a África do Sul, que se classificaram em sétimo e oitavo, respectivamente, em termos de produção de recursos *per capita*, em África.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Tabela 6.3. **Produção de recursos *per capita* em África, em 2010 (por ordem decrescente segundo a produção total de recursos) - grande diversidade em dotações e em dependência**

		Produção bruta de recursos per capita (corrente 2010 USD)					
País	**PIB *per capita* (corrente 2010 USD)**	**Extracção**	**Energia**	**Agricultura - Produtos alimentares**	**Agricultura - Produtos não alimentares**	**Total**	**Produção de recursos como percentagem do PIB**
Guiné Equatorial	20 703	3	15.053	108	12	15 176	73
Líbia	9 957	1	8.529	332	6	8 868	89
Gabão	8 768	536	4.744	311	19	5 610	64
Angola	4 322	31	2.944	270	3	3 248	75
República do Congo	2 970	7	2.262	182	3	2 454	83
Argélia	4 567	11	2.034	335	3	2 383	52
África do Sul	7 272	698	474	470	4	1 646	23
Botsuana	7 427	1 145	34	233	0	1 412	19
Sudão	1 994	13	439	617	10	1 079	54
Tunísia	4 194	88	292	606	4	990	24
Egipto	2 698	15	430	487	5	937	35
Nigéria	1 242	0	514	348	5	867	70
Namíbia	4 876	441	0	324	3	769	16
Mauritânia	1 045	438	69	261	0	768	74
Gana	1 319	162	9	494	3	668	51
Côte d'Ivoire	1 161	17	86	487	46	635	55
Marrocos	2 842	117	1	509	6	634	22
Suazilândia	3 503	80	28	499	2	608	17
Zâmbia	1 253	370	0	192	27	589	47
Chade	761	0	324	235	6	565	74
Camarões	1 147	1	99	406	22	528	46
Mali	613	112	0	399	14	525	86
Guiné	474	128	0	348	12	489	103
Níger	349	36	1	426	1	464	133
Benim	741	0	0	405	23	428	58
República Centro-Africana	451	5	0	381	7	393	87
Zimbabué	595	155	22	178	37	392	66
Malaui	339	5	0	329	51	385	113
Ruanda	529	9	0	352	7	367	69
Maurícias	7 584	0	0	358	3	361	5
Guiné-Bissau	551	0	0	346	4	349	63
Burquina Faso	536	59	0	243	30	332	62
Tanzânia	511	40	5	267	15	327	64
São Tomé e Príncipe	1 215	0	0	322	0	323	27
Uganda	515	0	0	306	17	323	63
Madagáscar	421	3	0	305	10	318	76
Quénia	795	0	0	268	24	292	37
Togo	527	19	0	250	11	280	53
Senegal	1 034	27	1	249	2	279	27
Serra Leoa	325	20	0	224	6	250	77
Burundi	242	0	0	241	4	246	102
Congo, República Democrática	199	100	9	106	2	217	109
Moçambique	394	5	38	153	20	215	55
Etiópia	358	4	0	185	10	199	56
Gâmbia	608	8	0	179	0	187	31
Libéria	247	0	0	148	32	181	73
Cabo Verde	3 345	0	0	178	0	178	5
Comores	736	0	0	155	0	155	21
Djibuti	1 203	3	0	123	0	126	10
Lesoto	1 004	3	0	111	6	120	12
Eritreia	403	0	0	87	1	88	22
Seicheles	11 130	0	0	83	1	84	1
África	1 689	73	373	332	11	788	47

Fonte: BGR para os recursos de extracção, EIA para a energia, FAO para os recursos agrícoalas, Banco Mundial (2013b) para o PIB e a população, cálculos dos autores.

Caixa 6.7. **Botsuana, África do Sul e Tunísia: Estratégias para a transformação estrutural que reflectem diversas dotações e capacidades**

O papel excepcional do Botsuana enquanto grande fornecedor de diamantes permitiu-lhe utilizar o seu poder de negociação para promover ligações futuras. Através da interacção com a DeBeers, o governo adquiriu conhecimentos na organização da indústria e explorou-os de modo a que os interesses da DeBeers coincidissem com os seus. Nos anos 1980, a transformação foi promovida por meio da criação de uma indústria de corte e de polimento de diamantes, a fim de criar emprego, embora a DeBeers, a principal produtora de diamantes, se tenha oposto veementemente à ideia. Sob pressão do governo, foram criadas três fábricas de corte e polimento. No entanto, nenhuma delas alguma vez foi rentável. Alguns observadores supõem que estas perdas possam ter sido criadas artificialmente através dos preços de transferência, na tentativa de evitar outras pressões do governo para estabelecerem actividades futuras. Contudo, estas afirmações nunca foram investigadas (Morris, Kaplinsky e Kaplan, 2013). Em 2005, o governo fez uso do seu poder de negociação para renegociar licenças mineiras com a DeBeers. Nos termos do novo acordo, 16 fábricas de corte e de polimento foram licenciadas para operação. O governo e a DeBeers criaram uma empresa comum (*joint-venture*) 50-50, a Diamond Trading Company, que controla o fornecimento de diamantes e tem de enviar uma quantidade específica de diamantes para empresas transformadoras locais. Contribui para a criação de emprego, definindo metas para a formação de trabalhadores internos. As penalidades pelo incumprimento representam incentivos para a DeBeers que correspondem aos interesses nacionais (Morris, Kaplinsky e Kaplan, 2013). Como parte do contrato de venda, a DeBeers vai ainda "transferir a sua sede em Londres de agregação diamantes em bruto e respectiva actividade internacional de vendas para o Botsuana, no final de 2013. Tal acção tem o potencial de transformar o Botsuana num centro líder de transformação e de comércio de diamantes." (DeBeers, 2011). Porém, uma tentativa de diversificação para a produção de automóveis, nos anos 1990, falhou miseravelmente após um sucesso inicial, sobretudo devido a concorrência anteriormente subestimada (bom e Hughes, 2002).

Na África do Sul, uma longa experiência ao serviço da indústria mineira interna levou ao desenvolvimento de competências tecnológicas locais e de uma rede de fornecedores locais (Morris, Kaplinsky e Kaplan, 2013). A indústria a montante, com base na indústria sul-africana dos metais do grupo da platina (PGM), ilustra o desenvolvimento das ligações orientadas para o mercado com o apoio das intervenções do governo. As operações mineiras relacionadas com os PGM na África do Sul representam os maiores consumidores do mundo de bens e serviços relacionados com os PGM. A presença desta clientela nuclear na África do Sul foi um estímulo fundamental para o estabelecimento de redes de fornecedores locais. O seu desenvolvimento foi ainda mais facilitado pela existência de fornecedores de outros produtores de matérias na África do Sul, cujos conhecimentos facultaram alicerces sólidos sobre os quais continuar a construir. O aumento da concorrência nos mercados mundiais manteve a pressão de custo-eficácia, o que levou a melhorias constantes na tecnologia (Lydall, 2009). A África do Sul é hoje um exportador líquido de equipamentos mineiros e de serviços especializados (Morris, Kaplinsky e Kaplan, 2013).

A Tunísia, que não possui grandes dotações de recursos, aplicou uma estratégia geral de promoção da agricultura, da indústria e dos serviços, para uma diversificação económica, e serviu-se da proximidade geográfica com a Europa para se integrar na sua economia. Para diversificar a sua economia, a Tunísia identificou como prioridades os componentes aeronáuticos e automóveis, as tecnologias da informação e das telecomunicações (TIC), e a deslocalização têxtil, de couro e de calçado, bem como da transformação agrícola. Não obstante a sua quantidade limitada de solo arável, a Tunísia tem sido capaz de desenvolver um sector agrícola forte. Contando apenas com um reduzido número de produtos, o país conseguiu diversificar-se numa grande variedade de actividades agro-industriais. Servindo-se da sua proximidade em relação à UE, a Tunísia intensificou a integração económica, através de um acordo de comércio livre (OCDE e Nações Unidas, 2011).

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

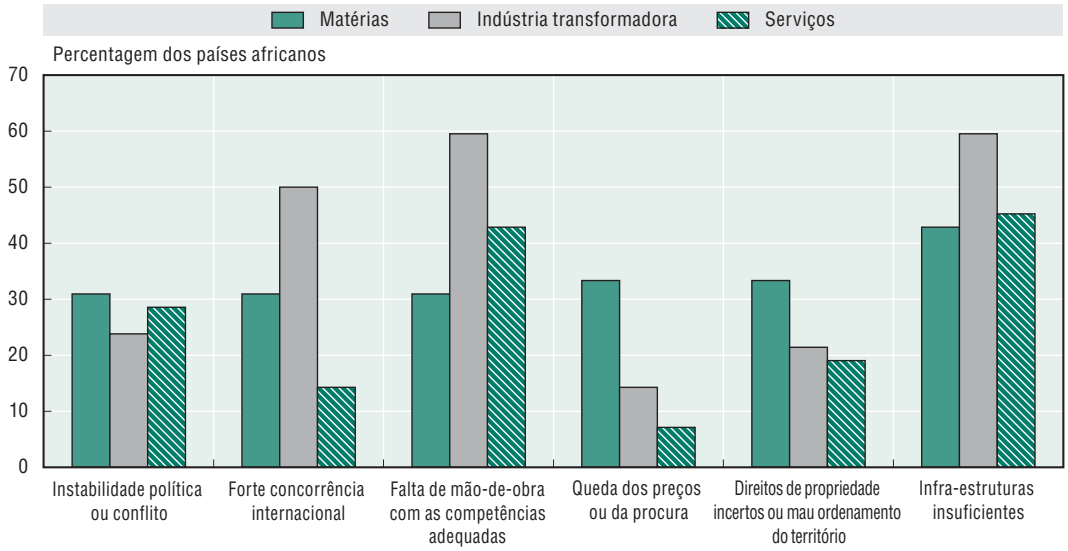
O resto desta secção analisa os desafios políticos em cada um dos quatro passos e aprende com as experiências das economias africanas e não só.

4.1. Os primeiros dois passos: Implementar as condições de enquadramento certas para a transformação estrutural baseada nos recursos naturais.

Em resumo... Os factores contextuais, tais como a disponibilidade e a qualidade dos serviços públicos (incluindo infra-estruturas e educação), as regulamentações e a transparência, a capacidade e o empenho do governo e o acesso ao financiamento e aos mercados constituem uma grande parte das capacidades necessárias para a aceleração da transformação estrutural. Muitos dos requisitos específicos dos sectores dos recursos naturais são extensões das condições fundamentais de que todos os sectores da economia precisam para prosperar. A análise que se segue combina, assim, a perspectiva dos dois primeiros passos. Criar boas condições pode ser muito dispendioso, especialmente em África, onde muitas regiões são escassamente povoadas e o crescimento populacional coloca pressão sobre a expansão dos sistemas educativos. Uma avaliação realista de situação individual de cada país e das suas necessidades deve obrigatoriamente preceder a formulação de estratégias viáveis para a transformação estrutural. As barreiras específicas devem ser ultrapassadas com investimentos direccionados. Assim, as condições de enquadramento quer para a transformação estrutural quer para o desenvolvimento de sectores de recursos dinâmicos podem ser melhoradas (Venables, 2012).

As infra-estruturas são cruciais para os sectores dos recurso e para os que não dependem dos recursos e representam um especial desafio para África, abundante em terra. As infra-estruturas de transportes e de energia, em particular, são um ingrediente essencial para um sólido sector mineiro e agrícola. Ambos precisam de boas redes rodoviárias, e talvez ferroviárias, e de electricidade, que constituem também as barreiras fundamentais ao crescimento das empresas por toda a África (Ramachandran, Gelb e Shah, 2009; BAD, OCDE, PNUD e UNECA, 2012) . A Figura 6.16 apresenta as respostas dadas pelos especialistas do AEO de 42 países para a questão das principais causas da mudança negativa por sector, nos últimos 20 anos. As barras representam a percentagem de países onde uma determinada categoria foi identificada como uma causa significativa de mudança negativa. O forte impacto das infra-estruturas destaca-se em todos os sectores. Em mais de 40% dos países africanos, as infra-estruturas insuficientes são encaradas como uma das principais causas de um fraco desempenho no passado. Em comparação com regiões de maior densidade populacional, como a Ásia ou a Europa, África enfrenta um desafio especialmente grande no que toca a proporcionar à sua economia as infra-estruturas necessárias. Wood (2002) estima que "África terá de investir, pelo menos, o dobro do seu PIB em infra-estruturas, como será o caso da Ásia de baixo rendimento, e terá despesas recorrentes mais elevadas para a operação e a manutenção".

Figura 6.16. **Quais foram as principais causas da mudança negativa por sector nos últimos 20 anos, em África?**



Nota : As respostas representam a percentagem de países do inquérito para os quais os especialistas identificaram o item em questão como uma das principais causas de mudança estrutural negativa.

Fonte: Inquérito aos especialistas dos países do AEO.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807797

O fornecimento de energia continua a ser o obstáculo mais importante às infra-estruturas, sobretudo para as indústrias baseadas em recursos naturais. A importância da electricidade para o desenvolvimento empresarial em África tem sido amplamente demonstrada (Harrison, Lin e Xu, 2013; Ramachandran, Gelb e Shah, 2009). É citada como o obstáculo mais significativo ao crescimento das empresas em muitos países africanos. A Nigéria é o exemplo mais flagrante, classificado como tendo o pior abastecimento de electricidade em África, enquanto as suas reservas de recursos energéticos no subsolo equivalem a várias décadas de consumo de electricidade em todo o continente africano. Iwayemi (2008) chama ao tenebroso desempenho da indústria eléctrica na Nigéria "o problema mais espinhoso em termos de infra-estruturas e de desafios políticos do último meio século". A electricidade é fundamental para a transformação estrutural, dado que é um requisito essencial para a maioria das tecnologias que aumentam a produtividade. Ao nível mais básico, a luz eléctrica permite que as pessoas usem mais horas do dia para actividades produtivas. Máquinas simples podem permitir às famílias que dependem da agricultura a adição de actividades económicas, tais como a costura. A falta de energia também impede o aproveitamento da economia de recursos. A energia é um dos contributos mais importantes para a transformação de qualquer tipo de recurso, seja de extracção, seja agrícola ou energético. Para muitas operações de transformação, o custo da energia está entre os mais importantes determinantes da viabilidade económica. Allwood et al. (a publicar) afirmam que a produção mundial de materiais exige cerca de um terço do consumo mundial total de energia primária por ano. A Tabela 6.3 demonstra que a refinação da produção africana de minérios dos quatro principais metais de base –alumínio (bauxita), cobre, ferro e níquel - absorveria mais do que o abastecimento total de energia eléctrica em África, em 2009. Melhorar o abastecimento energético em África seria, por conseguinte, uma condição necessária acrescer o valor dos recursos. Nas condições actuais, acaba por ser melhor exportar matérias-primas e recursos semi-transformados.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Tabela 6.4. **Necessidades energéticas para a refinação de metais e a capacidade de geração de energia em África: Um longo caminho a percorrer.**

País	Produção de Electricidade em 2009 (GWh)	Necessidade energética de refinação da produção mineira em 2009 (GWh), (apenas bauxita, ferro, cobre e níquel)	Exigência energética de refinação de metais base, como percentagem do total da produção eléctrica
Botsuana	444	2 996	675
Tanzânia	4 628	2 583	56
Congo, República Democrática	7 830	7 738	99
Zimbabué	7 878	411	5
Gana	8 958	8 800	98
Zâmbia	10 308	15 946	155
Argélia	42 769	6 600	15
República Árabe do Egipto	139 000	7 200	5
África do Sul	246 815	336 991	137
África*	664 051	764 210	115

Nota : Apenas os países com informações de produção quer mineira, quer de electricidade estão incluídos no total africano. O montante total de África referido na última fila inclui países com menores quantidades de produção mineira que não vêm mencionados na tabela. Os montantes apenas reflectem a produção de minérios de alumínio (bauxita), aço (minério de ferro), cobre e níquel. Os cálculos são aproximados, utilizando médias do teor de minério e necessidades energéticas por metal.
Fonte : Cálculos dos autores com base em Ashby, M.F. et al. (2009), *Engineering Materials & Processes: Desk Reference*, Butterworth-Heinemann, Burlington, MA, Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe (BGR) (s.d.), Dados sobre a produção mineira disponibilizados para este relatório e Banco Mundial (2013), World Development Indicators, http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators.

Os custos de transporte mantêm-se como uma barreira particularmente grave e não afectam apenas as infra-estruturas. Os cartéis de transporte e os bloqueios rodoviários prejudicam os pequenos agricultores e a falta de cooperação entre países limita o potencial de uma exploração mineira em grande escala. Um relatório recente do Banco Mundial sobre o comércio africano de alimentos (Banco Mundial, 2012a) identifica a falta de serviços de transporte competitivos como um obstáculo em particular. Os cartéis são comuns e a reforma da regulamentação, urgente. Os bloqueios rodoviários e a corrupção constituem outros grandes obstáculos (consulte também BAD, OCDE, PNUD e UNECA, 2012). O relatório estima que a reforma que proporcione mais concorrência poderia reduzir o custo do transporte dos produtos básicos na África Ocidental em 50%, dentro de dez anos. Os produtores de pequena escala, tais como agricultores ou mineiros artesanais, são os primeiros a perder com a ineficiência dos transportes. No entanto, a exploração mineira de grande escala também é afectada. O investimento nos imensos depósitos de minério de ferro da Guiné está suspensa há muito tempo devido a uma querela entre a empresa mineira Vale e o governo da Guiné, relativamente à exportação do minério através da Libéria, o que não exigiria à Vale a construção de tantas vias férreas. Do mesmo modo, a exploração das enormes reservas de carvão de Moçambique tem estado, desde há muito tempo, retida pela incerteza sobre as rotas de transporte disponíveis.

Fornecer infra-estruturas para as indústrias de recursos oferece oportunidades para a economia em geral. As enormes necessidades de infra-estruturas das operações mineiras, em especial, também podem oferecer oportunidades. Na Austrália, o abastecimento de condutas de água para minas de ouro no interior do país tornou possível a irrigação das terras e o desenvolvimento de uma produção de trigo significativa (Doepel e Bolton, 2013). Estradas e caminhos-de-ferro para grandes zonas mineiras podem trazer infra-estruturas de transporte muito necessárias a áreas remotas. Sempre que as necessidades energéticas da transformação de minério requeira a construção de mais capacidade geradora, essa mesma capacidade pode também servir a economia geral daquela área. Situando-se em cerca de 28 megawatts, a energia necessária para refinar 10 000 toneladas de cobre, aproximadamente 2% da produção anual da Zâmbia, por exemplo, seria equivalente a duas vezes a capacidade

actual de produção de electricidade do Benim. Fazer parceria com empresas de extracção de recursos, de modo a gerar ligeiramente mais energia do que a necessária para a transformação, poderia ter um grande impacto sobre o abastecimento de electricidade em muitos países africanos. Todavia, tal como foi discutido noutra secção do presente capítulo, deve evitar-se subsidiar os custos energéticos com base em reservas de petróleo ou de gás.

O fornecimento de mão-de-obra qualificada tem sido um elemento crucial da transformação estrutural baseada em recursos. Embora a falta de mão-de-obra qualificada arraste consigo obstáculos mais prementes para o desenvolvimento empresarial nos inquéritos às empresas em África, a relação entre competências e desenvolvimento económico tem sido amplamente demonstrada nos estudos publicados. Wood e Mayer (2001) mostram que a competência por trabalhador, medida em média de anos de escolaridade, é um forte indicador da proporção de produtos transformados para produtos primários em bruto, nas exportações de um país. Em muitas economias de recursos bem-sucedidas, a oferta de engenheiros especializados revelou-se inestimável. Nos Estados Unidos e na Suécia, foram criadas universidades técnicas com o objectivo de apoiar o sector dos recursos. Mais tarde, estes institutos tornaram-se os pilares de um leque de indústrias de investigação intensiva, sendo os mais famosos exemplos a Universidade de Stanford e a Universidade da Califórnia, em Berkeley. No Chile, o estado forneceu apoios para que os engenheiros estudassem no estrangeiro. Hoje, o Chile é um dos principais fornecedores de serviços de engenharia. O país investiu também em investigação, formação e serviços de extensão que levaram à criação de uma produção agrícola altamente lucrativa. O mau desempenho australiano do final de 1800 e início de 1900 deveu-se, em grande parte, à falta de engenheiros e à falta de exposição à tecnologia moderna, que teria tornado mais depósitos exploráveis (Wright e Czelusta, 2004).

Os países africanos devem fornecer o conjunto de competências adequado às respectivas dotações de recursos. Tal requer a antecipação das necessidades em matéria de competências e o máximo aproveitamento dos investimentos estrangeiros . A edição do ano passado do presente relatório salientou a disparidade entre o papel essencial da agricultura na economia africana e o número mínimo de estudantes em faculdades agrícolas, representando apenas 2% do total do corpo discente. Neste momento, existem poucas empresas de engenharia africanas que pudessem tirar proveito das inúmeras oportunidades oferecidas pela exploração e pelo desenvolvimento de novas zonas de extracção de recursos extractivos e energéticos. A antecipação das necessidades em matéria de competências da economia, com base na sua estrutura actual e provável estrutura futura, e a disponibilização da educação adequada para fazer face a estas necessidades são tarefas essenciais que os governos africanos têm de cumprir. Além disso, saber tirar partido dos investimentos estrangeiros vinculados aos recursos deve fazer parte de qualquer estratégia de desenvolvimento de competências. Os investimentos estrangeiros em recursos naturais trazem, geralmente, um elevado conteúdo tecnológico que oferece potencial para o desenvolvimento de competências avançadas. A colocação de requisitos de formação e de emprego local ao investimento estrangeiro pode garantir a realização de uma transferência de competências. Além disso, as instituições de ensino, tais como escolas e universidades, devem esforçar-se por manter estreito contacto com os operadores estrangeiros e nacionais, de modo a compreenderem melhor as suas necessidades específicas em termos de competências e construírem programas de cooperação.

A investigação aplicada aos recursos naturais tem sido fundamental para a transformação estrutural noutros lugares e tem, até agora, sido o calcanhar de Aquiles de África. Fafchamps, Teal e Toye (2001) nomeiam a insuficiente investigação de culturas de exportação como um dos principais factores por trás da diminuição da percentagem africana nas exportações mundiais de produtos tropicais. África engloba um vasto leque de condições climáticas, limitando as economias de escala que são possíveis na investigação

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

agrícola. Isto aproxima África mais da América Latina do que da Ásia, onde novas sementes e outras inovações se conseguem alastrar muito mais facilmente (Wood, 2002). No entanto, o fracasso no desenvolvimento de uma investigação agrícola eficaz em África tem sido a retenção da produtividade no sector, que, consequentemente, tem sido um grave obstáculo à transformação estrutural. Da mesma forma, a investigação aplicada à engenharia extractiva, à metalurgia, à silvicultura e à celulose e ao papel, assim como à química, foi um elemento de sucesso crucial noutros países ricos em recursos e estão em falta gritante na maior parte de África.

Tirar o máximo partido da abundância de recursos naturais em África exige que os países beneficiem de todo o leque de talentos disponíveis - homens e mulheres. O Social Institutions and Gender Index (Índice de Instituições Sociais e de Género) do Centro de Desenvolvimento da OCDE, que mede a discriminação contra as mulheres em áreas tais como o acesso aos recursos, a discriminação na família e o acesso ao espaço público, revela que a região da África subsariana apresenta o maior nível de discriminação contra as mulheres. Além disso, o Gender Inequality Index (Índice de Desigualdade de Género) do PNUD mostra que a África subsariana apresenta o maior nível de perda no desenvolvimento humano devido à desigualdade de género. O fosso entre géneros impede a transformação estrutural em geral e os sectores dos recursos naturais em particular (Caixa 6.8).

Caixa 6.8. **Reduzir o fosso entre géneros para acelerar a transformação estrutural**

Embora as operações relativas a petróleo, gás e exploração mineira de grande escala possam criar emprego, existem, muitas vezes, desigualdades de género no acesso ao emprego e na qualidade do mesmo. Eftimi, Heller e Strongman (2009) consideram que é raro encontrar empresas extractivas de grande escala com mais de 10% de taxa de emprego feminino, tendo muitas delas menos de 5%. Trata-se do resultado de disparidades na educação, de discriminação nos processos de contratação com base em crenças sobre "o trabalho dos homens" e a norma de que o homem é principal sustento da casa. A exclusão das mulheres da exploração mineira de grande escala significa que é mais provável que estas acabem no sector mineiro informal artesanal e de pequena escala (ASM, na sigla inglesa), muitas vezes associado a maus salários e a riscos de segurança. Embora a participação das mulheres no ASM africano varie de país para país, uma característica comum em todo o continente é que esta participação diminui à medida que as minas se tornam profissionalizadas e de grande escala (Hentschel, Hruschka e Priester, 2002).

O acesso desigual das mulheres aos recursos prejudica a produção agrícola. As mulheres estão na linha da frente da produção agrícola e da segurança alimentar, havendo 63% de trabalhadores do sexo feminino, em comparação com 48% de trabalhadores do sexo masculino, que dependem de uma subsistência de base agrícola (Agarwal, 2011). Contudo, o acesso e controlo desiguais sobre terra, propriedade e tecnologias impede que as mulheres contribuam e beneficiem de igual modo da produção agrícola, especialmente porque as mulheres se concentram em posições inferiores ou não remuneradas do sector. Mesmo nos casos em que é concedida às mulheres, nas constituições nacionais ou na legislação territorial, igualdade jurídica de direitos à terra e à propriedade, as atitudes discriminatórias ou a incapacidade de mudar as práticas administrativas nas áreas rurais pode resultar em discriminação, na prática. Acresce que os homens são, muitas vezes, os únicos nomeados nos títulos de propriedade, resultando daí que as mulheres não são consultadas sobre a utilização dos terrenos.

As alterações na utilização dos terrenos também podem aumentar o ónus do trabalho não remunerado das mulheres no acesso a alimentos, água e combustível para uso doméstico (Eftimi, Heller e Strongman, 2009).

Os países têm muito a ganhar com a eliminação da discriminação e a redução do fosso entre géneros. Na exploração mineira de grande escala, há provas de que as funcionárias femininas normalmente cuidam melhor do equipamento e fazem uso de mais segurança nas operações (Eftimi, Heller e Strongman, 2009). O aumento do acesso das mulheres a empregos formais e mais bem remunerados em operações extractivas de grande escala e junto dos fornecedores locais não só melhorará o estatuto das próprias mulheres, mas também terá um efeito de dominó na saúde e no bem-estar das suas famílias. Na agricultura, a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2011) estimou que, se as agricultoras mulheres tivessem o mesmo acesso a recursos produtivos do que os homens, os ganhos resultantes na produtividade agrícola poderiam evitar que 150 milhões de pessoas passassem fome. Além disso, a análise pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE concluiu que os países onde as mulheres têm igualdade de direitos no acesso à terra produziram cerca de três vezes mais cereais ao ano, em 2009, em comparação com os países onde as mulheres não têm nenhum ou poucos direitos no acesso à terra (OCDE 2012).

Que acções políticas são necessárias para uma abordagem de consciencialização quanto ao género? Os países devem eliminar as leis e as práticas discriminatórias que regem o acesso à terra e à propriedade; priorizar as competências e a formação tecnológica para as mulheres e para as meninas; aumentar as oportunidades de emprego de alta qualidade para as mulheres em indústrias extractivas de grande escala; melhorar as condições de exploração mineira de pequena escala; e assegurar às mulheres a igualdade de participação em processos de consulta relativos ao desenvolvimento de recursos naturais.

Direitos de propriedade e sistemas de ordenamento territorial débeis constituem obstáculos fundamentais a um sector de recursos forte. Os pequenos agricultores precisam da oportunidade de ter acesso a parcelas de terreno suficientemente grandes. Para os grandes investidores, a cumulação de direitos coloca, com frequência, riscos consideráveis. A incerteza quanto aos direitos de propriedade e ao ordenamento do território são um problema geral para o desenvolvimento empresarial em África, mas sobretudo para o sector das matérias (consulte a Figura 6.13). Duas questões se destacam: para os pequenos agricultores, possuir direitos de propriedade mais fortes é importante para a criação de incentivos ao investimento e à expansão e, para os grande investidores, direitos de propriedade dúbios e cumulativos apresentam riscos consideráveis. A maioria dos países que alcançaram uma transformação estrutural bem-sucedida com base nos recursos , como, por exemplo, a Suécia, a Indonésia e a Malásia, levou, porém, a cabo reformas agrárias em momentos cruciais. Estas reformas estavam direccionadas para um aumento da produtividade através das economias de escala, dando aos agricultores acesso a parcelas suficientemente grandes e coerentes de terreno e reforçando as ligações entre o esforço e a recompensa sob a forma de direitos de propriedade. O estado, por norma, lamentável do ordenamento do território e a ausência geral de sistemas de registo predial também têm impacto sobre os grandes projectos da indústria extractiva, visto que os direitos ou concessões asseguradas de propriedade sobre uma zona se contam entre as principais condições para os grandes investimentos necessários chegarem. Infelizmente, há casos de grandes negócios para projectos agrícolas ou extractivos entre investidores e governos centrais ou regionais, em que o habitual uso da terra em questão pelas comunidades circundantes é ignorado, muitas vezes sem o conhecimento da parte investidora. Tais situações apresentam um risco considerável de conflito permanente com as

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

comunidades, o que pode pôr em perigo o projecto e ter repercussões graves sobre a empresa-mãe que investe (Munden Project, 2013). Para melhorar o estado do ordenamento territorial, muitos países africanos participam no projecto Land Governance Assessment Framework (Quadro de Avaliação da Governação Fundiária - LGAF, na sigla inglesa) (consulte a Caixa 6.9).

Caixa 6.9. **Land Governance Assessment Framework (Quadro de Avaliação da Governação Fundiária - LGAF)**

Apesar dos programas anteriores de titularização de terras em África muitas vezes não terem sido bem-sucedidos, há um compromisso político renovado para melhorar a segurança do regime de propriedade. O sucesso destas reformas do regime de propriedade para o aumento da segurança do mesmo depende da valorização da natureza variada e dinâmica das estruturas agrárias e sistemas de propriedade existentes. Estas complexas relações exigem análises e intervenções adequadas ao contexto, que reconheçam a pluralidade das formas de acesso à terra e as controlem. Há indícios que sugerem que muitos governos em África estão plenamente conscientes das complexidades e estão a estudar a melhor forma de abordar estas questões. Por exemplo, vários países em África participam no Quadro de Avaliação da Governação Fundiária (LGAF), que é administrado em conjunto pelo Banco Mundial e pelo International Food Policy Research Institute (Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares - IFPRI, na sigla inglesa). O LGAF foi concebido para reunir as partes interessadas num país, para fazer o balanço das práticas existentes relativamente a regimes de propriedade, identificar as áreas de intervenção que pudessem melhorar a segurança dos ditos regimes e supervisionar o progresso ao longo do tempo. O interesse renovado em questões de regime de propriedade nasce em parte do aumento do investimento estrangeiro em terrenos africanos. Como resultado deste interesse, muitos governos também se debatem com a melhor forma de seleccionar os investimentos comerciais nos terrenos e sobre como envolver as comunidades locais no processo. As questões pendentes importantes são normalmente: *i)* clareza sobre os direitos de propriedade, *ii)* avaliação de terrenos e *iii)* análise dos custos económicos e sociais e os benefícios de tais projectos.

A **prospecção e a exploração dos recursos naturais de extracção necessitam de boas condições e regulamentações, que criem os incentivos adequados. O investimento no conhecimento geológico público tem-se revelado importante.** A prospecção e a exploração de recursos minerais e hidrocarbonetos envolvem riscos consideráveis e requisitos de capital. Tem sido comprovado que o conhecimento geológico público é uma ferramenta muito valiosa na exploração dos Estados Unidos (consulte também a Caixa 6.3), uma vez que reduz o risco de exploração e melhora as condições para a negociação de um acordo justo entre os exploradores e os governos *a posteriori*. Além disso, as regulamentações devem conciliar incentivos (Caixa 6.7). A prospecção de novas jazidas é, muitas vezes, levada a cabo por pequenas organizações que estão dispostas a assumir os não raros riscos da prospecção e, em seguida, vender a sua operação a uma das grandes multinacionais, assim que alcancem uma produção mineira significativa. As licenças de prospecção são, muitas vezes, concedidas apenas por alguns anos, sujeitas a renovação pelo governo. As licenças de exploração, por outro lado, são, muitas vezes, disponibilizadas por períodos de tempo muito mais longos. A possibilidade de perda de uma licença de prospecção após alguns anos de investimento sem sucesso pode ser um forte desincentivo ao investimento na prospecção, especialmente nos casos em que o risco de mudança política é elevado e o conhecimento geológico é escasso. Mesmo que a prospecção seja bem-sucedida, o arranque do potencial de produção requer investimento adicional significativo e tempo. No caso de metais de base, o intervalo entre encontrar um depósito funcional e a produção de concentrado exportável pode ir até 15 anos . Os grandes intervalos de tempo

entre investimento inicial e retorno sobre este investimento acrescem às necessidades de capital de um projecto, reduzindo os riscos que podem ser assumidos. Além disso, a disponibilidade de transportes públicos e infra-estruturas de energia eléctrica é fundamental para estas empresas de menor dimensão, que dispõem de significativamente mais restrições de capital do que as grandes empresas mineiras. No entanto, estas últimas têm menor apetência para projectos de prospecção de risco e muito potencial permanece por explorar devido à falta de infra-estruturas. A Visão Africana para o Sector Mineiro (UA, 2009) reconhece estes desafios. O seu plano de acção inclui o aumento dos investimentos em inquéritos geológicos, para melhorar o conhecimento público acerca dos depósitos, e um reforço contínuo da capa cidade do governo para agir como um parceiro forte e administrador do sector mineiro.

Caixa 6.10. **As regulamentações que regem a exploração dos recursos naturais têm de alinhar os incentivos para a prospecção e para a exploração**

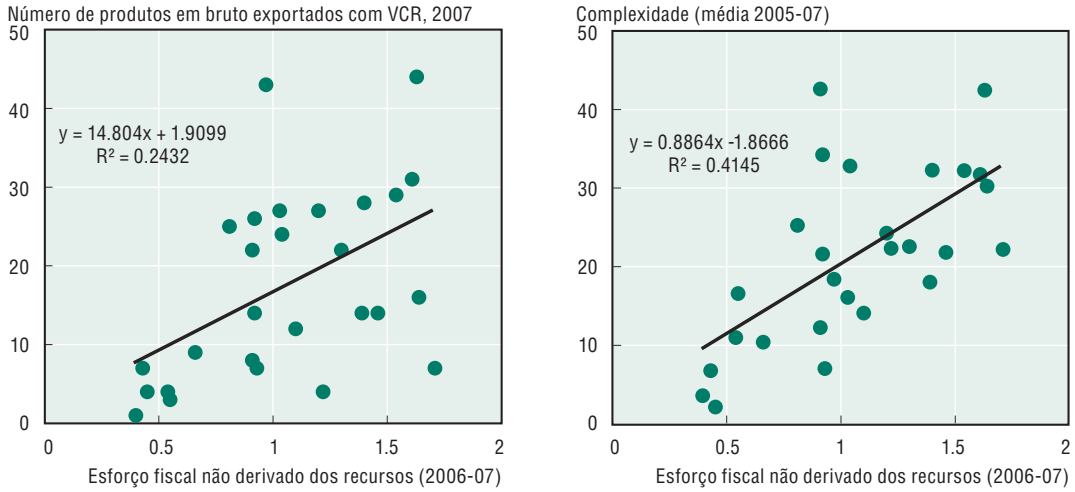
O caso dos Estados Unidos ilustra como, mesmo numa sociedade em que há um bom funcionamento básico das instituições, a natureza das regulamentações específicas dos recursos foi vital para o enorme contributo económico dos recursos naturais para a industrialização dos EUA. O governo federal reclamou inicialmente um terço de todos os recursos naturais de domínio público e regulamentou a actividade mineira de perto, para a obtenção de receitas, no início do século XIX. Foi mantido um sistema de arrendamento para as minas de chumbo em vários estados, o que exigiu aos mineiros a obtenção de licenças exclusivas e a deslocação do respectivo minério para fundições oficialmente licenciadas, às quais foram cobrados direitos de 10%. Devido ao incumprimento de ambas as partes e a recusa dos fundidores em pagar direitos, o sistema desintegrou-se rapidamente. Fora contornado por agentes federais que tinham vendido terrenos minerais como terras agrícolas para seu próprio benefício, pelo que três quartos dos terrenos minerais passaram para mãos privadas. Quando foi descoberto ouro na Califórnia, a corrida ao ouro ocorreu na quase completa ausência de autoridade governamental. O princípio de um livre acesso para prospecção do domínio público constituiu uma realidade *de facto*. Os mineiros elaboraram regras simples entre si para preservar a ordem e minimizar os conflitos violentos. Muitos dos elementos destas regras foram mais tarde codificados na legislação federal mineira. Entre 1870 e 1910, foram sempre sendo descobertas novas jazidas de recursos nos EUA. Este processo foi impulsionado pela regulamentação permissiva e pela realidade *de facto* de livre acesso para prospecção do domínio público. A legislação mineira incluía direitos exclusivos para explorar uma determinada zona sob prova de descoberta, limites de dimensão de reivindicações individuais e a exigência que uma reivindicação fosse trabalhada com uma determinada frequência ou então seria confiscada (Robinson, a publicar).

A prospecção e a expansão dos recursos do Chile foram alimentadas por investimentos públicos e privados e mudanças na regulamentação. Apesar do potencial geológico dos sectores de cobre nos Estados Unidos e no Chile ter sido muito semelhante no século XIX, a produção chilena ficou muito atrás da dos EUA entre 1880 e 1920, principalmente devido a menores investimentos e aos grandes avanços tecnológicos americanos. As grandes exigências de capital e os longínquos horizontes temporais na indústria do cobre deram aos EUA uma vantagem comparativa, enquanto o código mineiro chileno desencorajou a consolidação das reivindicações mineiras, naquela altura. No início do século XX, porém, grandes investimentos privados em infra-estruturas alimentaram o desenvolvimento da indústria (Wright e Czelusta, 2007). Durante os anos 1990, a indústria mineira do Chile construiu os alicerces de um forte crescimento económico, com base na prospecção bem-sucedida, impulsionada principalmente pela empresa estatal Codelco, o que resultou numa actividade de investimento acima da média. Os recursos do Chile são propriedade do estado e as concessões de prospecção e de exploração podem ser obtidas nos tribunais. Os direitos de exploração podem ser sub-contratados pelo titular da licença, o que resultou na detenção de mais reivindicações por parte da Codelco do que as que tem capacidade de explorar. O sistema pode, assim, levar a níveis de extracção abaixo do desejado, mas permite, de um modo geral, a exploração por agentes públicos e privados (Korinek, 2013).

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Uma política competitiva e sistemas fiscais gerais são elementos importantes para instituições transparentes e responsáveis, que dividem o poder entre circunscrições e são essenciais para a transformação estrutural baseada em recursos naturais. Poucos elementos da governação definem as relações entre o estado e a sociedade de forma mais clara do que a forma de tomada de poder dos dirigentes e o sistema fiscal por meio do qual os cidadãos pagam pelo estado. Em África, o monopólio partidário destaca-se enquanto obstáculo, enquanto as eleições competitivas originam melhores condições. Harrison, Lin e Xu (2013) mostram que o monopólio partidário é um factor importante para explicar o desfasamento de produtividade das empresas em países de baixo rendimento em África, em relação às empresas de outros países de baixo rendimento. Há muitos factores envolvidos, sendo o principal dentre eles a supressão de instituições abertas que deslocam recursos para as actividades mais produtivas, ao invés de para os elementos que gozem do favorecimento do dirigente. Bates, Fayad e Hoeffler (2012) confirmam a importância de eleições competitivas para África. Consideram que, nos países africanos onde a liderança política foi escolhida em eleições competitivas, os governos exerceram melhor (isto é, de forma mais rígida) as políticas fiscais e monetárias, gastaram mais em investigação agrícola, viram maior sucesso escolar e disponibilizaram mais estradas pavimentadas do que em países com regimes autoritários . Os sistemas fiscais gerais que encontrem um ponto de equilíbrio entre impostos sobre os recursos e impostos não derivados dos recursos reflectem instituições inclusivas. Se os impostos sobre os recursos expulsam outros impostos, como no caso de muitos países produtores de petróleo, os cidadãos não pagam pelo estado, mas também não ganham muito de volta. Em África, as cargas fiscais não dependentes dos recursos, que medem a colecta de impostos não derivada dos recursos em relação ao potencial fiscal de um país , têm uma relação positiva com as medidas de diversificação e as capacidades apresentadas anteriormente neste capítulo (Figura 6.17). Simultaneamente, há uma ligação entre a forte dependência das rendas dos recursos e níveis inferiores de capital público (Bhattacharyya e Collier, 2013)

Figura 6.17. **Os sistemas fiscais gerais são importantes para a transformação estrutural**



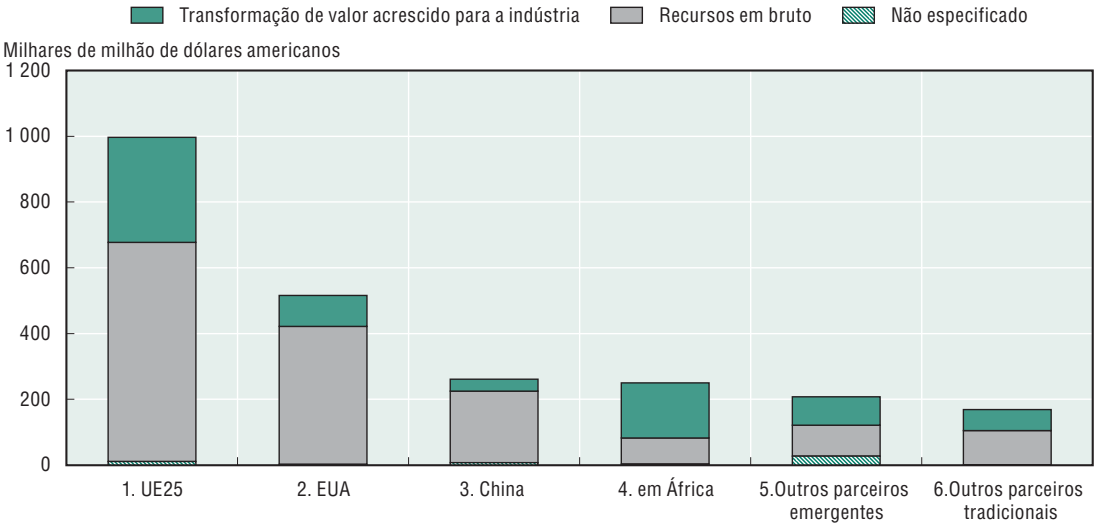
Nota: As figuras comparam a relação entre os esforços fiscais não depndentes dos recursos e a) o número de produtos em bruto exportados com vantagem comparativa ou b) complexidade económica média, para uma amostra de 27 países africanos.

Fonte: Cálculos dos autores com base nas Nações Unidas (2013), UN ComTrade, (base de dados), via http://wits.worldbank.org/wits/, Simoes, A. (2013), The Observatory of Economic Complexity, http://atlas.media.mit.edu/ e BAD, OCDE, PNUD e UNECA (2010), African Economic Outlook 2010, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2010-en.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807816

O acesso aos mercados é fundamental para a transformação estrutural baseada em recursos naturais. A integração regional, bem como um melhor acesso dos grandes parceiros aos mercados poderia criar novas oportunidades para todos. A importância da dimensão e do acesso ao mercado é uma conclusão típica da investigação destinada a compreender os motores do crescimento e da transformação estrutural em África. O facto de não possuir litoral ou ser de pequena dimensão traz sempre um ónus significativo em relação às oportunidades de crescimento: veja, por exemplo, Ndulu et al. (2008), para dados a nível nacional, e Harrison, Lin e Xu (2013), para o nível empresarial. As medidas de abertura comercial, por outro lado, estão sempre relacionadas com um crescimento positivo e até foi demonstrado que desempenham um papel importante na mitigação dos possíveis impactos negativos da dependência dos recursos naturais (veja, por exemplo, Van der Ploeg e Poelhoekke, 2010). Tal como salientado no Capítulo 4, investigações recentes revelaram que as oportunidades de transformação estrutural são mais elevadas para a Comunidade das Caraíbas (CARICOM) enquanto zona integrada, do que para qualquer um dos seus membros individualmente (Hausman e Klinger, 2009). A pequena escala de oferta e procura que a maioria dos países africanos consegue reunir por si só também tem sido um motivo de peso para o fracasso das políticas industriais do passado. A transformação de recursos naturais e a indústria avançada requerem, muitas vezes, grandes economias de escala para serem rentáveis. Estas só podem ser alcançadas quando o mercado acessível for suficientemente abrangente e desenvolvido para gerar a procura necessária de produtos transformados e uma oferta suficiente de insumos em bruto. O comércio interno africano promete um imenso potencial. Embora venha apenas em quarto, depois das trocas comerciais com a UE, os Estados Unidos e a China, alcançou, em média, mais de 40 mil milhões de dólares por ano, entre 2005 e 2010, e apresenta a maior percentagem de produtos transformados (Figura 6.18). Tirar o máximo partido do mercado africano exige esforços de integração regional redobrados. Laços regionais mais fortes também poderiam reforçar a capacidade de África negociar um melhor acesso aos mercados de outras regiões, que compõem a maior parte das exportações africanas. Um melhor acesso ao mercado é especialmente importante para a transformação estrutural, uma vez que as tarifas sobre os produtos disparam com o aumento do valor acrescentado.

Figura 6.18. **Intensidade de transformação industrial, por principais destinos das exportações africanas (período 2005-10): O comércio interno africano promete potencial**



Fonte: Cálculos dos autores com base nas Nações Unidas (2013), UN ComTrade, (base de dados), via http://wits.worldbank.org/wits/.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807835

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Aumentar a dimensão efectiva do mercado inclui a harmonização de normas em todos os países. Esta questão afecta especialmente a agricultura. Muitos países africanos impõem as suas próprias normas relativas a sementes e fertilizantes, argumentando que estes têm de ser adequados às condições climáticas e de solo específicas do país. Dada a grande variedade destas condições em toda a África, as normas diferem de país para país, impedindo que os produtores e os importadores de sementes e fertilizantes explorem economias de escala nos vários mercados. Devido à dimensão reduzida do mercado de muitos países africanos, os custos adicionais de cumprimento das normas de cada país encontram-se distribuídos por um volume de vendas reduzido, na melhor das hipóteses, aumentando os preços para os agricultores e os consumidores, e, na pior das hipóteses, interrompendo o abastecimento, se o ónus da norma específica de um determinado país tornar a importação ou a produção não rentáveis. Este fenómeno está por trás dos mercados disfuncionais de fertilizantes e dos custos elevados em muitos países africanos (Banco Mundial, 2012a). Para que as normas tenham um efeito benéfico sobre as exportações e o desenvolvimento de ligações, devem idealmente ser internacionais. As normas que se apliquem a um mercado suficientemente amplo, tais como a União Europeia ou um grupo de países africanos, são uma boa segunda opção.

4.2. O terceiro passo: gestão dos recursos naturais

Em resumo... O passo 3 é crucial para os recursos naturais de países que geram rendas e podem ter impactos significativos sobre o resto da economia, bem como sobre o ambiente. As rendas dos recursos podem fornecer as receitas necessárias para reforçar as condições de transformação estrutural em vigor (passos 1 e 2). Por outro lado, se não forem bem geridas, podem provocar enormes estragos em volatilidade e desperdícios, assim como na substituição da orientação do desempenho, através da procura de rendas. As explosões de recursos também apresentam o risco de expulsar outros sectores transaccionáveis, empurrando a taxa de câmbio e o nível de preços do mercado interno para cima (doença holandesa). Por último, uma exploração extensa também coloca problemas ambientais que têm de ser geridos. À luz destes desafios, esta seção analisa as questões da optimização e da gestão das receitas. A propriedade estatal nem sempre se revelou a ferramenta mais eficiente de optimização das receitas. A tributação das rendas dos recursos pode ser mais eficaz, mas traz consigo outros desafios, como, por exemplo, a negociação de acordos que equilibrem os incentivos para a prospecção e a produção de recursos com um ganho justo para a sociedade. Uma vez recolhidas as receitas, estas devem ser bem geridas, o que exige transparência e um bom equilíbrio entre poupança, consumo e investimento. O próximo desafio é garantir que os investimentos são eficientes e não desperdiçados. Os passos 1, 2 e 4 da abordagem em quatro passos para a transformação estrutural baseada em recursos naturais oferecem a orientação para o investimento. Nos casos em que os investimentos são usados para criar as condições adequadas aos ganhos de produtividade, podem também ajudar a superar os desafios da doença holandesa.

A experiência com a propriedade estatal em sectores de recursos é variada e não demonstra ser sempre superior a operações privadas. Para além do sector agrícola, onde o envolvimento do estado toma outras formas que não a posse da produção, grandes proporções dos sectores dos recursos de extracção e energéticos são de propriedade estatal e geridos pelos mesmos. Tal situação resultou principalmente de nacionalizações nos anos 1960 e 1970, impulsionadas por uma percepção que as multinacionais mineiras funcionavam em enclave, sem prestar atenção às necessidades nacionais e fornecendo poucas oportunidades de transferência de competências e de tecnologia. Numa tentativa de acelerar o desenvolvimento, a propriedade directa foi considerada necessária para extrair partes substanciais da renda mineral, exercer controlo sobre a indústria e garantir que os objectivos nacionais eram assegurados (Radetzki, 2008). Uma vasta experiência mostra que a propriedade estatal, regra geral, não foi bem-sucedida no cumprimento daqueles objectivos.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

O objectivo de exercer maior controlo por meio da nacionalização não foi, de um modo geral, alcançado. Em muitos casos, as relações principal-agente pouco definidas fizeram com que as empresas estatais se transformassem em potências políticas e económicas fora de qualquer controlo e responsabilização pública. Noutros casos, a sobreposição de responsabilidades e estruturas opacas convidam à procura de rendas e desencorajam novos investimentos (Radetzki, 2008). Esta questão é ilustrada pela Société Nationale des Hydrocarbures dos Camarões (Empresa Nacional dos Hidrocarbonetos - SNH, na sigla francesa), que tem a responsabilidade global da gestão do sector petrolífero e age como um regulador e sócio da empresa comum em todas as actividades petrolíferas em simultâneo. Além disso, as suas responsabilidades sobrepõem-se às de dois ministérios, bem como outros organismos públicos, um estado de coisas que conduziu a uma teia impenetrável e opaca de fluxos financeiros (Akitoby e Coorey, 2012).

O objectivo da retenção de uma maior percentagem das rendas dos sectores dos recursos só foi parcialmente cumprido. Embora a percentagem real de receitas dos recursos a reverter a favor do estado tenha aumentado após a nacionalização na maioria dos casos, a renda global, muitas vezes, diminuiu, de tal modo que as receitas públicas em termos absolutos caíram. Foi este o caso na Zâmbia, entre outros, onde as ineficiências e o sub-investimento constantes após a nacionalização, agravadas pela queda de preços, conduziram a uma redução nas receitas públicas do sector do cobre (Caixa 6.11).

Caixa 6.11. **Apreensão das receitas mineiras na Zâmbia: Propriedade, negociação e legislação**

Antes da revisão do regime fiscal na Zâmbia, em 2008, a indústria mineira do país gerava receitas fiscais limitadas para sustentar as necessidades de desenvolvimento do país. Além disso, desde a independência na Zâmbia, em 1964, a proporção de receitas minerais como uma percentagem do total das receitas passava por um longo declínio. Esta tendência negativa manteve-se durante os períodos de aumento de preços e de produção (antes de 1974 e de 2000 em diante). Entre 1980 e 2000, as receitas em termos de direitos, impostos empresariais e outros gerados pelo sector mineiro como parte da receita total foi cerca de 4%. Tanto os factores internos como os externos explicam esta baixa contribuição.

Numa tentativa de canalizar mais receitas para o estado, a Zâmbia nacionalizou gradualmente o seu sector mineiro após a independência. Entre a primeira metade dos anos 1970 e o final dos anos 1990, o estado administrou o sector do cobre. A falta de modernização e de investimento no sector levou a uma menor produção de cobre. Além disso, os preços internacionais do cobre principiaram um declínio a longo prazo após os anos 1970. As dificuldades financeiras das minas que se seguiram, a chegada de novas forças políticas nos anos 1990 e o início do programa de ajustamento estrutural da Zâmbia desencadearam a privatização das minas. Entre 2001 e 2007, a produção de cobre e os preços subiram novamente, no entanto, a percentagem média das receitas minerais no total de receitas durante esse período foi ainda menor, situando-se em 1.6%.

É impressionante que tanto as modalidades de propriedade pública como privada das minas tenham produzido resultados tão parcos em termos de receitas fiscais. Sob propriedade estatal, o sector sofreu de sub-investimento e má gestão, agravados pelo colapso do mercado de cobre mundial. Sob propriedade privada, os fluxos de receitas sofreram incentivos fiscais excepcionalmente favoráveis, sob a forma de impostos baixos, taxas de direitos reduzidas e longos "períodos de estabilidade" de 15-20 anos. Devido à recuperação do sector do cobre, a Zâmbia reformou o seu código fiscal em 2008 para apreender uma maior percentagem da receita. Tendo em conta as dificuldades e requisitos de capacidades envolvidos na renegociação bilateral de "Acordos de Desenvolvimento" estabelecidos, o governo introduziu nova legislação:

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

o Mines and Minerals Act 2008 (Lei das minas e dos minerais), para substituir acordos pré-existentes. Uma legislação uniformemente aplicável deixa menos espaço a comportamentos de conluio e cláusulas contratuais individualizadas.

O impacto do novo código mineiro na receita fiscal já se faz sentir. Em 2011, as receitas da exportação de cobre atingiram um recorde de 6.7 mil milhões de dólares, em 2011 (36% do PIB), aumentando de 600 milhões de dólares (14% do PIB), em 2003. Para o período de 2013-25, as receitas adicionais provenientes do sector mineiro na sequência da revisão do código mineiro estão estimadas numa média de 5% a 7% do PIB. Segundo novas estimativas, se o novo código mineiro tivesse sido implementado durante os anos de *boom* de 1998-2007, a Zâmbia poderia ter recolhido receitas fiscais adicionais, estimadas em cerca de 18% do total da receita ou 3% do PIB, o que poderia ter aumentar significativamente a capacidade de o país financiar o seu desenvolvimento económico e social.

Fonte: Simpasa, et al. (2013).

Indícios em concordância confirmam que há um considerável (embora não ilimitado) potencial para melhorar a colecta fiscal no sector extractivo sem prejudicar os investimentos. Em geral, os dados internacionais indicam que os governos devem conseguir recolher 40% a 60% dos recursos das rendas mineiras e 65% a 85% do petróleo (FMI, 2012a). Num sector dominado por multinacionais estrangeiras, foi problemático para muitos países africanos, no passado, garantir que uma percentagem equitativa das rendas dos recursos fica no mercado interno, por razões que variam desde desafios de governação a escassez de capacidades para negociar com as empresas extractivas multinacionais. As administrações fiscais também se encontram, muitas vezes, em desvantagem quando lidam com grandes empresas, em especial se se tratar da avaliação de cláusulas dos preços de transferência. A Caixa 6.13 elabora sobre o African Legal Support Facility (Mecanismo de Apoio Jurídico Africano), que oferece assistência e formação.

A **optimização da tributação da indústria extractiva consiste em encontrar o equilíbrio certo entre vários, por vezes conflitantes, objectivos políticos:** entre a colecta de receitas fiscais e investimentos atractivos; entre a recolha das receitas hoje *versus* amanhã; entre a estabilidade das receitas e a partilha de riscos e de preços das matérias em alta com os actores do sector privado; e entre a negociação em termos pecuniários e a negociação das ligações efectivas dos sectores em termos de infra-estruturas, transferências de tecnologia e requisitos de conteúdo local. Quanto mais forte for a capacidade de o país desenvolver uma estratégia, para negociar e para lidar com a volatilidade e a imprevisibilidade das receitas dos recursos, mais favoráveis serão os acordos que o país será capaz de "arrancar" às empresas multinacionais. Desta forma, as chaves para a actualização da gestão do sector dos recursos naturais são quadros de políticas macroeconómicas mais fortes e o investimento nas bases e nas instituições económicas que permitam um acesso a preços acessíveis aos mercados internacionais de capitais.

Caixa 6.12. **Os mais recentes contratos de gás em Moçambique: poderiam ter rendido mais**

Moçambique encontra-se hoje numa encruzilhada. Após anos de forte crescimento, embora não a favor dos mais pobres, descobertas recentes de imensos recursos naturais trazem esperança de uma mudança de direcção. A magnitude das recente descobertas de gás em Moçambique representa uma das oportunidades mais importantes para o desenvolvimento socioeconómico futuro do país. A futura Estratégia de Desenvolvimento Nacional do país reconhece a promoção e o desenvolvimento do capital humano como uma questão fundamental no que diz respeito à gestão da riqueza dos seus recursos. O ponto de equilíbrio entre investimento e consumo de receitas futuras pode impulsionar a luta contra a pobreza e o desenvolvimento económico, desde as infra-estruturas à saúde e à educação.

Em Setembro de 2012, a publicação do projecto Gas Master Plan (um grande plano para o gás) possibilitou uma primeira avaliação da percentagem futura de lucros que adviriam para o governo de Moçambique. O plano apresenta vários cenários para a utilização da sua percentagem do gás natural, desde geração de receitas por meio de exportações de gás natural liquefeito (GNL) até uso interno, para apoiar novos mega-projectos.

Em termos da avaliação da percentagem de lucros que vão beneficiar o governo, servem-nos duas medidas básicas: o "ganho do governo" e a "taxa de direitos efectiva" (ERR). O primeiro é a percentagem dos lucros que o governo recebe ao longo da vida útil do projecto, enquanto a última representa a percentagem mínima da receita bruta que um governo vai receber ao longo de um único ano, tendo em conta deduções de recuperação de custos.

De acordo com a análise de Moçambique pela UNICEF, os contratos de produção de gás natural na Bacia do Rovuma (local das descobertas de gás que estão entre as maiores desde há anos) fornecem ao governo apenas 30% dos lucros (ganho do governo), bem abaixo da média global do sector de 55%. Ainda

Fonte: UNICEF Mozambique (2013).

Na prática, são raras soluções radicais para este exercício de optimização e os regimes fiscais ideais para as indústrias extractivas tendem a conjugar instrumentos políticos que respondem a vários objectivos políticos; além disso, o mesmo tamanho não serve a todos e a concepção do quadro tem de ter em conta a dependência dos recursos, a volatilidade e o horizonte temporal esperado da exploração dos recursos. Por exemplo, um modesto direito *royalty ad valorem* garante receita sempre que a produção for positiva. Se se acrescentar um imposto regular sobre o rendimento das pessoas colectivas, isso vai garantir que as indústrias extractivas são tributadas de acordo com o rendimento normal do capital próprio ao nível corporativo, tal como nos outros sectores. A sobreposição de um imposto específico sobre as rendas dos recursos serve para explorar o potencial de receita quando os preços aumentarem além da sua tendência normal e gerarem lucros excepcionais.

Se a economia política do país é tal que os períodos de preços elevados das matérias-primas resultaram em séria pressão política para aumentar as taxas de imposto na indústria extractiva, é melhor que os investidores reconheçam este facto político e lidem com ele de antemão. Idealmente, os contratos têm de ser concebidos ex ante para assegurar que o país participa dos lucros resultantes de oscilações nos preços das matérias. No entanto, os países podem ficar trancados em contratos piores que o desejado, que são heranças de um período de fraca capacidade do governo e/ou de má governação. O país precisa, então, de equilibrar o risco de prejudicar sua reputação enquanto destino de investimento e os benefícios de uma percentagem mais favorável nas subidas dos preços das matérias. Uma opção política consiste em transformar períodos regulares de renegociação em contratos ou numa legislação mineira quadro, a fim de melhorar a previsibilidade e a transparência desses processos. Outra opção pode ser a de passar a lei uma disposição que declare que, no futuro,

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

o governo terá uma percentagem de todos os lucros e prejuízos adicionais gerados a partir de aumentos dos preços das matérias além de um limiar definido. Essa indexação tem a vantagem de partilhar os riscos sobre ganhos e perdas sem ter de renegociar caso a caso e atenua os danos à reputação de um país relativamente à renegociação aberta de contratos (Frankel, 2010).

Caixa 6.13. **Desenvolvimento da capacidade de negociar contratos justos e transparentes**

Por que razão os contratos são importantes

Como este capítulo recorda, experiências bem-sucedidas de desenvolvimento baseado em recursos naturais, como no Botsuana, precisaram de instituições sólidas *i)* que gerissem e atribuíssem, de forma eficaz, as receitas públicas; *ii)* que implementassem as políticas e regulamentações multi-sectoriais adequadas; e *iii)* que negociassem contratos justos e transparentes. Estes últimos proporcionam a indispensável base jurídica e financeira para um relacionamento de longo prazo entre os estados de acolhimento e os investidores privados. Estes vão:

- determinar a partilha dos lucros entre o país e a empresa, incluindo questões de direitos e de impostos;
- cobrir as questões relativas a despesas e a custos de recuperação de rendas, que são importantes, visto que as partes vão entrar em projectos de capital intensivo a longo prazo;
- definir as normas em termos de conteúdo, emprego e ambiente locais, direito do trabalho, direitos humanos, obrigações e garantias do estado de acolhimento, cláusulas de estabilização, resolução de litígios e arbitragem, jurisdição competente e legislação aplicável.

O caso para o apoio às negociações e às renegociações

Como resultado da falta de uma capacidade de entrar em transacções sofisticadas, não são pouco comuns os casos de contratos mal negociados em África, com implicações negativas para as economias em geral: podem surgir grandes atrasos ou até mesmo comprometer o projeto; uma mudança na reputação do país pode afectar o volume de investimento estrangeiro; e, quando os estados consideram o contrato injusto, tendem a retaliar rescindindo o acordo de vez.

Da mesma forma, a renegociação deve ser levada a cabo com cuidado. Muitos países africanos assinaram contratos de recursos naturais numa altura em que os preços dos minerais, do petróleo e do gás natural eram relativamente baixos: os acordos e os contratos foram, assim, estruturados de forma a atrair investimentos estrangeiros, muitas vezes em detrimento dos países de acolhimento. Com a explosão duradoura dos preços das matérias, alguns deles reformaram a legislação e renegociaram os contratos, de modo a assegurar uma partilha de receitas mais equitativa e melhores acordos no geral. Por exemplo, o governo da República Democrática do Congo (RDC) aprovou sucessivamente um novo código mineiro (2000), reviu acordos mineiros (2007) e tornou obrigatório por decreto que todos os contratos dos sectores do petróleo, da exploração mineira e da silvicultura fossem publicados (2011). Se essas iniciativas contribuíram para melhorar o ambiente no sector mineiro e garantir o investimento a longo prazo ainda não se sabe; muito depende dos muitos outros aspectos das políticas públicas. O Botsuana, por contraste, construiu os alicerces de um sector forte através da renegociação de disposições jurídicas e fiscais de grandes projectos no sector mineiro, como o projecto mineiro de cobre/níquel de Selebi Phikwe. O reforço das capacidades de negociação dos estados africanos é, pois, da maior importância, devido às capacidades técnicas assimétricas quando se enfrentam grandes empresas privadas. Para o efeito, o Banco Africano de Desenvolvimento estabeleceu o Mecanismo de Apoio Jurídico Africano (ALSF, na sigla inglesa), em 2008, para auxiliar os países africanos na negociação de contratos e transacções comerciais complexas relacionadas com os recursos naturais, assegurando os serviços de apoio jurídico competente para agir como consultor do governo. Em 2012, o ALSF recebeu dez pedidos de assistência jurídica e de formação quanto à negociação de contratos de recursos naturais.

Fonte: Mecanismo de Apoio Jurídico Africano (ALSF).
http://www.aflsf.org/

Uma abordagem sustentável para uma gestão de receitas que equilibre investimentos necessários com poupanças parece ser mais adequada aos países em desenvolvimento do que os conselhos convencionais de que apenas os juros gerados a partir de receitas armazenadas num fundo soberano externo devem ser utilizados. Gerir as receitas segundo a hipótese de rendimento permanente garante a sustentabilidade, preservando a riqueza para as gerações futuras, e aborda a questão da volatilidade das receitas dos recursos, o que pode originar padrões de despesas pró-cíclicos. No entanto, o argumento de consumo antecipado para corresponder às necessidades actuais é substancial. Muitas economias africanas enfrentam actualmente problemas de pobreza generalizada e uma falta de acesso ao capital para investimentos necessários (Berg et al., 2012). Nos casos em que tais investimentos são bem efectuados, é provável que tanto os rendimentos como o consumo aumentem, à medida que o desenvolvimento avança, deixando as gerações futuras mais à vontade do que a presente (Venables, 2012).

Os principais alvos de investimentos para gerar receitas dos recursos devem ser as barreiras do ambiente geral e as dos recursos em específico (passos 1 e 2 da Figura 6.16) e a criação de novos investimentos privados. A melhoria destas condições de enquadramento beneficia tanto o sector dos recursos como a transformação estrutural. Ao permitir ganhos de capacidades e aumentos de produtividade em toda a economia, estes investimentos também são uma boa forma de activar o crescimento, face à deterioração dos termos de troca em sectores não dependentes dos recursos, como resultado dos efeitos da doença holandesa (Venables, 2012; Sachs, 2007). Em moldes semelhantes, o investimento público pode ser usado para incentivar o investimento privado; quer directamente, aumentando o acesso ao financiamento, através dos bancos de desenvolvimento, quer indirectamente, abstendo-se do endividamento interno soberano, reduzindo, assim, as taxas de juros para o sector privado (Venables, 2012).

O investimento de receitas dos recursos apresenta vários desafios: têm de ser identificadas oportunidades de investimento eficiente adequadas à capacidade de absorção da economia. Além disso, devem ser tidos em conta os custos de manutenção associados aos investimentos públicos. Embora a vantagem de um investimento eficiente adiantado em relação à poupança tenha recebido apoio teórico (p. ex., Takizawa, Gardner e Ueda, 2004; Venables, 2010; Van der Ploeg, 2010; Van der Ploeg e Venables, 2011; e Araújo et al., 2012, citado por Berg et al., 2012), a experiência de muitos países ricos em recursos demonstra que estes investimentos não têm, necessariamente, efeitos propícios ao crescimento, mas que, pelo contrário, colocam um enorme encargo sobre o país (Gelb, 1988; Auty, 1990). A falta de eficiência no investimento resulta de projectos de investimento que não foram bem pensados (tal como ilustrado por exemplos de investimentos em instalações de transformação que desafiavam a vantagem comparativa, como discutido acima) ou sofreram pressões de grupos de interesse especiais, desafiando o bem-estar público. As barreiras à capacidade de absorção têm de ser consideradas quando se toma a decisão de investir. Além disso, os custos recorrentes de funcionamento e as despesas correntes muitas vezes não são tidos em conta na decisão de projectos de investimento, o que pode levar a um rápido declínio na sua produtividade a médio prazo (Berg et al., 2012).

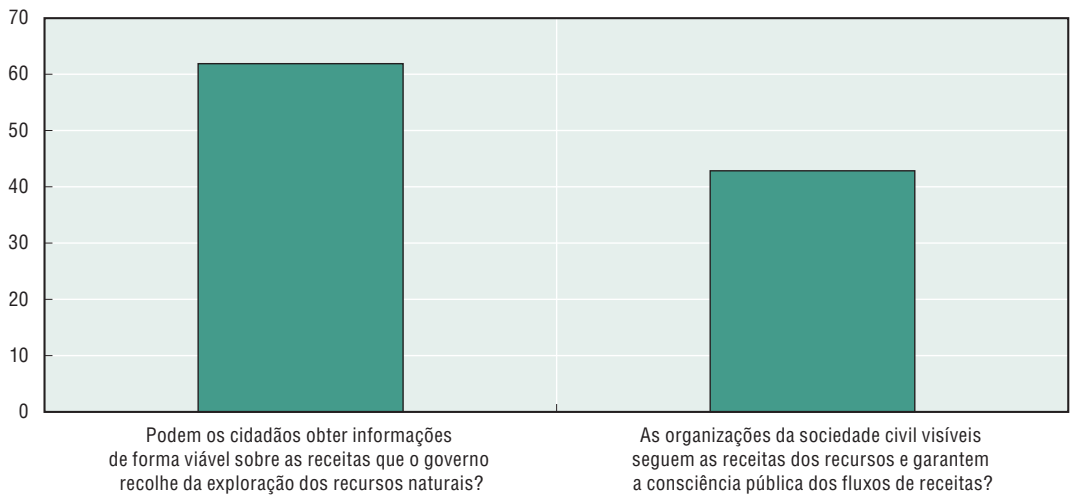
Para garantir que os investimentos públicos são eficientes e sustentáveis, a receita inicial deve ser "investida em investir" (Collier, 2011). Sempre que as receitas não possam ser investidas de forma eficiente, devem ser guardadas num fundo de estabilização, juntamente com a porção da receita que é alvo de poupança. Basear uma decisão em matéria de investimento na eficiência do projecto separa, assim, as despesas do governo da entrada de receitas e reduz os efeitos de distorção dos fluxos de receitas voláteis (Berg et al., 2012). Avaliar a eficiência e a sustentabilidade económica de um projecto de investimento, enquanto se pesam os custos de manutenção para a decisão de investimento, requer uma capacidade significativa. Os investimentos iniciais podem, portanto, ser orientados para o aumento da capacidade de os governos seleccionarem, implementarem e avaliarem projectos de investimento futuros e lidarem com os desafios constituídos por entradas súbitas de receitas (Venables, 2012).

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Em simultâneo, a transparência e a responsabilização são cruciais para restringir as despesas de um governo perdulário e garantir uma gestão verdadeiramente anti-cíclica das receitas. Nesse aspecto, o Chile estabeleceu um sistema inovador bem-sucedido. O país tem uma meta para o seu superavit orçamental, o que, ao mesmo tempo, fixa uma meta para o défice. Para permitir alguma flexibilidade, de modo a conseguir reagir a circunstâncias imprevistas anteriormente, o governo pode operar um défice maior do que a meta estabelecida se: *i)* a produção ficar aquém do potencial, ou no caso de uma recessão; ou *ii)* se o preço do cobre for inferior ao seu preço de equilíbrio a dez anos. Dois painéis de especialistas avaliam se estas condições são satisfeitas, o que garante a flexibilidade necessária para aumentar a despesa em tempos de crise, mas refreia quaisquer tentativas de explicar despesas dissipadoras através de um crescimento mais lento do que o previsto, estabelecendo formalmente se foi esse o caso. O modelo chileno poderia ser aplicado por outros países ricos em recursos e fortalecido para o adaptar a condições de instituições (potencialmente) mais fracas. Poderia ser dado carácter jurídico ao procedimento e poderiam ser fixados os requisitos específicos para as qualificações dos especialistas do painel. Além disso, para garantir a separação de poderes decisórios e da independência dos especialistas do painel, poderiam ser aplicadas disposições análogas às que salvaguardam a independência de banqueiros centrais (Frankel, 2010).

Várias iniciativas regionais e internacionais salientam a transparência como a chave para uma melhor gestão dos recursos e das receitas. A informação que se torna disponível tem de ser colocada em prática para exigir a responsabilidade de governos e empresas multinacionais. A Caixa 6.14 oferece uma visão geral de uma vasta gama de iniciativas internacionais que visam melhorar a gestão dos recursos naturais. O esforço no sentido da transparência tem um impacto positivo, como revelado pelo inquérito a especialistas do AEO, que mostra que, em 62% dos países participantes, os cidadãos podem realmente obter informações sobre as receitas cobradas pelos governos. No entanto, em muitos países, tem de se fazer mais para promover a capacidade dos cidadãos de traduzir esta informação para acção. As organizações da sociedade civil acompanham activamente as informações sobre os sectores dos recursos naturais e divulgam-na para garantir a consciencialização do público em apenas 42% dos países nos quais estas informações estão disponíveis (Figura 6.19).

Figura 6.19. **Transparência na teoria e na prática - as informações sobre os pagamentos têm de ser utilizadas para serem eficazes em África**



Nota: Os números reflectem a percentagem de respostas positivas do inquérito aos especialistas dos países do AEO.
Fonte: Inquérito aos especialistas dos países do AEO.
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807854

Caixa 6.14. **"Trancar" uma melhor gestão dos recursos do exterior: Iniciativas regionais e internacionais**

Algumas iniciativas internacionais pretendem melhorar a gestão dos recursos naturais à escala mundial. Procuram afectar os incentivos dos decisores políticos e orientar as suas decisões em favor de uma gestão mais eficaz dos recursos naturais para o desenvolvimento, geralmente através de um reforço das forças motrizes de mudança nacionais. Na ausência de uma "solução mágica" que resolva as fraquezas de governação, uma tão ampla gama de iniciativas internacionais, públicas e privadas, vinculativas e voluntárias, pode contribuir para alterar o contexto da economia política interna e reformar a dinâmica dos países ricos em recursos.

As iniciativas africanas procuram mudar os incentivos no sentido de um percurso pró-desenvolvimento em países ricos em recursos. O novo ímpeto pan-africano para relançar o desenvolvimento levou à adopção da Visão Africana para o Sector Mineiro e do respectivo plano de acção. Coloca ênfase em iniciativas caseiras, orientadas para África, para aproveitar o potencial de desenvolvimento do sector extractivo. O papel específico concedido ao African Peer Review Mechanism (Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares - MAAP, na sigla inglesa) de analisar ao pormenor e de promover uma melhor governação no sector extractivo representa também um desenvolvimento encorajador. Os recursos naturais também se destacam no topo das agendas de outras iniciativas regionais, tais como a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), bem como nas agendas de muitas das comunidades económicas regionais (CER) em África, tais como a directiva relativa à exploração mineira da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o protocolo sobre o sector mineiro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla inglesa), etc.

A nível global, uma série de iniciativas são particularmente relevantes para a prospecção dos recursos naturais em África por empresas multinacionais. Estas incluem a Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE), o processo de Kimberley, as orientações da OCDE relativas à Orientação de Diligência Prévia para Cadeias Responsáveis, e, de uma perspectiva regulamentar, a Lei Dodd-Frank nos EUA, e as directivas relativas à transparência e à contabilidade na UE. As empresas privadas são procurados para serem responsabilizadas por via de processos regulamentares de combate à corrupção (*por ex.*, a legislação anti-corrupção nos EUA, tal como a Foreign Corrupt Practices Act - Lei de Práticas de Corrupção Externas), de obrigação de divulgação da contabilidade (*por ex.*, a Lei Dodd-Frank nos EUA ou as directivas relativas à transparência e à contabilidade na UE) e de apelo ao compromisso de respeitar os códigos de conduta e os princípios de diligência devida (*por ex.*, as orientações da OCDE ou a recente Conflict-Free Gold Standard (Norma do Ouro livre de Conflitos) do Conselho Mundial do Ouro). A gestão de riscos para a reputação é uma motivação cada vez mais importante das empresas e dos governos. A ênfase tende a recair sobre uma maior transparência das receitas, mas a melhoria da transparência e da responsabilização dos governos no que se refere às despesas é igualmente importante (Kolstad e Wiig, 2008; BAD, OCDE, PNUD e UNECA, 2010).

Estas iniciativas centram-se no aumento da transparência, que deverá conduzir a uma maior responsabilização e, por sua vez, a uma melhor gestão dos sectores dos recursos, tomando em consideração os amplos interesse da sociedade. A motivação da maioria destas iniciativas é a promoção da transparência, enquanto boa prática voluntária ou obrigação, nas cadeias de fornecimento dos recursos naturais e nos contratos e nas receitas dos recursos naturais. As partes interessadas são governos ricos em recursos e/ou empresas privadas. A estratégia assenta no princípio de que uma maior transparência deve levar a uma maior responsabilização e a uma melhor gestão dos recursos naturais; tal pode ser conseguido nomeando e envergonhando os governos que gerem mal os seus recursos, bem como evitando que estes o façam, ou, pelo menos, pressionando-os a não desviar nem reter receitas dos recursos naturais.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

A decisão do Fundo Monetário Internacional (FMI), no final de 2012, de recusar 225 milhões de dólares em empréstimos à RDC, devido ao incumprimento na publicação de pormenores relativos aos contratos mineiros em 2011, ilustra o tipo de restrições utilizadas para promover uma gestão mais transparente dos recursos naturais (Bloomberg, 2012b).

A abordagem actualmente emergente em África dá maior ênfase à identificação das sinergias entre as várias iniciativas e à vinculação dos recursos naturais a considerações de desenvolvimento mais amplas. Como resultado, desviar-se dos perigos de uma maldição dos recursos implica não só uma melhor gestão dos recursos naturais, mas também o aproveitamento dos recursos naturais para a transformação estrutural de África e para outras iniciativas africanas, tais como o Programme for Infrastructure Development in Africa (programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África - PIDA, na sigla inglesa) e o Accelerated Industrial Development of Africa (Desenvolvimento Industrial Acelerado de África – AIDA, na sigla inglesa). Desde que tais iniciativas pan-africanas e regionais em paralelo gerem envolvimento suficiente das partes internas interessadas, os quadros continental e regionais oferecem um caminho distinto quanto à alteração do equilíbrio de interesses internos nos países ricos em recursos.

Estas iniciativas têm o potencial de criar novos incentivos, tanto para os decisores políticos como para os agentes económicos, o que pode alterar as relações de poder e os comportamentos de procura de rendas e de patrocínio. O desafio continua a ser a tradução desse potencial para a realidade. Essa questão vai exigir maior atenção à tradução efectiva de concepções políticas genéricas em acções específicas dentro dos quadros políticos, assim como transversalmente a estes, e em cada um dos países em causa. Ao fazê-lo, deve ser dada maior atenção à forma como este tipo de iniciativas pode afectar positivamente os incentivos às reformas e o equilíbrio de interesses e de poder nos países ricos em recursos, isto é, a viabilidade política de criação de um ciclo virtuoso de reformas orientadas para o desenvolvimento.

Fonte: ECPDM
www.ecdpm.org

Nos casos em que os governos não têm a capacidade de implementar regimes fiscais para optimizar as receitas e gastá-las com eficiência, os contratos de troca directa podem oferecer a possibilidade de adquirir bens e serviços públicos pretendidos em troca de direitos de extracção. O complexo processo de atribuição dos direitos de extracção de recursos, de criação de sistemas de tributação para reter uma percentagem equitativa das rendas e de gestão da receita para investimentos estratégicos poderia ser contornado, pedindo a disponibilização de bens públicos e de capitais como forma de pagamento. Angola, Nigéria, Zâmbia e Zimbabué já todos testaram acordos de troca directa com consórcios chineses. Apesar de serem evidentes os muitos problemas com a implementação efectiva de tais acordos, teoricamente estes oferecem várias vantagens. Os governos de capacidade reduzida poderiam contornar a recolha de receitas, a redistribuição entre entidades governamentais e a afectação a diferentes projectos, em cujo processo se perdem, com frequência, percentagens significativas das receitas. Além de que estes acordos podem transferir os encargos de suavização das flutuações das receitas dos governos para os investidores, canalizar infra-estruturas estrangeiras para países em desenvolvimento e facilitar o compromisso do governo para com projectos de longo prazo que, caso contrário, poderiam ser difíceis de concluir. Para maximizar o benefício das nações ricas em recursos, os investidores poderiam ser convidados a oferecer projectos comparáveis para a prestação de bens públicos. A melhor oferta seria, então, relativamente fácil de identificar para os governos num processo de licitação pública (Ross, 2012).

Ao decidir sobre a melhor forma de gastar a receita dos recursos, é fundamental gerir as expectativas. Os subsídios, enquanto forma instantânea de partilhar com o pública a riqueza dos recursos naturais, muitas vezes provocam enormes rupturas dos mecanismos de mercado, tal como ilustrado pelos problemas no Egipto. A gestão das expectativas apresenta várias

dimensões. Os ministérios gastadores têm de estar cientes dos envelopes orçamentais, contudo, as expectativas dos cidadãos sobre o que esperar de um ganho excepcional devem ser realistas. Por um lado, os cidadãos devem responsabilizar o governo pelo proveito dos benefícios dos recursos de um país. Por outro lado, expectativas exageradas não serão cumpridas (Venables, 2012). A utilização de subsídios para que o público partilhe da riqueza dos recursos representa um caminho perigoso. Pode atrapalhar a economia de forma duradoura e limitar, efectivamente, o âmbito de acção do governo para corrigir o desequilíbrio. O Egipto vive actualmente as distorções entre uma procura interna muito elevada, riqueza dos recursos existentes e produção insuficiente, derivadas essencialmente da influência dos subsídios nos preços. Originalmente um meio de partilhar a riqueza dos recursos do país com a população, o Egipto colocou em prática um imenso regime de subvenção dos preços da energia, que agora ameaça minar a dita riqueza dos recurso que se pretendia propagar. Por causa da subvenção, o consumo de energia é muito superior do que em economias comparáveis e o governo sofreu pesadas perdas por disponibilizar combustível barato. No entanto, a actual situação política torna improvável qualquer revisão do sistema, ao mesmo tempo que vai agravando os problemas económicos (consulte a nota de país do Egipto).

A distribuição directa das receitas dos recursos aos cidadãos é outra opção possível. Porém, pode, em geral, não ser adequada às condições em muitos países africanos. Esta ideia é baseada na hipótese de que os cidadãos "sabem como gastar o seu dinheiro melhor do que o respectivo governo" (Frankel, 2010), e, pelo menos teoricamente, tem várias vantagens. Em primeiro lugar, pelo menos uma parte da receita é desviada do governo, limitando, portanto, a distorção de incentivos para o governo. Em segundo lugar, dá aos cidadãos um poderoso incentivo para responsabilizar o governo e supervisionar a gestão de receitas. Actualmente, encontra-se em vigor um sistema de distribuição directa no Alasca, onde as receitas do petróleo são investidas no Fundo Permanente do Alasca. Metade das receitas do investimento do fundo é, em seguida, distribuída numa base *per capita*. Embora o sistema seja, geralmente, considerado um sucesso no Alasca, tem de ser gerido com cautela nos países com rendimentos médios mais baixos e sistemas de governo mais débeis. Primeiramente, não há nenhuma garantia de que a distribuição dos fundos estaja mais a salvo de uso indevido do que qualquer outro tipo de gestão de receitas, e, depois, a atribuição distributiva coloca dificuldades potenciais, visto que as comunidades que são negativamente afectadas pela extracção de recursos podem exigir pagamentos de montantes mais elevados, o que, sendo concedido, poderia desencadear uma ampla migração de requerentes desses dividendos (Ross, 2012).

Caixa 6.15. **Gerir os aspectos ambientais da produção de recursos**

Para limitar os efeitos negativos da produção de recursos sobre o meio ambiente, é essencial um envolvimento das múltiplas partes interessadas. Assim, garantir-se-á uma avaliação abrangente das potenciais ameaças para o ambiente e do potencial para a sua prevenção. No Quénia, têm evoluído parcerias eficazes entre o estado e os actores privados, para gerir os problemas resultantes dos usos concorrentes da água do lago Naivasha. A horticultura comercial, os pequenos agricultores e a criação de energia renovável, todos utilizam a sua água e colocam cada vez mais a sustentabilidade do ecossistema em risco. Estes problemas têm sido abordados por coligações entre os sectores público e privado e foram criadas soluções inovadoras. Estes incluem o desenvolvimento de capacidades e pagamentos por serviços para o ecossistema por parte de empresas que desenvolvem a sua actividade a jusante para os pequenos agricultores a montante, de forma a garantir práticas mais sustentáveis que tenham uma influência positiva na qualidade e na quantidade de água (ODI, ECPDM e GDI/DIE , 2012).

Os mecanismos baseados no mercado oferecem incentivos às principais empresas , para criarem soluções inovadoras para a gestão dos riscos ambientais decorrentes das suas actividades. (As principais empresas podem ser definidas como pequenas, médias ou grandes empresas

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

que têm ligações comerciais a jusante ou a montante com um número significativo de micro, pequenas e médias empresas). Tendo de pagar em pleno pelos danos que a sua actividade inflige no ambiente poderá ser um incentivo para os poluidores minimizarem as consequências das suas acções. Ao ser-lhes deixada a liberdade de escolha sobre como minimizar os efeitos adversos, estimula-se também o desenvolvimento de soluções inovadoras (Warhurst, 1994). Em Marrocos, foram desenvolvidos exemplos de boas práticas pelo produtor de fosfatos líder, o OCP, que estabeleceu actividades para poupança de água, dessalinização e reciclagem para limitar o seu uso deste recurso "escasso e oneroso" (OCP, 2012). No Benim, a irrigação gota a gota alimentada a energia solar é utilizada para promover a produtividade agrícola. Esta tecnologia inovadora é benéfica para o ambiente, visto que substitui as bombas dependentes de combustível. Além disso, permitiu uma maior e mais variada produção agrícola e o aumento dos rendimentos dos agricultores (OCDE, 2011b).

A reabilitação dos locais de produção tem de ser contabilizada nas avaliações gerais de custos e deveria ser incluída nos contratos com as principais empresas. As indústrias extractivas, em especial, deixam, muitas vezes, grandes áreas de terreno impróprias para utilização alternativa, mesmo após ter cessado a produção activa de recursos. A restauração implica custos consideráveis e, por conseguinte, necessita de ser contabilizada desde o início. Os contratos com as empresas principais deveriam, assim, incluir regulamentações que as obrigassem à reabilitação dos locais de produção. A restauração bem-sucedida de ermas pedreiras para a produção de cimento no Quénia tornou-se um caso internacional de boas práticas. A produção de cimento tinha transformado a área em terreno industrial devoluto. A Bamburi Cement, a principal empresa de matérias, contratou consequentemente um ambientalista, para a reabilitação do local. A área foi agora transformada no maior santuário de vida selvagem do Quénia e é o habitat de um grande número de espécies (Lafarge, 2013). Na Tanzânia, o processo de reabilitação da mina Golden Pride inclui um programa de gestão das águas, a reabilitação de resíduos (de minérios) e do respectivo depósito e um programa de reflorestamento (Piper, 2012). Na medida em que as empresas não cumpriram as suas obrigações de restaurar ou transformar locais abandonados, é sensato planear estes casos de antemão. A Austrália aprovou recentemente um novo mecanismo vinculativo para criar um fundo à parte, a partir do qual financiar a recuperação de minas abandonadas (ABC News, 2012).

Uma procura constante de novas técnicas sustentáveis do ponto de vista ambiental poderia transformar o papel de África, enquanto retardatário na industrialização, numa vantagem. O aumento da consciencialização ambiental, os esforços para reduzir as emissões de carbono e a necessidade de uma "licença social para operar" poderiam desencadear o desenvolvimento de equipamentos e de tecnologia inovadores. Enquanto "retardatários" na industrialização, os países africanos poderão estar na vanguarda no desenvolvimento de tecnologias de baixo teor de carbono com baixos requisitos energéticos para a extracção e a transformação e mecanismos de gestão dos resíduos que sejam mais amigos do ambiente do que os existentes nos "tradicionais" centros de transformação (CNUCED e ONU, 2012; Korinek, 2013).

4.3. Passo 4: Promover a transformação estrutural

Em resumo... Partindo dos passos 1 a 3, o passo de maior interesse é composto por acções específicas com que os governos, os investidores do sector privado e os parceiros de desenvolvimento podem comprometer-se para promover a transformação estrutural através dos sectores dos recursos naturais. O aumento da produtividade da agricultura tem-se revelado um primeiro passo fundamental na maioria das histórias de sucesso relativamente a um desenvolvimento geral, sejam elas do passado distante dos países da OCDE ou da mais recente experiência na Ásia Oriental e do Sul. África destaca-se como o continente que ainda está à espera da revolução agrícola. As indústrias extractivas oferecem um leque de oportunidades para pôr em marcha um processo duradouro de transformação estrutural. A chave está em aproveitar as oportunidades para a criação de emprego e as novas capacidades que este sector proporciona. Todas as partes interessadas têm um papel a desempenhar neste processo. Muitos exemplos mostram que é possível.

4.3.1. Aumentar a produtividade da agricultura

A estrutura e as características do sector agrícola são marcadamente diferentes das do sector das indústrias extractivas. Por conseguinte, são necessárias intervenções personalizadas para aumentar a produtividade agrícola. Para que a produtividade agrícola cresça e incite a transformação estrutural, os agricultores dispersos numa determinada área geográfica devem receber acesso a novas tecnologias, muitas das quais foram inicialmente de domínio público, mas estão incorporadas em insumos vendidos aos agricultores por empresas de investimento privado. A produção dos agricultores geralmente também é adquirida por empresas de investimento privado. O êxito da agricultura tem, portanto, uma estrutura industrial "ampulheta" em vários níveis, em que a investigação agrícola do sector público e algumas empresas privadas fornecem insumos a uma multidão de agricultores dispersos, cuja produção é, por sua vez, comprada, comercializada e transformada por um pequeno número de comerciantes privados, antes de ser vendida a uma multidão de consumidores dispersos geograficamente. Na agricultura, as famílias de agricultores dispersos recebem, cada uma, pequenos lucros dos respectivos terrenos e mão-de-obra, que voltam a investir em empresas familiares, tanto agrícolas como extra-agrícolas. As poupanças de alguns agricultores podem ser mobilizadas através do sistema bancário ou através de impostos, mas a maior parte da transferência de recursos orientada para a transformação estrutural ocorre no seio das famílias de agricultores. As condições propícias a este tipo de sucesso são acentuadamente diferentes das do sector mineiro, motivo pelo qual o sector agrícola vai ser discutido individualmente na secção seguinte.

A agricultura ainda é o pilar de muitas economias africanas. A maior parte da mão-de-obra africana ainda trabalha na agricultura: a proporção chega a ser de 80% numa série de países. A agricultura também perfaz grandes proporções do PIB na maioria dos países. Nos últimos anos, entre 15% a 20% do PIB da região subsariana no seu todo teve origem na agricultura. Mais importante ainda é o aumento constante no número de pessoas em África que não têm outra escolha senão a de ganhar a vida na produção agrícola, apesar do rápido crescimento do emprego não agrícola, visto que o crescimento populacional total do continente é tão rápido e o sector não agrícola é tão pequeno. Em suma, as economias africanas mantêm-se fortemente rurais e muito pobres, com um aumento do número de agricultores, apesar da rápida transformação para actividades não agrícolas. O destino daqueles deixados para trás pela transformação, incluindo a sua capacidade de migrar e partilhar dos benefícios da mudança estrutural, depende do crescimento da produtividade no sector agrícola. Dados recentes sugerem que este crescimento começou nos anos 2000 e que pode continuar a acelerar no caso de uma variedade de culturas em toda a África. A implicação é que, se for rentável, se as tecnologias adaptadas localmente forem disponibilizadas e as falhas do mercado puderem ser superadas, os pequenos agricultores podem tornar-se mais produtivo ao longo do tempo.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

As grandes empresas formais parecem ser menos afectadas pelas limitações impostas pelo aumento da produtividade agrícola e vinculá-las aos pequenos agricultores poderia catalisar aumentos de produtividade. Ainda se sabe muito pouco sobre a natureza das limitações "vinculativas" impostas pelo aumento da produtividade agrícola em África. São identificadas quatro falhas do mercado por Udry (a publicar) como sendo de extrema importância: *i)* restrições de crédito; *ii)* seguros imperfeitos; *iii)* externalidades de aprendizagem; e *iv)* direitos de propriedade inseguros. A ideia é que a presença de qualquer uma destas falhas do mercado pode levar a menores investimentos por parte dos agricultores. Este é, *de facto*, um lado da história. Mas um lado igualmente importante da história tem que ver com o marketing e a logística, porque muita da agricultura africana não possui litoral, pelo que acarreta custos muito elevados de transacção. Como Collier e Dercon (2009) apontam, há boas razões para acreditar que as grandes empresas formais estão menos vulneráveis a estas falhas do mercado e que, por meio de uma parceria com os pequenos agricultores, podem ser um importante catalisador para o crescimento da produtividade na agricultura. Por exemplo, as empresas formais são menos propensas a enfrentar restrições de crédito, por um sem-número de razões. Mantêm registos que podem ser auditados, os custos de supervisão por unidade são menores, dispõem, frequentemente, de garantia e, muitas vezes, têm acesso aos mercados internacionais de capital. Um seguro incompleto é susceptível de conduzir a menores investimentos em inovação por parte dos agricultores. O que também significa que choques negativos podem eliminar por completo grupos de pequenos agricultores. É mais provável as grandes empresas formais terem acesso a seguros pelas mesmas razões por que podem ter acesso ao crédito. Além disso, estarão mais dispostas a fazer experiências porque têm bolsos mais fundos. A aprendizagem requer experiências dispendiosas e é impossível internalizar os seus benefícios na íntegra. As organizações mais amplas são mais capazes de absorver estes custos, permitindo uma aprendizagem mais rápida. Além disso, a aprendizagem pode ser organizada mais sistematicamente em organizações mais amplas. Como resultado, uma organização de maior porte pode ser capazes de difundir conhecimentos de uma forma mais barata, rápida e eficaz.

Se a produção for fiável e de alta qualidade, os produtos agrícolas apresentam potencial para o aumento da adição de valor através da transformação. O mais recente relatório económico sobre África (Economic Report on Africa) da UNECA (UNECA, 2013) demonstra que a adequada disponibilidade de um abastecimento de matérias-primas de alta qualidade é um determinante crucial para o sucesso. Tal é ilustrado por experiências africanas na cadeia de valor do cacau. Enquanto a percentagem de produtos transformados das exportações de cacau no Gana duplicou desde 2007, os progressos são muito mais lentos na Nigéria e estagnaram nos Camarões, devido principalmente a problemas de disponibilidade e de qualidade de matérias-primas. O mesmo se verifica para a transformação do café na Etiópia. As empresas integradas verticalmente na indústria de legumes frescos do Quénia demonstram que abordagens holísticas, que tenham em conta questões de abastecimento e de transformação, parecem ser as mais promissoras.

Dados recentes do Gana ilustram de que forma a comercialização da agricultura pode, com sucesso, vincular os agricultores africanos aos mercados mundiais. A Blue Skies foi fundada em 1998 e é um exportador de fruta fresca para a Europa. A sua principal inovação é o facto de exportar toda a sua fruta para supermercados europeus no prazo de 48 horas após a colheita. Os produtos são enviados do terreno para a fábrica em Acra, onde são cortados, embalados e, em seguida, enviados imediatamente para a Europa por via aérea. Tal não só garante a frescura e a qualidade da fruta, mas também cria mais emprego a nível local, pois os produtos são colhidos e embalados no Gana. Além disso, a Blue Skies começou a recolher o excesso de sumo da fábrica e a vendê-lo no mercado local, a fim de alcançar uma economia de gama. A empresa compra os seus produtos usando um regime de produção sob contrato que detém contratos formais com 146 agricultores parceiros. Um dos 11 agrónomos da equipa pertencente à empresa visita cada agricultor semanalmente para supervisionar

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

a produção e prestar assistência técnica, garantindo que o agricultor atende às rigorosas normas europeias de importação. Além de prestar consultoria técnica, a Blue Skies também oferece crédito a alguns dos seus agricultores, com uma taxa de juro bonificada. Esta sólida estrutura de colaboração permite que a Blue Skies faça a ligação entre produtores rurais e mercados globais. Os agricultores também parecem ter beneficiado significativamente, dado que muitos conseguiram construir melhores casas e algumas aldeias foram ligadas à rede nacional de electricidade. Até agora, a Blue Skies expandiu as suas operações para o Brasil, o Egipto e a África do Sul e mantém centros de armazenamento no Senegal e na Gâmbia. Estas diferentes fontes permitem-lhe permanecer competitiva a nível global, mesmo na ocorrência de um choque local. No entanto, a empresa ainda enfrenta muitos desafios, especialmente com questões de terra, uma vez que os seus parceiros agricultores têm muitas vezes reivindicações dúbias relativamente ao terreno que usam para cultivar fruta para a empresa. Outro desafio é a dependência do transporte aéreo, que é caro e vulnerável a choques, como o do vulcão islandês, em 2010, que afectou os transportes aéreos europeus. A entrada nos mercados locais também tem sido difícil, pois a maioria das operações está localizada em zonas de comércio livre, que oferecem benefícios, mas exigem o pagamento de direitos de importação, se a empresa quiser vender a fruta no mercado local. No entanto, a Blue Skies ainda se destaca como um dos exemplos mais fortes de sucesso da agricultura africana no mundo, trazendo benefícios locais.

Os governos africanos já começaram a cooperar com o sector privado para facilitar a comercialização da agricultura. Salientam-se três tipos de intervenções: *i)* alienação de actividades em que o sector público não possui vantagem comparativa; *ii)* coordenação de investimentos em formação, infra-estruturas, logística e investigação e desenvolvimento (I&D); e *iii)* políticas para incentivar o IDE.

A experiência do Burquina Faso mostra que alienação pode ser uma estratégia sensata, caso o sector público não possua uma vantagem comparável. Tal como outros produtores de algodão da África Ocidental, o sector do algodão do Burquina Faso tem uma longa história de intervenção governamental nos mercados das matérias-primas e nos de produção. Inicialmente, o êxito e os ganhos de produtividade foram obtidos com base na promoção pelo governo da investigação e da inovação tecnológica e no apoio às organizações de agricultores. No final dos anos 1980, porém, as ineficiências do sistema, dominado pela empresa paraestatal Sofitex, tornaram-se cada vez mais evidentes. As auditorias do sector do algodão divulgavam custos excessivos resultantes de resíduos, de sobrecarga, da duplicação de responsabilidades, de uma gestão financeira pobre e de incentivos negativos ao controlo de custos. O sistema também tinha dado origem a acusações de corrupção e a comportamentos oportunistas por parte dos agricultores. Posteriormente, percentagens substanciais dos lucros da Sofitex foram utilizados para financiar partidos políticos, enquanto os preços pagos aos produtores caíram. Em última instância, esta situação levou a um colapso da produção no início dos anos 1990 e iniciou um processo de reforma gradual que iria durar os 14 anos seguintes. Juntamente com o investimento em instituições locais, tal permitiu uma transição suave para a liberalização do mercado (Kaminski, Headey e Bernard, 2009). A Sofitex envolveu o sector privado no sentido de disponibilizar funções para as quais não possuía vantagem comparativa, tais como prestação de insumos, serviços de transporte e descaroçamento do algodão, enquanto o estado manteve instalações de investigação e estabeleceu uma associação profissional em torno do sector do algodão composta por agricultores, banqueiros, funcionários do governo, o sector privado e institutos de investigação. Na sequência das reformas, a produção de algodão triplicou entre 1995 e 2007, resultando num aumento das receitas de exportação de 165 milhões de dólares americanos. O número de famílias no cultivo do algodão quase duplicou, passando de 95 000 para 175 000, o que, por sua vez, gerou 235 000 novos postos de trabalho, que beneficiaram cerca de 1.8 milhões de pessoas, directa e indirectamente . As reformas tiveram efeitos maciços no rendimento dos agregados familiares, o qual cresceu entre 19% e 43% (dependendo das estimativas), e na pobreza, que caiu de 62% para 47%.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

O caso da indústria da flor de corte na Etiópia oferece um exemplo da capacidade de o governo ajudar a coordenar as actividades e atrair IDE. A Etiópia apresenta uma série de vantagens sobre países africanos concorrentes na indústria das flores de corte, incluindo uma companhia aérea estatal de confiança e maior proximidade dos mercados europeus, mas, até ao ano 2000, tinham sido poucas as iniciativas por parte do governo ou do sector privado para desenvolver este empreendimento potencialmente lucrativo. Em 2002, a recém-formada Ethiopian Horticulture Producers and Exporters Association (Associação dos Produtores e Exportadores de Horticultura Etíope - EHPEA, na sigla inglesa) dirigiu-se ao governo, procurando apoio. Em resposta a estas solicitações, o governo etíope apoiou a nova indústria, coordenando o transporte aéreo de carga através da companhia aérea estatal Ethiopian Airlines, concedendo acesso a terrenos e a crédito em condições favoráveis, fazendo a prospecção de investimentos estrangeiros na indústria das flores de corte e removendo restrições à importação em massa de pesticidas e de fertilizantes para a indústria das flores (Gebreeyesus e Sonobe, 2012). Além disso, o governo, com o apoio do governo holandês e do EHPEA, teve um papel activo no desenvolvimento de um curso de capacitação na nova indústria das flores de corte e trabalhou com o sector privado para desenvolver processos de certificação para garantir a qualidade das exportações. Em resposta a estes esforços, o número de empresas de flores de corte passou de dez, em 2004, para 81, no final de 2009, enquanto as receitas cresceram de 3.7 milhões para 100 milhões de dólares americanos no mesmo período. O sector é agora uma das cinco principais fontes de divisas estrangeiras do país e uma fonte significativa de emprego para a mão-de-obra rural.

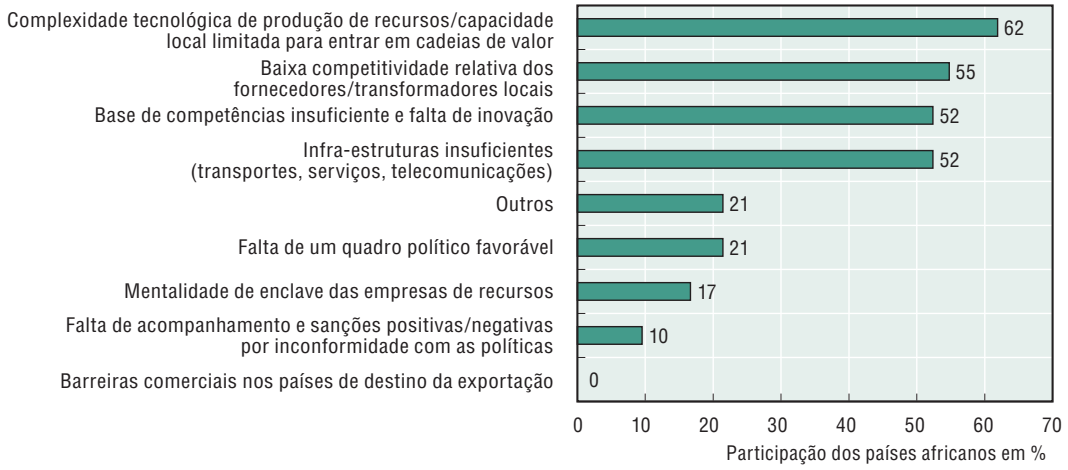
O Madagáscar também teve sucesso no desenvolvimento de da indústria de legumes frescos através da criação da Zona Franca Industrial de Exportação, em 1989 (Minten, Randrianarison e Swinnen, 2006). Esta zona oferece aos investidores que exportam 95% dos seus bens uma isenção temporária do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas de dois a 15 anos e direitos de importação e isenção fiscal. Os fabricantes de produtos têxteis e de vestuário representam a maior parte das empresas localizadas nesta área, mas, nos últimos anos, tem havido um aumento do investimento na produção de legumes de valor elevado destinados principalmente ao mercado europeu. A produção de legumes para exportação, principalmente feijão verde, através de micro-contratos, aumentou para quase 10 000 pequenos agricultores nas terras altas do Madagáscar. Uma análise de inquéritos revelou que estes agricultores têm, em média, receitas maia elevadas e uma maior estabilidade de rendimento do que os produtores não contratados. Além disso, com uma maior exposição a novos produtos agrícolas, e, por conseguinte, a novas técnicas de produção agrícola, disponibilizadas pela agricultura sob contrato (um acordo comum para muitos desenvolvimentos na cadeia de valor de valor elevado), houve externalidades do desenvolvimento da cadeia de valor do feijão verde para produção de alimentos para as famílias, tendo o arroz uma produtividade 64% superior em parcelas dos agricultores sob contrato do que nas dos seus vizinhos (Minten, Randrianarison e Swinnen, 2006). Em contraste com estudos anteriores de agricultura sob contrato (Delgado, 1999; Reardon e Barrett, 2000; Reardon et al., 2003), o caso do Madagáscar também mostra que os pequenos agricultores podem participar e integrar cadeias globais de valor, com êxito (Minten, Randrianarison e Swinnen, 2006).

4.3.2. Promover ligações

A economia dos recursos pode alimentar o desenvolvimento da competitividade internacional das indústrias fornecedoras. A curto prazo, o estabelecimento de redes de abastecimento interno pode fornecer postos de trabalho locais e estimular as externalidades tecnológicas. A longo prazo, estas podem originar capacidade e experiência locais, que podem resultar em indústrias fornecedoras que sejam competitivas internacionalmente, como demonstrado pela experiência da Austrália e da África do Sul. Relativamente ao tema da promoção de ligações, consulte também o último relatório económico sobre África (UNECA, 2013).

De entre os obstáculos às ligações, as maiores barreiras são as tentativas de alcançar tecnologias, a competitividade e as competências. Assim, a diversificação através das ligações a montante pode ser mais fácil de levar a cabo para os países em desenvolvimento do que a criação de indústrias a jusante. Principalmente por causa da concorrência internacional e da complexa tecnologia e das economias de escala, através das quais a transformação de recursos é muitas vezes caracterizada, o estabelecimento de ligações a jusante tem-se revelado um desafio para as economias em desenvolvimento (Ascher, 1999). Tal facto é confirmado pelo inquérito aos especialistas dos países do AEO (Figura 20), no qual a complexidade tecnológica, a baixa competitividade e a falta de competências e de inovação são nomeadas como os principais obstáculos ao desenvolvimento das ligações. Visto que as indústrias de transformação são, muitas vezes, intensivas em energia e em capital e oferecem, normalmente, menos retornos, o desenvolvimento de serviços relacionados com a exploração mineira e bens intermédios, que se concentre nas ligações a montante, oferece mais oportunidades, com maior efeito multiplicador e menos requisitos de capital (Korinek, 2013).

Figura 6.20. **Obstáculos às ligações: Alcançar tecnologias, competitividade e competências são os maiores obstáculos em África**



Nota: Várias respostas eram possíveis.

Fonte: Inquérito aos especialistas dos países do AEO.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932807873

Em termos de postos de trabalho, as ligações a montante com as cadeias de fornecimento dos produtores de recursos oferecem um potencial significativo para a criação de emprego. Uma análise do sector mineiro na Zâmbia mostra que, para cada 10 postos de trabalho directos no sector mineiro, são criados 6.5 junto dos fornecedores mineiros primários. Os rendimentos gerados nas indústrias mineiras e fornecedoras estimulam as indústrias não mineiras, que crescem e contratam novos funcionários. Dessa forma, o número total de postos de trabalho criados em correlação com as minas na Zâmbia é quase cinco vezes mais elevado que o emprego directo no sector (McMahon e Tracy, 2012). Um estudo do sector do ouro no Gana, onde 2.8 postos de trabalho foram criados no abastecimento por cada emprego directo na exploração mineira, confirma estes resultados. Contabilizando o emprego criado nas indústrias fornecedoras, nos seus fornecedores e nas indústrias que cresceram devido ao aumento da procura de pessoas empregadas na indústria mineira e respectivo fornecimento, o emprego total (incluindo emprego informal) gerado foi 28 vezes mais do que nas próprias operações mineiras do ouro (Kapstein e Kim, 2011). Um estudo do Banco Mundial que investigou os efeitos das minas sobre o emprego na América Latina, no Canadá e na Espanha verificou um intervalo de 0.03 a 3.1 postos de trabalho criados em empresas de fornecimento mineiro por cada emprego directo nas principais empresas (McMahon e Remy, 2001).

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

As ligações a montante são um canal para as externalidades tecnológicas das principais empresas de matérias-primas. A teoria tradicional, com base em Singer (1950), de que há poucas oportunidades para a transferência de tecnologia em sectores de matérias-primas, está incorrecta. Esta concepção errónea limitou a sua promoção através de políticas direccionadas no passado. No entanto, os depósitos de matérias de extracção e energéticas, em particular, têm características específicas do local, que exigem um *know-how* e tecnologias à medida. Estes podem ser desenvolvidos internamente e fornecidos aos produtores de recursos internacionais. Acresce ainda que a necessidade de cumprir com as normas mundiais, a procura de produtos diferenciados e a rápida difusão das tecnologias da informação contribuem para uma actualização tecnológica dinâmica (Kaplinsky, 2011).

Um enfoque na indigenização levou a ligações a montante débeis em Angola, na Tanzânia e na Zâmbia. A Zâmbia é um exemplo de amplitude considerável, mas pouca profundidade de ligações a montante. As grandes minas compram entre 60% a 86% dos bens e serviços necessários para as suas operações no mercado interno. Embora pareça promissor, muitos desses fornecedores locais são, na realidade, simples importadores intermediários. O nível de valor acrescido local nestas operações é mínimo. Em Angola, a adição de valor interno devido a ligações a montante tem estado principalmente limitado à mão-de-obra local. O governo coloca uma forte ênfase sobre o emprego dos cidadãos angolanos e a melhoria das suas competências para ir ao encontro desses objectivos. Esta medida vem acompanhada por um tratamento preferencial dos fornecedores nacionais. Os produtores de recursos são obrigados a comprar exclusivamente a empresas nacionais todos os bens e serviços que não exijam um elevado valor do capital ou um *know-how* especializado, caso o seu preço não exceda o preço das importações em mais de 10%. Enquanto as aquisições locais estavam, inicialmente, limitadas aos bens e serviços básicos, houve um aumento significativo na percentagem da mão-de-obra angolana no valor acrescido interno, entre 2003 e 2009. Na Tanzânia, a legislação limitada quanto ao conteúdo local, a políticas inconsistentes e a uma supervisão fraca levaram a um mau desenvolvimento das ligações a montante. Não existem disposições que limitem as importações de abastecimentos pelas principais empresas nem que lhes exija o emprego ou a formação de cidadãos nacionais. Muito pelo contrário, as minas têm acesso a importações com isenção de direitos, ao passo que os fornecedores não, o que destaca a importância da harmonização das políticas. Embora os requisitos para que as empresas mineiras comprem os abastecimentos a nível local tenham sido introduzidos recentemente, não foram estabelecidas metas claras, não existem disposições para a supervisão e não existem incentivos nem sanções. O resultado foi uma actividade a montante fraca, que se limita essencialmente a três empresas que prestam serviços geoquímicos e que haviam lançado as suas operações na altura em que o estado tinha controlo exclusivo sobre a indústria mineira do ouro (Morris, Kaplinsky e Kaplan, 2013).

Um enfoque específico na adição de valor local tornou os esforços da Nigéria mais bem-sucedidos. A Nigéria tem conseguido, com êxito, alcançar um considerável valor acrescido local. A importância da diferenciação entre a indigenização e a adição de valor local foi há muito reconhecida nas suas políticas. O Nigerian Content Act (Lei de Conteúdo Nigeriano) de 2010, por exemplo, exige expressamente que qualquer dos operadores do sector de petróleo e gás nigeriano disponibilizem um plano de conteúdo nigeriano. A qualidade desta proposta é considerada na licitação para as licenças. Estas não são atribuídas com base apenas no critério do preço, mas pode ser concedidas a empresas com propostas de conteúdo local superior, se os seus preços não excederem a oferta mais baixa em mais de 10% (Morris, Kaplinsky e Kaplan, 2013 e UNCECA, 2013).

As oportunidades de desenvolvimento de ligações a montante resultam de um processo de orientação para o mercado de aumento da subcontratação e podem ser apoiadas pela cooperação activa entre o governo e o sector privado. Uma maior concorrência a nível global obriga as empresas a concentrar-se nas actividades principais. Ao mesmo tempo, as competências locais cada vez mais desenvolvidas adaptam-se às necessidades da indústria

de recursos. Dessa forma, tanto a amplitude como a profundidade das redes de fornecedores locais podem aumentar. Foi o que aconteceu no Gana, na África do Sul e na Zâmbia em medidas diferentes, reflectindo o tempo decorrido desde a introdução da produção dos recursos no país. Este processo de orientação para o mercado pode ser complementado por políticas públicas para melhorar o ambiente empresarial (Kaplinsky, 2011).

Para constituir um motor da transformação estrutural, as ligações a montante devem apresentar três componentes principais. Em primeiro lugar, as empresas locais da cadeia de fornecimento das principais empresas têm de ser comercialmente viáveis e capazes de funcionar de forma independente. Em segundo lugar, têm de cumprir o seu objectivo de criação de emprego, actualização tecnológica e diversificação económica. E, em terceiro lugar, as ligações a montante têm que envolver uma parte substancial do valor acrescido local, em vez de se limitarem a indigenizar as funções de importação das principais empresas. O desenvolvimento de indústrias de abastecimento que apresentem estas características pode ser suportado por uma estreita cooperação entre o governo e as principais empresas, de modo a fornecer as condições de enquadramento necessárias. Estas implicam a competitividade das empresas locais, a disponibilidade de competências e de um sistema de inovação e um ambiente favorável para as empresas em geral. Além disso, o compromisso de os investidores estrangeiros integrarem redes de fornecedores locais e construírem capacidades locais é crucial.

O governo desempenha um papel muito importante na modelação das condições de enquadramento para as ligações a montante, eliminando falhas comuns de mercado. Tal pode ser ilustrado pelo êxito da participação do governo local no desenvolvimento de um sector comercial da batata na China, em que a intervenção do governo local em quase todas as fases do processo facilitou o desenvolvimento de um sector comercial da batata. O governo local desempenhou um papel no desenvolvimento das infra-estruturas, investigando novas variedades de batata, instituindo uma associação de comércio da batata, fazendo pressão sobre o governo central para aumentar as quotas de vagonetas e atraindo empresas de transformação (Zhang e Hu, 2011). Graças à constante intervenção do governo local, muitas das restrições ao desenvolvimento das pequenas explorações agrícolas que surgiram continuamente ao longo do processo puderam ser contornadas, à medida que se desenvolveram.

As disposições de conteúdo local podem constituir um instrumento político eficaz na promoção das ligações a montante. Especialmente no caso de empresas estrangeiras que investem em sectores de matérias-primas, os governos podem utilizar o seu poder de negociação para as forçar a aprofundar o desenvolvimento de redes de fornecedores locais. As estratégias das empresas líder, que são os principais determinantes do desenvolvimento bem-sucedido das ligações a montante, podem, assim, ser influenciadas em favor dos interesses nacionais.

Promover a introdução de normas comuns reduz os custos de transacção e traz benefícios à indústria a montante. A harmonização é crucial para prevenir efeitos adversos sobre o comércio. Se as normas em matéria de segurança, de garantias ou de tecnologias da informação puderem ser harmonizadas entre diferentes empresas líder de matérias-primas de um país, o custo de acesso para fornecedores locais pode ser reduzido e a rentabilidade, incrementada. Dado que os esforços individuais para promover normas comuns são dispendiosos e lentos para os próprios fornecedores, o governo tem um importante papel a desempenhar a fim de facilitar a cooperação entre os fornecedores e as principais empresas (Korinek, 2013). No entanto, devido à dimensão reduzida do mercado da maior parte dos países africanos, as normas nacionais divergentes podem infligir custos significativos quando aplicadas aos bens transaccionáveis. Assim, a harmonização em todos os países é essencial.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Os fornecedores locais podem ser promovidos através de regulamentações de tratamento preferencial. Desta forma, as empresas de matérias-primas são obrigadas a comprar os seus abastecimentos exclusivamente a partir de empresas nacionais, caso os preços destas não excedam os do mercado internacional por mais de uma margem pré-especificada. Para tal efeito, é claramente importante definir as empresas nacionais como empresas em que os cidadãos nacionais detêm, pelo menos, 51% do capital social. Além disso, as principais empresas podem ser obrigadas a fornecer planos de aumento do valor acrescido local nas respectivas correntes de insumos. Dessa forma, reduz-se o risco de uma simples promoção da subcontratação de funções de importação. A fim de assegurar condições realistas, estes regulamentos têm que ser adaptadas ao estado das redes internas de abastecimento. Pode ser, por isso, útil indicar claramente em que casos os insumos podem ser adquiridos nos mercados internacionais, se não estiverem disponíveis localmente (Morris, Kaplinsky e Kaplan 2013). Nessas circunstâncias, pode haver disposições para que as empresas empreendam programas de desenvolvimento de fornecedores, a fim de garantir um progresso na construção de uma indústria a montante.

Desenvolvimento de infra-estruturas que integre as necessidades das principais empresas e fornecedores pode promover especificamente as ligações transversais entre exploração mineira e agricultura. A implantação de infra-estruturas multi-usos poderá oferecer novas oportunidades aos produtores agrícolas para o abastecimento de empresas no sector mineiro. Simultaneamente, as infra-estruturas poderiam facilitar a sua entrada em mercados de exportação. Em Moçambique, o Corredor de Crescimento Agrícola da Beira (BAGC, na sigla inglesa) foi criado numa parceria entre o governo, o sector privado, os agricultores locais e a comunidade internacional. A iniciativa destina-se a aumentar a produtividade agrícola e a melhorar os rendimentos dos agricultores locais através da comercialização da agricultura de subsistência e da canalização de investimentos privados para a região, que é o lar de ricas reservas de carvão. Trata-se, assim, de abordar os problemas da baixa produtividade laboral e da falta de competências, razões por que a maioria dos abastecimentos é actualmente obtida em Maputo, os quais, por sua vez, são principalmente importados (Doepel e Bolton, 2013).

A formação de relações entre as principais empresas e os fornecedores pode ser facilitada pela prestação de informações, tais como mapas empresariais. Como muitas empresas internacionais de matérias têm poucos conhecimentos sobre os fornecedores existentes nos países em desenvolvimento, a prestação de informações sobre os mesmos através de mapas empresariais ou bases de dados ajuda a facilitar o intercâmbio e o início do contato. O mesmo se aplica aos potenciais fornecedores, que podem beneficiar de informações sobre os requisitos dos principais produtores de matérias-primas e as actuais estruturas de compra. Os mapas empresariais contendo informações sobre as empresas que operam nos sectores dos recursos podem tornar o desenvolvimento de ligações mais fácil. Foram desenvolvidos tais mapas empresariais para a Etiópia, o Gana e a Tanzânia pelo International Growth Centre (Centro Internacional de Crescimento). Os mapas contêm perfis por sector, cadeias de fornecimento pormenorizadas e informações detalhadas sobre as grandes empresas dentro de cada sector, bem como as suas fontes de insumos. Esta informação pode ser muito útil tanto para governos que procuram identificar áreas potenciais para a promoção de ligações a montante, como para as empresas nacionais que visam entrar nas cadeias de fornecimento (Sutton e Kellow, 2010; Sutton e Kpentey, 2012; e Sutton e Olomi, 2012). Foram criadas mais bases de dados dos fornecedor pela Small Business Projects (pequenos projectos empresariais - SBE, na sigla inglesa), na África do Sul, e pela Exxon Mobil, no Chade (Jenkins et al., 2007). Visto que os mapas empresariais têm boas características para o público, faz sentido que sejam disponibilizados centralmente.

Aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas (PME) na cadeia de fornecimento, através de um melhor acesso ao financiamento e da actualização das suas capacidades, pode estabelecer as pré-condições necessárias para o desenvolvimento de ligações a montante. Em mercados integrados internacionalmente, as principais empresas

de matérias-primas não podem desvalorizar as suas necessidades e requisitos, pois também elas têm de se manter competitivas. Assim, a capacidade dos fornecedores locais tem de ser actualizada para que se tornem parceiros viáveis para a subcontratação ou alternativas viáveis aos fornecedores internacionalmente estabelecidos (Baxter, Isaiah e Shen Xiaofang, 1996). Para que isso aconteça, os sectores público e privado devem cooperar para minimizar os custos e maximizar os resultados de tais programas, adaptando-os às reais necessidades das principais empresas.

Para permitir às PME locais tornar-se parte das cadeias de fornecimento, o acesso ao financiamento tem de sofrer um incremento. Especialmente nos países em desenvolvimento, os fornecedores são sobretudo as empresas que se integram nos limites superiores das PME (Baxter, Isaiah e Shen Xiaofang, 1996). Os pequenos fornecedores têm, por norma, acesso limitado a fundo de maneio, e, portanto, muitas vezes, não conseguem fornecer insumos a preços competitivos. Especialmente em países ricos em recursos, as flutuações da taxa de câmbio enfraquecem a sua posição competitiva. Os contratos com as empresas internacionais são muitas vezes denominados em dólares americanos. A apreciação da moeda nacional, juntamente com forte procura, provoca, muitas vezes, um aumento dos preços dos insumos. Os pequenos fornecedores, em particular, são com frequência obrigados a transmitir estes aumentos aos clientes, o que compromete a sua competitividade. Uma prática generalizada de paridade dos preços dos insumos em vez de preços locais competitivos representa outra desvantagem para os fabricantes nacionais em relação aos seus concorrentes internacionais. (Lydall, 2009). Um maior acesso ao financiamento pode fortalecer os fornecedores locais e ajudá-los a atenuar estes efeitos adversos. Na Nigéria, isso foi conseguido através do Nigerian Content Support Fund (Fundo de Apoio ao Conteúdo Nigeriano - NCSF, na sigla inglesa). Este fundo, que vale 350 milhões de dólares, foi criado exclusivamente para oferecer capital às empresas fornecedoras internas, concentrando-se explicitamente nas aquisições e no fabrico, nos serviços de engenharia e na construção. Em conjunção com uma disposição de conteúdos locais alinhados, esta expansão de oportunidades de financiamento permitiu a Nigéria elevar o seu conteúdo local de 5%, em 2004, para 35%, em 2010 (Otti, 2011).

As capacidades locais podem ser melhoradas com os requisitos em matéria de emprego local, dando, assim, às principais empresas incentivos para participarem em programas de formação e melhorarem as capacidades dos fornecedores. A participação local na cadeia de valor pode ser alcançada através de requisitos de formação e contratação de mão-de-obra local, tanto nas principais empresas como nas respectivas redes de fornecedores. Tal pode ser implementado através da regulamentação do emprego preferencial de trabalhadores domésticos por lei, sempre que não possa ser comprovada a falta de trabalhadores locais. Esta medida proporciona emprego à população activa local e expõe-na às tecnologias utilizadas pelas principais empresas. Pode, assim, ser iniciado um processo dinâmico de transferência de competências e de desenvolvimento de ligações, à medida que os funcionários locais se familiarizarem com as operações e com as necessidades de abastecimento das empresas líder. As empresas estrangeiras activas nos países em desenvolvimento afirmam, muitas vezes, que os fornecedores locais não conseguem cumprir os seus requisitos porque lhes falta capacidade de gestão e tecnológica (Baxter, Isaiah e Shen Xiaofang, 1996). Este processo alinha os seus interesses com as regulamentações de prestação de planos para o recrutamento e a formação dos moradores locais. A prestação de tais planos pode ser solicitada em intervalos pré-determinados, a fim de acompanhar o progresso e supervisionar o seu cumprimento. Além disso, as empresas podem ser obrigadas a contribuir financeiramente para os programas nacionais de formação técnica focada em competências necessárias nos sectores a montante (Morris, Kaplinksy e Kaplan, 2013; Saggi, 2002). O investimento na construção das redes de fornecedores internos pode compensar as principais empresas a longo prazo, através da redução dos custos de produção e uma melhor reputação (IFC, 2013). De acordo com as lições aprendidas num bem-sucedido programa de formação das PME em Moçambique, o processo deve ser planeado e implementado em várias fases. Depois de uma fase de preparação geral, devem ser desenvolvidos planos de formação de acordo com as lacunas

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

de competências identificadas. Para a implementação destes planos, deve ser disponibilizada formação empresarial e técnica, para reduzir essas lacunas. Esses esforços devem ser reforçados por planos de melhoria individual. Após uma avaliação intermédia do progresso, deve ser fornecida mais formação orientada. A fase de formação termina com uma avaliação final que ofereça uma base para a melhoria contínua do programa de formação (Jaspers e Mehta, 2008).

Caixa 6.17. **Exemplos de formação em PME**

Em Moçambique, os esforços por parte de uma empresa de matérias-primas líder para actualizar as capacidades dos fornecedores locais têm-se revelado muito bem sucedidos. O governo apercebeu-se do risco da utilização de um projecto de capital intensivo num único local como forma de fomentar o desenvolvimento e, por isso, colocou grande ênfase no desenvolvimento de ligações desde o início (UNECA e UA, 2011). O programa Mozlink, executado pela empresa de matérias líder Mozal, uma fundidora de alumínio, juntamente com a International Finance Corporation (Empresa de Financiamento Internacional - IFC, na sigla inglesa) e o Investment Promotion Centre (Centro de Promoção de Investimentos) de Moçambique, foi concebido para desenvolver a capacidade dos fornecedores locais, para que estes pudessem competir com êxito em contratos com a Mozal e outras empresas internacionais. Entre 2002 e 2007, foram 45 as PME formadas. Ao longo de todo o projecto, os gastos operacionais da Mozal em empresas moçambicanas aumentaram de 5 milhões de dólares para 17 milhões de dólares por mês. O número de empresas nacionais que forneceu insumos à Mozal aumentou de 40 para 250 e a qualidade da gestão, da manutenção e da segurança nas PME aumentou 20%, em média. Devido ao grande sucesso do programa, será implementado um sucessor pela Mozal, a Sasol, a Cervejas de Moçambique e a Coca-cola em cooperação com o IFC, para criar oportunidades às empresas locais de entrarem nas cadeias de valor das grandes empresas multinacionais que operam no país (Jaspers e Mehta, 2008).

No Gana, as capacidades das empresas de fornecimento mineiro foram actualizadas para aumentar o seu acesso ao mercado de capitais . Foi dada formação pelo Renaissance Africa Group (Grupo Renascença África - RA), um banco de investimento privado, para diversificar a sua carteira. No mercado interno, as empresas ganesas são geralmente pequenas e enfrentam restrições nas capacidades técnicas e de gestão, o que, por sua vez, limita o acesso ao financiamento. No entanto, para obter acesso à cadeia de fornecimento mineiro, é necessária a capacidade de oferecer novos contratos, assim como possibilidades de financiamento. A RA, por conseguinte, apoia a actualização dos processos das empresas fornecedoras locais e forma os seus funcionários para as negociações com as instituições financeiras. Também presta auxílio no processo de diligência devida. Ao longo do processo, as empresas são familiarizadas com as exigências dos mercados internacionais no que diz respeito à sua capacidade de crédito e à solidez do seu modelo de negócios. Ao mesmo tempo, recebem apoio para a abordagem de quaisquer deficiências identificadas (Gidi, 2011).

Os esforços por parte das principais empresas no sentido de aumentar as compras locais podem ser benéficos para todas as partes. O desenvolvimento de redes de fornecedores locais beneficia não apenas a economia nacional, através da criação de emprego e de externalidades das tecnologias, mas também é vantajosa para as próprias empresas líder. Por meio de uma cooperação activa com os governos, pode haver uma maior facilidade de coordenação das políticas para a promoção eficaz de redes de fornecimento fiáveis e competitivas, nas suas imediações. A longo prazo, estas redes fornecedoras conduzirão a reduções de custos para as principais empresas. Além disso, as empresas de matérias-primas tornam-se mais socialmente responsáveis e, assim, melhoram a sua reputação a nível internacional e local (IFC, 2013).

Para implementar programas locais de aquisição com êxito, são necessários o compromisso das principais empresas e uma abordagem bem pensada. As principais empresas podem usar o seu poder de compra para apoiar os fornecedores locais, adaptando as suas estratégias de aquisição. Geralmente os processos de aquisição das empresas líder visam comprar bens e serviços ao menor custo possível e com a maior fiabilidade possível. Esta estratégia coloca os fornecedores em desenvolvimento numa situação de desvantagem, uma vez que não são tão bem conhecidos e são menos previsíveis e as soluções inovadoras não atendem às especificações normalizadas. A fim de facilitar o desenvolvimento de fornecedores locais de classe mundial, estas práticas de aquisição têm de ser adaptadas (Korinek, 2013). Para ser eficaz, o desenvolvimento de fornecedores locais deve estar reflectido na visão da empresa líder e impulsionado e apoiado desde o topo da organização (Morris, Kaplinsky e Kaplan, 2013). Para apoiar o processo, é de utilidade o estabelecimento de uma unidade de desenvolvimento local para os fornecedores e os contratantes, bem como um comité directivo. É importante identificar uma entidade para assumir o programa a partir do início, e envolver estreitamente as organizações locais e o governo local no sentido de garantir a sustentabilidade do programa para além da sua vida útil. Idealmente, a avaliação do potencial de desenvolvimento das ligações deve ser realizada o mais cedo possível, no curso das operações da empresa líder. Isso vai ajudar a alinhar grandes contratantes com a estratégia de conteúdo da empresa local e ajudar a gerir as expectativas da comunidade. Para garantir que as condições locais são devidamente tidas em conta, deve ser envolvido um especialista local na concepção do programa. O *feedback* precoce vai ajudar a adaptar o programa às características específicas do local. Para uma implementação e um envolvimento bem-sucedidos, é necessário apoio à gestão a todos os níveis. No que concerne as comunicações e a gestão das expectativas, é importante estar consciente da cultura local e permitir tempo de adaptação (Newmont e IFC, 2009).

Os principais elementos de programas eficazes incluem condições rigorosas de identificação do fornecedor, programas de formação, acesso ao financiamento, condições de pagamento favoráveis e uma comunicação transparente dos requisitos de aquisição. A prestação de formação adaptada aos potenciais fornecedores para os ajudar a satisfazer os requisitos das principais empresas foi bem sucedida em muitos casos. Além disso, tem de ser concedido aos fornecedores locais o acesso a oportunidades de financiamento, para que possam crescer e melhorar o seu desempenho. Pelo mesmo motivo, têm de ser concebidos mecanismos de pagamento para favorecer as empresas locais e aumentar o seu fluxo financeiro. Para a identificação de potenciais fornecedores, recomenda-se uma abordagem orientada para a optimização de recursos, em combinação com rigorosos critérios de selecção para a entrada na base de dados, de forma a garantir a sua qualidade. Futuras oportunidades de aquisição devem ser comunicadas com transparência e logo que possível, a fim de permitir um orçamento realista e a preparação para a apresentação de propostas. E, por último, é preciso que haja uma consciencialização de que as PME locais geralmente só estão dispostas a pagar taxas de formação e de aconselhamento após os seus efeitos terem sido demonstrados (Newmont e IFC, 2009).

Caixa 6.18. **Exemplos de apoio de empresa líder ao desenvolvimento de fornecedores**

A Zimele é um exemplo de uma iniciativa do sector privado para promover o desenvolvimento de fornecedores na indústria mineira da África do Sul. A Zimele é uma pequena empresa que surgiu em 2000, a partir da iniciativa empresarial criada pela Anglo-American e pela DeBeers, em 1989. Procura oportunidades para as PME locais geridas ou propriedade de pessoas anteriormente desfavorecidas para o fornecimento de bens ou serviços ao grupo Anglo. Além disso, apoia as PME mais amplamente por meio de financiamento, de transferência de competências e de assistência técnica. Estes objectivos são atingidos pela identificação das necessidades dos departamentos de compra da Anglo e pela compra dos insumos necessários às PME

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

locais. As PME recebem propostas às quais conseguem fazer face, é-lhes prontamente pago e são apoiadas por meio de formação. A Zimele também fornece empréstimos e tem participações minoritárias no capital de PME, sempre com estratégias claras de saída. Como resultado, o montante que a Anglo gasta em insumos provenientes de PME tem vindo a aumentar rapidamente. Em 2006, a Zimele investiu em 100 empresas e desinvestiu de 70 delas. Dessas, 90% sobreviveram. Os factores de sucesso do projecto incluem, como critérios de avaliação, estratégias claras de saída, assinalar a necessidade de se tornar rentável, o enfoque sobre a criação de empresas viáveis em vez de postos de trabalho e sustentabilidade comercial (Van Rendsburg, 2006).

No Madagáscar, a mina de níquel e de cobalto Ambatovy estabeleceu uma rede de fornecedores locais através da sua Ambatovy Local Business Initiative (Iniciativa Empresarial Local de Ambatovy - ALBI, na sigla inglesa). Na sequência de uma política de "comprar localmente, contratar localmente", o programa ALBI visa maximizar a aquisição local. Consequentemente, as empresas locais capazes de responder às necessidades da empresa são registadas numa base de dados utilizada pela empresa e os seus fornecedores, a qual, actualmente, tem 2 000 entradas. Além disso, a ALBI oferece aconselhamento e formação para PME locais, focando-se em áreas como a contabilidade, a gestão de projectos, a liderança, o controlo de qualidade, a administração de contratos, a aquisição, o ambiente, a saúde e a segurança, relações industriais e a gestão da mudança e do crescimento. No final de 2010, mais de 500 PME locais, em 54 sectores, haviam recebido ordens de compra da Ambatovy, no valor de 1.2 mil milhões de dólares. Além disso, é dada formação e assistência aos agricultores locais a quem a mina compras os insumos para a sua alimentação. Além disso, os agricultores beneficiaram de estradas estabelecidas ao longo de condutas (Ambatovy, 2010).

A experiência da indústria nigeriana do petróleo mostra que uma comunicação transparente e uma gestão eficaz das expectativas são de extrema importância para uma aquisição de investimentos. Num inquérito de 2010, 75% das empresas petrolíferas afirmaram ter programas de desenvolvimento do fornecimento para as empresas locais. Estes incluem diferentes formas de cooperação vertical, tais como troca de informações; assistência no melhoramento da qualidade, tempos de entrega e fiabilidade; desenvolvimento de produto; actualização tecnológica; e formação. Apenas 27.5% dos próprios fornecedores, no entanto, entenderam os esforços as empresas líder na promoção da emergência e do desenvolvimento das empresas locais. Além disso, estes esforços foram atribuídos sobretudo ao facto de as empresas líder serem forçadas a fazê-lo por exigências de conteúdo local. Os fornecedores presumiram que as empresas multinacionais não poderiam apoiar os fornecedores locais de insumos devido aos seus objectivos de maximização dos lucros e alguns até especularam que os padrões foram elevados desnecessariamente para impedir que os trabalhadores locais conseguissem uma licitação bem sucedida (Morris, Kaplinsky e Kaplan, 2013).

Na Zâmbia, as principais empresas do sector do cobre envolvem-se com os fornecedores de diversas maneiras. Alguns desenvolveram contratos de futuros (FPA, na sigla inglesa) com fornecedores capazes. Desta forma, os compradores comprometem-se a adquirir determinadas quantidades de bens e serviços a um fornecedor a longo prazo. Os fornecedores, por sua vez, têm de cumprir prazos de entrega reduzidos. Em conjunção com os sistemas de pagamento antecipado, estes acordos promoveram a actualização dos processos, dado que os fornecedores estavam habilitados a basear os seus investimentos num fluxo de receitas mais abrangente. O apoio das principais empresas também incluiu disposições logísticas, através das quais foram recolhidos abastecimentos em pontos de coleta predefinidos, o que reduziu os custos de transporte e os tempos de entrega dos fornecedores. Acresce ainda que as principais empresas trocaram informações e disponibilizaram *feedback* de qualidade (Morris, Kaplinsky e Kaplan, 2013).

Conclusão

Este capítulo teve início com a proposição de que as economias africanas hoje em dia enfrentam nada mais, nada menos do que o formidável desafio de criar mais e melhores empregos, não só mantendo o ritmo de crescimento, mas também tornando-o mais inclusivo. Em comparação com a tendência histórica da África, o ritmo do crescimento do PIB tem sido, *de facto*, impressionante e é provável que assim continue. O crescimento rondou uma média de 5.1% desde 2000, duplicando a taxa de crescimento média dos anos 1990 e o presente relatório prevê uma perspectiva favorável contínua para os anos vindouros (Capítulo 1). No entanto, a proporção de emprego/população, que mede a percentagem de população em idade activa realmente empregada, manteve-se praticamente inalterada ao longo dos últimos 20 anos. Chegou aos 60% in 2011, em comparação com os 59% de 1991.

Para que seja de emprego intensivo, o crescimento tem de se fazer acompanhar de transformação estrutural: isto é, a deslocação de recursos económicos de actividades de baixa produtividade para outras mais produtivas. Engloba dois elementos: a emergência de novas e mais produtivas actividades e a deslocação dos recursos e da mão-de-obra das actividades tradicionais para estas mais novas, aumentando a produtividade geral e, com ela, os salários e a qualidade dos empregos. O registo africano de transformação estrutural é contraditório. O crescimento da produtividade foi mais lento do que noutras regiões do mundo, mas, após uma década de reajustes, a mão-de-obra começou a deslocar-se na direcção certa desde 2000 – das actividades menos produtivas para as mais produtivas. África ganha, assim, em comparação com a América Latina, que continua a verificar movimentos líquidos de mão-de-obra para actividades menos produtivas, porém, o fosso em relação à Ásia está a alargar-se.

De modo a acelerar esta transformação estrutural nascente, os países africanos têm de tirar o máximo partido dos sectores e das capacidades existentes. Salvo algumas excepções (nomeadamente os pequenos estados insulares), os recursos naturais de origem agrícola e extractiva representam uma percentagem importante da actividade económica e exportações na maioria dos países africanos. Vários países por todo o mundo demonstraram que os sectores dos recursos naturais podem impulsionar a transformação estrutural caso os governos implementem as condições e as políticas adequadas e se concentrem na gestão da riqueza dos seus recursos para o bem comum. Também sabemos, com base em erros passados, que incitar uma transformação estrutural sem olhar às capacidades existentes e a um sector primário sólido é insustentável. Uma forte procura por parte dos parceiros emergentes e termos de troca dos recursos naturais historicamente favoráveis oferecem aos países africanos uma grande oportunidade que deve ser aproveitada.

Contudo, apenas alguns países africanos podem afirmar ter desenvolvido um sector primário que está à altura do seu potencial. A agricultura, em especial, há muito que vem sendo penalizada pelo seu notório atraso, ao invés de receber o apoio que a poderia ter transformado num motor da transformação estrutural, como na China ou na Índia. Mas os recursos extractivos tão-pouco enfrentaram um ambiente ideal. Apesar do *boom* global dos recursos na última década, a riqueza de recursos de África cresceu mais vagarosamente do que noutros lugares, indicando que há muito por onde melhorar.

A principal mensagem deste capítulo é que a mudança estrutural no sentido de actividades mais produtivas e melhores empregos está intimamente ligada a um sector de recursos naturais forte. Embora a dependência de quaisquer produtos, mas sobretudo a dependência de matérias-primas de extracção de rendas elevadas, possa impedir a diversificação e o crescimento inclusivo, os países com um sector de matérias-primas diversificado também tendem a possuir actividades mais diversificadas noutros sectores. Muitos dos ingredientes essenciais para a transformação estrutural, tais como infra-

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

estruturas; educação e competências; boas instituições e regulamentações; capacidade do governo; um sistema fiscal equilibrado; acesso financeiro; e mercados suficientemente grandes e eficazes são também condições necessárias para uma indústria agrícola e uma indústria extractiva sólidas, sendo o petróleo off-shore uma excepção.

Os quatro passos políticos para a transformação estrutural baseada nos recursos naturais descritos no presente relatório constituem um desafio, mas podem ajudar os países africanos a escolher o caminho certo. Como é óbvio, cada país é diferente nas suas dotações e respectivo nível de desenvolvimento, pelo que uma análise em traços gerais como a que se apresenta aqui exige, necessariamente, adaptação. As economias africanas mais diversificadas não precisam de se preocupar tanto em superar a dependência, mas sim em disponibilizar a investigação, as competências e o ambiente regulador que permitam aos recursos naturais impulsionar ainda mais a transformação estrutural. Países como o Uganda, a Tanzânia, Moçambique e o Quénia, onde arrancará em breve uma produção significativa de hidrocarbonetos têm a oportunidade de aprender com os erros e os êxitos dos seus pares e construir um quadro político que considere todos os quatro passos da transformação estrutural baseada em recursos naturais. Tal inclui a implementação das condições adequadas à diversificação e a sectores dos recursos naturais fortes; a optimização das receitas dos recursos através de tributação e de negociação, gerindo o seu investimento e tendo em conta a capacidade de absorção; incitando activamente a transformação estrutural por meio do apoio à agricultura; e trabalhando com investidores estrangeiros e empresas nacionais para criar ligações estáveis e oportunidades de aprendizagem em torno das matérias-primas.

Os recursos naturais de África também requerem compromisso por parte dos seus parceiros. O incremento da procura global de recursos naturais impulsionou as exportações africanas e trouxe grandes quantidades de investimento estrangeiro ao continente (Capítulo 2). Porém, nem todo o envolvimento estrangeiro tem sido inequivocamente positivo, especialmente quando ignorou a transparência e a sustentabilidade. Os investidores e os países parceiros podem fazer muito para melhorar esta situação. As iniciativas em prol da transparência e os diálogos entre as várias partes interessadas são uma força positiva neste aspecto. Além do que as empresas internacionais podem também fazer muito para estabelecer parcerias com as empresas locais e as escolas, garantindo a criação de empregos e capacidades locais. Os países parceiros podem fazer mais para permitir as exportações africanas de produtos transformados. Numa altura em que as negociações de comércio global estão estagnadas e florescem os acordos regionais, deve ter-se cuidado para assegurar que África obtém acesso aos mercados tradicionais e emergentes de que necessita para que a transformação estrutural se torne uma realidade.

Por fim, é fundamental uma cooperação robusta entre as próprias nações africanas para a transformação estrutural baseada nos recursos naturais, almejando estruturas económicas que possam fornecer rendimento e emprego para todos. O mercado africano promete oportunidades imensas, mas sofre de um acesso limitado. Paralelamente, para obter o melhor acordo dos investidores, é importante concordar sobre padrões mínimos e evitar “ver quem dá menos”.

Se os parceiros e os países africanos trabalharem em conjunto para o objectivo comum de realizar a transformação estrutural de África, têm mais hipóteses de ser bem-sucedidos.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Notas

1. Consulte Herrendorf, Rogerson e Valentinyi (2011) para uma visão geral e inúmeras referências sobre esta questão.

2. Herrendorf, Rogerson e Valentinyi (2011) documentam este padrão para um painel de países maioritariamente desenvolvidos ao longo dos últimos dois séculos e Duarte e Restuccia (2010) documentam um processo semelhante de mudança estrutural em 29 países durante o período de 1956-2004.

3. O inverso, porém, não é verdade: nem todos os países que manifestam uma mudança estrutural conseguem também uma redução da pobreza. A mudança estrutural para sectores protegidos ou subsidiados é alcançada à custa de outras actividades e, portanto, não é associada ao crescimento sustentável que afaste a população, como um todo, da pobreza. A mudança estrutural só é eficaz na redução da pobreza quando as pessoas se deslocam de actividades menos produtivas para actividades mais produtivas.

4. Para comparabilidade com os resultados de M&R (2011), a amostra dos países africanos foi aqui restrita aos nove países da sua amostra original (nomeadamente, Etiópia, Gana, Quénia, Malaui, Maurícias, Nigéria, Senegal, África do Sul e Zâmbia).

5. Argélia, Angola, Camarões, Egipto, Etiópia, Gana, Quénia, Malaui, Mali, Maurícias, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Ruanda, Senegal, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia

6. após ajuste quanto ao efeito Balassa-Samuelson; consulte Rodrik (2008).

7. As disparidades descritas na produtividade referem-se a diferenças na produtividade laboral média. Quando os mercados funcionam bem e as restrições estruturais não são limitativas, são as produtividades à margem que devem ser equalizadas. De acordo com a especificação de uma função de produção de Cobb–Douglas, a produtividade marginal da mão-de-obra é a produtividade média multiplicada pela percentagem de mão-de-obra. Assim, se as percentagens de mão-de-obra forem muito diferentes ao longo das várias actividades económicas, a comparação das produtividades médias da mão-de-obra pode ser enganosa. O facto de a produtividade média ser tão elevada na exploração mineira, por exemplo, indica simplesmente que a percentagem de mão-de-obra de valor acrescido neste sector de capital intensivo é bastante reduzida. Contudo, no caso dos outros sectores, não parece haver uma tendenciosidade claramente significativa. Uma vez que a percentagem de terra seja tida em conta, por exemplo, deixa de ser evidente que a percentagem de mão-de-obra na agricultura seja significativamente mais baixa do que na indústria (Mundlak, Butzer e Larson, 2008). Assim, a diferença de produtividade laboral média de seis vezes entre a indústria e a agricultura aponta, na verdade, para grandes disparidades na produtividade marginal.

8. Hirschmann (1981) argumentou em moldes semelhantes, salientando que o grau de "alheamento" tecnológico em relação às actividades em curso determina o quão facilmente podem ser desenvolvidas ligações.

9. Consulte, por exemplo, o Economic Outlook mais recente do FMI para África (FMI, 2012b).

10. Repare que Rodrik utiliza dados da indústria com início nos anos 1990 para a sua análise de convergência incondicional. As políticas de substituição de importações já tinham sido postas de parte, de um modo geral, nesta altura.

11. A contribuição de matérias-primas, sob a forma de minério, por exemplo, é evidentemente indispensável, mas representa apenas uma das muitas contribuições para o produto transformado. A energia é outra. Nos EUA, só a fundição de alumínio consome 5% da produção total de electricidade, o que é equivalente a um terço da produção de electricidade em África (Emsley, 2011). Na maior parte de África, no entanto, a electricidade é um bem escasso. Situando-se em cerca de 28 MW, a capacidade energética necessária para refinar 10 000 toneladas de cobre, aproximadamente 2% da produção anual da Zâmbia, por exemplo, seria equivalente a duas vezes a capacidade actual de produção de electricidade do Benim.

12. Por exemplo, em termos de distância aos mercados: quanto maior for o valor acrescido de transformação de um produto, mais elevados são os custos de transporte e mais importante é a proximidade ao cliente. O Chile recusou uma indústria transformadora de cobre porque os custos adicionais de transporte para os produtos de cobre, tais como fios e chapas, desde o Chile até aos mercados de consumo da Europa e dos Estados Unidos teria sido superior à diferença de preço entre estes produtos e o simples concentrado de cobre.

13. Quase nem um quarto das exportações industriais é um verdadeiro produto transformado e duas grandes categorias, produtos automóveis da África do Sul e exportações de vestuário de países de baixo rendimento, são ambos apoiados por programas especiais de incentivo (Gelb, 2009). Em 2011, no entanto, os mais importantes produtos transformados de exportação de África eram plataformas flutuantes de extracção off-shore de petróleo, um tipo de produto directamente relacionado com a extracção de recursos naturais, e não com a transformação.

14. Ver Ramachandran, Gelb e Shah 2009 para obter uma visão geral. A edição de 2012 deste relatório (BAD, OCDE, PNUD e UNECA, 2012) destacou as ligações entre o ambiente empresarial em África e o desafio do emprego juvenil. A maioria das análises é baseada nos Inquéritos do Banco Mundial às Empresas (Banco Mundial, 2013a).

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

15. Note-se que a conclusão relativa ao monopólio partidário pode estar a reflectir outros factores nacionais subjacentes específicos, visto ser medido como um placebo e haver um número significativo de países africanos que apresentam monopólios partidários.

16. Em comparação com 60% no Brasil, 40% na Índia e 14% na China (2011).

17. Consulte Hidalgo (2011) para uma análise do espaço do produto na África Oriental e as oportunidades de diversificação com base nas capacidades presentes na região.

18. O carvão é ambíguo, pois pode também ser incluído na categoria de matérias de extracção ou "hard", com base nas suas propriedades físicas e método de extracção. No entanto, é classificado como um recurso energético nas estatísticas de comércio internacional que representam a base para esta classificação.

19. Os insumos das energias renováveis (sol, vento, água e biomassa) diferem consideravelmente em termos das suas características inerentes e são, portanto, tratados apenas tangencialmente.

20. Contabilizando uma série de sectores que podem ser relacionados com a utilização dos recursos naturais (isto é, incluindo as primeiras etapas de transformação, tais como têxteis, produtos químicos de base, transformação de alimentos e metais de base, mas também a geração de energia), o total de novos IDE em actividades que utilizem recursos naturais perfez 63% do total de IDE em produção e utilização de recursos naturais em conjunto (dados da fDi markets, 2013).

21. A ligação entre a conclusão da escola primária e estes recursos também é positiva, mas não significativa. Os motivos podem ser simplesmente falta de observações ou o facto de outras medidas de capital humano, que não a conclusão da escolaridade primária, serem mais relevantes para a produção *per capita* dos recursos.

22. A dimensão global da economia desempenha um papel importante. Quanto menor for a economia em relação aos recursos que produz, maior será a percentagem de recursos a manter-se na economia, mesmo à medida que o resto da economia se desenvolve. O núcleo do argumento apresentado aqui é a posição relativa decrescente da economia dos recursos.

23. Entre 1995 e 2005, os activos no subsolo em países de rendimento elevado da OCDE, que apresentam, enquanto grupo, uma reduzida dependência dos recursos naturais, mais do que duplicaram em valor (Banco Mundial, 2012c).

24. Infelizmente, no caso da madeira, a maior parte da exploração em África vai muito além da capacidade de regeneração natural e ameaça seriamente reduzir, se não mesmo destruir na íntegra, muitas florestas tropicais. Consulte Banco Mundial (2012c) para uma avaliação das poupanças líquidas e da exploração de recursos para além do sustentável.

25. Quanto pior for o nível existente de infra-estruturas, dos serviços públicos e do ambiente regulamentar, mais elevados serão os gastos contraídos pelos extractores de recursos para compensar essas deficiências sob a forma de investimentos em novas estradas ou linhas de caminhos-de-ferro ou despesas elevadas em custos de transacção e em pessoal de segurança.

26. Isto é particularmente verdade no caso da produção off-shore de petróleo, que é, em grande parte, independente das infra-estruturas ou de outras condições no país. A única regulamentação que interessa é o regime de tributação.

27. Ascher (1999) oferece-nos uma descrição vívida da degeneração do sector do cacau no Gana, como resultado da tomada da entidade de comercialização por parte de interesses políticos urbanos.

28. Reservas "comprovadas" são aquelas que podem ser extraídas havendo condições geológicas, tecnológicas e de mercado (Gelb, Kaiser e Vinuela, 2012).

29. Em termos de novas descobertas, África conseguiu superar o crescimento mundial. As reservas comprovadas de petróleo em África aumentaram 59% entre 2000 e 2010, em comparação com uma média mundial de 33%.

30. Embora as necessidades de investimento para a prospecção e a exploração de petróleo sejam enormes, os custos de produção permanecem, regra geral, significativamente abaixo dos preços de mercado.

31. Stijns (2005) confirma o impacto negativo da dependência dos recursos, mas não encontra relação entre abundância de recursos e crescimento. Van der Ploeg e Poelhoekke (2010) confirmam este resultado, mas consideram a abundância benéfica para o crescimento, uma vez controlada a volatilidade.

32. Pode arrendar-se um apartamento por 10 000 a 15 000 dólares americanos por mês, enquanto um trabalhador recebe 50 dólares por mês (The Economist, 2011).

33. "Aghion et al. (2009) mostram que, com a volatilidade macroeconómica impulsionada por movimentos da taxa de câmbio nominal, é mais provável que as empresas sofram restrições de liquidez e não possam, por conseguinte, ser inovadoras, o que abranda o crescimento, especialmente em economias com instituições financeiras pouco desenvolvidas" (citado por Van der Ploeg e Poelhoekke, 2009).

34. a) A inflação desencoraja as pessoas da detenção de activos financeiros líquidos, que são a base do sector bancário (Gylfason, 2004). b) Em países voláteis, a concessão de empréstimos aos recursos naturais é mais atractiva, visto que os outros sectores acarretam riscos maiores, limitando os incentivos ao desenvolvimento do sector financeiro (Besley e Persson, 2011 e Maino, Imãs e Ojima, 2013).

35. A relação entre produtividade agrícola e transformação estrutural faz correr muita tinta. Os principais pontos são os seguintes: *i*) em modelos assumindo preferências não-homotéticas e uma economia fechada (p. ex., Matsuyama 1992, Gollin, Parente e Rogerson 2002; 2007), um aumento da produtividade da agricultura liberta mão-de-obra para o sector moderno (efeito A); à medida que as pessoas enriquecem, gastam mais em bens transformados e em serviços e os salários mais elevados nestes sectores atraem migrantes rurais; *ii*) em modelos assumindo preferências homotéticas, mas uma elasticidade de substituição constante abaixo de um (p. ex., Ngai e Pissarides, 2007), qualquer aumento relativo da produtividade de um sector leva a uma redução relativa da respectiva percentagem de emprego, porque o seu preço relativo diminui (efeito B) e, portanto, numa economia fechada, o sector agrícola encolhe à medida que a produtividade aumenta; *iii*) numa economia aberta, há um efeito adicional que funciona através do comércio (efeito C) - um aumento de produtividade de um sector pode fazer esse sector crescer em tamanho, se o país dispuser agora de uma vantagem comparativa neste sector.

36. Tais como o processo de Kimberley para o comércio de diamantes e a Recomendação do Conselho da OCDE relativa à Orientação de Diligência Prévia para Cadeias Responsáveis de Fornecimento de Áreas Afectadas por Conflitos ou de Alto Risco (OCDE, 2011).

37. A fDi Markets estima o número de postos de trabalho criados por cada projecto, extrapolando os valores conhecidos do trabalho a partir de projectos de IDE existentes que tenham características semelhantes. A estimativa de 600 000 postos de trabalho foi feita por excesso. Não se conhece a criação de postos de trabalho para cada projecto. O valor "conhecido" de postos de trabalho criados pelos novos IDE nos sectores dos recursos naturais é cerca de 100 000.

38. Embora os projectos de IDE em recursos agrícolas e nas indústrias de transformação exijam significativamente mais emprego intensivo, o volume de investimento nestes sectores foi menor e a criação de emprego foi inferior.

39. "Por exemplo, os analistas estimam que os produtores canadianos de petróleo pesado de mais alto custo precisam que o crude Brent seja comercializado a, pelo menos, 85 dólares americanos por barril para cobrir os seus custos. Em Setembro de 2012, os preços caíram perto do limite de $85, despoletando burburinhos no mercado sobre cortes de produção iminentes. O papel dos produtores de alto custo é também evidente no mercado de minério de ferro. Cerca de um terço dos mineiros chineses precisam que os preços se mantenham acima dos 100 dólares por tonelada, para serem lucrativos, mas os preços, este ano, chegaram a atingir os 90.75 dólares por tonelada, obrigando alguns mineiros a cessar a produção." (Financial Times, 2012)

40. Mantém-se alguma incerteza. Aquando da escrita da presente publicação (Março de 2013), o grande projecto de investimento da Vale em minério de ferro na Guiné estava suspenso.

41. O petróleo é muito menos dependente das infra-estruturas gerais. Em terra, depende de oleodutos, no mar, de navios.

42. Collier (2011) confirma que mais de 6 mil milhões de dólares americanos foram gastos em infra-estruturas de energia eléctrica, ao passo que a capacidade geradora se manteve mais ou menos ao mesmo nível.

43. Como parte da implementação da Africa Mining Vision (Visão Africana para o Sector Mineiro), foi criada a African Minerals Skills Initiative (Iniciativa de Competências Minerais Africanas) para solucionar alguns destes problemas.

44. É necessário fazer a distinção entre competências e conhecimentos. Ambos são importantes, mas as competências são mais difíceis de obter. Os conhecimentos podem ser adquiridos através de materiais de aprendizagem, tais como livros, a Internet, etc. As competências, por outro lado, são habilidades que se obtêm melhor através da prática. As escolas e as universidades encontram-se mais bem adaptadas para incutir conhecimentos, mas a aprendizagem de competências requer um elevado conteúdo prático, tal como na formação profissional, em estágios ou aprendizagem no trabalho.

45. Conversa privada com Marc-Antoine Audet, CEO, Sama Resources Inc., Côte d'Ivoire, em Dezembro de 2012

46. O desempenho superior dos governos eleitos de forma competitiva apenas é verdade para a amostra de países africanos.

47. Consulte a edição de 2010 do presente relatório (BAD, OCDE, PNUD e UNECA, 2010) para obter uma explicação da metodologia.

48. Estimando directamente o impacto das exportações de recursos de extracção, Harding e Venables (2013) consideram que um dólar de tais exportações diminui as exportações de outros produtos que não recursos em 65 cêntimos, aumenta as importações em 20 cêntimos e deixa 15 cêntimos para poupança, em média.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

No caso de uma sub-amostra da África subsariana, verificam que os efeitos são de 55 cêntimos menos exportações, 35 mais importações e só 10 cêntimos para poupança.

49. Esta abordagem foi interessantemente referida como sendo "tipo raposa" por Galvão Ferreira (2012), uma abordagem descoordenada e flexível para fazer face a desafios complexos e específicos do contexto dos recursos naturais.

50. Tal necessária ampliação de foco está, de certa forma, espelhada numa iniciativa como a Publish What You Pay (Publiquem o que pagam - PWYP, na sigla inglesa), que agora também abrange questões como Publish What You Earn and How You Spend (Publiquem o que ganham e como gastam), assim como Publish What You Pay and What You Extract(Publiquem o que pagam e o que extraem) (consulte www.publishwhatyoupay.org/about/publish-what-you-earn-and-how-you-spend).

51. As principais empresas podem ser definidas como pequenas, médias ou grandes empresas que têm ligações comerciais a jusante ou a montante com um número significativo de micro, pequenas e médias empresas.

52. Em Setembro de 2012, no entanto, os agricultores locais acusaram a Ambatovy de destruição de produtos agrícolas através do uso generalizado de pesticidas tóxicos para proteger os seus trabalhadores dos mosquitos (AFP, 2012).

Referências

ABC News (2012), "A fund will replace a bond for mine rehabilitation", 17 de Outubro, www.abc.net.au/news/2012-10-17/funding-mine-rehabilitation-a-focus/4319310.

Adeyinka, A., S. Salau e D. Vollrath (2012), "Structural change in Nigeria", Mimeo.

AfDB, OECD, UNDP e UNECA (2012), *African Economic Outlook 2012*, OECD Publishing, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2012-en

AfDB, OECD, UNDP e UNECA (2010), *African Economic Outlook 2010*, OECD Publishing, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2010-en

AFP (2012), *Le géant minier Ambatovy accusé de destruction des cultures*, 18 de Setembro, Agence France Press.

African Legal Support Facility (ALSF) (n.d.), www.aflsf.org

Agarwal, B. (2011), "Food crises and gender inequality", *DESA Working Paper* No.107, United Nations Department of Economic and Social Affairs.

Aghion, P., et al. (2009), "Exchange rate volatility and productivity growth: The role of financial development", *Journal of Monetary Economics*, Vol. 56/4, pp. 494-513.

Akitoby, B. e S. Coorey (eds.) (2012), *Oil Wealth in Central Africa: Policies for Inclusive Growth*, IMF, Washington, DC.

Allwood, J.M. et al. (forthcoming), "The energy required to produce materials: Constraints on energy intensity improvements, parameters of demand", *Philosophical Transactions of the Royal Society, http://dx.doi.org/10.1098/rsta.2012.0496*

Ambatovy (2010), *"2010 Sustainability Report"*, http://www.google.fr/url?sa=t&rct=j&q=ambatovy%20sustainability%20report&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CDIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ambatovy.com%2Fdocs%2Fwp-content%2Fuploads%2F2010Report.pdf&ei=j1AJUf6WN-TK0QXEg4GYCg&usg=AFQjCNEonWmzFGEGf97jo9RS1bNjlDTACQ (accessado 18 de Janeiro 2013).

Araujo, J. et al. (2012), "Current account norms in natural resource rich and capital scarce economies", Manuscript, FMI, Washington, DC.

Ascher, W. (1999), *Why Governments Waste Natural Resources*, the Johns Hopkins University Press, Baltimore e Londres.

Ashby, M.F. (2013), *Materials and the Environment: Eco-informed Material Choice*, second edition, Butterworth-Heinemann, Waltham, MA.

AU (2009), *Africa Mining Vision*, African Union, Addis Ababa.

Auty, R. (1990), *Resource-Based Industrialization: Sowing the Oil in Eight Developing Countries*, Oxford University Press, Nova Iorque.

Balassa, B. (1986), "Comparative advantage in manufactured goods - a reappraisal", *Review of Economics and Statistics*, Vol. 68, pp. 315-319.

Bates, R.H., G. Fayad e A. Hoeffler (2012), "The state of democracy in sub-Saharan Africa", Center for International Area Studies, Hankuk University of Foreign Studies, Peace Research Institute Oslo, Sage Publications, http://ias.sagepub.com/content/15/4/323.

Baunsgaard, T. et al. (2012), "Fiscal frameworks for resource-rich developing countries", *IMF Staff Discussion Note*, FMI, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2012/sdn1204.pdf.

Baxter, J., F. Isaiah e Shen Xiaofang (1996), "Suppliers to multinationals – linkage programs to strengthen local companies in developing countries", *Occasional Paper* 6, Foreign Investment Advisory Service, Joint Facility of the International Finance Corporation and the World Bank, Washington, DC.

Berg, A. et al. (2012), "Public investment in resource-abundant developing countries", *IMF Working Paper*, Research Department, International Monetary Fund, Washington, DC.

Besley, T. e T. Persson, (2011), *Pillars of Prosperity: The Political Economics of Development Clusters*, Princeton University Press, Princeton.

BGR (Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe) (n.d.), Dados sobre produção mineira fornecidos para esse relatório.

Bhattacharyya, S. e P. Collier (2013), "Public capital in resource rich economies: Is there a curse?", *CSAE Working Paper* WPS/2011-1, Centre for the Study of African Economies, Oxford University, Oxford.

Blomström, M. e A. Kokko (2007), "From natural resources to high-tech production: The evolution of industrial competitiveness in Sweden and Finland", in D. Lederman and W. F. Maloney (eds.) (2007), *Natural Resources: Neither Curse nor Destiny*, uma co-publicação da Stanford Economics and Finance, Impressãs da Stanford University Press e da World Bank.

Bloomberg (2012a), "Tanzania's natural gas reserves almost triple on new finds", 20 Junho http://www.bloomberg.com/news/2012-06-20/tanzania-s-natural-gas-reserves-almost-triple-on-new-finds-1-.html

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Bloomberg (2012b), "IMF halts Congo loans over failure to publish mine contract", 3 Dezembro , http://www.bloomberg.com/news/2012-06-20/tanzania-s-natural-gas-reserves-almost-triple-on-new-finds-1-.html

Bowles, D. et al. (2005), "Animal welfare and developing countries: Opportunities for trade in high-welfare products from developing countries", *Scientific and Technical Review*, Vol. 24/2, International Office of Epizootics, pp. 783-790.

Bratton, M. e B. Liatto-Katundu (1994), "Political culture in Zambia: A pilot survey", *MSU Working Papers,* Department of Political Science, Michigan State University, Michigan.

Brunnschweiler, C.N. and E.H. Bulte (2008), "Natural resources and violent conflict: Resource abundance, dependence, and the onset of civil wars", *Oxford Economic Papers*, Vol. 61/4, Oxford University Press, pp. 651-674.

Bruton, J. (1998), "A reconsideration of import substitution", *Journal of Economic Literature*, Vol. 36/2, American Economic Association, pp. 903-936.

Cadot O., C. Carrère e V. Strauss-Kahn (2011), "Export diversification: What's behind the hump?" *Review of Economics and Statistics*, Vol. 93/2, pp. 590-605.

Collier, P. (2011), *The Plundered Planet. Why We Must – and How We Can – Manage Nature For Global Prosperity*, Oxford University Press, Nova Iorque.

Collier, P. e S. Dercon (2009), "African agriculture in 50 years: Smallholders in a rapidly changing world?", Paper for FAO Experts' Meeting on How to feed the World in 2050, 24-26 June, Food and Agricultural Organization, Roma, Itália pp. 1-13.

Courvalin, D. e J. Currie (2012), "Precious metals: Gold cycle set to turn on improving US recovery", Commodities and Strategy Research, the Goldman Sachs Group, Inc.

DeBeers (2011), *Report to Society*, http://www.bloomberg.com/news/2012-06-20/tanzania-s-natural-gas-reserves-almost-triple-on-new-finds-1-.html

Delgado, C.L. (1999), "Sources of growth in smallholder agriculture in sub-Saharan Africa: The role of vertical integration of smallholders with processors and marketers of high-value items", *Agrekon*, Vol. 38/Edições Especíal, pp. 165-189.

Doepel, D. e G. Bolton (2013), "Extracting the value from the extractive industries: Insights from the Australian experience", *GREAT Insights*, Vol. 2/2, pp. 13-14.

Duarte, M. e D. Restuccia (2010), "The role of structural transformation in aggregate productivity", *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 125/1, MIT Press. Cambridge, MA e Londres, pp. 129-173.

ECDPM (2013), contribução para esse relatório www.ecdpm.org

The Economist (2011), "Expensive Angola: Eye-wateringly expensive", 8 February, http://www.bloomberg.com/news/2012-06-20/tanzania-s-natural-gas-reserves-almost-triple-on-new-finds-1-.html

Eftimi, A., K. Heller e J. Strongman (2009), "Gender dimensions of the extractive industries: Mining for equity", *Extractive Industries and Development Series* No. 8, the World Bank and the International Finance Corporation, Washington, DC.

EIA (2012), "International Energy Statistics", www.eia.gov/cfapps/ipdbproject/IEDIndex3.cfm.

Eifert, B., A. Gelb e V. Ramachandran (2005), "Business environment and comparative advantage in Africa: Evidence from the investment climate data", *Working Paper* No. 65, Center for Global Development, Washington, DC.

Emsley, J. (2011), *Nature's Building Blocks – An A-Z Guide to the Elements*, Oxford University Press, Nova Iorque.

EIA (2012), "International Energy Statistics", http://www.bloomberg.com/news/2012-06-20/tanzania-s-natural-gas-reserves-almost-triple-on-new-finds-1-.html

Fafchamps, M., F. Teal e J. Toye (2001), "Towards a growth strategy for Africa", *REP/2001-06*, Centre for the Study of African Economies, Oxford.

FAO (2012), FAOSTAT (database), http://faostat.fao.org

FAO (2011), *The State of Food and Agriculture. Women in Agriculture, Closing the Gender Gap for Development*, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Roma.

fDi markets (2013), *Crossborder Investment Monitor* (database) http://www.fdimarkets.com

Financial Times (2012), "Commodities: price is right for supercycle to continue, say traders", 11 October, www.ft.com/intl/cms/s/0/cfc33abc-097e-11e2-a5a9-00144feabdc0.html#axzz2IDcI4UYP

Frankel, J.A. (2010), "The natural resource curse: A survey", *HKS Faculty Research Working Paper Series*, RWP10-005, John F. Kennedy School of Government, Harvard Universidade, Cambridge, MA.

Galvao Ferreira, P. (2012), "Breaking the weak governance curse: Global regulation and governance reform in resource-rich developing countries", tese para o grau de Doutor em ciência jur;idica, Faculdade de Direito, Universidade de Toronto.

Gebreeyesus, M. e T. Sonobe (2012), "Global value chains and market formation process in emerging export activity: Evidence from Ethiopian flower industry", *Journal of Development Studies*, Vol. 48/3, Taylor and Francis Journals, pp.335-348.

Gelb, A. (2009), "Natural resource exports and African development", in J. Aryeetey et al. (eds.) (2012), *The Oxford Companion to the Economics in Africa*, Oxford University Press, Oxford.

Gelb, A. (1988), *Oil Windfalls: Blessing or Curse?,* World Bank Research Publication, Oxford University Press, Nova Iorque.

Gelb, A. e S. Grasmann (2010), "How should oil exporters spend their rents?", *Working Paper* No. 221, Agasto 2010, Center for Global Development, Washington, DC.

Gelb, A., K. Kaiser e L. Vinuela (2012), "How much does natural resource extraction really diminish national wealth? The implications of discovery", *Working Paper* No. 290, Center for Global Development, Washington, DC.

Gelb, A., C. Meyer e V. Ramachandran (forthcoming), *Does Poor Mean Cheap? A Comparative Look at Africa's Industrial Labor Costs,* Center for Global Development, Washington, DC.

Gelb, A., V. Ramachandran e G. Turner (2007), "Stimulating growth and productivity in Africa: From macro to micro reforms", *African Development Review*, Vol. 19.

Gidi, C. (2011), "Preparing African mining services companies to source funding: The experience of an investment banker", como citado em Morris, M., R. Kaplinsky and D. Kaplan (2011), "Commodities and linkages: Meeting the policy challenge", *MMCP Discussion Paper* No. 14, Making the Most of Commodities Programme, Universidade Aberta e Universidade da Cidade do Cabo.

Gollin, D., S. Parente e R. Rogerson (2007), "The food problem and the evolution of international income levels", *Journal of Monetary Economics*, Vol. 54/4, Elsevier, Amsterdão pp. 1230-1255.

Gollin, D., S. Parente e R. Rogerson, (2002), "The role of agriculture in development", *The American Economic Review*, Vol. 92/2 the American Economic Association, Pittsburgh, pp. 160-164.

Good, K. e S. Hughes (2002), "Globalization and diversification: Two cases in southern Africa", *African Affairs*, Vol. 101, Royal African Society, pp. 39-59.

Government of Ghana (2011), *Petroleum Revenue Management Act*, http://ghanaoilwatch.org/images/laws/petroluem-revenue-management-act815-2011-.pdf

Gylfason, T. (2007), "The international economics of natural resources and growth", *CESifo Working Paper Series,* No. 1994, CESifo Group Munich.

Gylfason, T. (2004), "Natural resources and economic growth: From dependence to diversification", *CESifo Working Paper Series,* No. 4804, CESifo Group Munich.

Hagbladde, S., P. Hazel e T. Reardon (2009), "The rural non-farm economy: prospects for growth and poverty reduction", *World Development*, Vol. 38/10, pp. 1429–1441.

Harding, T. e A.J. Venables (2013), "The implications of natural resource exports for non-resource trade", *OxCarre Research Paper* 103, Oxford Centre for the Analysis of Resource Rich Economies, Oxford.

Harrison, A., J.Y. Lin e L.C. Xu (2013), "Explaining Africa's (dis)advantage", *NBER Working Paper* No. 18683, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA, http:/nber.org/papers/w18683.

Hausmann, R. et al. (2011), *The Atlas of Economic Complexity – Mapping Paths to Prosperity*, Puritan Books, Nova Hampshire.

Hausmann R. e B. Klinger (2009), "Policies for achieving structural transformation in the Caribbean", *Private Sector Development Discussion Paper*, No. 2, IADB, Washington, DC.

Henley, D. (2012), "The agrarian roots of industrial growth: Rural development in Southeast Asia and sub-Saharan Africa", *Development Policy Review*, Vol.30/suplemento edição de fevereiro, pp. 25-47.

Hentschel, T., F. Hruschka, e M. Priester (2002), *Global Report On Artisanal And Small Scale Mining*, the Mining, Minerals and Sustainable Development Project, International Institute for Environment and Development, http://pubs.iied.org/pdfs/9084IIED.pdf

Herrendorf, B., R. Rogerson e A. Valentinyi (2011), "Two perspectives on preferences and structural transformation", *IEHAS Discussion Papers* No. 1134, Institute of Economics, Hungarian Academy of Sciences, Budapeste.

Hidalgo, C. (2011), "Discovering southern and East Africa's industrial opportunities", German Marshall Fund *Economic Policy Paper Series*.

Hirschmann, A. (1981), *Essays in Trespassing – Economics to Politics and Beyond*, Press Syndicate of the University of Cambridge.

IEA e OECD (2012), *World Energy Outlook*, International Energy Agency and Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/weo-2012-en

IFC (2013), "Linking SMEs to investments" , International Finance Corporation,

www.ifc.org/ifcext/sme.nsf/Content/Linking_SMEs_to_Investments (accessado 7 de Janeiro 2013).

ILO (2012), *Laborsta*, (database), http://laborsta.ilo.org

Imbs, J. e R. Wacziarg (2003), "Stages of diversification", *The American Economic Review*, Vol. 93/1, the American Economic Association, Pittsburgh , pp. 63-68.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

IMF (2012a), "Sub-Saharan Africa: Maintaining growth in an uncertain world", *Regional Economic Outlook*, October 2012, International Monetary Fund, Washington, DC.

IMF (2012b), *Fiscal Regimes for Extractive Industries: Design and Implementation*, Fiscal Affairs Department, the International Monetary Fund, Washington, DC.

Iwayemi, A. (2008), "Investments in electricity generation and transmission in Nigeria: Issues and options", IAEE Energy Forum, 1 Quarteto, 2008.

Jaspers, J. e I. Mehta (2008), *Developing SMEs Through Business Linkages*, Mozal Aluminium and IFC, Maputo and Washington, DC.

Jenkins, B. et al. (2007), *Business Linkages: Lessons, Opportunities and Challenges*, publicado conjuntamento pelo IFC, International Business Leaders Forum e as Fellows of Harvard College.

Johnston, B.F. e J.W. Mellor (1961), "The role of agriculture in economic development", *The American Economic Review*, Vol. 51/4, the American Economic Association, Pittsburgh, pp. 566-593.

Kaminski, J., D. Headey e T. Bernard (2009), "Institutional reform in the Burkinabè cotton sector and its impacts on incomes and food security 1996–2006", *IFPRI Discussion Paper* 920, IFPRI, Washington, DC.

Kaplinsky, R. (2011), "Commodities for industrial development: Making linkages work", *Working Paper* 01/2011, UNIDO.

Kapstein, E. e R. Kim (2011), *The Socio-Economic Impact of Newmont Ghana Gold Limited*, Stratcomm Africa, Haarlem.

Kolstad, I. e A. Wiig (2008), "Political economy models of the resource curse: Implications for policy and research", *CMI Working Paper* 2008/6, Chr. Michelsen Institute, Bergen, Noruega.

Komesaroff, M. (2012), "Still time to peak", *China Economic Quarterly*, Setembro 2012.

Korinek, J. (2013), "Mineral resource trade in Chile: Contribution to development and policy issues", OECD *Trade Policy Paper* No. 146, Trade and Agricultural Directorate, Trade Committee, Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/5k4bw6twpf24-en

Lafarge (2013), "Lafarge eco-system", www.lafarge.co.ke/wps/portal/ke/4_A_3-Haller_Par (accessado 22 Fevereiro 2013).

La Porta, R. e A. Shleifer (2011), "The unofficial economy in Africa", *NBER Working Paper* No. 16821, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA, http://www.nber.org/papers/w16821

Lin, J.Y. (2012), *New Structural Economics: A Framework for Rethinking Development and Policy*, World Bank, Washington, DC.

Lydall, M. (2009), "Backward linkage development in the South African PGM industry: A case study", *Resources Policy*, No. 34, pp. 112-120.

Maino, R., P. Imam, e Y. Ojima (2013), "Macroprudential policies for a resource rich economy: The case of Mongolia", *IMF Working Paper*, WP/13/18, International Monetary Fund, Washington, DC.

Maddison, A. (2010), *Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP, 1-2008 AD*, Universidade de Groninga, Groninga.

Matsuyama, K. (1992), "Agricultural productivity, comparative advantage and economic growth", *Journal of Economic Theory*, Vol. 58, pp. 317-334.

McMahon, G. e B. Tracy (2012), "Firm and sector level mining benefits in Zambia", mimeo, Oil, Gas and Mining Department, World Bank, Washington, DC.

McMahon, G. e F. Remy (eds.) (2001), *Large Mines and the Community. Socioeconomic and Environmental Effects in Latin America, Canada and Spain*, publicado conjuntamente pelo International Development Research Center, Ottawa and the World Bank, Washington, DC.

McMillan, M.S. e D. Rodrik (2011), "Globalization, structural change and productivity growth", *NBER Working Paper* No. 17143, www.nber.org/papers/w17143

McMillan, M.S., K.H. Welch e D. Rodrik (2003), "When economic reform goes wrong: Cashew in Mozambique", *Brookings Trade Forum* 2003, pp. 97-151.

Minten, B., L. Randrianarison e J.F.L. Swinnen (2006), "Global retail chains and poor farmers: Evidence from Madagascar", *LICOS Discussion Paper* 164/2006, LICOS Centre for Transition Economics, Leuven.

Mo Ibrahim Foundation (2012), *2012 Ibrahim Index of African Governance: Data Report*, www.moibrahimfoundation.org/downloads/2012-IIAG-data-report.pdf

Morris, M., R. Kaplinsky and D. Kaplan (2013), *One Thing Leads to Another: Promoting Industrialization by Making the Most of the Commodity Boom in sub-Saharan Africa,* http://tinyurl.com/CommoditiesBook

The Munden Project (2013), www.mundenproject.com, (accessado 15 de Março 2013).

Mundlak, Y., R. Butzer e D.F. Larson (2008), "Heterogeneous technology and panel data: The case of the agricultural production function", *Policy Research Working Paper Series* No. 4536, World Bank, Washington, DC.

Ncube, M. (2012), "Mining industry prospects in Africa", AfDB: *Championing Inclusive Growth across Africa,* blog by Mthuli Ncube, AfDB Chief Economist and Vice President, 26 de Dezembro, dadas recuperados olo www.afdb.org/en/blogs/afdb-championing-inclusive-growth-across-africa/post/mining-industry-prospects-in-africa-10177

Ndulu, B. et al. (eds.), (2008), *The Political Economy of Economic Growth in Africa 1960-2000*, Vol. 1, Cambridge University Press, Cambridge.

Neffke, F., M. Henning e M. Ron Boschma (2009), "How do regions diversify over time? Industry relatedness and the development of new growth paths in regions", *Economic Geography*, Vol. 87, pp. 237-265.

Newmont e IFC (2009), *Creating the Foundations for a Linkage Program in a Rural Setting,* Newmont Ghana Gold Ltd. and the International Finance Corporation, Accra e Washington, DC.

Ngai, L.R. e C.A. Pissarides (2007), "Structural change in a multisector model of growth", *The American Economic Review*, Vol. 97/1, the American Economic Association, Pittsburgh, pp. 429-443.

OCP (2012), Environmental Protection,
www.ocpgroup.ma/en/a-responsible-company/global-commitment/environmental-protection (accessado 22 de Fevereiro de 2013).

ODI, ECDPM and GDI/DIE (2012), *Confronting Scarcity: Managing Water, Energy and Land for Inclusive and Sustainable Growth*, The 2011/2012 European Report on Development, publicado conjuntamento pelo Overseas Development Institute, European Centre for Development Policy Management (ECDPM), eo German Development Institute (Deutsches Institut für Entwicklungspolitik).

OECD (2012), "Do discriminatory social institutions matter for food security?", *OECD Development Centre At Issue Series*, OECD, Paris, http://oecd.org/social/poverty/49756756.pdf

OECD (2011), *OECD Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains of Minerals from Conflict-Affected and High-Risk Areas*, OECD Publishing, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264111110-en.

OECD e UN (2011), *Economic Diversification in Africa: A Review of Selected Countries*, OECD Publishing, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264096233-en.

Ogunleye, E.K. (2011), *Structural Transformation in Sub-Saharan Africa: The Regional Growth Poles Strategy*, documento apresentado na Conferência Econômica Africana do 30 de outubro ao 2 de novembro 2012, Kigali, Ruanda.

Otti, A. (2011), "Financing local content vehicles and local SMEs in Africa's extractive industries: Issues and challenges", as cited in M. Morris, R. Kaplinsky and D. Kaplan (2011), "Commodities and linkages: Meeting the policy challenge", *MMCP Discussion Paper* No. 13, Making the Most of Commodities Programme, Universidade Aberta e Universidade da Cidade do Cabo.

Piper, D. (2012), "End of the road for gold but pride remains", *Australia's Paydirt,* Dezembro 2012/Janeiro 2013, pp. 89-93.

Prebisch, R. (1950), "The economic development of Latin America and its principal problems", *Economic Bulletin for Latin America 7*, Comissão Econômica pare América latina (Publicações da Nações Unida), Nova Iorque.

Pritchett, L. (2000), *The tyranny of concepts: CUDIE (Cumulated, Depreciated, Investment Effort) is not capital*, the World Bank, Washington, DC.

Radetzki, M. (2008), *A Handbook of Primary Commodities in the Global Economy*, Cambridge University Press, Cambridge.

Rahman, A.A.A. (1998), "Economic reforms and agricultural development in Malaysia", *ASEAN Economic Bulletin*, Vol. 15/1, Development Strategies, Agricultural Policies and Agricultural Development in Southeast Asia, April, Institute of Southeast Asian Studies (ISEAS) pp. 59-76.

Ramachandran, V., A. Gelb e M. K. Shah (2009), *Africa's Private Sector: What's Wrong with the Business Environment and What to Do About It*, Center for Global Development, Washington, DC.

Reardon, T. et ai. (2003) "The rise of supermarkets in Africa, Asia, and Latin America", *American Journal of Agricultural Economics*, 85/5, pp. 1140-1146.

Reardon, T. e C.B. Barrett (2000), "Agroindustrialization, globalization, and international development: An overview of issues, patterns, and determinants", *Agricultural Economics*, Vol. 23/3, the International Association of Agricultural Economists, pp. 195-205.

Republic of Mauritius (2012), *Statistics Mauritius* (database), www.gov.mu/portal/site/cso

Robinson, J.A. (forthcoming), *Natural Resources and Industrialisation: Implications for Africa*, documento de referência para esse relatório.

Rodrik, D. (2011a), "Unconditional convergence", *NBER Working Paper* 17546, National Bureau of Economic Research.

Rodrik, D. (2011b), "The manufacturing imperative", Project Syndicate, www.project-syndicate.org/commentary/the-manufacturing-imperative#A85zkAMtgbQxOca1.99.

Rodrik, D. (2008), "The real exchange rate and economic growth", *Brookings Papers of Economic Activity*, Vol. 39/2, Brookings Institution, Washington, DC, pp. 365-439.

Ross, M. (2012), *How Petroleum Wealth Shapes the Development Of Nations*, Princeton University Press, Princeton e Oxford.

Sachs, J. (2007), "How to handle the macroeconomics of oil wealth", em M. Humphreys, J.D. Sachs e J.E. Stiglitz (eds.) (2007), *Escaping The Resource Curse*, Columbia University Press, Nova Iorque.

Saggi, K. (2002), "Trade, foreign direct investment, and international technology transfer: A survey", *The World Bank Research Observer*, Vol. 17/2, World Bank, Washington, DC, pp. 191-23.

Simpasa, A. et ai. (2013), "Capturing mineral revenues in Zambia: Past trends and future prospects" , *Working Paper* 2013-003 Março, UNDP Regional Bureau for Africa.

Singer, H.W. (1950), "The distribution of gains between investing and borrowing countries", *American Economic Review*, Vol. 40/2, documentos e processos da sexagésima segunda reunião anual (maio), the American Economic Association, Pittsburgh. pp. 473-485.

Stevens, C. e J. Kennan (2005), *Botswana Beef Exports and Trade Policy*, Institute of Development Studies, Universidade de Sussex, Brighton.

Stijns, J.-P.C., (2005), "Natural resource abundance and economic growth revisited", *Resources Policy*, Vol. 30/2, Elsevier, Amsterdão, pp. 107-130.

Sutton, J. e N. Kellow (2010), *An Enterprise Map of Ethiopia*, International Growth Centre, Londres.

Sutton, J. e B. Kpentey (2012), *An Enterprise Map of Ghana*, International Growth Centre, Londres.

Sutton, J. e D. Olomi (2012), *An Enterprise Map of Tanzani*a, International Growth Centre, Londres.

Takizawa, H., E.H. Gardner e K. Ueda (2004), "Are developing countries better off spending their oil wealth upfront?" *IMF Working Paper* WP/04/14, IMF, Washington, DC.

Tanzi, V. e H. Davoodi (1997), "Corruption, public investment and growth", *IMF Working Paper*, WP/97/139, International Monetary Fund, Washington, DC.

Thurlow, J. e P. Wobst (2004), "The road to pro-poor growth in Zambia", *DSGD Discussion Papers*, No. 16, IFPRI.

Udry, C.R. (forthcoming), "The economics of agriculture in Africa: Notes on a research program", *African Journal of Agricultural and Resource Economics,* www.econ.yale.edu/~cru2//pdf/agdevmombasa2009paperc.pdf.

UN (2013), *UN ComTrade*, (dados), via http://wits.worldbank.org/wits

UN (2012), *National Accounts Main Aggregate Database,* http://unstats.un.org/unsd/snaama/Introduction.asp

UNCTAD e UN (2012), *Structural Transformation and Sustainable Development in Africa*, Economic Development in Africa Report 2012, United Nations Conference on Trade and Development, United Nations Publishing, Nova Iorque e Genebra.

UNECA (2013), *Making the Most of Africa's Commodities: Industrializing for Growth, Jobs and Economic Transformation*, Economic Report on Africa, United Nations Economic Commission for Africa, Addis Ababa.

UNECA and AU (2011), *International Study Group Report on Africa's Mineral Regime*, United Nations Economic Commission for Africa and African Union, Addis Ababa.

UNEP (2012), *Green Economy Sectoral Study: BioTrade – A Catalyst for Transitioning to a Green Economy in Namibia*, United Nations Environment Programme, Nairobi.

UNEP (2011), *Environmental Assessment of Ogoniland*, United Nations Environment Programme, Nairobi.

UNICEF Mozambique (2013), contribuição para esse relatório.

US Geological Survey (USGS) (n.d.), www.usgs.gov

Van der Ploeg, F. e A.J. Venables (2011a), "Harnessing windfall revenues: Optimal policies for resource-rich developing economies," *The Economic Journal*, Vol. 121/551, pp. 1-30.

Van der Ploeg, F. e A.J. Venables (2011b), "Natural resource wealth: The challenge of managing a windfall", *OxCarre Research Paper* 75, Oxford Centre for the Analysis of Resource Rich Economies, Oxford.

Van der Ploeg, F. (2010), "Why do many resource-rich countries have negative genuine savings? Anticipation of better times or rapacious rent seeking", *Resource and Energy Economies*, Vol. 32, pp. 28-44.

Van der Ploeg, F. e S. Poelhekke (2010), "The pungent smell of 'red herrings': Subsoil assets, rents, volatility and the resource curse", *OxCarre Research Paper* No. 33, Oxford Centre for the Analysis of Resource Rich Economies, Oxford.

Van Rendsburg, N. (2006), "Zimele – Anglo American, South Africa: Going it alone. An example of a private sector initiative in the mining industry", in UNCTAD (2006), *Deepening Development through Business Linkages*, United Nations Conference on Trade and Development, Nova Iorque e Genebra.

Venables, A.J. (2012), "Notes on revenue management", contribuição para a reunião de peritagem realizado no 23 de novembro no centro de conferência da OCDE, Paris.

Venables, A.J. (2010), "Resource rents: When to spend and how to save," *International Tax and Public Finance*, Vol. 17, pp. 340-356.

Warhurst, A. (1994), *Environmental Degradation from Mining and Mineral Processing in Developing Countries: Corporate Responses and National Policies*, OCDE, Paris.

Wood, A. (2002), *Could Africa Be Like America?*, DFID, London
http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/84797-1251813753820/6415739-1251814045642/Wood.pdf

Wood, A. e J. Mayer (2001), "Africa's export structure in a comparative perspective", *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 25/3, pp. 369-94.

World Bank e IFC (2013a), Enterprise Survey, World bank and International Finance Corporation, www.enterprisesurveys.org

World Bank (2013b), World Development Indicators, http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators

World Bank (2013c), "Commodity Price Data - Pink Sheet", http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTDECPROSPECTS/0,,contentMDK:21574907~menuPK:7859231~pagePK:64165401~piPK:64165026~theSitePK:476883,00.html.

World Bank (2012a), *The Changing Wealth of Nations*, http://data.worldbank.org/data-catalog/wealth-of-nations

World Bank (2012b), *Global Economic Prospects: Managing Growth in a Volatile World* , Volume 5, June 2012, World Bank, Washington, DC.

World Bank (2012c), *Africa Can Help Feed Africa - Removing barriers to regional trade in food staples*, Poverty Reduction and Economic Management, Africa Region, World Bank, Washington, DC.

Wright, G. e J. Czelusta (2007), "Resource-based growth: Past and present", in D. Lederman and W. F. Maloney (eds.) (2007), *Natural Resource: Neither Curse nor Destiny,* a co-publication of Stanford Economics and Finance, Imprint of Stanford University Press, e a World Bank, Washington, DC.

Wright, G. e J. Czelusta (2004), "The myth of the resource curse", *Challenge*, Vol. 47/2, pp. 6-38.

Zhang, X. e D. Hu (2011), "Overcoming successive bottlenecks: The evolution of a potato cluster in China", *IFPRI Discussion Paper* No. 1112, IFPRI.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Parte três

Notas países

O conteúdo das notas-país reflete o contexto político nos países contemplados, na altura em que este relatório foi enviado para impressão (24/04/2013).

Uma análise atualizada, datada do dia 27/05/2013, encontra-se disponível na página :

www.africaneconomicoutlook.org/en/countries

ANGOLA

- **A economia de Angola, após ter registado um crescimento lento, sob o efeito das crises petrolífera e financeira, recuperou fortemente. O crescimento económico deverá atingir 8.2% em 2013, e 7.8% em 2014, impulsionado pela expansão do sector petrolífero e do gás e por um programa de despesas públicas destinado a encorajar a diversificação económica.**
- **O Governo implementou reformas ambiciosas com vista a melhorar a governação, mas o ambiente de negócios permanece difícil devido à falta de instituições e de infraestruturas suficientes. No entanto, a criação do Fundo Soberano (SWF) ajudará a isolar a economia dos riscos inerentes à volatilidade dos preços do petróleo.**
- **O país tem realizado progressos significativos em diversos indicadores do desenvolvimento humano, incluindo a pobreza, a saúde e a educação, mas ainda regista um baixo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), situando-se no 148 º lugar entre 187 países analisados/avaliados e continua a fornecer apenas uma rede rudimentar de segurança social, sob a forma de subsídios a combustíveis.**

Após registar um crescimento lento ao longo de vários anos, em resultado dos persistentes efeitos da crise financeira global, a economia angolana recuperou fortemente. O produto interno bruto (PIB) real cresceu a um ritmo estimado de 7.9% em 2012 (contra 3.9% em 2011) estimulado pelo forte desempenho registado pelos setores dos transportes, da energia e da construção e obras públicas. As perspectivas para 2013 e 2014 são muito positivas, com a previsão de um crescimento económico de 8.2% e 7.8%, respectivamente. Este crescimento será impulsionado por uma combinação da expansão contínua do setor petrolífero e do gás e um programa de gastos públicos destinado a incentivar a diversificação económica.

A implementação do Stand-By Arrangement (SBA) 2009-12, programa do Fundo Monetário Internacional (FMI), ajudou o país a recuperar a estabilidade macroeconómica, a melhor a situação orçamental, a aumentar as suas reservas em divisas, a estabilizar taxa de câmbio da sua moeda e a fazer recuar a inflação. Além disso, Angola conseguiu regularizar importantes atrasados da sua dívida interna e registou progressos no reforço da transparência orçamental e na prestação de contas. No entanto, o país continua a enfrentar enormes desafios no que se refere às políticas de desenvolvimento, com destaque para a redução da dependência do petróleo, a diversificação da economia, a reconstrução de infraestruturas económica e sociais, a melhoria da capacidade institucional, dos sistemas de governação e de gestão das finanças públicas e o desenvolvimento humano e as condições de vida da população. Esses factores estão a entravar o ritmo de diversificação da economia e a evitar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas e a criação de emprego. O desemprego mantém-se elevado, em cerca de 25%, e a incidência de pobreza permanece elevada, em 36.6% da população.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Muito do crescimento do país registado na última década pode ser atribuído directamente à exploração de recursos naturais. O petróleo ainda representa quase 80% da receita pública, bem como 90% das exportações e 47% do PIB do país. Isso faz com que a economia seja fortemente dependente das receitas do petróleo e vulnerável a choques resultantes dos preços do petróleo. Na tentativa de diversificar ainda mais a economia, as autoridades angolanas criaram, em Outubro de 2012, um fundo soberano (Fundo Soberano de Angola) dotado de 5 mil milhões de USD. O fundo foi aprovado pelo FMI, que há muito defendida a implementação deste instrumento com o objectivo de ajudar o país a combater os efeitos da volatilidade dos preços do petróleo. No entanto, o principal desafio reside na capacidade do Governo para garantir a transparência, a prestação de contas e a distribuição equitativa das receitas do país em recursos naturais. Além disso, como Angola continua a aceder a financiamentos não-concessionais para atender às suas necessidades de desenvolvimento e amplia a exploração dos seus recursos naturais, o Governo terá que garantir a preservação da sustentabilidade da dívida do país, garantindo uma maior transparência e responsabilidade na gestão das receitas petrolíferas.

Indicadores macroeconómicos

	2011	2012(e)	2013(p)	2014(p)
Crescimento real do PIB	3.9	7.9	8.2	7.8
Crescimento real do PIB, per capita	1.1	5.2	5.5	5.1
Crescimento real do PIB, per capita	13.5	10.3	8.7	9.3
Saldo Orçamental, em % do PIB	10.2	7.8	4.8	3.5
Saldo da Conta Corrente, em % do PIB	9.6	8.2	8.1	7.6

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

CABO VERDE

- **Cabo Verde continua a ser reconhecido como um modelo em África no que respeita aos direitos políticos e às liberdades civis, e a sua governação económica é considerada boa, apesar de factores exógenos desfavoráveis e do aumento do volume da dívida pública.**
- **No entanto, o desempenho económico do país continua a ser prejudicado pela crise económica e financeira verificada em todo o mundo e, em particular, na zona euro.**
- **A taxa de desemprego, as desigualdades persistentes e o crescente custo de vida poderão conduzir à instabilidade social.**

A desaceleração observada desde o final de 2011 persistiu em 2012, sob o efeito da estagnação económica em todo o mundo e, em particular, na zona euro. O recuo da ajuda externa e o débil investimento estrangeiro estão na origem do declínio registado no crescimento do PIB, que passou de 5.0% em 2011, para 4.0% em 2012, segundo as projecções. As remessas dos emigrantes resistiram bem e o turismo registou um forte desempenho. O turismo e as actividades associadas permaneceram a força motriz da economia em 2012, representando cerca de 30% do PIB e 90% das exportações totais. No entanto, a deterioração das perspectivas económicas mundiais e a crise da dívida soberana na zona euro deverão continuar a condicionar o desempenho económico de Cabo Verde. No entanto, novos investimentos públicos de grande dimensão devem sustentar a procura interna e permitir elevar o crescimento do PIB até 4.8% em 2013. A médio prazo, a retoma das reformas estruturais será fundamental para Cabo Verde manter as altas taxas de crescimento registadas na última década.

Em 2012, a gestão macroeconómica e orçamental permaneceu sólida. Uma política orçamental mais rigorosa e uma política monetária prudente determinaram a baixa da inflação (2.5% em 2012, face a 4.5% em 2011), uma melhoria da posição externa e uma recuperação das reservas externas para 3.8 meses de importações de bens e serviços, em Setembro de 2012. O crescimento do crédito desacelerou consideravelmente, reflectindo a fraca procura e os crescentes riscos de crédito. O défice orçamental igualou -7.3% do PIB. O Governo já adoptou medidas correctivas para melhorar a arrecadação de receitas e voltar a apostar nos investimentos públicos de grande dimensão em 2013. Cabo Verde continua no bom caminho para atingir todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015, e continua a ser um modelo, a nível regional, de boa governação e de respeito dos direitos políticos e das liberdades civis.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Apesar de seu sucesso no passado, Cabo Verde está a enfrentar dificuldades para manter o crescimento num caminho sustentável e inclusivo. A falta de recursos naturais não-renováveis e as pobres condições para a agricultura tornam o país altamente vulnerável a choques externos. O turismo, o principal motor de crescimento económico aproveitou, com sucesso, os recursos naturais, como a biodiversidade, a paisagem e meio ambiente. A hotelaria e restauração, por exemplo, cresceu quase seis vezes mais depressa do que a economia nacional entre 2000 e 2010, respondendo por quase 16% do PIB em 2010. No entanto, assegurou apenas 4.6% de todos os empregos em 2010, em comparação com 2.5% em 2000. O Governo de Cabo Verde tem, portanto, procurado promover um desenvolvimento económico mais equilibrado. O Documento Estratégico de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP III), ainda por adoptar, reflecte a vontade do Governo em enfrentar os desafios estruturais do país e adaptar o modelo de desenvolvimento às novas circunstâncias decorrentes da sua saída do grupo dos países menos desenvolvidos (PMD).

Indicadores macroeconómicos

	2011	2012(e)	2013(p)	2014(p)
Crescimento real do PIB	5	4	4.8	5
Crescimento real do PIB, per capita	4	3	3.8	4
Inflação, medida pelo ÍPC	4.5	2.5	2.4	2.5
Saldo Orçamental, em % do PIB	-7.5	-7.3	-8.9	-8.9
Saldo da Conta Corrente, em % do PIB	-16.4	-14.1	-15.0	-16.4

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).

GUINÉ-BISSAU

- **O crescimento económico deverá situar-se em -1.5% em 2012, contra 5.3% em 2011. Esta desaceleração explica-se pela queda registada na produção e no preço da castanha de caju nos mercados internacionais, a que se juntam as dificuldades decorrentes do golpe de Estado de 12 de Abril de 2012. Em 2013 e 2014, o crescimento do produto interno bruto (PIB) deve atingir, respectivamente, 4.2% e 3.5%.**
- **O saldo orçamental registará um défice de 2.3% do PIB em 2012, contra +0.7% em 2011. Assumindo uma melhoria da actividade em 2013 e 2014, o défice deverá cair para, respectivamente, 0.8% e 1% do PIB.**
- **Apesar da existência de reservas potencialmente significativas de bauxite e de fosfatos ser conhecida desde os anos 70, estes recursos não têm sido explorados, devido à falta de infraestruturas.**

A evolução macroeconómica da Guiné-Bissau tem sido afetada pelo golpe de Estado ocorrido em 12 de Abril de 2012. A taxa de crescimento da economia em 2012 deverá ser de -1.5%, contra 5.3% em 2011. Esta desaceleração explica-se pela queda registada na produção e no preço da castanha de caju nos mercados internacionais. A castanha de caju contribui, em média, em 30% para o valor acrescentado do sector primário. O seu preço médio de venda, que se situava nos 1.350 dólares americanos (USD), por tonelada, em 2011, fixou-se, em termos médios, em 1 081 USD, por tonelada, em 2012. Para 2013 e 2014, as taxas esperadas de crescimento real do PIB são, respectivamente, 4.2% e 3.5%. A inflação, que atingiu 5.0% em 2011, devido à alta registada nos preços dos produtos importados deverá ajustar-se dada a esperada evolução macroeconómica. A retoma gradual das actividades e o abastecimento adequado do mercado interno deverão fazer baixar a inflação para cerca de 2.1% em 2012. Para 2013 e 2014, a inflação estimada é de, 3.3% e 2.5%, respectivamente.

O saldo orçamental deverá atingir -2.3% do PIB em 2012, contra +0.7% do PIB em 2011. Através dos esforços de contenção de custos e de mobilização de receitas, o saldo orçamental deve melhorar para 0.8% do PIB em 2013 e -1% em 2014. O défice da balança corrente deteriorou-se em 2012, em 6.3% do PIB. Com o aumento esperado de 5.0%, em 2013, na produção e exportação de castanha de caju e uma colheita 2012/13 satisfatória, as importações de alimentos devem desacelerar. Além disso, é esperada uma melhoria do défice das contas correntes para 4.7% do PIB, em 2013, e 4.3% do PIB, em 2014.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

A situação social continua precária. Com um dos mais baixos indicadores de desenvolvimento humano (IDH): 0.353, o país ocupa a 176ª num total de 192 países avaliados (RDH 2011). Em 2010, o PIB per capita era de 614 USD. Mais de dois terços da população vive com menos de 2 USD por dia e, destes, 33,0% com menos de 1 USD por dia. Entre 2000 e 2010, o país registou uma taxa de crescimento médio anual do IDH de 0.9%, contra 2.1% para a África subsaariana e 1.68% para os países com IDH muito baixo. Dois factores contribuem para o baixo IDH da Guiné-Bissau: a pobreza generalizada, com um rendimento monetário muito baixo, em razão da falta de oportunidades de trabalho, e a esperança de vida (48.6 anos) afectada por dificuldade de acesso a serviços de saúde de qualidade.

No que respeita ao sector mineiro e ao petróleo, a Guiné-Bissau ainda não explora os seus recursos, com excepção da exploração de pedreiras a céu aberto e de uma limitada exploração artesanal de ouro. No entanto, em anos recentes, tanto na área da bauxite (2007) como do fosfato (1997), foram registadas operações de concessão de exloração. No sector petrolífero, foram feitas diversas descobertas a partir da prospecção de petróleo off-shore, mas a sua viabilidade comercial ainda não foi provada.

Indicadores Macroecómicos

	2011	2012(e)	2013(p)	2014(p)
Crescimento real do PIB	5.3	-1.5	4.2	3.5
Crescimento real do PIB per capita	3.2	-3.6	2.1	1.5
Inflação medida elo IPC	5	2.1	3.3	2.5
Saldo orçamental ,em % do PIB	0.7	-2.3	-0.8	-1
Conta corrente, em % do PIB	-1.6	-6.3	-4.7	-4.3

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

MOÇAMBIQUE

- **A economia de Moçambique manteve um desempenho robusto em 2012, com um produto interno bruto (PIB) real de 7.4%. O aumento progressivo da produção de carvão, a implementação de grandes projectos de infra-estruturas, juntamente com a expansão do crédito deverão continuar a impulsionar o crescimento para 8.5% em 2013, e 8% em 2014.**
- **Face à queda dos fluxos de ajuda externa, os esforços do Governo para lidar com as precárias infra-estruturas e expandir as redes de segurança social, exigirão o reforço do quadro institucional de modo a aumentar a arrecadação de receitas, gerir adequadamente os níveis da dívida e melhorar o planeamento dos investimentos.**
- **Apesar do elevado e sustentado crescimento económico registado ao longo de mais de uma década, a economia de Moçambique não sofreu qualquer alteração estrutural significativa, o que limita a sua capacidade para reduzir de forma sustentável a pobreza e para promover o desenvolvimento humano, ainda um dos mais baixos do mundo.**

Moçambique continuou a registar um robusto desempenho económico em 2012. O produto interno bruto (PIB) real aumentou 0.1% de 2011 para 2012. Tal crescimento foi impulsionado por uma produção de carvão superior à esperada, que contribuiu com 0.8% para a taxa de crescimento do PIB. A continuação do considerável investimento directo estrangeiro (IDE), o aumento da produção de carvão, a expansão do crédito ao sector privado e o forte investimento em infra-estruturas deverão contribuir para impulsionar o crescimento para 8.5% e 8.0% em 2013 e 2014, respectivamente. No entanto, as finanças públicas irão sofrer pressões sob o efeito combinado resultante de um ambicioso programa de infra-estruturas, juntamente com a expansão das redes de segurança social. A continuação da tendência negativa registada nos fluxos de ajuda externa irá afectar o equilíbrio orçamental. Assim, prevê-se um aumento do défice para 9,2% em 2013 e para 9.5% em 2014, contra 8.2% em 2012. O Governo prevê recorrer ao financiamento privado e às parcerias público-privadas para financiar o desenvolvimento de infra-estruturas, no entanto, é necessário reforçar o enquadramento institucional de modo a garantir a prestação de contas e o controlo dos projectos e adicionar valor económico.

Em 2012, a inflação atingiu um mínimo histórico de 2.7%, proporcionando, assim, espaço para o Banco Central manter a sua política monetária expansionista - iniciada no final de 2011 - que visa a expansão do crédito. O financiamento de empresas privadas locais é essencial para assegurar o emprego, a diversificação económica e a apropriação do processo de desenvolvimento.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Apesar do seu forte e sustentado crescimento económico passado, a economia moçambicana sofreu transformações estruturais mínimas. A sua base produtiva continua em grande parte dependente da exploração de recursos naturais, concentrada num número reduzido de megaprojectos, em particular de carvão, gás e alumínio. Estes megaprojectos determinaram grandes fluxos de IDE, que têm impulsionado o crescimento económico, mas não tiveram um impacto significativo sobre as receitas públicas, a criação de emprego e a diversificação económica. O débil capital humano, o elevado custo do crédito, as deficientes infra-estruturas e regulamentações complexas têm prejudicado a diversificação da estrutura económica.

Segundo o Banco Mundial, a indústria extractiva emergente poderá fornecer os meios necessários para Moçambique alcançar o estatuto de país de rendimento médio até 2025. No futuro, são esperados avultados investimentos públicos e privados nas indústrias extractivas com vista a transformar as deficientes infra-estruturas. A provável melhoria no ambiente de negócios pode desencadear uma diversificação das actividades económicas, indispensável para o crescimento económico sustentável, bem como o aumento da actividade em regiões ricas em recursos naturais, como é o caso da província de Tete, exercendo pressões significativas sobre as comunidades locais.

As recentes descobertas de gás offshore, estimadas em 4 200 mil milhões de metros cúbicos (m^3), representam uma das maiores reservas de gás conhecidas. De acordo com especialistas do sector, a sua exploração comercial é improvável antes de 2019, devido aos avultados investimentos necessários em infra-estruturas de produção e transporte. No entanto, o aumento previsto da capacidade mundial de produção de gás combinado com a evolução tecnológica pode ameaçar, a médio prazo, a viabilidade económica das reservas de gás.

Macroeconomic indicators

	2011	2012(e)	2013(p)	2014(p)
Crescimento real do PIB	7.3	7.4	8.5	8
Crescimento real do PIB per capita	5	5.1	6.3	5.8
Inflação medida pelo IPC	10.4	2.7	6.5	5.7
Saldo orçamental, em % do PIB	-4.3	-8.2	-9.2	-9.5
Conta corrente, em % do PIB	-10	-18.8	-15.5	-15.8

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

SÃO TOMÉ & PRÍNCIPE

- **Como pequeno Estado insular, São Tomé e Príncipe enfrenta constrangimentos geográficos e desafios económicos que condicionam as suas perspectivas de desenvolvimento.**
- **Em 2011, a economia cresceu 4,9% impulsionada pelos sectores da construção e obras públicas, transportes e pequeno comércio mas, em 2012, segundo as estimativas, o crescimento caiu para cerca de 4,0%, devido principalmente à redução do consumo, quer privado quer público.**
- **São Tomé e Príncipe dispõe de um enorme potencial para se tronar um país de rendimento médio, com base na sua dimensão e no seu PIB per capita, se conseguir uma gestão eficiente e transparente da sua riqueza em recursos naturais, evitando assim a chamada maldição dos recursos naturais.**

A economia de São Tomé e Príncipe cresceu 4,9% em 2011, que compara com 4,5% em 2010. O crescimento foi impulsionado pelos setores de serviços, transportes, construção e obras públicas e comércio a retalho. Em 2012, registou-se um ligeiro decréscimo na taxa de crescimento para 4,0%, em resultado de uma redução do investimento directo estrangeiro (IDE) e do consumo privado e público. O crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) deverá ser de 5,2% em 2013 e de 5,8% em 2014, graças a um aumento do IDE, a prémios de assinatura de contractos petrolíferos e à implementação de grandes projectos nacionais de infraestruturas, com destaque para o porto de águas profundas.

No plano orçamental, a prioridade foi colocada na consolidação das contas públicas, de modo a permitir a obtenção das receitas previstas, nomeadamente, pela criação de um organismo de avaliação da solvabilidade (departamento de crédito) e a adopção de legislação sobre a gestão dos recursos naturais. Para além disso, as autoridades pretendem implementar o quadro de responsabilidade orçamental destinado a resolver, em 2012, o défice orçamental recorrente e crónico e reforçar a responsabilidade de fazer cair o défice para um dígito, para 9,4% do PIB, no final de 2012, que compara com 11,9% em 2011. O excelente desempenho obtido neste domínio está ligado às reformas estruturais implementadas nos últimos anos com vista a melhorar a cobrança de receitas. A fim de fortalecer o sistema financeiro e melhorar a sua credibilidade, o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) está a planear reforçar a supervisão bancária, dando formação aos funcionários em gestão de riscos. Por outro lado, as suas actividades serão reorganizadas e os bancos não-rentáveis serão reestruturados. Espera-se, igualmente, que o novo plano de contas, que deverá entrar em vigor em 2013, respeite as normas internacionais de informação financeira. Por outro lado, deverá ser aprovado, em 2014, um quadro jurídico para os bancos com problemas, com vista a ajudar bancos em dificuldades a utilizar, entre outros, adequados instrumentos de acompanhamento e de supervisão.

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Em Abril de 2012, consciente da necessidade de conduzir o país à resolução do problema resultante do alto risco de sobre-endividamento, a Assembleia Nacional, com o apoio do Banco Mundial (BM) e do Debt Relief International (DRI), aprovou a nova Lei de Gestão da Dívida Pública, que define o quadro estratégico e estabelece as responsabilidades e a estrutura de governação do Departamento da Dívida Pública. Em linha com o objectivo de crescimento sustentável do país e a fim de demonstrar ainda mais o seu compromisso com a melhoria da transparência na gestão de fundos oriundos dos seus recursos naturais, o Governo aprovou vária legislação sobre a gestão de recursos naturais, incluindo um quadro de gestão dos recursos petrolíferos, em Agosto de 2000, e a criação de uma Agência Nacional do Petróleo e do Conselho Nacional do Petróleo (leis 8/2004, 5/2004 e 3/2004). Este esforço foi reforçado com a recandidatura, e respectiva aceitação, do arquipélago à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (EITI). A gestão eficiente das receitas oriundas do petróleo será, portanto, essencial aquando da produção de petróleo prevista para 2016.

Macroeconomic indicators

	2011	2012(e)	2013(p)	2014(p)
Crescimento real do PIB	4.9	4	5.2	5.8
Crescimento real do PIB per capita	2.8	1.9	3.1	3.8
Inflação medida pelo IPC	14.3	9.5	7.9	7.7
Saldo orçamental, em % do PIB	-11.9	-9.4	-13.4	-13.2
Conta corrente, em % do PIB	-30.1	-22.5	-27.5	-27.7

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICOS

A OCDE representa um fórum único, onde os governos trabalham em conjunto para fazer face aos desafios económicos, sociais e ambientais da globalização. A OCDE está, igualmente, na vanguarda dos esforços para compreender e ajudar os governos a responder a novos desenvolvimentos e preocupações, tais como governação empresarial, a economia da informação e os desafios de uma população envelhecida. A organização oferece um cenário no qual os governos podem comparar experiências de políticas, buscar respostas para problemas comuns, identificar boas práticas e trabalhar para a coordenação de políticas internas e internacionais.

Os países membros da OCDE são: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Polónia, Portugal, República Eslovaca, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suiça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos da América. A União Europeia participa no trabalho da OCDE.

As publicações OECD difundem amplamente os resultados das recolhas estatísticas da organização e de investigação sobre questões económicas, sociais e ambientais, bem como as convenções, directrizes e normas acordadas pelos seus membros.

O ***Centro de Desenvolvimento da OCDE*** foi criado em 1962, enquanto plataforma independente para a partilha de conhecimentos e diálogo político entre países membros da OCDE e economias em desenvolvimento, permitindo a interacção destes países em pé de igualdade. A partir de Março de 2011, 16 países não pertencentes à OCDE passam a ser membros efectivos do Conselho Directivo do centro. O centro chama a atenção para questões sistémicas emergentes que, provavelmente, terão impacto no desenvolvimento global e, mais especificamente, para desafios ao desenvolvimento enfrentados pelos países emergentes e em desenvolvimento da actualidade. Serve-se de uma análise com base em provas e parcerias estratégicas para ajudar os países a formular soluções políticas inovadoras para os desafios globais do desenvolvimento.

Para mais informações sobre o centro e os seus membros, consulte www.oecd.org/dev

COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA

A Comissão Económica para África (CEA) foi criada pelo Conselho Económico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas (ONU), em 1958, como uma das cinco comissões regionais da ONU. O mandato da CEA consiste na promoção do desenvolvimento económico e social dos seus estados membros, no encorajamento da integração intra-regional e na fomentação da cooperação internacional para o desenvolvimento de África.

Composta por 54 Estados membros, e desempenhando um papel duplo como braço regional da ONU e como componente essencial da paisagem institucional africano, a Comissão Econômica para Africa (CEA) está bem posicionada para fazer contribuições únicas para enfrentar os desafios do desenvolvimento do continente. A força da CEA deriva do seu papel como a única agência das Nações Unidas encarregada de operar a nível regional e sub-regional para aproveitar os recursos e trazê-los para suportar as prioridades de África. Para reforçar o seu impacto, CEA coloca um foco especial na coleta de estatísticas regionais atualizadas e originais, a fim de fundamentar sua pesquisa de políticas e sua advocacia sobre objetivos claros e evidenciados; promover o consenso político; proporcionar um desenvolvimento significativo de capacidades; e prestar serviços de consultoria em áreas temáticas.

Para mais informações sobre a Comissão Económica para África, consulte www.uneca.org

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

O grupo do Banco Africano de Desenvolvimento engloba uma instituição financeira de desenvolvimento multilateral regional, cujos membros são todos os 54 países de África e 24 países da Ásia, Europa e Américas do Norte e do Sul.

O objectivo do banco é aprofundar o desenvolvimento económico e o progresso social dos países africanos, individual e colectivamente. Para este propósito, o banco promove o investimento de capital público e privado para o desenvolvimento, principalmente facultando empréstimos e subsídios para projectos e programas que contribuam para a redução da pobreza e para um desenvolvimento sustentável alargado em África.

Em 2012, o Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento aprovou cerca de 200 operações para UA4,25 bilhões, que se traduziu em cerca de USD6.73 bilhões. Um total de UA1.76 bilhões (41.4%) do financiamento aprovado foi atribuído para o desenvolvimento de infra-estrutura, principalmente de energia e água e saneamento, o que reflete o foco estratégico e a seletividade quanto a resultados de impacto do Banco. O setor social, abrangendo a educação e a saúde, também beneficiou significativamente das intervenções do Banco, com 15% do total aprovado indo apoiar atividades nesses setores e nos afiliados. Cerca de metade das aprovações do Banco foram financiadas a partir da janela de empréstimos não concessionais, 44% eram em termos concessionais eo restante beneficiou do Fundo Fiduciário da Nigéria e de Fundos Especiais.

Para mais informações sobre o Banco Africano de Desenvolvimento, consulte www.afdb.org

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

A parceria do PNUD com pessoas em todos os níveis da sociedade ajuda a construir nações que podem suportar crises, conduzir e sustentar um tipo de crescimento que pode melhora a qualidade de vida para todos. No terreno em 177 países e territórios, com 55 países abrangidos na África, oferecemos uma perspectiva global e uma visão local para ajudar a capacitar vidas e a construir nações resilientes.

Os líderes mundiais se comprometeram a alcançar os Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), incluindo o objetivo global de reduzir a pobreza pela metade até 2015. A rede do PNUD vincula e coordena os esforços mundiais e nacionais para alcançar esses objetivos. Nosso foco é ajudar os países a construir e partilhar soluções para os desafios de:

- Redução da pobreza e da realização dos ODM
- Governança Democrática
- Prevenção e Recuperação de Crises
- Meio Ambiente e Energia para um Desenvolvimento Sustentável

O PNUD ajuda os países em desenvolvimento à atrair e utilizar a ajuda de forma eficaz. Em todas as nossas atividades, promovemos a proteção dos direitos humanos, o desenvolvimento de capacidades e o empoderamento das mulheres.

O Relatório de Desenvolvimento Humano anual, encomendado pelo PNUD, centra-se no debate global sobre questões fundamentais para o desenvolvimento, fornecendo novas ferramentas de medição, análise inovadora e propostas políticas, muitas vezes controversas. O quadro analítico global e a abordagem inclusiva do relatório passa adiante em Relatórios de Desenvolvimento Humano regionais, nacionais e locais, também apoiados pelo PNUD.

Em cada agência nacional, o Representante Residente do PNUD, normalmente também serve como o Coordenador Residente das atividades de desenvolvimento para o sistema das Nações Unidas no seu conjunto. Através de tal coordenação, o PNUD procura garantir o uso mais eficiente dos recursos da ajuda internacional e das Nações Unidas.

Para mais informações sobre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, consulte www.undp

OECD PUBLISHING, 2, rue André Pascal, 75775 PARIS CEDEX
(41201206UP1) ISBN 9789264177659 No. 60080

© AfDB, OECD, UNDP, ECA 2013

Perspectivas Económicas em África 2013

Parte um: Situação macroeconómica e perspectivas futuras da Africa

Capítulo 1: Perspectivas macroeconómicas em África

Capítulo 2: Investimento estrangeiro, ajuda ao desenvolvimento, remessas e receitas fiscais em África

Capítulo 3: Políticas comerciais e integração regional em África

Capítulo 4: Desenvolvimento humano em África

Capítulo 5: Governação política e económica em África

Parte dois: Tema especial

Capítulo 6: Transformação estrutural e recursos naturais em África

Parte três: Notas países

Notas completas dos países lusófonos disponível na página: www.africaneconomicoutlook.org

Angola
Cabo Verde
Guiné-Bissau
Moçambique
São Tomé e Príncipe

O Anexo Estatístico está disponível em inglês e francês em:
www.africaneconomicoutlook.org

OECD publishing
www.oecd.org/publishing

ISBN 978-92-64-20055-5
41201303UP1